KAKOMBOLA:

O genocídio dos Mucubais na Angola Colonial, 1930- 1943

Atena Editora

Ano 2021

KAKOMBOLA:

O genocídio dos Mucubais na Angola Colonial, 1930- 1943

Atena
Editora
Ano 2021

CIÊNCIAS
HUMANAS
E SOCIAIS
APLICADAS

Atena
Editora
Ano 2021

Kakombola: O genocídio dos Mucubais na Angola Colonial, 1930 – 1943

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: O autor
Autor: Rafael Coca de Campos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C198 Campos, Rafael Coca de
Kakombola: O genocídio dos Mucubais na Angola Colonial, 1930 – 1943 / Rafael Coca de Campos. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5983-766-3
DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.663221201

1. Angola - História. 2. Mucubais. 3. Genocídio. 4. Colonialismo. I. Campos, Rafael Coca de. II. Título.
CDD 967.3

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DO AUTOR

O autor desta obra: 1. Atesta não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declara que participou ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certifica que o texto publicado está completamente isento de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirma a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhece ter informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autoriza a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

AGRADECIMENTOS

Agradecer aqui a todos os que, de alguma forma, deixaram suas marcas neste que escreve e, naquilo que escreveu, seria um projeto exaustivo. A muitos já agradeci, ao longo tempo, de diversas formas. E só quando se pensa, escreve, sintetiza, se percebe o quanto para si convergem os mais diversos e efusivos fluxos de inspiração e beleza, que tornam um trabalho possível. A delicadeza e a fúria dos encontros, sempre fortuitos, ainda que arranjados, impregnou todas as etapas desta pesquisa.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, pelo financiamento de boa parte desta pesquisa, inclusive durante minha experiência de trabalho nos Arquivos de Lisboa. À Capes, pelo financiamento concedido durante os primeiros seis meses do mestrado.

Me recordo de buscar, despretensiosamente, aquele que se tornaria muito mais do que um professor e orientador, mas, como talvez não pudesse deixar de ser, um grande amigo, Omar Ribeiro Thomaz. Foi através de sua paixão e erudição insondáveis que fui introduzido à toda a poesia e fascínio do sul de Angola e suas populações. Este fascínio, então, desterritorializava um garoto no final de sua graduação, colocando-o em contato com o mistério e a doçura de Ruy Duarte de Carvalho e seus estudos sobre os pastores do deserto. As palavras me fogem, distantes, e caçoam de mim, quando as conclamo a descrever a importância do professor Omar na trajetória que culminou no trabalho que se segue. Devo, entretanto, insistir e, ao menos, registrar, que raras foram as vezes em que tive a oportunidade de conhecer alguém que trouxesse e apresentasse, em uma só pessoa, a delicadeza persuasiva, a paciência, a inteligência apaixonada e, sobretudo, a generosidade. À amizade sincera, ao apoio incondicional, às conversas infindáveis, eu agradeço profundamente.

Quando a semente deste trabalho ainda era uma série desconexa de pretensões imprecisas, os professores e colegas da linha de História Social vieram ao meu socorro. Suas críticas e sugestões foram inestimáveis. Devo agradecer especialmente à Profa. Dra. Silvia Hunold Lara, a qual, com paciência e senso crítico incomparáveis, leu minuciosamente o meu projeto e me concedeu uma reunião particular para discuti-lo. Minha admiração por sua competência e dedicação não poderia ser maior. Devo muito também aos professores Cláudio Batalha e Sideny Chalhoub, pelo tempo que passamos juntos, lendo e conversando, rindo, por vezes, nas aulas de Pós- Graduação. Me inspiraram e me apresentaram novas formas de conceber e praticar história social. Por fim, gostaria de salientar a contribuição dada por meus tantos colegas, ao longo de todas as discussões e leituras, durante as aulas.

Tive muita sorte de poder encontrar, por diversas vezes, minhas duas queridas amigas

africanistas, Raquel Gryszczenko Alves Gomes e Iracema Dulley. Então, curiosamente, grande parte das ideias deste trabalho surgiram em meio a chás e guloseimas na casa da Ira. Aquele era um espaço aconchegante e inspirador, no qual eu, apenas um garoto excessivamente empolgado com a história da África, pude aprender grande parte do que aqui procurei expressar. Ira e Quel sempre estiveram prontas para me auxiliar em todas as etapas, lendo e discutindo aquilo que eu escrevia. É difícil expressar o quanto me sinto privilegiado por ter podido estar próximo destas mulheres excepcionais. Pelos bolos, chás, paciência e inteligência, sou muito grato, queridas.

O Josué, então.Veio ao meu encontro, aqui em Campinas, e que maravilhoso encontro. Talvez sejam raros hoje aqueles cuja inteligência fora do comum aflora, mas toma a forma de um discurso sempre calmo, sutil, generoso e acolhedor. Meu amigo africanista, voltado também para aqueles do deserto, mas do lado da Namíbia. Meu refúgio quando ninguém mais podia entender do que se falava, sobre um tema tão pouco conhecido no Brasil. Em nossas conversas de corredor, em suas aulas, pude tatear a grandiosidade e o fascínio da antropologia. Ainda, quando da minha qualificação, Josué fez uma leitura impecável das linhas apresentadas, demonstrando novamente sua dedicação inabalável. Ele e sua companheira, Els, me receberam e me forneceram referências bibliográficas inestimáveis. Agradeço e torço para que, na Namíbia, e da Namíbia, possamos, novamente, trocar.

À Profa.Dra. Isabel Castro Henriques, por aceitar ser minha supervisora durante a fase desta pesquisa desenvolvida em Portugal, agradeço. Sua inteligência, sofisticação e originalidade já me inspiravam do lado de cá do Atlântico. Qual foi a minha felicidade quando o Omar me comunicou que você havia aceitado minha proposta. Seu trabalho foi, sem dúvida, a minha maior inspiração no estudo da história de Angola. Quando estive em Portugal, pude ainda desfrutar de uma amabilidade e generosidade impressionantes. Há ainda, algo que ressoa, e sempre há de estar comigo. Me disse para anotar minhas ideias, pois elas são como borboletas, e podem voar sem que percebamos. Se há alguma ideia significativa neste trabalho, figura como uma borboleta sobre meus ombros. Sábias palavras, querida Isabel. Espero que as cores te agradem, pois teci este texto tendo você em mente, todo o tempo.

Devo um agradecimento especial, de outra ordem afetiva, a meus amigos que me acompanham desde a graduação. Não vou me atrever a nominá-los. Sou demasiado esquecido e disperso, e tenho medo de me esquecer de alguém. Dentre eles, entretanto, agradeço especialmente ao Tiago, tão amado, o meu Formigão. Foram anos de amizade sincera e delicada, mesmo que este último adjetivo contrarie a postura decidida e o gênio forte deste grande amigo. Formi, sua inteligência, seu talento, sua dedicação e generosidade ainda me emocionam e inspiram. Conversamos, bebemos, lutamos travesseiro, praguejamos e tramamos. Tanto! Um afeto incondicional emana daqui, deste

que escreve, e recebo o seu, por fim, com enorme prazer. Obrigado, meu querido, por tudo que foi e ainda há de vir.

Agradeço também à minha querida Lili, minha grande amiga, companheira de loucuras e devaneios. Na sua presença, na varanda de sua casa, foram tecidas grandes hipóteses, grandiosas, talvez. Sem sua dose de delírio, talvez este trabalho não tivesse a graça que procurei impor-lhe. Nos encontramos quase sem querer, num momento, e numa paisagem, propícios. Intensas trocas, permanentes. Obrigado.

Há ainda, sem dúvida, uma presença que se insinua neste trabalho, e que esteve presente de diversas formas, em diversos momentos de sua topografia. Esta presença me deu a doçura necessária, o afeto e acolhimento que jamais poderei agradecer. Fosse em meio ao deserto, perambulando sozinho, fosse subindo as íngremes escarpas que levam ao planalto, na topografia dos intelectos e dos afetos, ali ela estava, meu Oásis. Como uma flor, tão bela e tão rara, figura exatamente onde deveria estar, no local que escolheu para si. E, daqui, eu admiro, ainda, seus encantos. Quanto do tempo aprendemos juntos, quanto do espaço fomos nós mesmos que fizemos. Pude assim partilhar desta rara inteligência, da minha tão distinta e, talvez, por isso mesmo, essencial. Um estranho e delicioso tipo de amor que se reinventa, sem medo. Àquela que nunca pôde, sua sina, deixar de insinuar a primavera, eu agradeço.

Minha família compartilhou, sempre, comigo, o entusiasmo e a angústia deste trabalho. Minha mãe, Solange, é talvez a pessoa mais sensível e compreensiva que já conheci. Obrigado, querida, por rir e chorar comigo, sempre, por ser meu porto seguro nos momentos em que eu não acreditava poder continuar. Caminha comigo, por horas a fio, ainda, e me escuta. Me diz, depois, exatamente o que eu precisava ouvir, mesmo que não possa suportar. Obrigado, por me trazer para a terra, ou melhor, para as profundezas desse oceano que eu nunca pude sondar. Meu pai, Osmar, a quem devo, talvez, o meu gosto pelas ciências humanas, minha disposição ao pensamento crítico, à análise. Fui, por ele, desde criança, sensibilizado pelos horrores de um passado autoritário, que, infelizmente, parece novamente se insinuar. Sempre me incentivou incondicionalmente, acreditando muito mais do que eu mesmo em minha própria capacidade. Ainda, manifesta um tipo raro e admirável de otimismo, do qual nunca compartilhei, mas que sempre me inspirou. Por me receberem de volta, por estarem exatamente onde eu precisava, em meio à confusão que a vida por vezes nos impõe, obrigado.

Meu irmão, meu grande e melhor amigo. Me trouxe a inspiração sensorial necessária, na exata medida das batidas de seu grande coração, que abarca um mundo. Pê, queria poder te mostrar o meu mundo, mas não consigo, e me consolo em vislumbrar o teu. Você que pode, sempre pôde, tudo, meu amor. Que nunca se abala e nunca desiste, que me dá toda a força. Me abraça, de novo, nesse peito largo e cálido como um sol, e me leva contigo para as mais belas praias e mais improváveis butecos. Por tudo que não cabe aqui, mas

cabe aí,obrigado. Et alors, on se retrouvera, parce qu'on ne saurait faire autrement.

À Lu, por me mostrar que ainda podem- e quem diria!- existir pessoas mais perdidas do que eu. Por todo o seu suporte, por toda a sua loucura efusiva, seu carinho incondicional. Um raro tipo de conjunção nos trouxe juntos e nos colocou, lado a lado, nesta jornada. Lô Ice, Lô Darkness, Lô Fire, Lô Silence, por sempre esclarecer, para mim mesmo, o mais obscuro do meu ser. Por sua fidelidade, por ser, assim, uma presença absolutamente única neste mundo, e por ter me encontrado, me ouvido, e me aconselhado com tanta inteligência e sensibilidade. Obrigado.

Agradeço imensamente à Profa. Dra. Patrícia Teixiera Santos e ao Prof. Dr. Diego Ferreira Marques, por sua presença e contribuição valiosas em minha banca de defesa. Ao Diego, também, por me apontar os rumos a não seguir, lá atrás, na gestação disso tudo. E à Patrícia, pelo constante interesse nos mais diversos aspectos do meu trabalho, desde 2014.

Por fim, gostaria de deixar meu mais sincero obrigado a todos os funcionários do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Não posso deixar de, novamente, confessar que sou uma pessoa profundamente dispersa e desorganizada, de modo que sem a boa vontade excepcional destes últimos, este trabalho jamais teria conseguido corresponder a todas as demandas burocráticas e institucionais. Agradeço especialmente ao Leandro, secretário do mestrado em história, por sua paciência e competência ao longo de todo o processo.

SUMÁRIO

RESUMO

Este livro é sobre a *kakombola,* o genocídio dos pastores mucubais perpetrado pelo exército português entre finais de 1930 e 1943. Os pastores africanos mucubais estavam situados na porção sudoeste da então colônia portuguesa de Angola. A exiguidade dos recursos naturais e econômicos do sudoeste angolano fez com que, desde pelo menos a metade do século XIX, o gado das populações africanas se tornasse objeto de um projeto de ocupação e exploração econômica colonial. A partir de finais dos anos 1920, uma série de processos concorrem para a criação das condições de possibilidade para o extermínio dos pastores mucubais: a promulgação de um corpo normativo que destituía formalmente os africanos de qualquer acesso a direitos e os relegava a objeto de ações administrativas violentas; a criação de serviços de pecuária e veterinária que materializaram e institucionalizaram uma perspectiva econômica na qual a pastorícia africana era representada de maneira ambivalente, porém sempre sob a égide da ideia de primitivismo; a paranoia e insegurança de diversos agentes coloniais portugueses quanto ao policiamento da fronteira e aos episódios recorrentes de roubo de gado. Neste trabalho, argumenta-se que o genocídio dos mucubais, justificado pelo exército português como uma forma de submeter pastores rebeldes à autoridade invasora, remete a um processo muito mais profundo de construção das relações políticas e econômicas no sudoeste de Angola. A linguagem política e econômica segundo a qual os pastores africanos construíam relações significativas passava pela mobilização de modalidades distintas de circulação de gado. Dentre estas modalidades estava a razia, prática entendida pelos portugueses como roubo. A partir da análise de fontes primárias, é possível demonstrar que a razia e o roubo de gado, longe de serem simples práticas pastoris primitivas, foram estratégias incorporadas e mobilizadas por administradores e colonos, inclusive durante as operações de extermínio dos mucubais.
PALAVRAS-CHAVE: Mucubais; História; Genocídio; Angola; Colonialismo.

ABSTRACT

This book is about the kakombola, the genocide of mucubal herders perpetrated by the Portuguese army between the end of 1930 and 1943. The mucubal were located in the southwestern portion of the then Portuguese colony of Angola. The scarcity of natural and economic resources in southwest Angola meant that, since at least the middle of the 19th century, the cattle of African populations became the object of a project of colonial occupation and modern economic exploitation. From the late 1920s onwards, a series of processes contributed to the creation of conditions of possibility for the extermination of mucubal herders: the promulgation of a series of laws that formally deprived Africans of any access to rights and subjcted them to administrative violence; the creation of livestock and veterinary services that materialized and institutionalized an economic perspective in which African pastoralism was represented in an ambivalent way, but always under the aegis of the idea of primitivism; the paranoia and insecurity of several Portuguese colonial agents regarding border policing and the recurrent episodes of cattle theft. In this work, it is argued that the Mucubal genocide, justified by the Portuguese army as a way of submitting rebellious herders to the invading authority, refers to a much deeper process of building political and economic relations in southwestern Angola. The political and economic language according to which African herders built significant relationships involved the mobilization of different modalities of cattle circulation. Among these modalities was razia, a practice understood by the Portuguese as theft. Based on the analysis of primary sources, it is possible to demonstrate that raiding and theft of cattle, far from being simple primitive pastoral practices, were strategies incorporated and mobilized by administrators and settlers, including during the genocidal operations.

KEYWORDS: Mucubais; History; Genocide; Angola; Colonialism.

INTRODUÇÃO

Este livro tem por objetivo compreender o papel das linguagens políticas, sociais e culturais africanas na constituição da situação colonial no sul de Angola entre 1930 e 1941. Grande parte da historiografia devotada ao contexto colonial angolano ao longo do século XX sustenta a hipótese de que, findas as campanhas de pacificação em 1917, e sobretudo a partir do estabelecimento do Ato Colonial em 1930, ter-se-ia estabelecido em Angola uma situação na qual os interesses e relações sociais, políticas e econômicas das sociedades africanas estariam, por fim, submetidos aos imperativos dos diversos agentes coloniais portugueses. Esta orientação historiográfica é responsável pela produção de um grande silêncio, o qual postula um hiato de agência africana para o período compreendido entre a instauração do Ato Colonial e o início dos primeiros conflitos orientados para uma perspectiva de emancipação e libertação nacional.

No caso do sul de Angola, esta situação é ainda mais dramática. O último trabalho historiográfico voltado ao período colonial da região, a obra *Slaves, Peasants and Capitalists,* de Gervase Clarence- Smith, data de 1979. Trabalhos posteriores se dedicaram à análise de aspectos particulares da colonização, a exemplo dos clássicos estudos de René Pelissier, sobre as campanhas de pacificação, e do artigo do historiador Tiago Saraiva, dedicado ao projeto de criação de ovelhas Caracul no interior da região. Segundo Clarence- Smith, o sul de Angola teria sido esquecido pelo Estado colonial português a partir de 1926.

Entretanto, nos encontramos na posição de elaborar uma crítica a este paradigma historiográfico a partir de duas perspectivas: em primeiro lugar as obras do antropólogo Ruy Duarte de Carvalho, a partir da década de 1990, junto aos pastores kuvale do sul de Angola, assinalam possibilidades analíticas impressionantes, na medida em que, através da articulação entre análise de fontes que remontam ao século XVIII e um vigoroso trabalho de campo, demonstram a complexidade dos sistemas pastoris na configuração das relações sociais na região. A pesquisa de Ruy Duarte de Carvalho é única no contexto do sul de Angola, justamente porque não se furta ao diálogo com a bibliografia devotada à interpretação de contextos pastoris em África. Neste sentido, pode-se afirmar que, a despeito da exiguidade da bibliografia, sobretudo da historiografia, a respeito das sociedades pastoris do sul de Angola, podemos nos beneficiar da profusão de pesquisas devotadas a sociedades pastoris na África Oriental[1]. Em segundo lugar, pudemos encontrar, em um estágio primeiro

1. O leitor informado pode se perguntar, com a devida justiça, sobre o fato de termos escolhido dialogar com a bibliografia sobre sociedades pastoris na África Oriental, quando existe uma extensa literatura sobre os Herero na Namíbia, os quais, inclusive, também foram vítimas de um genocídio no começo do século XX. Em primeiro lugar, a bilbiografia por nós selecionada se debruça sobre os processos de razia, analisando sua transformação de um recurso social devotado à circulação de gado em tempos de crise, em direção a uma operação social violenta, que ameaçava a existência social dos pastores. Neste sentido, alguns contextos da chamada África Oriental nos pareceram bastante semelhantes àquele encontrado no sul de Angola. Assim, a literatura sobre o problema da razia se mostrou, do nosso ponto de vista, mais abundante no caso dos pastores daquela região. Por outro lado, nos parece que a história dos Hereros na Namíbia foi profundamente marcada tanto por um processo de expropriação de terras e animais e confinamento, quanto por situações de grande proximdade com as autoridades coloniais alemãs, como indica a história de Samuel Maharero. De uma maneira geral , não nos parece que a história dos mucubais,

de pesquisa em arquivos da cidade de Lisboa, fontes nunca antes consultadas sobre a administração colonial no sul de Angola. Estas fontes permitem lançar um novo olhar para as nuances da presença do estado colonial português na região, elucidando as diversas estratégias mobilizadas pelas sociedades pastoris africanas da região no sentido de, senão impor, nogociar os seus interesses junto aos agentes europeus com quem contatavam.

O escopo desta pesquisa se concentra sobretudo naquelas políticas voltadas ao controle e à inscrição das sociedades pastoris no seio de um projeto colonial de ocupação pecuária, permeado por expectativas e pelo exercício de uma determinada jurisdição sobre o território, os recurso e as populações do sul de Angola. Ao longo da pesquisa nos arquivos portugueses, percebemos que diversas instâncias do estado colonial, notadamente, administradores, técnicos pecuários e veterinários, bem como militares, dedicaram uma atenção às sociedades pastoris designadas mucubais. Os mucubais são descritos na documentação colonial como ladrões de gado inveterados, avessos ao trabalho e ao pagamento de impostos.

As fontes nos permitem desvelar um processo de progressiva territorialização dos mucubais a partir da década de 1930, o qual passa a ser objeto de discussão e disputa entre agentes distintos no âmbito do estado colonial, uma vez que as diversas operações militares contra eles movidas desde 1917 não surtem os efeitos almejados. A partir de 1934, os mucubais passam a ser objeto de políticas coloniais específicas, condensadas sob a designação " Questão Mucubal". É também em 1934 que as autoridades portuguesas decidem pela criação de um espaço suspenso da jurisdição civil e sujeito à jurisdição militar, denominado "Zona Mucubal". As ansiedades e expectativas dos agentes coloniais com respeito aos mucubais relacionavam-se não somente ao projeto de ocupação pecuária, mas também a uma noção de prestígio e soberania nacional que se via ameaçada pela presença, em território angolano, de uma população considerada insubmissa.

Entre 1940 e 1941, os mucubais são objeto de uma operação militar sistemática, que culmina no extermínio de mais 60 % da população, deportação de mulheres e crianças para colônias penais da Damba e plantações em São Tomé e Príncipe, bem como na criação de campos de concentração. Do ponto de vista da história social, associada às pesquisas da antropologia social, os documentos a respeito destes processos, quais sejam, a penetração de um projeto de ocupação pecuária, a territorialização dos mucubais por meio da criação da Zona Mucubal e o genocídio de 1940/1941, fornecem informações preciosas sobre

---

sempre distantes das autoridades portuguesas, habitando topografias desconhecidas, possa ser aproximada da dos herero na Namíbia, pelo menos no que respeita aos objetivos deste trabalho. Ver: GEWALD, Jan-Bart. *The Road of the Man called Love and the Sack of Sero: the Herero–German War and the export of Herero Labour to the South African Rand*. The journal of African history, v. 40, n. 01, p. 21-40, 1999,. *'I was afraid of Samuel, therefore I came to Sekgoma': Herero refugees and patronage politics in Ngamiland, Bechuanaland protectorate, 1890-1914.* Journal of African history, p. 211-234, 2002. BOLLIG, Michael & GEWALD, Jan-Bart. *People, cattle and land. Transformations of a Pastoral Society in Southwestern Africa*. Köln: Köppe, 2000. HAYES, Patricia (ed.). *Namibia under South African rule: mobility and containment.* Oxford; Athens: James Currey: Ohio State Univ. Press, 1998

linguagens de poder pastoris, uma vez que grande parte das outras sociedades pastoris da região tomava parte, em associação ou não com agentes europeus, em expedições militares contra os mucubais. Revela-se assim um profundo tecido de relações sociais, impregnado e definido por símbolos e práticas pastoris, no qual os agentes portugueses passam a se imiscuir pelo menos desde o século XIX.

Segundo o antropólogo Ruy Duarte de Carvalho[2] , tomando de empréstimo e reelaborando a noção de fronteira interna africana desenvolvida por Igor Koppytof[3] , o sul de Angola pode ser entendido, a partir de meados do século XIX, como uma região politicamente aberta. Isto implicava na existência de um espaço geográfico e político sobre o qual nenhum grupo- aí incluídos o próprios portugueses- exercia qualquer tipo de jurisdição formal. Pois bem, em meados do século XIX, convergem para a região populações pastoris africanas expulsas da região de Benguela pelo exército português, bem como um grupo de colonos por sua vez também expulsos, do Brasil, em virtude dos desdobramentos da Revolução Praieira em Pernambuco, entre 1848 e 1850.

O colonialismo português passava, no século XIX, sobretudo a partir da independência do Brasil, por um processo de reconfiguração político-ideológico cujas consequências se projetarão até a elaboração do projeto colonial das primeiras décadas do século XX.[4] A relação afetiva e os anseios políticos devotados à ocupação e exploração dos territórios africanos se fortalecem e, portanto, a presença de uma comunidade de colonos no sul de Angola, a ser acrescida posteriormente por outros fluxos migratórios de europeus, assinalava uma perspectiva de exercício de jurisdição sobre o território.

Não é difícil imaginar, então, que o século XIX foi marcado, no sul de Angola, por intensos conflitos entre as populações pastoris e a comunidade de colonos brancos. A documentação sobre o período abunda em registros de roubos de gado perpetrados por ambos os lados, bem como das violentas represálias movidas por autoridades e colonos contra os pastores africanos.[5] Este preâmbulo sobre o século XIX, período que está fora dos objetivos deste estudo, é necessário para que se entenda que as relações entre colonos, autoridades e africanos se projetam num passado que remete a- e coincide com- o próprio desenrolar e aprofundamento dos interesses portugueses em relação às colônias africanas.

---

2. CARVALHO, Ruy Duarte de. *Os kuvale na história, nas guerras e nas crises. Artigos e comunicações (1994– 2001)*. Luanda: Editorial Nzila, 2002

3. KOPYTOFF, Igor. *The Internal African Frontier: the making of African political culture*. In: KOPYTOFF, Igor. *The African Frontier: the reproduction of African societies*. Bloomington: Indiana University Press, 1987

4. Estamos cientes de que nos valemos de uma profunda simplificação ao empregar, no singular, o termo projeto colonial, uma vez que vigoraram na metrópole distintos regimes ao longo do período e, mesmo no seio destas diferentes ordens políticas, existiam projetos de ocupação, exploração e produção de significado absolutamente distintos e conflitantes. Porém, de acordo com a bibliografia, persistiram desde o impacto da independência do Brasil, um conjunto de mitos e expectativas a respeito das colônias africanas, sobretudo no que respeita aos direitos históricos e seculares dos portugueses sobre estes territórios, fato que, no mínimo, assinala uma qualquer hipótese de consolidação da jurisdição colonial na região.

5. Ver, por exemplo ALMEIDA, José Bento Ferreira de. *Mossâmedes* Lisboa, 1880

Portanto, sem tomar como pressuposto, mas sim como problema, a efetivação de qualquer sorte de autoridade colonial na região, é necessário examinar quem eram os agentes no terreno, como interagiam e , neste caso, em que medida as reivindicações de jurisdição e posse por parte dos portugueses correspondiam e explicitavam muito mais uma estrutura de sentimentos e expectativas do que estruturas sociais observáveis. Este problema se torna mais instigante na medida em que, de fato, a historiografia sobre o colonialismo português, por um lado, e a escassa bibliografia sobre o sul de Angola, por outro, coincidem na assunção de que o fim das guerras de pacificação em 1917 e a implementação do regime do Indigenato a partir de 1928 acarretaram uma situação de submissão completa das sociedades africanas aos desígnios do projeto colonial.

Acreditamos, no entanto, ser imperativo incontornável do ofício histórico investigar a forma pela qual as relações entre grupos e indivíduos se davam de fato, antes de aventar uma qualquer hipótese sobre a natureza das relações políticas vigentes. Já adiantamos, porém, que a documentação por nós consultada permite contestar a tese da submissão das sociedades africanas, não tanto por sua falta de correspondência com o universo de relações que se descortina a partir das fontes, mas sim pela simplificação e escassez de valor analítico de uma tal hipótese. Ou seja, antes de nos perguntarmos como agiam os africanos do sul de Angola sob o regime do Indigenato, propomos que examinemos a substância social das relações estabelecidas entre os agentes em presença, levando em consideração o vigor de uma dinâmica de fronteira e vazio de jurisdição, marcada muito mais por expectativas, projetos e reivindicações do que pela condução estável e homogênea do poder pelas autoridades coloniais.

A historiografia propõe que, a partir de 1890, a conjunção entre os imperativos de ocupação dos territórios coloniais como esteio da legitimidade da posse, tal como definido no Congresso de Berlim, e o Ultimatum britânico, o qual cerceia as ambições territoriais portuguesas no continente africano, produz uma viragem definitiva do colonialismo português em direção à ocupação militar das colônias. Ou seja, se até então as sociedades africanas teriam gozado de uma situação de relativa autonomia política e econômica, sobretudo no interior, o cenário tende paulatinamente, com o advento de massivas campanhas militares, à fragilização e submissão dos sistemas políticos nativos. De acordo com esta tese, já em 1917, com o fim da guerra contra os Kwanyama no sul de Angola, estaria estabelecida a proeminência da autoridade portuguesa na colônia, estando os africanos submetidos seja a um sistema de articulação de modos de produção, no qual força de trabalho e produção eram apropriados por agentes capitalistas, seja a formas de desarticulação social mais profunda e inserção em um sistema de trabalho forçado.[6]

---

6. Ver, dentre outros, ALEXANDRE, Valentim; DIAS, Jill (coord.). *O Império Africano 1825-1890*, In SERRÃO, Joel; MARQUES, A.H. de Oliveira (dir.), *Nova História da Expansão Portuguesa*, Lisboa: Estampa, 2001 ;____. *Velho Brasil, novas Africas: Portugal e o Imperio (1808-1975).* Porto: Afrontamento, 2000; HENRIQUES, Isabel Castro. *Percursos da modernidade em Angola: dinâmicas comerciais e transformações sociais no seculo XIX*. Lisboa: [s.n.], 1997.

Um pequeno detalhe chama a atenção do historiador, e não pode, assim, deixar de produzir indagações e discordâncias. Este pequeno detalhe surge, ainda de maneira difusa, nos relatórios produzidos em 1929 por Henrique Galvão, então Governador da Província da Huíla[7], e pelo Tenente Alexandre Antonio Moura de Azevedo[8], em virtude de uma expedição de reconhecimento, e, paulatinamente acaba por ganhar contornos precisos para, em 1934, tornar-se um conceito: a Questão Mucubal.[9] Desde finais do século XIX, a documentação apresenta o conflito entre pastores africanos e colonos como um dos principais impeditivos para o exercício da atividade administrativa e econômica , bem como para a manutenção da ordem social, no sul de Angola. Os pastores, já então, são apresentados como ladrões inveterados de gado, violentos saqueadores especializados na apropriação ilegal do gado europeu. Entretanto, ainda nesta mesma época, de acordo com um relatório elaborado por José Bento Ferreira de Almeida, Governador de Mossâmedes entre 1878 e 1880, a situação de instabilidade política se tornava mais aguda e adquiria matizes mais complexos, uma vez que os próprios colonos e autoridades locais eram também acusados de tomar parte em campanhas violentas de roubo de gado africano, bem como de perpetrarem crueldades e arbitrariedades contra os pastores africanos.[10]

Ainda na década de 1930, portanto, as tensões entre pastores africanos e agentes europeus constituíam, do ponto de vista da administração do sul de Angola, um sério entrave ao desenvolvimento econômico e à ordem social. Esta circunstância nos leva a suspeitar que a pacificação da região, proposta tanto pelos discursos coloniais como pela historiografia, não teria logrado os resultados inelutáveis que se supunha. Esta suspeita se torna ainda mais clara diante da profusão de documentos versando sobre a organização de uma série de operações militares de vulto, movidas entre 1918 e 1940/41 contra uma população pastoril de aproximadamente cinco mil indivíduos. Porém, é necessário circunscrever temporalmente a análise aos processos em curso a partir do final da década de 1920, de modo a não suscitar ou evocar a ideia de que existia uma incompatibilidade sistêmica ou intrínseca entre as práticas sociais e econômicas das sociedades pastoris e os interesses dos diversos agentes e instituições coloniais atuantes na região. Com efeito, examinaremos de que modo se configuraram as relações entre os grupos em presença a partir da constituição de uma situação política e econômica que pode ter seu início referido ao final da década de 1920, tendo como objetivo desvelar não só os diversos interesses e concepções em jogo, mas também interpretar quais eram as linguagens de poder e os mecanismos sociais e institucionais que tornavam a interação entre tais grupos viável ou,

---

7. As Províncias que correspondem ao que chamamos sul de Angola são, até 1934, Huíla e Mossâmedes. A partir de então, Mossâmedes passa a ser incorporada à Huíla, tornando-se o Distrito de Mossâmedes. GALVÃO, Henrique. *Huíla (relatório de Govêrno).* VN de Famalicão, 1929

8. *Relatório do Reconhecimento* à Região dos *Mucubais*. AHM 2/2/63/6

9. A primeira vez em que, nos registros por nós consultados, esta formulação aparece, é em *Carta ao Chefe do Estado Maior das Forças do Exército.* AHM 2/2/66/4, de 1934.

10. ALMEIDA, José Bento Ferreira de. *Mossâmedes* Lisboa, 1880

por vezes, situacionalmente incompatível.

Dizer que tais interações eram viáveis não significa assumir uma qualquer homeostase ou rigidez, muito menos a ausência de conflitos- como demonstraremos à frente, com a análise de pelo menos duas situações profundamente conflitivas envolvendo autoridades portuguesas, colonos e pastores africanos- mas trabalhar segundo a perspectiva assinalada por estudos históricos e antropológicos que, em contextos distintos, reconhecem a existência de formas de intercomunicação e interação cultural e social as quais, a despeito de possuírem significados distintos para os agentes em contato, possibilitam a manutenção de formas suficientes de comunicação e transação, ainda que tais formas estivessem evidentemente impregnadas por estruturas de poder e manutenção da desigualdade.[11] Aliás, é possível dizer que, por vezes, a própria disputa em torno do significado, uso e estatuto de elementos fundamentais como território, recursos naturais e, para o sul de Angola, gado, era em grande medida um dos motores das relações econômicas e sociais entre os agentes. Esta perspectiva se tornará mais clara a medida em que introduzirmos e desenvolvermos a hipótese segundo a qual, no sul de Angola, parte significativa das relações políticas, sociais e econômicas se estruturavam em torno de formas diversas de circulação de gado, inclusive nas suas modalidades mais pretensamente violentas e conflituosas.

O final da década de 1920 é marcado pela articulação entre dois eventos fundamentais para a compreensão do contexto das relações sociais no sul de Angola. Em primeiro lugar, como já foi mencionado, em 1928, no bojo das reformas administrativas acarretadas com o fim do período republicano em Portugal, promulga-se uma nova legislação colonial concernindo os africanos, o chamado Indigenato. Esta peça jurídica definia a situação política, civil e criminal dos africanos nas colônias portuguesas, na medida em que criava uma dualidade jurídica baseada na distinção entre cidadãos, por um lado, e indígenas, por outro, estando esta última categoria submetida não só a ambiguidades legais que facultavam a exploração não remunerada da mão-de-obra, como também à cristalização de suas relações sociais, políticas e culturais sob a égide de uma ficção denominada "usos e costumes". Assim, assumia-se que aos chamados indígenas não se aplicavam as disposições legais europeias. O Indigenato tem sérias implicações no que diz respeito à situação dos africanos, a partir de então relegados juridicamente ao campo altamente

11. Nos baseamos aqui, ainda que de maneira reconhecidamente descontextualizada, na noção de "convenção de significado", proposta por Iracema Dulley quando da análise das disputas em torno de símbolos e termos cristãos no contexto das missões espiritanas do planalto central angolano. Uma noção similar é também proposta pelo historiador Carlo Ginzburg, em sua obra História Noturna, na qual o autor propõe entender o sabá como uma "solução cultural de compromisso". Ainda, no quadro das análises de contextos coloniais, encontramos em Paul Boahannan a noção de "working misunderstanding", que sugere , evidentemente, a existência de incompreensões e conflitos que, a despeito das distintas acepções e interesses implicados, operacionalizavam as relações sociais entre colonizadores e colonizados. Ver: BOHANAN, Paul. *"The Differing Realms of the Law."* American Anthropologist 67, no. 6: 3342., 1965; GINZBURG, Carlo. GINZBURG, Carlo. *Historia noturna: decifrando o saba.* São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1991; DULLEY, Iracema. *Deus é feiticeiro: prática e disputa nas missões católicas em Angola colonial*. São Paulo, SP: Annablume: FAPESP, 2010.

indefinido e arbitrário do costume, entendido aqui não como uma correspondência ao dinâmico substrato das relações sociais no seio das populações africanas, mas como um dispositivo que servia ao interesse das lideranças africanas ou europeias designadas pelo poder colonial.[12]

Em segundo lugar, a partir do início da década de 1920, sob o governo do Alto Comissário[13] Vicente Ferreira, cria-se a Direção dos Serviços Pecuários, instituição devotada a fomentar e rentabilizar a atividade pecuária em Angola. O surgimento deste órgão autônomo é tão interessante em seus efeitos quanto naquilo que assinala a respeito do projeto colonial português para a colônia. Se, até então, a atividade pecuária estava relegada aos esforços dos colonos nela diretamente implicados, esta passa a ser, a partir daí, objeto de preocupação sistemática e específica por parte do estado, ou seja, pode-se dizer que, na década de 1920, tem início a elaboração de projetos deliberadamente voltados à organização da produção e comércio de animais em Angola. No que diz respeito ao sul de Angola, região povoada por diversas sociedades pastoris e agro-pastoris, bem como por colonos diretamente envolvidos no comércio de gado, os impactos desta nova orientação foram bastante significativos. Entretanto, ainda que a criação da Direção remonte ao início da década de 1920, de acordo com os próprios funcionários que a compunham, foi só a partir da década de 1930 que, de fato, os recursos materiais, intelectuais e logísticos permitiram uma atuação satisfatória em Angola.

Os três capítulos que compõe este livro se debruçam sobre processos históricos que, ainda que distintos, assinalam ou revelam a particularidade da situação colonial no sul de Angola. Do nosso ponto de vista, tal particularidade deriva da já mencionada configuração social de fronteira. Ao se apropriar do conceito de Igor Kopytoff para descrever a região, Ruy Duarte de Carvalho produz uma ligeira, porém significativa, transformação da perspectiva original[14]. Segundo Kopytoff, a fronteira africana por ele analisada "consists of politically open areas nestling between organized societies but ' internal' to the larger regions in wich they are found- what might be called 'internal' or 'interstitial' frontier."[15]Ao reputar ao sul de Angola colonial uma dinâmica social de fronteira, Duarte de Carvalho parece sugerir que, a

12. De acordo com Mahmood Mamdani, em seu estudo sobre a configuração do estado tardo colonial e pós - colonial em África, o costume era um campo de disputa, no qual de articulavam os interesses das lideranças africanas escolhidas ou sancionadas pelo poder colonial e as demandas dos agentes europeus. Este modelo conceitual, apesar de bastante generalizante, nos fornece preciosas coordenanadas para analisar o contexto colonial do sul de Angola. No interessamos particularmetne na ideia de instituiçoes coloniais como produto das interações possíveis nos contextos sociais em que surgiram, nem como imposição nem como resistência. Além de Mamdani, também o trabalho de Martin Chanock desenvolve uma perspectiva semelhante. CHANOCK, Martin. *Law, custom and social order: the colonial experience in Malawi and Zambia.* Portsmouth: Heinemann, c1998, MAMDANI, Mahmood. *Citizen and subject: contemporary Africa and the legacy of late colonialism.* Princeton, NJ: Princeton Univ. Press, c1996

13. A partir de 1930, os Altos Comissários são substituídos pelos Governadores Gerais das Colônias, no seio da política do Estado Novo de reduzir a autonomia econômica e política das colônias.

14. CARVALHO, Ruy Duarte de. *Os kuvale na história, nas guerras e nas crises. Artigos e comunicações (1994– 2001).* Luanda: Editorial Nzila, 2002

15. KOPYTOFF, Igor. *The Internal African Frontier. The Making of African Political Culture. In:* KOPYTOFF, Igor (Ed.). *The African frontier: the reproduction of traditional African societies.* Indiana University Press, 1987.

despeito da presença colonial portuguesa, a interação entre os agentes no terreno deixava entrever um processo de constante negociação das prerrogativas de poder político, social, econômico e simbólico.

Neste texto, buscamos argumentar que, através da leitura crítica dos projetos de ocupação pecuária da década de 1930, dos documentos que embasam a criação da Zona Mucubal, em 1934, bem como daqueles que nos informam sobre o genocídio de 1940/41, é possível compreender as estruturas através das quais esta negociação se dava na região. Por outro lado, nos esforçamos por explicitar da maneira mais complexa e sofisticada possível o lugar e os interesses das sociedades africanas inscritas nestes processos. A despeito de lidarmos com uma documentação produzida exclusivamente pelos portugueses, acreditamos que não é possível compreender o universo de relações constitutivas do sul de Angola sem atentarmos para os diversos grupos e sujeitos em conjunto.

O primeiro capítulo se dedica à análise do projeto de ocupação pecuária organizado pelos funcionários da recém criada Direção dos Serviços de Veterinária e *Pecuária* de Angola. Estes sujeitos produziram um volume interessante de informações e reflexões pertinentes sobre a região sul de Angola, uma vez que estavam constantemente atuando no terreno, tomando parte em explorações de diversas ordens e entrando em contato direto com as sociedades africanas. Durante a década de 1930, elaboraram críticas às condições materiais e sociais do sul de Angola, ambicionando tornar a pecuária da região uma indústria rentável. Num universo de populações eminentemente pastoris e agro-pastoris, é evidente que estes sujeitos e o projeto que elaboraram atentavam para as formas africanas de criação animal, buscando entendê-las e, evidentemente, modificá-las.

Segue-se um capítulo no qual tentamos analisar o sentido da constituição da chamada Zona Mucubal. Propomos que esta medida tinha como objetivo estabelecer e consolidar a autoridade colonial sobre pessoas e território, em uma região marcada pela existência de relações sociais não normatizadas, ou seja, que escapavam ao controle formal das instituições do Estado. A partir da análise documental pormenorizada, nos esforçamos em explicitar a tensão entre as expectativas e estratégias elaboradas sobretudo pelos militares e as aspirações e horizontes de interesses dos sujeitos inscritos no tecido social da região. A Zona Mucubal é produto justamente da constatação da implicação generalizada dos africanos e europeus em práticas violentas de roubo e circulação de gado.

Por fim, no terceiro capítulo, buscamos interpretar o genocídio dos mucubais perpetrado em 1940 e 1941 à luz de um contexto político e social marcado pela insegurança de algumas autoridades coloniais em relação, novamente, à evidente precariedade do controle exercido sobre território, pessoas e recursos no sul de Angola. Nossa intenção é tentar demonstrar o processo que acaba por eleger os mucubais como um bode expiatório, imputando-lhes toda a responsabilidade pela existência e perenidade dos circuitos não normatizados de circulação de gado. Argumentamos, assim, que as estratégias mobilizadas

pelas autoridades, a despeito da brutalidade da violência empregada na repressão aos pastores, acabam por fomentar, ao invés de coibir, os processos de apropriação de gado alheio tão condenados por essas mesmas autoridades.

Empregamos ao longo do texto, o termo sul de Angola, designação relativamente genérica, mas que está de acordo com a forma pela qual muitos dos documentos se referem à região administrativa da Província da Huíla.

A história que nos propomos a analisar e, assim, contar, é marcada por um imenso sofrimento. Pessoas tiveram suas vidas brutalmente ceifadas ou desestruturadas, experienciaram sentimentos de perplexidade e terror. Acreditamos, portanto que se faz necessária uma breve reflexão a respeito da importância da disciplina histórica no que concerne à história das populações africanas, por um lado, e a processos de violência, por outro. O tema de que nos ocupamos é profundamente sensível, dada a extensão dos efeitos dos processos estudados e à sua natureza relativamente recente. Distintas formas de temporalidade estavam em jogo, percepções alternas sobre o mesmo acontecimento. O papel do historiador enquanto intelectual público, portanto, não pode ser ignorado.

Não pretendemos aqui realizar uma discussão exaustiva a respeito da relação entre processos de genocídio e a história como disciplina. Com efeito, é interessante perceber o quanto eventos como o genocídio promovido pelos nazistas impactaram as discussões sobre a experiência do tempo e , consequentemente, sobre a elaboração de narrativas sobre o passado.[16] Escolhemos perseguir, nesta sessão da introdução, as contribuições de autores envolvidos em debates sobre a escrita da história, tendo como foco experiências de violência e autoritarismo. Esperamos poder articular a reflexão sobre a disciplina aos genocídios coloniais e à história da África. A história dos mucubais assinala uma multiplicidade de experiências, uma vez que constituída pelas possibilidades, sensibiliades e decisões à disposição de todos os agentes e grupos envolvidos no processo de territorialização e genocídio. Estas diferentes experiências são mais ou menos acessíveis de acordo com os vestígios materiais nos quais foram registradas, entretanto, no debate que se segue, gostaríamos de demonstrar a importância de se buscar a todo custo expor os vestígios possíveis das experiências dos afriacanos, decisivas para a compreensão dos desdobramentos e da natureza do processo analisado.

O problema da articulação entre diferentes formas de temporalidade, ou, como quer o historiador François Hartog[17], de experiências do tempo, orienta um debate teórico que concerne tanto a história enquanto disciplina, quanto a história dos africanos enquanto história de minorias sociológicas culturalmente distintas das sociedades ocidentais. Esse

---

16. FRIEDLANDER, Saul (compil.). *En torno a los límites de la representación: el nazismo y la solución final.* Bernal, Argentina: Universidad Nacional de Quilmes, 2007.

17. Tanto François Hartog como Pierre Nora, ainda que especializados em temas distintos daquele aqui abordado, deram contribuiçṍes relevantes para a reflexão sobre história, memória e o papel político do historiador. Por essa razão, alguns de seus trabalhos são evocados nesta sessão.

debate envolve, ou articula, duas questões fundamentais: em primeiro lugar, coloca-se o problema epistemológico da disciplina, ou seja, os limites daquilo que pode ser por ela conhecido; em segundo lugar, emerge a reflexão sobre o papel da história na esfera pública, bem como sobre a relevância política da atuação do historiador.

Já Hannah Arendt, na década de 1950, aponta para o transcurso de um processo de hipertorfia da lacuna entre passado e futuro. Assim, segundo a filósofa, no passado, tal lacuna era habitada pelos poucos que se dedicavam somente ao pensamento, e era preenchida pelo que se convencionou chamar tradição. Com a ruptura desta tradição - a qual, para Arendt, se dá de maneira definitiva após as experiências totalitárias - porém

> "a lacuna entre o passado e o futuro deixou de ser uma condição peculiar unicamente à atividade do pensamento e adstrita, enquanto experiência, aos poucos eleitos que fizeram do pensar sua ocupação primordial. Ela tornou-se realidade tangível e perplexidade para todos, isto é, um fato de importância política."[18]

Com efeito, a completa falência das balizas morais conhecidas e a inutilização das categorias usuais do pensamento promovidas pelos totalitarismos inscreveram toda a humanidade no âmbito de uma experiência do tempo marcada pela perplexidade. O problema da relação entre passado e futuro transborda, então, os limites do campo intelectual e passa a inundar o campo da política.

Admitindo-se, assim, que os historiadores estão incumbidos justamente de pensar sobre o passado, de dizer sobre ele, e que, entretanto, como sugere Arendt, este passado não pode mais ser confinado ou controlado, está aberto a percepção e é alvo de preocupação coletiva, pode-se afirmar que aquilo que antes fora somente a matéria do historiador passa a ser apropriada e instrumentalizada pelos mais diversos grupos sociais.

Preocupado com a relação entre a história profissional e as questões políticas mais prementes do presente, Hayden White[19] formula uma crítica profundamente acerba ao exercício daquela. Com efeito, infere que a profissionalização dos estudos históricos está atrelada à necessidade de fornecer "genealogies for the new nation state formations, and charged with providing an antidote to the appeal of the future- oriented and socially transformative ideologies."[20] Desse ponto de vista, a disciplina histórica exerceria um papel político profundamente conservador, uma vez que opera uma cisão entre duas noções de história antes indistinguíveis: o passado histórico, caracterizado por um pretenso

---

18. ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro.* 6. ed. São Paulo, SP: Perspectiva, 2009,.p. 39

19. É interessante notar que Hayden White, nos trabalhos aqui referidos, se dedica a debater o lugar da história enquanto narrativa que reproduz a dominação burguesa ao submeter e menosprezar as narrativas locais, baseadas nas experiências e formas de elaboração do passado mobilizadas pelos sujeitos envolvidos nos proecessos. Esta discussão se mostra muito pertinente no caso deste trabalho, na medida em que gostaríamos de justificar a importância da disciplina justamente na avaliação e veiculação responsável destas narrativas.

20. WHITE, Hayden. 2. *The public relevance of historical studies: A reply to Dirk Moses*. History and Theory, v. 44, n. 3, 2005, p. 334

desinteresse por parte dos historiadores, os quais passam a ser os únicos capazes de mostrar o que realmente aconteceu, e o passado prático, considerado como depósito de ideiais, exemplos, eventos dignos de lembrança e repetição, o tipo de passado que pessoas ordinárias, assim como políticos, etc., utilizam como uma realidade imaginada.[21]

Para White, a pretensão de objetividade e neutralidade na história colide com a dimensão ética do passado, uma vez que a matéria do passado levanta questões e provoca sentimentos ambivalentes sobre nós e sobre o Outro, sentimentos estes que surgem em situações que exigem escolha e engajamento em situações existenciais determinadas[22].

Assim, prossegue o autor

> "I do not only deny the authority of ' professional historians' to 'police' anything, I also deny that historians, in their current 'professional' capacity, posses the resources necessary for rendering 'ethically responsible' judgments on whatever is we mean by 'history'. In other words, as a result of history's efforts to transform itself into a ' science', however modest, however different from the physical science paradigm, in its desire to 'tell the truth' about the past (…) professional historiography cannot honorably participate in discussions of the main political, ethical, and ideological issues […]"[23]

Portanto, segundo White, a constituição mesma da história enquanto forma de conhecimento objetivo do passado inviabiliza sua participação consequente na esfera política. Da referida distinção entre uma história profissional e uma "existencially engaged confrontation with the great enigms of temporality, death and absence", adviria o que o autor entende como uma ambivalência sentida pelos estudos históricos de nosso tempo: ao mesmo tempo em que se processa uma crescente perda de interesse no trabalho de historiadores profissionais por parte da população leiga, ressurge o interesse pela "historiografia prática"- "witness literature, postmodernist historical novels, historical biography (...) the ' colective memory' scam, and so on."[24]

A lacuna entre o passado e o futuro, à qual Arendt faz referência, passa então não só a ser habitada pelos não-especialistas, como se torna palco de uma disputa por meio da qual são postos em cheque o sentido e a pertinência da historiografia profissional. O historiador Pierre Nora, apreensivo em relação à atual pressão pela submissão do ofício do historiador a causas políticas, infere que a tensão entre história e política- significando política memória e ideologia- é "l'antagonisme de l'heure"[25]. Isto porque o historiador é cada vez mais solicitado como intérprete e articulador da demanda social, comprometendo sua produção histórica com a legitimação de um determinado projeto político. Por outro

---

21. Idem, p. 335
22. Idem, p. 338
23. Idem, p. 335
24. Idem, p.335
25. NORA, Pierre, *L'histoire au péril de la politique.* Versão editada do discurso de encerramento proferido quando da conferência "Rendez-Vous de l'Histoire" , que teve lugar em Blois, entre 13 e 16 de outubro de 2011, p. 3

lado, como pontua François Hartog, o historiador atual experiencia uma situação de perda credibilidade, na qual o discurso da testemunha, proferido de forma direta para o interlocutor, adquire o estatuto de autoridade sobre o passado[26], a revelia da historiografia.

É plausível afirmar, portanto, que a história profissional vivencia, atualmente, uma crise que recai sobre sua credibilidade e sobre sua importância política. Face a esse quadro, um intelectual como Hayden White chega a se questionar se a história mereceria salvação.[27]

Para o historiador Dirk Moses[28], a resposta seria sim. Contrapondo-se ao argumento de White, segundo o qual a objetividade na história profissional seria um instrumento ideológico conservador, destinado a afastar a ameaça de ideologias utópicas e progressistas, Moses argumenta que uma narrativa que não se proponha a cumprir critérios de objetividade, prestando-se tão somente a inspirar as pessoas no enfrentamento de questões existenciais cotidianas, pode servir de suporte para ações genocidas de elites nacionalistas, justamente através da instrumentalização de memórias coletivas; por outro lado, infere que num período de genocídios, guerras imperialistas e limpezas étnicas, usar a história para prevenir -tanto quanto possível- tais eventos- contrapondo-se a narrativas que embasam ações violentas- é uma profunda expressão de esperança.[29] Sutenta, por fim, que a proposição de perguntas desconcertantes e o processo de validação de uma dada interpretação, por meio da formulação e resposta a perguntas difíceis, seria capaz de desvelar a dimensão moralizante ou ideológica que anima a interpretação em causa. Para Moses, ainda que a distinção entre " valores" e "fatos" não seja exatamente clara, o processo de validação racional dos argumentos historiográficos é capaz de desconstruir o comprometimento de certas análises com a legitimação de uma identidade nacional ou étnica.[30]

De maneira análoga, Frederick Cooper pondera que "history is no more innocent of its past than any other human endeavor, and it's a past of power and inequality, not a symmetrical past"[31], porém, entende que a imposição de ordem não é apanágio da história acadêmica, ou seja, que a ideia de que a história não acadêmica seria mais plural só é

26. HARTOG, François. *Evidência da história: o que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Authentica Editora, 2011, p. 228

27. WHITE, Hayden. *The public relevance of historical studies: A reply to Dirk Moses*. History and Theory, v. 44, n. 3, 2005, p.335

28. O historiador Dirk Moses dedica grande parte de sua produção historiográfica, por um lado, a processos genocidários ocorridos na atual Austrália no período de ocupação por colonos britânicos, e, por outro, à enfrentar a produção intelectual que toma o Holocausto como representante por excelência dos processos de genocídio. Moses busca estabelecer parâmetros para estudos comparativos, que tomem a noção de genocício como categoria analítica. Ver MOSES, Dirk. (ed.). *Genocide***.** Abingdon; New York, NY: Routledge, 2010

29. MOSES, A. Dirk. *Hayden White, traumatic nationalism, and the public role of history*. History and Theory, v. 44, n. 3 2005, p. 330

30. MOSES, A. Dirk. *The public relevance of historical studies: a rejoinder to hayden white*. History and Theory, v. 44, n. 3, 2005, p. 345

31. COOPER, Frederick. *Africa's Pasts and Africa's Historians.* Canadian Journal of African Studies/La Revue canadienne des études africaines, v. 34, n. 2, 2000, p. 300

plausível caso arregimentemos todos as formas possíveis de ordenar e contar o passado. Ademais, argumenta Cooper, a história acadêmica pode ser usada para contestar as próprias bases por ela geradas. Certamente, de acordo com o autor, existem "gatekeepers within the profession as with any other"[32], os quais se arrogam a tarefa de impedir e controlar esta contestação, porém, afirma, eles não são sempre bem sucedidos. Assim , prossegue, disputas serão travadas a respeito de quais histórias são aceitáveis, mas seria um erro político e intelectual nos rendermos neste campo de batalha.

Tanto Moses quanto Cooper compreendem a história acadêmica e o exercício da crítica consequente como fundamentais no combate a narrativas produzidas por grupos étnicos ou nacionais que sustentem a adoção de práticas e políticas violentas a partir de argumentos pretensamente históricos. Neste sentido, Cooper expressa também uma preocupação com a ocupação do espaço da produção de conhecimento histórico por profissionais engajados na reprodução e veiculação de esteriótipos e versões eurocêntricas da história dos africanos. As consequências políticas de um recuo dos historiadores no campo da interpretação do passado pode ter consequências drásticas, como foi o caso durante o genocídio de Ruanda. Assim, segundo Cooper, "when the Rwanda genocide broke out, newspapers immediately proclaimed it a ' tribal bloodbath'- Africans living out their ancient hatreds, with nothing for the rest of the world to do but watch", ou seja, não só as narrativas históricas sectárias produzidas por entidades políticas específicas, como também a omissão, "distortion and willful ignorance do have their consequences".[33]

No que diz respeito às histórias dos africanos, só muito recentemente estas lograram desvencilhar-se, e, ainda assim, não completamente, de representações reducionistas, eurocêntricas e, por que não, colonialistas. Tais representações, como demonstra o exemplo fornecido por Cooper, podem vir a ter um peso significativo na percepção que a opinião pública internacional tem de dilemas políticos africanos no presente, fato que pode ser decisivo para a legitimação da violência pelo uso político da história. Portanto, apreciar criticamente e inscrever as histórias dos africanos no âmbito das histórias pertinentes, reconhecer o papel dos africanos na transformação de suas próprias existências, significa abrir um espaço para contestação da pretensa superioridade inelutável das instituições e dos valores europeus, bem como para a defesa da pertinência de outras racionalidades, temporalidades e formas de existência que não as que nos são familiares. Se, como quer Cooper, a história não oferece lições, mas sugere possibilidades e demonstra que alternativas existiram no passado[34], a história dos africanos desafia " a noção de que a história contada de um ponto de vista restrito e de uma população menos representativa tenha um menor valor e universalidade."[35]

32. Idem, p. 300

33. Idem, p.305

34. Idem, p. 312

35. FEIERMAN,Steven. "African Histories and the dissolution of world history". In: Bates, R.H., Mudinbe, V.Y. and O´Barr, Jean. *Africa and the disciplines*. The contributions of researche in Africa to the Social Sciencies and Humanities. Chica-

Para o historiador Setven Feierman, não é possível entender as histórias africanas sem investigar " de que modo os povos estabeleciam relações de dependência ? Como a autoridade era instituída? Quais eram os idiomas de poder nas histórias regionais da África?".[36] No caso do sul de Angola nos parece ser plausível afirmar que a transação em gado constituia um idioma de poder próprio das sociedades pastoris africanas, o qual paulatinamente passa a ser reconhecido e mobilizado por colonos e por autoridades coloniais. Ao falarmos na necessidade de se resgatar as histórias africanas, não almejamos apreender uma história africana pura, imaculada, mas sim entender as conexões, convergências e conflitos entre experiências distintas da realidade que, em um dado momento, se veem comprimidas e obrigadas a, de alguma forma, interagir. Em certo sentido, acreditamos que, no que tange ao exame da história dos africanos, é imperativo o abandono de preconcepções pautadas na ideia de progresso, em favor do que François Hartog denomina um passado imprevisível ,

> "Um passado imprevisível significa algo mais: novas questões a colocar ao passado e, se possivel, novas respostas de sua parte,considerando-o um campo de potencialidades, de que algumas começaram a acontecer, foram interrompidas, ou evitadas ou destruidas."[37]

Tanto Cooper como Feierman se dedicaram ao estudo de processos coloniais ou pós- coloniais a partir das experiências dos próprios africanos, ou, melhor dizendo, tomando esta experiência e as decisões que engendravam como elementos decisivos para a compreensão destes processos. É certo que sua contribuição para a história da África foi absolutamente decisiva, no campo da história do trabalho e das relações políticas, das percepções alternas de tempo e espaço, dos processos de luta por liberdade e direitos. Gostaríamos, entretanto, de ressaltar o quão delicada é a tarefa que o historiador assume ao tratar de temas como genocídios ou mesmo a dominação colonial, na medida em que deve adotar uma postura absolutamente respeitosa e analiticamente responsável. Não podemos deixar de pensar na força das palavras de Ruy Duarte de Carvalho, quando, em *Vou Lá Visitar Pastores...*, afirma que "há o que vi porque mo disseram, há o que vi sem mo terem dito (e às vezes mesmo enquanto me diziam outas coisas), há o que conto e há o que não conto e pronto!"[38]

---

go: The University of Chicago Press, 1993, pp. 167-212. (Versão em português cedida para circulação restrita por Maria Cristina Wissenbach), p. 13

36. FEIERMAN,Steven. "African Histories and the dissolution of world history". In: Bates, R.H., Mudinbe, V.Y. and O´Barr, Jean. *Africa and the disciplines*. The contributions of researche in Africa to the Social Sciencies and Humanities. Chicago: The University of Chicago Press, 1993, (Versão em português cedida para circulação restrita por Maria Cristina Wissenbach), p. 20

37. HARTOG, François. *Time, History and the writing of History : the order of time.* KVHAA, Konferenser 37:95 - 113, Stockholm 1996, p. 13

38. CARVALHO, Ruy Duarte de. *Vou lá visitar pastores: percurso angolano em território kuvale*. Lisboa: Cotovia, 1999, p, 206

CAPÍTULO 1

GADO E ESPAÇO: O PROJETO DE OCUPAÇÃO PECUÁRIA DO SUL DE ANGOLA

Este capítulo se dedica a compreender o projeto de ocupação pecuária elaborado no âmbito dos Serviços de Veterinária e *Pecuária* de Angola. Para isso, nos baseamos sobretudo na revista *Pecuária: Anais dos Serviços de Veterinária e Pecuária de Angola*, em diálogo com documentos administrativos produzidos durante finais da década de 1920 e década de 1930. Dividimos o capítulo em três sessões. A primeira apresenta e discute as perspectivas dos técnicos a respeito do sul de Angola, bem como as diretrizes que norteavam o projeto de ocupação pecuária. A segunda sessão busca compreender como os responsáveis pela elaboração desta empreitada concebiam o espaço, os sujeitos e os recursos que caracterizavam a região. Por fim, a terceira se dedica a apresentar e analisar mais especificamente a relação entre o projeto de ocupação pecuária e a população pastoril mucubal, em diálogo com a produção historiográfica sobre o colonialismo português no sul de Angola.

A OCUPAÇÃO PECUÁRIA DO SUL DE ANGOLA: PRIMEIROS PASSOS

É sintomático que nossa principal fonte a respeito dos projetos e da atuação do quadro de funcionários que compunham os Serviços de Veterinária e *Pecuária*, a revista *Pecuária: Anais dos Serviços de Veterinária e Pecuária de Angola*[1], cujo propósito era o de publicizar e legitimar a importância da pecuária para a economia colonial, comece a ser publicada apenas a partir de 1930 com textos produzidos somente a partir desta data.

A *Pecuária* constitui um manancial documental assaz rico para o estudo do contexto social, econômico e político do sul de Angola, uma vez que, dada natureza recente e, por vezes, precária dos Serviços Pecuários na região, os funcionários eram levados a elaborar relatórios que buscassem delinear e apresentar o universo no qual a sua atuação era levada a cabo.[2] É assim que encontramos na revista não somente publicações de teor técnico, mas também relatórios de reconhecimento geográfico e ecológico, bem como esboços daquilo que a historiadora Isabel Castro Henriques denomina "antropologia pragmática", ou seja, esforços por parte dos veterinários no sentido de compreender as instituições e as práticas das populações pastoris da região. É necessário ainda assinalar que a presença

1. Nos referiremos, a partir de agora, em respeito à paciência e comodidade do leitor, a esta publicação como *Pecuária.*
2. SEQUEIRA, Frederico Bagorro. *Balanço Oportuno.* In: *Pecuária: Anais dos Serviços Pecuários da Colônia de Angola, Luanda: Luanda. Imprensa Nacional,* 1933.

destes funcionários no sul de Angola, bem como a publicação de seus trabalhos, evidencia insatisfações, críticas e conflitos com relação à estrutura pecuária da região, uma vez que uma das constatações mais reiteradas nos textos produzidos é justamente o caráter pouco satisfatório da indústria e das práticas comerciais em vigor durante a década de 1930.

Estas insatisfações são, do ponto de vista do historiador, ricas, na medida em permitem perceber e reinterpretar um universo de relações que, ao contradizer as expectativas de alguns agentes coloniais, revelam, ou ainda, insinuam, a tenacidade de configurações sociais que frustravam as perspectivas do projeto colonial elaborado para a região. Ou seja, pode-se desconfiar que as relações sociais vigentes no sul de Angola durante a década de 1930 derivavam de um processo de interação que implicou na articulação conflituosa entre interesses, práticas e símbolos aportados pelos diferentes agentes em presença, fossem eles europeus ou africanos.

Trabalharemos com a já apresentada hipótese de Duarte de Carvalho[3], segundo a qual o sul de Angola constituía uma zona marcada por um vácuo de jurisdição, justamente porque ela nos permite entender como a jurisdição era menos um fato do que um objeto de disputa, disputa esta que concernia inclusive formas alternas de acesso a recursos, relações de propriedade, circulação de bens e exercício do poder. Não supomos, portanto, a existência de um sistema político colonial no qual os africanos encontravam espaços de atuação intersticiais, mas sim de uma configuração política e social no seio da qual a atuação dos africanos era elemento constitutivo e definidor. Esta hipótese ganha fôlego na medida em que, ao contrastarmos as expectativas do projeto de ocupação pecuária elucubrado pelos agentes dos Serviços Pecuários com as descrições que faziam das formas de produção e comércio de gado, percebemos em que medida os sistemas pastoris africanos eram centrais para a economia pecuária. Ou seja, em grande medida, pode-se afirmar que uma das ambições encarnadas neste órgão era justamente a criação de um sistema de profilaxia, transporte e produção animal que estivesse sob o controle das autoridades coloniais, ambição que assinala justamente o fato de que a situação não era satisfatória.

Na edição de 1936 de *Pecuária*, publicam-se as bases orgânicas que definem as atribuições dos Serviços de Veterinária e Indústria animal da colônia de Angola, a partir dos quais pode-se depreender quais eram as principais preocupações que norteavam a intervenção do órgão:

> "Aos Serviços de Veterinária e Indústria Animal, compete:
>
> 1° - O estudo da patologia animal, pelo exame direto e investigação científica;
>
> 2°- A profilaxia e a erradicação das epizootias e estudo dos processos e da produção dos agentes de combate às mesmas;

---

3. CARVALHO, Ruy Duarte de. *Os kuvale na história, nas guerras e nas crises. Artigos e comunicações (1994– 2001)*. Luanda: Editorial Nzila, 2002

3° Organizar a fiscalização sanitária e comercial dos gados e dos produtos de origem animal, alimentares ou não;

4°- A assistência direta aos gados dos criadores europeus e indígenas.

5°- O estudo das espécies animais domésticas e das espécies selvagens aproveitáveis; a sua seleção e melhoramento pela ação de estabelecimentos zootécnios privativos; o ensino da indústria animal e da tecnologia derivada;

6°- O estudo econômico da indústria animal nas colônias e nas suas relações com os mercados externos;

7°- Propor e aplicar as medidas tendentes à realização dos seus fins e promover o recrutamento e a distribuição do pessoal necessário."[4]

Estas atribuições estavam diretamente ancoradas na leitura que os agentes dos Serviços elaboravam sobre as demandas da indústria pecuária em Angola. No que diz respeito ao sul da colônia, os textos publicados na revista na década de 1930 fazem constante menção à ideia de que esta era uma região dotada de uma particular e inegável vocação pecuária, a qual, entretanto, ainda se encontrava num patamar pouco satisfatório. Assim, de acordo como veterinário J.J. Leite Velho, em 1930,

> " O distrito da Huíla é rico de bois e poderia ser muito rico em cereais; apesar disso a escassez da chuva provoca a fome. A superabundância de bois, com um valor comercial reduzido e uma exportação emperrada, provoca uma crise difícil de resolver, mal que asfixia uma das principais riquezas da colônia."[5]

Em sentido análogo, o veterinário Emílio Victor Martins, em 1932, infere que

> " De solo arenoso em quase toda a sua superfície- ela não será, talvez, mais do que uma cunha que se vai esbatendo para o deserto de Calaári- esta região a um único ramo de atividade humana pode reagir: a indústria da criação de gado. A agricultura, só em zonas muito limitadas se poderá fazer e, aí mesmo, exclusivamente com caráter experimental; a natureza do solo, as irregularidades do sistema pluvioso, a grande distância dos centros consumidores, afastam toda e qualquer possibilidade de exploração agrícola."[6]

As considerações dos veterinários encarregados dos Serviços não deixam de atingir a sensibilidade do próprio Ministro das Colônias, o qual, em 1932, elabora um decreto regulando a concessão de terrenos para a exploração pecuária em Angola. No corpo deste decreto, pode- se ler que

---

4. AIRES, Antônio Augusto, PRATAS, Abel Lima do Sacramento. *Bases Orgânicas dos Serviços de Veterinária e Indústria Animal do Império Colonial Português* In: *Pecuária: Anais dos Serviços Pecuários da Colônia de Angola, Luanda: Luanda. Imprensa Nacional,* 1936.

5. VELHO, J.J. Leite Delgado. *Delegação de Sanidade Pecuária de Sá da Bandeira- Relatório de Serviço.* In: *Pecuária: Anais dos Serviços Pecuários da Colônia de Angola, Luanda: Luanda. Imprensa Nacional,* 1930

6. MARTINS, Emílio Victor. In: *Pecuária: Anais dos Serviços Pecuários da Colônia de Angola, Luanda: Luanda. Imprensa Nacional,* 1932

> "Todo o sul de Angola, pode-se dizer em resumo, tem o seu futuro ligado aos progressos da pecuária. Escreveram técnicos autorizados que muitas regiões só na criação de gado poderão se aproveitadas durante largos anos. Das populações angolanas uma grande parte tem na pastorícia o seu melhor emprego, porque para ele a chama uma forte vocação natural: há vastas regiões onde todos são pastores ou criadores de gados."[7]

Se, por um lado, era evidente aos quadros administrativos especializados que o futuro econômico do sul de Angola estava diretamente atrelado ao sucesso de uma exploração pecuária eficaz, não era menos patente que um qualquer projeto de ocupação da região se deparava com empecilhos de diversas ordens. Ou seja, assinala-se aqui um problema que toca a própria orientação da produção historiográfica a respeito do sul de Angola durante a década de 1930. Tendo sido a região palco de alguns dos mais violentos e prolongados conflitos militares durante as guerras de pacificação, fato que acarretou uma relativamente extensa produção bibliográfica sobre o período em que vai de finais do século XIX a 1917, temos a impressão que a própria imposição da derrota aos povos do sul culminou em um grande desinteresse por parte dos historiadores na história das relações entre africanos e europeus na região ao longo do período subsequente. Ora, a exígua historiografia devotada ao estudo dos processos históricos no sul, é marcada por um paradigma analítico que contrasta momentos de agência relativamente autônoma das sociedades africanas com períodos em que a dominação colonial de fato de se impunha e passava a condicionar as escolhas destas mesmas sociedades.

É assim que os dois principais trabalhos sobre o período colonial no sul de Angola, nomeadamente, as obras *Slaves Peasants and Capitalists,* de Gervase Clarence-Smith, e a *História das Guerras de Angola*, de René Pelissier, arrolam claramente a hipótese de que, após o fim das guerras de pacificação, teria se instaurado um sistema tal de dominação que inviabilizaria a agência africana para além dos quadros definidos pelas demandas do modo de produção capitalista, controlado pelo que Clarence- Smith denomina "núcleos coloniais".[8] Este último historiador chega a mesmo afirmar que após 1926, com a chegada ao poder do Estado Novo, o sul de Angola teria sido esquecido, proscrito das preocupações do projeto colonial português.[9] Este paradigma historiográfico reputa a retomada da agência africana aos movimentos de libertação nacional, ou seja, trabalha com um modelo analítico que interpõe um hiato entre um período de relativa autonomia das sociedades africanas- que teria começado a ser erodido em finais do século XIX- e uma conjuntura na qual a agência é restituída através do engajamento dos africanos em formas de organização e reivindicação política ditas "modernas".[10]

---

7. Diário Oficial. In: *Pecuária: Anais dos Serviços Pecuários da Colônia de Angola, Luanda: Luanda. Imprensa Nacional,* 1930-31-32, p. 160/161

8. CLARENCE-SMITH, Gervase. *Slaves, peasants and capitalists in southern Angola, 1840- 1926.* Cambridge: Cambridge University Press, 1979, p. 57

9. Idem, p. 97.

10. Ver, por exemplo, o trabalho de René Pelissier sobre as guerras coloniais. PÉLISSIER, René. *Historia das campa-*

No que respeita ao projeto de ocupação pecuária do sul de Angola, vemos que este começa a se desenvolver, no sentido de angariar recursos e organização institucional autônoma, bem como produzir relatórios em um meio de divulgação periódico, justamente na década de 1930. Ou seja, se o sul foi esquecido, foi esquecido por quem? Certamente não pelos agentes diretamente implicados no interesse pela criação de animais, compreendendo aqui não só os portugueses, mas também os pastores africanos.

Os principais entraves ao desenvolvimento de uma indústria pecuária no sul de Angola, do ponto de vista dos funcionários dos Serviços, se referiam a três ordens de problemas, que podem ser analiticamente definidos como: 1. limites impostos pela configuração geomorfológica da região, ou seja, regularidade e disponibilidade de recursos como água e pastos para os animais; 2. desorganização administrativa e logística da atividade pecuária em seus distintos níveis, produção, comércio interno, exportação, fiscalização, controle de qualidade; 3. por fim, as formas de pastorícia africana, consideradas ao mesmo tempo como bem adaptadas ao terreno, mas marcadas por interesses e práticas culturais tidas como irracionais, que dificultavam o controle e previsibilidade da produção. Assim, muitos dos trabalhos e propostas executados pelos funcionários dos Serviços devotavam-se a superar estes obstáculos.

PERSPECTIVAS E LIMITES: O TERRENO, OS HOMENS, O GADO

É importante atentar para o fato de que a indústria pecuária de Angola, na seio da qual a região sul era o mais destacado expoente, atendia a mercados bastante distintos ao longo mesmo da décadas de 1920 e 1930. De uma maneira geral, as estatísticas de exportação fornecidas pelos Serviços Pecuários nos informam que, ao longo do período, as exportações eram marcadas, em primeiro lugar, por uma forte oscilação nas quantidades e valores exportados e, em segundo, por uma paulatina exclusividade da importação pelo mercado metropolitano. Assim, em 1921, as exportações de animais vivos eram da ordem de 2.874 cabeças, sendo o Congo Belga e as ilhas de São Tomé e Príncipe mercados exclusivos. As exportações para o Congo Belga se acentuam até atingir o pico de 8.630 cabeças em 1929, quando o número de animais exportados totaliza 11.315 cabeças. Porém, a partir de 1929, o cenário de crise econômica passa a dinamizar políticas de autossuficiência produtiva em diversos cenários coloniais, o que implica não só em uma vertiginosa queda nas exportações angolanas, as quais, já em 1930, contarão somente com 7.901 cabeças, como na paulatina perda dos mercados estrangeiros pela indústria pecuária da colônia. Assiste-se a uma acentuada concentração da exportação para a metrópole, de modo que, a partir de 1933, aquele se torna o mercado quase exclusivo para

nhas de Angola: resistencia e revoltas (1845-1941). Lisboa: Estampa, 1986. No que respeita ao sul de Angola, sustentamos que este paradigma se mantém, em grande medida, pela escassez de trabalhos dedicados ao período colonial posterior a 1926.

os produtos da pecuária angolana, importando 92% das cabeças de gado.[11]

É evidente, portanto, que a indústria pecuária adquire uma importância crescente no seio da relação entre colônia e metrópole ao longo da década de 1930. Porém, as estatísticas não nos fornecem informações suficientes para compreender os circuitos através dos quais os produtos animais eram produzidos, comercializados e distribuídos. E era justamente em relação a estes circuitos que os funcionários dos Serviços Pecuários buscavam atuar, tendo em mente os três problemas acima assinalados. No que respeita às questões geomorfológicas da região, destaca-se fundamentalmente a questão da irregularidade das chuvas e, portanto, das fontes de água para a criação animal. De acordo com o veterinário Carlos Baptista Carneiro,

> " O regime de chuvas no sul de Angola é de uma irregularidade inquietante. Ora são torrenciais, enchendo de água os rios, inundando as planícies, formando lagoas nas terras baixas e fertilizando, com exuberância, o solo, ora são raras e tão escassas que mal refrescam a terra requeimada por um sol violento e torturante. Mas, por desgraça destas terras e das gentes que as habitam, são raros os anos de boa chuva e frequentes aqueles em que a seca traz desassossegos e causa destroços na vida animal e vegetativa deste recanto angolano. E em tais anos é atormentadora a vida dos seres animados que na terra buscam alimentos e água que resolvam, equilibradamente, as suas necessidades fisiológicas, o seu trabalho vital. É confrangedor o viver dos povos indígenas que, cuidando dos seus rebanhos como preocupação única , não encontram para eles os pastos precisos e a água que lhes é indispensável. A vida dos rebanhos é errante e comiseradora. em busca de pastos deslocam-se permanentemente, na esperança tantas vezes falível de encontrar terras que a seca não tenha atingido e que lhes dêem, ainda com seiva, ressequidas, gramíneas ou folhas viçosas de leguminosas, cheias de espinhos."[12]

Ora, essa conformação das condições naturais no sul de Angola implicava, para os veterinários, um flagelo que tangia não somente a produção animal, mas ainda a própria existência e modo de vida das populações pastoris, as quais detinham a maior parte dos animais. Era compartilhada por estes funcionários a perspectiva civilizacional que considerava determinadas características das sociedades pastoris como signos de primitivismo, como por exemplo o nomadismo e a suposta miséria orgânica a que pessoas e animais estavam submetidos no seio de um tal regime. A pastorícia africana, como já foi acima referido, era compreendida por estes agentes como um sistema produtivo relativamente eficaz e importante, à condição de que fosse enquadrada nos imperativos da indústria animal, por meio da intervenção dos Serviços Pecuários. É sintomático, portanto, que essa política de ocupação pecuária estivesse ancorada menos na destituição e expropriação dos pastores, e mais naquilo que os funcionários dos Serviços Pecuários

11. *Pecuária: Anais dos Serviços Pecuários da Colônia de Angola, Luanda: Luanda. Imprensa Nacional,* 1930- 31-32, p. 99-111

12. CARNEIRO, Carlos Baptista. *Terras do Sul de Angola- O problema da* água. In: *Pecuária: Anais dos Serviços Pecuários da Colônia de Angola, Luanda: Luanda. Imprensa Nacional,* 1936, p. 139

definiam como “fomento econômico” dos africanos. Pode-se dizer que, em grande medida, os problemas relativos à pecuária no sul de Angola, orbitavam em torno da questão da pastorícia africana.

Na edição de 1930 da *Pecuária*, o veterinário Artur Almeida D’Eça publica algumas considerações a respeito do III Congresso Colonial Nacional, incluindo em seu texto estratos das propostas aportadas por especialistas em questões coloniais. O III Congresso Colonial, que precede a promulgação do Ato Colonial, legislação que nortearia os contornos jurídicos da colonização portuguesa a partir de 1930, representava um esforço de propor medidas para solucionar os entraves à ocupação das colônias. Almeida D’Eça seleciona as teses que, do seu ponto de vista, estavam mais articuladas às perspectivas que norteavam a atuação dos Serviços Pecuários. Dentre elas, invoca as palavras de um então jovem licenciado em economia e ciências sociais, José Penha Garcia, cuja tese intitulava-se *A Assistência Econômica aos Indígenas*. Penha Garcia, então, afirma que

> “ ‘ O Estado deve estudar convenientemente os melhores métodos para tornar efetiva assistência econômica aos indígenas, segundo as condições especiais das diversas regiões de cada colônia, dando particular importância aos estudos científicos e aos trabalhos preparatórios do fomento, da produção indígena e da colocação dos produtos.[...] ‘Portugal possui vastas colônias no continente africano, preciosas ilhas nas suas costas. Para manter em seu completo poder essas possessões, terá de acrescentar todos os dias aos direitos históricos e de civilização que já possuí, novos direitos derivados de sua ação civilizadora e do seu fomento econômico. (...) Se quisermos integrar o indígena num plano inteligente de produção, é necessário que o seu esforço não resulte estéril não só para ele como para os outros. è necessário que a produção indígena não fique com o mercado limitado a um escasso território, mas que possa alcançar as grandes vais da circulação mundial. Antes disso, só poderá ser o que era, isto é, uma organização primitiva, destinada a satisfazer as necessidades dum meio restrito. Para transportar a carga normal dum vagão de mercadorias de 10 toneladas calcula-se que sejam necessários pelo menos 300 carregadores. É, pois, natura que antes que se possa dispor de meios de transporte convenientes, o desenvolvimento das culturas indígenas seja diminuto. O transporte fica restrito às mercadorias de alto valor, únicas suscetíveis de pagar o elevado frete, imposto pela ausência de meios de circulação adequados. Não resta pois dúvida que o primeiro objeto duma política eficaz de assistência é o estudo cuidadoso das questões de transporte. Tornando possível a exportação e importação de produção de fraco valor, os transportes econômicos são primeiro passo para um fomento eficaz de produção . A construção de estradas, como forma conveniente de assegurar a pacificação e ocupação militar efetiva, teve como consequência a criação de uma vida comercial de segura importância (...). Foi mesmo uma felicidade , que as necessidades estratégicas a isso obrigassem, pois teria sido preciso esperar largos anos para que a maioria dessas estradas se impusessem como úteis e necessárias. (...) O produtor indígena é mais fraco economicamente que o produtor capitalista; por isso a sua ação precisa ser cercada de maiores cuidados e previdência.’”[13]

13. D’EÇA, Artur Almeida. *Notas* à *Margem sobre o 3 Congresso Colonial Nacional.* In: *Pecuária: Anais dos Serviços*

O processo de integração econômica aqui proposto por Penha Garcia, se articulava ao ideal da missão civilizadora portuguesa, e advogava uma articulação entre a produção africana e a produção capitalista. O argumento do autor é entretecido por considerações a respeito do que deve ser preservado e, consequentemente, dos aspectos inconvenientes dos sistemas produtivos africanos, os quais deveriam ser objeto de intervenção e transformação. Delineia- se, aqui, a crença segundo a qual a integração econômica implicaria na concomitante adoção, por parte dos africanos, de formas de organização social e de técnicas produtivas supostamente mais eficazes. De acordo com Penha Garcia, portanto,

> " ' Parece, pois, que se pode concluir que a assistência econômica ao indígena não é incompatível com formas primitivas de propriedade. Naturalmente porém essa assistência, trazendo à comunidade maiores possibilidades de vida, irá promovendo a evolução para formas de propriedade mais adiantadas. A legislação terá de acompanhar essa evolução com prudência, para evitar uma desagregação da família indígena, que se poderia assim produzir e a exploração a que poderia dar origem a comercialização de terrenos já valorizados pelo trabalho indígena.(...) Tornará assim, pouco a pouco, possível a criação de uma classe próspera e ativa de pequenos proprietários rurais indígenas. Se for possível aumentar a capacidade produtiva desses novos proprietários, pela divulgação de métodos mais modernos de cultura e preparação de produtos, a moderna política colonial terá conseguido um dos seus objetivos. Mas ainda se nos afigura longo e difícil o caminho a percorrer e enormes os obstáculos a vencer. [...]A fixação das raças indígenas ao solo, acabando com o nomadismo tão prejudicial sobre todos os pontos de vista, é obra que incumbe ao Estado realizar e que não pode ser confiada às companhias particulares. Essa fixação está ligada a uma política de fomento agrário inteligente. Procedendo assim em nada se prejudicam os interesses das sociedades capitalistas, antes pelo contrário. Valorizam-se regiões dificilmente colonizáveis pelo branco, aumenta-se o poder de compra dos indígenas e robustece-se a mão de obra disponível. Além disso, os trabalhos agronômicos e os estudos a realizar aproveitarão toda a colônia.' "[14]

Aqui, a questão da configuração de uma estrutura logística capaz de articular produção e comércio, de forma a tornar os produtos da pecuária competitivos no mercado internacional, se associava à necessidade da intervenção junto aos sistemas produtivos africanos. Ou seja, a integração destes últimos a uma economia capitalista é percebida como uma decorrência lógica das políticas de fomento a serem desenvolvidas por parte do Estado. Em 1932, Artur Almeida D'Eça tece suas próprias considerações acerca da pastorícia africana e seu lugar na indústria pecuária colonial,

> "Realizar-se-á o aproveitamento de regiões impróprias para outras produções. Dar-se-á, a regiões afastadas das vias de saída para o litoral, onde o transporte da produção é caro e difícil, um produto rico, ***que anda pelo seu pé.*** Fixar-se-ão terras de pastagem, de grande influência no estabelecimento

Pecuários da Colônia de Angola, Luanda: Luanda. Imprensa Nacional, 1930, p. 243

14. Idem, p. 248

futuro do regime de terras , criando-se a noção de propriedade da terra, e não só do gado, como presentemente existe nos povos pastores. Provocar-se-á a fixação das tribos e a diminuição do nomadismo, com o estabelecimento , em melhores bases, da família e do estado social indígena. Do comércio do gado, por tal meio ativado e metodizado, nascerá o aumento das necessidades , estimulá-lo-ão à agricultura dos gêneros de consumo próprio, fixando as suas lavras em locais certos e melhorando a produção com estrumes de curral."[15]

Um tal projeto de ocupação pecuária deveria ser protagonizado pelos Serviços Pecuários com o apoio financeiro do Estado, na perspectiva dos funcionários do órgão. Supunha-se, como explicita Almeida D'Eça, que as populações pastoris africanas ainda não haviam sido completamente articuladas aos imperativos da produção pecuária colonial em virtude da exiguidade de uma estrutura legal e logística que viabilizasse, por um lado, o acesso destas populações a bens e serviços que despertassem seu interesse pelo comércio e, por outro, a transformação de práticas entendidas pelos veterinários como contraproducentes, caso do referido nomadismo. Pode-se perceber que, durante a década de 1930, os esforços de ocupação econômica do sul de Angola se vinculavam à pecuária, a ser desenvolvida a partir de uma articulação que, através de modificações aparentemente pontuais, promovessem a paulatina incorporação da produção pecuária africana.

Neste sentido, muitos dos esforços empreendidos pelos funcionários dos Serviços Pecuários tinham por objetivo tecer e apresentar considerações justamente sobre os sistemas pastoris africanos presentes no sul de Angola, de modo a compreender suas potencialidades e explicitar seus limites. Muitos relatórios foram produzidos tendo como objeto os pastores. Em 1930, o veterinário Carlos Baptista Carneiro publica na *Pecuária* um relatório referente ao período em que atuou como chefe da Delegação de Sanidade *Pecuária* de Mossâmedes, desmembramento dos Serviços Pecuários de Angola na região. Neste documento, apresenta suas impressões sobre os sistemas pastoris africanos, através de uma descrição que articula repreensão, espanto e admiração. Assim, afirma que

"Nada mais permitem estas regiões do que criar e pastar animais. Tão raras vezes chove e tão irregular é o regime pluvioso que ser-se agricultor em terras destas, afora umas ligeiras manchas privilegiadas que se resume às margens dos rios no seu curso inferior e ocupadas por europeus, seria contraria a natureza na lógica ordem como tudo neste mundo foi disposto. E, por natural instinto, o preto é pastor e criado de bois nas regiões onde é possível, fácil e compensador, criá-los; e cria e apascenta carneiros e cabras nas zonas onde só estes animais tem vida assegurada (...). A pastorícia dos bois é movimentada e ninguém melhor que os pastores deste distrito a conhece. E em busca sempre dos melhores pastos e da precisa água que tantas vezes escasseia , deslocam-se , permanentemente, estes povos, com a preocupação única de garantir ao seu gado a boa alimentação e a farta ração de água, esquecendo-se, inteiramente, do seu conforto físico, do natural comodismo do negro doutras terras, que passa a maior parte da sua

15. D'EÇA, Artur Almeida. *O aspecto econômico da intervenção do indígena no fomento pecuário de Angola.* In: *Pecuária: Anais dos Serviços Pecuários da Colônia de Angola, Luanda: Luanda. Imprensa Nacional,* 1932, p. 17

longa vida, estendido numa esteira fofa, sorvendo do cachimbo o fumo áspero de um tabaco que intoxica.(...) Preocupa-se com o boi e atrás dele vivem, numa vida nômada, sem finalidade e sem outra aspiração que não seja a de ver o seu gado farto e dessedentado. (...) para sua alimentação nada mais é preciso que o leite que as suas vacas, diariamente, dão. É uma vida errante e trabalhosa a do pastor destas terras: ora falta água e para a conseguir é necessário rasgar a terra, a abrir cacimbas em profundidade grande até que o líquido aflore; ora é imprescindível fazer largos percursos para garantir aos seus gados a alimentação precisa."[16]

Neste trecho, os pastores africanos são representados através de um conjunto de concepções que, de acordo com os antropólogos John Galaty e Pierre Bonte, será reproduzido inclusive pelos estudos acadêmicos devotados a estas sociedades.[17] No relato em questão, emerge a noção segundo a qual os pastores africanos seriam naturalmente- por vocação- inclinados à criação de gado, dando a entender que a prática da pastorícia seria menos uma característica social do que um dado intrínseco, determinado pela geomorfologia da região. Destaca-se também a imputação de uma autosuficiência econômica, a partir da referência ao leite como único subsídio alimentar necessário à existência pastoril. Este olhar enviesado impedia que os agentes coloniais percebessem a existência de uma racionalidade própria que articulava as diversas formações pastoris e agro-pastoris presentes no sul de Angola, bem como cristalizava a pastorícia enquanto um sistema produtivo que determinava as características sociais e culturais daquelas populações. Isto fica evidente nas considerações de Baptista Carneiro a respeito da relação entre os pastores e seus animais, inferindo que

"É o boi o ídolo mitológico desta gente primitiva; a ele atribuem as alegrias e os desgostos que o destino lhes proporciona, mas é tão grande o respeito que lhes merece que nunca, nele, se refletem as iras e os destemperos que as contrariedades originam. [...] Fazem parte do seu rebanho os bois sobas, indivíduos privilegiados da espécie, para quem vão sempre os melhores pastos, a água mais limpa e os bons afagos e carinhos do preto pastor. Tratados com docilidade e meiguice, procuram sempre os seus donos, numa atitude amiga de quem quer manifestar a sua gratidão. [...] Não se vendem nem se abatem e, se a velhice ou uma imprevista doença os não vitimam, morrem quando o dono morre, sendo sujeitos, então, ao mais desumano e bárbaro sofrimento"[18]

Segue-se a isso uma descrição pormenorizada dos sofrimentos a que é submetido o animal referido como boi soba - em alusão à designação que, em Angola, se conferia às lideranças africanas-, bem como de pormenores de ritos funerários que, ao veterinário, afiguravam-se particularmente repugnantes. A sensibilidade de Baptista Carneiro ao

---

16. CARNEIRO, Carlos Baptista. *Delegação de Sanidade Pecuária de Mossâmedes- Relatório de Serviço.* In: *Pecuária: Anais dos Serviços Pecuários da Colônia de Angola, Luanda: Luanda. Imprensa Nacional,* 1930, p. 176

17. BONTE, Pierre & GALLATY, John. *Preface.* In: GALATY, John G. et al. *Herders, warriors, and traders: pastoralism in Africa*. Westview Press, 1991

18. CARNEIRO, Carlos Baptista. *Delegação de Sanidade Pecuária de Mossâmedes- Relatório de Serviço.* In: *Pecuária: Anais dos Serviços Pecuários da Colônia de Angola, Luanda: Luanda. Imprensa Nacional,* 1930, p. 179

papel social do boi nas sociedades pastoris revela uma outra imputação recorrentemente associada a estas últimas, teorizada com grande sofisticação pelo antropólogo Melville Herskovits, em sua célebre série de artigos intitulada *The Cattle Compex in East Africa*.[19] Neste trabalho, o autor ambiciona compreender os sistemas de poder entre as sociedades pastoris da África oriental a partir da centralidade do gado, inferindo a existência de uma área cultural na qual a relação cultural com os animais possuía grande proeminência. Entretanto, no caso de Baptista Carneiro e dos funcionários dos Serviços Pecuários, a relação cultural com os animais representava um entrave ao desenvolvimento da pecuária no sul de Angola, uma vez que, desta perspectiva, dificultava a inserção dos animais no circuito comercial da região. É interessante notar, ainda, que mesmo trabalhos recentes de antropólogos e historiadores sobre as populações pastoris se esforçam em refutar a ideia de que tais sociedades mantêm relações economicamente irracionais com os animais, fato que denota a força desta perspectiva não só no âmbito das análises de técnicos coloniais, mas também no seio da produção acadêmica. [20]

Em outro momento do artigo, Baptista Carneiro tece uma relação intrincada entre a pastorícia africana, as determinações ambientais da região sul de Angola, o nomadismo e o estado de rebeldia que, supostamente, ainda em 1930, caracterizaria algumas das populações do distrito de Mossâmedes. Assim, infere que

> "(...) vivem num permanente e audaz estado de rebeldia e irreverência que quase se pode considerar revoltada toda a zona que habitam. Porque é agreste e má a região onde vivem e porque a sua vida se passa numa deslocação constante, sem cubatas nem arrimos, é-lhes fácil a atitude de rebeldia e difícil à autoridade subjugá-los. E, altivos, provocadores e confiados na sua força, tratam com sobranceria e desprezo o europeu que deles se aproxima e não acatam ordens que as autoridades lhes impõe, nem satisfazem o imposto de cubata exigido a todo o preto contribuinte."[21]

O problema das populações pastoris no sul de Angola, do ponto de vista dos Serviços Pecuários, se fundava na percepção e formulação de uma questão pretensamente contraditória, qual seja, o fato de serem estas populações, envolvidas em relações culturais aparentemente não racionais com os animais, as detentoras do montante mais substancial do gado da região. Estava-se diante de uma espécie de curto circuito entre a esfera da produção e a esfera do comércio de animais, uma vez que a primeira se encontrava absolutamente impregnada por demandas, prerrogativas e interditos que não pareciam se reportar ao universo das trocas regidas pela lei da oferta e demanda. Assim, o comércio se ressentia da relutância dos pastores, entendidos como produtores, em vender o gado sob sua posse. Configurava-se, portanto, uma situação na qual os Serviços Pecuários,

19. HERSKOVITS, Melville J. *The cattle complex in East Africa.* American anthropologist, v. 28, n. 3, p. 494- 528, 1926.
20. Ver, por exemplo, BOLLIG, Michael & SCHNEGG, Michael. *Introduction.* In: Bollig, Michael, Michael Schnegg, and Hans-Peter Wotzka, eds. *Pastoralism in Africa: Past, present and future*. Berghahn Books, 2013.
21. CARNEIRO, Carlos Baptista. *Delegação de Sanidade Pecuária de Mossâmedes- Relatório de Serviço.* In: *Pecuária: Anais dos Serviços Pecuários da Colônia de Angola, Luanda: Luanda. Imprensa Nacional,* 1930, p. 180

no quadro da elaboração de um projeto de ocupação e exploração pecuária do sul de Angola, definiam os animais em posse dos africanos como uma riqueza em potencial, a ser explorada, como um manancial de recursos econômicos disponível, a ser libertado das amarras impostas por um sistema de relações sociais que deveria ser superado.

A necessidade de impor uma direção à pastorícia africana fica evidente na seguinte consideração de Artur Almeida D'Eça, na já citada edição de 1932 da *Pecuária*, a qual exalta e propõe a intervenção junto aos africanos ditos "criadores exclusivos":

> " Há povos em Angola , que, por índole, por educação e por ancestralidade, são exclusivamente criadores. Entre eles, o valor do indivíduo aquilata-se pelas qualidades que possuí como pastor ou como manejador de gado. A importância de cada tribo, ou grupo, é calculada pelo número de cabeças de animais domésticos. Desde meninos, a sua mentalidade cria-se e educa-se no convívio do gado: adquirem gestos, aspectos sociais, mais vizinhos das espécies animais com que vivem, em convívio contínuo, do que da própria natureza humana. No fim de contas, tem uma aspiração única, uma aptidão única, um modo de vida único: o de criadores de gado. Fora do seu ofício, da sua aptidão e da sua aspiração, são seres quase inúteis; dentro daqueles e destas, são de préstimo apreciável. (...) Necessário é, porém, que o Estado diretamente atue, tomando a si, pelos Serviços Pecuários, a direção da criação indígena. (...) Em resumo: ***se o interesse da grei e da coletividade é criar mais e em mais econômicas condições, há toda a vantagem econômica em manter, na mão do indígena, as suas atuais manadas, provocando nelas melhoria e acréscimo, por uma assistência do Estado, cuidada, permanente e contínua.***"[22]

Já se fez aqui referência às chamadas campanhas de pacificação, as quais, em Angola, tiveram lugar entre 1890 e 1917. Após estes esforços de ocupação militar por parte dos portugueses, estabelece-se um consenso no que diz respeito ao estatuto das populações africanas em território angolano, que passam a ser consideradas pacificadas, ou seja, submetidas ao julgo da autoridade colonial. Esta suposição, do nosso ponto de vista, é responsável pela produção de um significativo e expressivo silêncio no que tange às formas de atuação política e social das sociedades africanas no período compreendido entre o fim das referidas campanhas e o início dos primeiros esforços de libertação nacional. No contexto do sul de Angola, as contradições e tensões que envolviam o projeto de ocupação pecuária são sintomática da existência de relações sociais que extrapolavam o controle formal por parte dos administradores e funcionários coloniais portugueses. Já em 1929, Henrique Galvão, após deixar seu posto de Governador do distrito da Huíla, explicita o contraste entre a riqueza pecuária detida pelos africanos, por um lado, e sua relutância em inscrevê-la nos circuitos econômicos europeus da região, por outro:

22. D'EÇA, Artur Almeida. *O aspecto econômico da intervenção do indígena no fomento pecuário de Angola.* In: *Pecuária: Anais dos Serviços Pecuários da Colônia de Angola, Luanda: Luanda. Imprensa Nacional*, 1932, p.10

> “ Nesta circunscrição vivem muitos povos indígenas, constituídos por numerosas raças, de usos e costumes os mais atrasados e diversos. Dispondo de uma grande riqueza pecuária, isso habitua-os a uma vida nomada durante uma grande parte do ano, devido à falta de águas e capins na época seca. O modo de vida e processos de cultura são os mais rudimentares. O indígena que é rico, porque tem algumas centenas de cabeças de gado bovino, só altera as suas comodidades, distinguindo-se dos que poucos haveres tem, com a posse de mais duas ou três mulheres. Vive a mesma vida miserável, dispondo para as suas necessidades imediatas, simplesmente de mais leite e *nhundi* (manteiga com que se untam) e de mais alguns mantimentos. Acumula riquezas por vaidade própria, por egoísmo, sem o intuito de aperfeiçoar as suas condições de vida, ou de concorrer para o desenvolvimento da coletividade.”[23]

Dentre as populações pastoris presentes no sul de Angola, são constantemente destacados, na documentação, os chamados mucubais. Se, por um lado, se supunha que as campanhas de pacificação teriam logrado submeter as populações africanas, por outro, os agentes coloniais se viam obrigados a propor soluções para o que, da sua perspectiva, configurava uma situação ora referida como rebelião, ora como insubmissão por parte dos chamados mucubais.

PECUÁRIA, PASTORÍCIA E A “QUESTÃO MUCUBAL”

É assim que, em 20 de outubro de 1929, cumprindo uma determinação do Governo do Distrito da Huíla, o Tenente de Artilharia Alexandre Antonio Moura de Azevedo, realiza uma operação de reconhecimento à região mucubal.[24] A existência mesma de uma tal operação é profundamente reveladora, na medida em que associa o problema do controle político sobre os africanos ao problema do controle sobre o território, sobre o espaço, em última medida. Se nos lembrarmos da tese da fronteira aberta apresentada por Ruy Duarte de Carvalho como característica do sul de Angola, podemos afirmar que os chamados mucubais representavam, performatizavam, no desenvolvimento da transumância que a pastorícia impunha, um espaço sociocultural relativamente autônomo em relação a determinadas demandas das autoridades coloniais, como a cobrança de impostos, o controle sobre os animais e sobre as práticas econômicas desta população.

Dentre as populações com as quais os portugueses contatavam no sul de Angola, os mucubais parecem ter sido, a partir do fim das campanhas de pacificação, os mais resistentes e empedernidos. E a percepção de descontrole por parte dos agentes coloniais portugueses associava, por um lado, os prejuízos econômicos e sociais produzidos pelas chamadas razias, operações de roubo de gado perpetrada pelos mucubais contra outros africanos, bem como contra colonos europeus, e, por outro, um tipo de sensibilidade política que via, nas ações destes pastores, uma ameaça à soberania da autoridade colonial.

23. GALVÃO, Henrique. *Huíla (relatório de Govêrno).* VN de Famalicão, 1929, p. 50

24. *Relatório do Reconhecimento* à *Região dos Mucubais.* AHM 2/2/63/6

Neste sentido, um trecho do relatório de Moura de Azevedo é elucidativo desta percepção da fragilidade do domínio português, colocado em cheque pela ação esporádica de uma população de não mais de cinco mil africanos:

> " Urge absolutamente acabar de vez com este estado de rebeldia latente, visto os outros povos (muquilenges e muilas), vendo que os mucubais não pagam imposto nem são obrigados a trabalhar, estão já a fugir para regiões pelos mucubais habitadas, certos de que as autoridades ali não vão. Os roubos de gado são contínuos e os roubados ao queixarem-se às autoridades verificam que estas nada podem fazer. *O terror que inspiram aos outros indígenas é enorme estão tanto convencidos da sua impunidade que dizem que 'O Governo não pode com eles.'"*[25]

Nesta descrição, os mucubais aparecem como ladrões de gado rebeldes, os quais, por meio das suas ações, incitariam outras populações à insubmissão e adoção de práticas socialmente disruptivas semelhantes. Também aparece a ideia de que as regiões habitadas pelos mucubais seriam espaços nos quais as autoridades "não vão", ou seja, nos quais o exercício de fato do poder colonial era precário ou mesmo inexistente. O reconhecimento elaborado por Moura de Azevedo aponta ressalta ainda as dificuldades impostas pelo terreno à penetração de tropas na região habitada pelos mucubais:

> " A região por eles habitada é toda montanhosa, sem caminhos ou de difíceis caminhos e sendo acossados refugiam-se nas furnas de altas serras onde só tropas apeadas acompanhadas de auxiliares poderão ir.[...] O envio de uma só coluna nada adianta, pois que a região é muito grande e dificilmente serão encontrados , merce do grande numero de espias que instalam nos pontos altos."[26]

O fato desta descrição ser apresentada ao Governador do Distrito já em 1929, ou seja, mais de dez anos após o fim das chamadas campanhas de pacificação, denuncia em que medida o processo de efetivação da autoridade era limitado por realidades sociais e geográficas precisas. O domínio, pelos portugueses sobre pessoas e espaço, bem como sobre os recursos a eles associados, demandava, assim, novos esforços por parte das instituições coloniais, tanto as de ordem administrativa quanto as de ordem técnica. E um tal imperativo de domínio tinha como fundamento justamente a circunstância de existir em território angolano uma população cujas práticas denotavam a precariedade da ordem social.

Desta forma, cria-se em torno dos chamados mucubais uma espécie de fantasmagoria. De acordo com o antropólogo João de Pina Cabral, a experiência colonial dos portugueses é caracterizada por um sentimento de "agorafobia", ou seja, um temor pelos espaços não controlados e pelos africanos que neles se inscreviam. De acordo com Pina Cabral,

---

25. Idem, p. 1
26. Idem, p. 2

> “Não é só a presença de populações com definições alternas de realidade que ameaça o colonizador, é sobretudo a falta de o controle sobre o espaço que se revela agigantado. O colonizador apraz-se com a enormidade do território, que lhe promete fortuna fácil , e ao mesmo tempo assusta-se com a dificuldade de o controlar. A esta ambiguidade poderíamos chamar ***agorafobia colonial.***[...] Surge, assim, uma ligação direta entre ameaça simbólica, ameaça geográfica e poder político.”[27]

O corolário desta ameaça seria, então, a “zumbificação” do outro, ou seja, a imputação aos africanos de características particularmente ameaçadoras. No caso dos mucubais, a ideia de uma ameaça latente a ordem social é constantemente referida na documentação colonial.

Galvão, no já mencionado relatório de governo, afirma que

> “Os povos rebeldes são os mucubais, tribos nomadas de pastores, que , vivendo habitualmente no Distrito de Mossamedes, veem frequentes vezes a este[..] ou para trazer razias ou para fugir a perseguições por motivo de pagamento coercivo do imposto[...] Quaisquer destes povos são valores economicos completamente nulos, gente irrequieta, que quando se sente perseguida vai refugiar-se nas serras da Lufinda, Vana- Valombe e outras, onde só muito dificilmente pode chegar a ação da tropa. As perseguições resultam sempre de roubos de gado com que causticam frequentes vezes os brancos da Humpata, da Palanca e doutros pontos desta circunscrição e dos Gambos.”[28]

Também os agentes dos Serviços Pecuários tecem minuciosas impressões sobre estes pastores, o que nos dá a dimensão da importância das relações sociais que estes protagonizavam no sul de Angola. Em 1933, o veterinário Frederico Bagorro Sequeira dedica, na *Pecuária*, um artigo aos mucubais, no qual, à diferença de Galvão, reconhece a importância do gado e da região habitada pelos pastores para o desenvolvimento da pecuária no distrito, apresentando novamente a articulação entre controle das pessoas e controle do território. Segundo Bagorro Sequeira

> “Por que me entusiasmei tanto pelo povo e região mucubal e pelos acontecimentos que ultimamente lá se tem desenrolado? É simples a resposta. - Porque o povo mucubal e a região que ele habita são, no fomento pecuário da Colônia, uma importante fonte de produção, hoje escassamente aproveitada, mas de possibilidades enormes; - Porque o povo mucubal tem sido mal interpretado nas suas características de tribo insubmissa, ***suis generis***, e, consequentemente, tem sido vítima de erros administrativos, com grave prejuízo para a sua economia e para a economia pública.”[29]

---

27. CABRAL, João de Pina. *Galvão na terra dos canibais: a constituição emocional do poder colonial*. C. Bastos, M de V. Almeida y B. Feldman-Bianco*, Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros*, Instituto de Ciências Sociais, Estudos e Investigações, n. 25, p. 93-116, 2002, p. 119
28. GALVÃO, Henrique. *Huíla (relatório de Govêrno)*. VN de Famalicão, 1929, p. 151
29. SEQUEIRA, Frederico Bagorro. *O Povo Mucubal*. In: *Pecuária: Anais dos Serviços Pecuários da Colônia de Angola, Luanda: Luanda. Imprensa Nacional*, 1933, p.35

O veterinário nos apresenta aqui uma distinção que será fundamental para a compreensão dos processos de violência que se abateram sobre os mucubais ao longo da década de 1930, qual seja, a existência de uma perspectiva administrativa que considerava os mucubais como população insubmissa por excelência, por um lado, em contraste com a percepção de agentes como o próprio Bagorro Sequeira, que procuravam situar as ações dos mucubais em um complexo relacional mais amplo, o qual compreendia também agentes portugueses. Temos de lembrar, aqui, que se está diante, no que tange à atuação dos distintos agentes portugueses no sul de Angola, de uma dupla temporalidade. Se, por um lado, a expansão da malha administrativa se dá no esteio das ocupações militares, iniciadas em 1890, as quais tinham como base uma presença colonial que remontava pelo menos a meados do século XIX, a presença de técnicos do serviço veterinário na região datava somente da década de 1920, e, ainda assim, era marcadamente incipiente até 1930. Esta tensão entre temporalidades distintas têm como consequência o espanto dos funcionários recém chegados diante da realidade das relações sociais estabelecidas no terreno.

Como dissemos no início do capítulo, os conflitos envolvendo roubo de gado não eram um fenômeno recente no sul de Angola. De acordo com a historiografia, desde pelo menos o final do século XIX, diversas populações africanas se engajavam nesta prática, a qual, inclusive, integrava diversos colonos europeus, boeres, e mesmo autoridades administrativas. Ocorre que, findas as campanhas de pacificação, o governo colonial busca estabelecer uma ocupação que substitua o caráter militar pelo caráter administrativo. Neste contexto, as operações de roubo de gado, normalmente imputadas aos mucubais, passam a ser entendidas como circunstâncias inaceitáveis de violência. Porém, aos veterinários fica de imediato claro que não eram os mucubais os únicos responsáveis pela situação. Para que compreendamos os pormenores das relações sociais tecidas sob a situação colonial do sul de Angola, é preciso retomar a ideia antes aventada, segundo a qual, no que respeita à pecuária, havia, na região, uma cisão entre a esfera da produção e a esfera do comércio. De acordo com Henrique Galvão,

> "Entre as industrias ocupa um lugar importantíssimo a da *Pecuária*, exercida na sua maior parte pelos indígenas. Em matéria de *Pecuária*, com exceção do Estado, Companhia de Mossamedes e de mais alguns criadores isolados pouco numerosos, os brancos parecem preferir o Comercio à Indústria. A riqueza pecuária do Distrito é, não só muito importante, mas também, sem dúvida, a que, no momento atual, se apresenta com mais vastas probabilidades de desenvolvimento e de prosperidade." [30]

Da perspectiva de Galvão, o comércio era o setor privilegiado de atuação dos brancos, de onde se depreende que a produção- a criação, reprodução e aumento dos rebanhos- se era realizada pelas populações pastoris. Esta percepção é corroborada por

30. GALVÃO, Henrique. *Huíla (relatório de Govêrno).* VN de Famalicão, 1929, p.19

agentes dos Serviços Pecuários, como se pode depreender do relatório do veterinário Abel Pratas, na edição de 1934/1935 da pecuária:

> " As populações indígenas desta vasta região, etnograficamente heterogênea, estão, contudo, ligadas pelo mesmo sistema de vida,, em que predomina, intensa e exclusivamente, a pastorícia, sinal evidente de uma tendência que provém, indubitavelmente, das condições propícias do meio. O boi constitui e constituirá sempre o elemento de mais apreciado valor pelos indígenas, e a sua posse marca, como nenhum outro motivo, a razão máxima da sua hierarquia.[...] 'As más condições em que o gentio, principal possuidor, realiza a sua exploração pecuária, sem regras as mais rudimentares, num autêntico abandono das suas manadas às consequências do acaso, com reprodutores tarados e gafados, escolhidos por vezes apenas por preferência supersticiosa da cor da pelagem ou de modalidades de determinada feição morfológica.; a deficientíssima alimentação fornecida às crias, justamente no período da maior exigência para o seu crescimento, enfim, mil outras razões, ligadas a hábitos naturalmente defeituosos dos indígenas, constituem um motivo lento, mas consecutivo, do ananicamento progressivo das raças autóctones, e , por consequência, o seu afastamento, cada vez maior, da finalidade e aperfeiçoamento zootécnico.' Junte-se, a esta série escabrosa, a nula intenção ou necessidade que o indígena possuí em tornar a sua massa pecuária matéria comercializável, e ter-se-á uma ideia da necessidade, vantagem e até mesmo obrigatoriedade que sobre nós pesa, no sentido de gradualmente exercermos ação fomentatória que possa mudar o aspecto atual das coisas para feição mais economicamente rendosa."[31]

Ou seja, em grande medida, o projeto de ocupação pecuária do sul de Angola tinha como um de seus esteios basilares a intervenção direta na esfera da produção animal, em virtude da percepção segundo a qual os sistemas pastoris africanos operavam segundo critérios irracionais e economicamente desvantajosos. Segundo a historiadora Isabel Castro Henriques, a penetração comercial em território angolano, a partir da segunda metade do século XIX, viabilizou um processo específico de modernização das sociedades africanas, as quais foram obrigadas a alterar e racionalizar suas estruturas e dinâmicas de modo a poder competir nas condições impostas pelo comércio europeu. Seguido de reforço militar e do estabelecimento de grandes plantações, este primeiro impulso baseado em pequenos núcleos comerciais teria implicado não somente o controle branco sobre a produção, como também na articulação entre colonos e administração colonial para criação de mecanismos capazes de obrigar as populações nativas a trabalhar para os europeus. Teriam, assim, constituído centros difusores de objetos civilizacionais.[32]

Entretanto, a região sul de Angola, apesar de ter recebido um grande contingente de imigrantes europeus, era particularmente pouco propícia ao estabelecimento de colonos

---

31. PRATAS, Abel. *Posto Zootécnico do Cunene- Breves considerações sobre a sua montagem e funcionamento* In: *Pecuária: Anais dos Serviços Pecuários da Colônia de Angola, Luanda: Luanda. Imprensa Nacional*, 1934- 35, p.

32. HENRIQUES, Isabel Castro. *Comércio e organização do espaço em Angola (c. 1870- 1950).* In: *A África e a instalação do sistema colonial (c.1885-c.1930): III Reunião Internacional de Historia de África.* Direção de Maria Emilia Madeira Santos. Lisboa: Instituto de Investigação Cientifica e Tropical: Centro de Estudos de Historia e Cartografia Antiga, 2000

brancos e ao desenvolvimento de atividades agrícolas de vulto. Segundo Carlos Alberto Medeiros,

> "le sud-ouest correspond en grand partie à un desert dans le secteur sud et à des regions semi-árides vers le nord et l'interieur (...). Les possibilités de l'agriculture sont freinées par l'irregualirté des pluies; elles ont un rythime typiquement tropical (...) mais elles sont très irrégulieres et le total annuel varie beaucoup."[33]

Medeiros faz referência, neste trecho, à região sudoeste, litorânea, e ao planalto da Huíla, principais zonas de ocupação branca no sul de Angola. Em face destas condições adversas, o comércio do interior, com as populações africanas, era uma atividade econômica fundamental. Por outro lado, o desenvolvimento de outras formas de exploração econômica era deveras limitado pela deficiência das vias de comunicação. Ainda que alguma atividade agrícola fosse desenvolvida na região mais fértil do planalto, o custo do escoamento pelo litoral tornava o empreendimento arriscado e custoso. Ainda de acordo com Medeiros, a transação com os africanos, acompanhada frequentemente de fraudes por parte dos europeus, se fazia em grande medida através da troca de gado ou produtos alimentares, estando estes europeus do "mato" ligados a grandes fornecedores sediados nas cidades, os quais auferiam consideráveis lucros e logravam acumular grandes manadas de gado. O autor caracteriza a atividade comercial assim estabelecida como " activité comerciale hyperthophyée et avec des circuits viciés;"[34].

De acordo com Gervase Clarence- Smith, a despeito de o sul de Angola ser evidentemente uma área pobre, com baixa densidade populacional e muito poucos recursos naturais, constitui-se um mito colonial que reputava à região características de prosperidade e abundância. Este ideário derivaria, por um lado, da tentativa de grupos brancos locais no sentido de persuadir a metrópole da importância da região e assim receber mais recursos, e, por outro, do esforço de promover o estabelecimento de colonos brancos na região.[35]

Em sua obra fundamental sobre a colonização da região, Clarence- Smith traça uma distinção primária que, segundo ele, estrutura a sociedade colonial desde finais do século XIX. Esta seria então composta, de um lado, por uma formação colonial local, caracterizada por relações de produção capitalistas- basicamente, as empresas de pesca no litoral-, e um conjunto de sociedades camponesas tributárias, nas quais as relações de produção designadas "pré-capitalistas" prevaleceriam[36]. De acordo com o autor, o processo histórico que estrutura as relações sociais no sul de Angola reside na tensão entre os interesses dos setores econômicos europeus capitalistas, por um lado, e os interesses das sociedades

33. MEDEIROS, Carlos Alberto. *Le phénomène de la colonisation et quelques problèmes de la mise en valeur du sud--ouest de l'Angola.* Canadian Journal of African Studies, v.11, n.1, 1977, pp. 71-72

34. Idem, p.79

35. CLARENCE-SMITH, Gervase. *Slaves, peasants and capitalists in southern Angola, 1840- 1926.* Cambridge: Cambridge University Press, 1979, p.23

36. Idem, pp. 8-10

africanas, por outro. Neste contexto, o a atividade pecuária, mesma aquela voltada para exportação, baseava-se na exploração dos rebanhos africanos, tendo as primeiras grandes empresas de criação em larga escala se estabelecido somente a partir década de 1920.[37]Ainda assim, de acordo com os documentos acima analisados, no início da década de 1930, os rebanhos se concentravam nas mãos dos africanos.

Num primeiro momento, pode parecer que o argumento de Clarence-Smith contradiz o que foi anteriormente exposto, ou seja, se havia um núcleo de interesses capitalistas, é provável que a exiguidade dos recursos naturais e a ausência de vias de comunicação não constituíssem fatores que impedissem o desenvolvimento econômico da região. Contudo, o autor atenta para o fato de que ausência de retornos econômicos não implicava a inexistência de motivações e interesses desta ordem, figurando o contexto colonial como um espaço no qual se projetavam investimentos especulativos de longo prazo, os quais talvez não trouxessem lucro algum.[38] De acordo com o historiador, os núcleos coloniais, incapazes de se emancipar da metrópole, exerciam forte pressão junto do estado colonial no sentido de fazer valer seus interesses, sobretudo no que respeita ao esforço de empregar o poder do estado para assegurar a proeminência face às sociedades africanas.[39] Além disso, capitalistas e comerciantes dependiam do Estado colonial para a obtenção de mão-de-obra barata por meio da escravidão- até sua abolição em 1913-, trabalho forçado e taxação, bem como para a manutenção da segurança do interior, criação de redes de comunicação e sistemas de trocas que maximizassem os lucros.[40]

Clarence- Smith estabelece, com esse estudo, o que viria a se tornar um paradigma da historiografia relativa ao processo de colonização do sul de Angola. É necessário reiterar o fato de que a sua obra constitui o esforço de compreensão das estruturas fundamentais da situação colonial da região. Este modelo caracteriza a colonização do sul de Angola como um processo marcado pelo lento, resistido, porém inelutável, avanço dos interesses dos núcleos coloniais sobre os interesses das sociedades africanas.

O historiador se propõe a compreender o processo de colonização do sul de Angola de acordo com um modelo marxista da articulação entre modos de produção. Definindo a existência de dois modos de produção em interação, um capitalista e um pré-capitalista ou linhageiro, defende a tese segundo a qual a penetração e expansão do modo capitalista acaba por, paulatinamente, submeter os modos pré-capitalistas aos seus imperativos. Assim, ainda que os modos de produção africanos tivessem sido preservados ao longo do processo, o triunfo do capitalismo teria acarretado, sobretudo a partir de meados da década de 1920, a completa sujeição daqueles às demandas econômicas determinadas pelos agentes europeus, rompendo com a autonomia até então assegurada pelas sociedades

37. Idem, p.21
38. Idem, p. 3
39. Idem, p. 19
40. Idem, pp. 40-43

africanas. O autor conclui, portanto, que, “African peasant societies were only allowed to retain their own social structures, on condition that they provided the requisite cheap labour power and cheap commodities to the colonial nucleus.”[41]

De acordo com Clarence- Smith, a distinção entre capitalistas e pequenos comerciantes não era evidente, uma vez que ambos os grupos articulavam formações capitalistas e “pré- capitalistas”, e derivavam seus lucros fundamentalmente da produção de *comodities* pelas sociedades africanas no âmbito do modo de produção “pré- capitalista”. Entretanto, seria possível distinguir dois grandes complexos de agentes econômicos: um grupo devotado à exportação, concentrado nas peixarias litorâneas, cuja preocupação era, por um lado, o aumento da produção de peixe seco e óleo de peixe e, por outro, a obtenção de mão de obra barata; o segundo grupo se dedicava a atividades comerciais no interior e tinha como eixo os ciclos de comodities produzidas pelos africanos- dentre as quais adquire particular proeminência, a partir da década de 1920, o gado- e cuja principal preocupação consistia na segurança e na deficiência das vias de transporte e comunicação.

De acordo com Henrique Galvão, em seu relatório de 1929, a ocupação militar da região não configurava mais um problema, cabendo então proceder à ocupação econômica. Em suas palavras,

> “Realmente, a pacificação do distrito pode hoje considerar-se consumada, e a palavra ***Ocupação,*** tem muito mais um significado econômico do que militar. Um ou outro caso, muito localizados, de rebelião, entre os povos do Jau, Bata- Bata, Pocolo, etc, uma ou outra razia dos Mucubais, serão muito mais praticamente redutíveis pela ação econômica das estradas que pela força das armas- e não podem considerar-se como sintomas ou provas, duma não pacificação. A grande ocupação a fazer hoje- inadiável, como teremos ocasião de demonstrar, se quisermos continuar na posse do Sul de Angola- é a ocupação econômica que, praticamente, está por fazer.”[42]

Se o escopo do estudo de Clarence- Smith se projeta até 1926, é possível afirmar, à luz deste documento, que ainda em 1929 o problema da ocupação econômica e das vias de comunicação se encontrava por resolver. Ainda assim, segundo o historiador, entre 1910 e 1926, a exportação de gado muda de natureza e escala, sendo a exportação para mercados africanos grandemente substituída pela exportação para o mercado metropolitano; entre 1913 e 1926, o gado se estabelece como o segundo produto mais rentável para as exportações no porto de Mossâmedes, bem como se torna a principal fonte de riquezas no interior da região sul. Entretanto, a estrutura de articulação entre os comerciantes europeus e os produtores africanos era profundamente desvantajosa para os últimos, em razão, por um lado, das tarifas protecionistas impostas pelos portugueses, as quais encareciam sobremaneira os produtos importados e, por outro, pela progressiva taxação interna e

---

41. Idem, p.20
42. GALVÃO, Henrique. *Huíla (relatório de Govêrno).* VN de Famalicão, 1929, p.10

eventual interposição de autoridades locais entre os produtores e o mercado.[43]

De acordo com o historiador, o ano de 1910 representa uma transição importante no que tange às dinâmicas econômicas e sociais da relação entre núcleos coloniais e sociedades africanas. A partir de então, a produção de commodities passa a ser centrada na criação de gado e o declínio na demanda por outras commodities é acompanhado pela crescente demanda por mão de obra barata. A demanda por mão de obra era oscilante, mas manteve-se num nível em que se tornava de grande importância econômica pra as sociedades africanas; as relações de produção teriam se conservado, uma vez que os deslocamentos dos trabalhadores africanos eram sazonais e o tempo devotado ao trabalho assalariado era aquele antes devotado a atividades como caça e razia, proibidas pelo governo colonial a partir de 1910.[44] Para o autor, a articulação progressiva com o modo de produção capitalista não alterou as características básicas das relações de produção com no seio das sociedades africanas, porém, acarretou profundas mudanças no plano social e político.[45] Neste sentido, o processo de consolidação do colonialismo teria implicado na progressiva homogeneização das diferenças entre a sociedades africanas no que tange às suas reações face ao estabelecimento dos interesses de agentes europeus. As estratégias de resistência, desta forma, nas palavras de Clarence- Smith, " were all swept away to make room for a relatively uniform peasantry, wich was obliged to provide commodities or labour power on the terms ditacted by colonial oficials."[46]

O historiador conclui, por fim, que as diferentes respostas organizadas pelas sociedades africanas redundaram em um destino comum: sociedades linhageiras autônomas foram transformadas em " a cluster of subject peasantries dependent on the colonial nucleus."[47]

Este capítulo não tem a pretensão de esgotar todos os aspectos da colonização do sul de Angola explorados por Clarence- Smith. A proposta analítica aqui esboçada tem por finalidade compreender as razões do exercício da violência pelo estado colonial, bem como as formas através das quais o poder era de fato exercido. A hipótese delineada e sustentada neste trabalho é a de que a chamada Questão Mucubal representa um processo através do qual pode-se entrever os mecanismos de exercício do poder colonial em todas as suas nuances.

O motivo pelo qual dou tanta ênfase à organização da ocupação pecuária deriva do papel crucial que esta atividade ocupava nas relações entre os agentes coloniais e as populações africanas, figurando como um dos elementos que estruturavam a política

---

43. CLARENCE-SMITH, Gervase. *Slaves, peasants and capitalists in southern Angola, 1840- 1926.* Cambridge: Cambridge University Press, 1979, p. 68

44. Idem, p.69

45. Idem, p.71

46. Idem, p.74

47. Idem, p.96

colonial que se buscava implementar na região. Além disso, ao olhar-se para os processos associados a esta atividade, encontram-se pistas para a compreensão dos próprios limites do projeto colonial português, limites estes que derivavam diretamente da tenacidade das lógicas pastoris mobilizadas pelas populações africanas. É neste sentido que acredito poder problematizar o argumento de que a penetração portuguesa produziu um processo de modernização das sociedades africanas no sul de Angola, como argumenta Castro Henriques para outros contextos angolanos. Acredito que, no sul de Angola, a situação colonial foi marcada por um processo muito mais ambíguo, no seio do qual as estruturas sociais das populações pastoris foram agentes de transformação, tanto quanto objeto dela.

O antropólogo Ruy Duarte de Carvalho propõe, ao longo de sua obra devotada à etnografia e história da população kuvale[48], uma hipótese que busca dar conta, por um lado, do processo de migração e constituição destes pastores enquanto uma população distinta no sul de Angola e, por outro, da dinâmica social de interação entre estes, as outras populações africanas da região e os agentes coloniais portugueses. Segundo o autor, os chamados mucubais teriam se deslocado de regiões ao norte após um processo de interação violenta com as autoridades portuguesas, estabelecendo-se na região do deserto de deserto de mossâmedes a partir de meados do século XIX. Este deslocamento, como já foi apontado, corresponde quase exatamente ao estabelecimento dos primeiros empreendimentos coloniais portugueses na região, protagonizados por um contingente de colonos oriundos da região de Pernambuco, no Brasil, logo após a chamada revolução praieira.[49]

A partir desde momento, se constitui uma dinâmica de interações que permite ao antropólogo caracterizar o sul de Angola como uma região de fronteira. A noção de fronteira mobilizada por Duarte de Carvalho, entretanto, remete menos ao conceito de limites que definem o exercício da jurisdição de um estado nação sobre um dado território

48. De acordo com Ruy Duarte de Carvalho, bem como com fontes contemporâneas, como o padre Espiritiano Carlos Estermann, as populações designadas mucubais se referiam a si mesmas como kuvale. Usamos a designação kuvale no caso das obras de Duarte de Carvalho, preservando a terminologia empregada pelo autor, em acordo com suas experiências no terreno. Ao longo do texto, porém, lançamos mão do termo mucubal, quando estes são assim referidos pelos documentos, uma vez que acreditamos no seio da percepção de muitos agentes coloniais, o termo mucubal implicava em uma série de suposições e imputações fundamentais para a elaboração de políticas específicas, vide a chamada Questão Mucubal. Além disso, evitamos, assim, inscrever aqui um debate, o qual teria necessariamente de nos desviar do curso de nosso argumento, a respeito da classificação étnica em contextos coloniais portugueses, tema muito pouco explorado, sobretudo para o sul de Angola. Preferimos operar com a noção de que o termo mucubal era, no mais das vezes, produto de um processo que o antropólogo João de Pina Cabral denomina "incomunicação intercultural", de uma dinâmica relacional na qual concepções de mundo e terminologias eram compartilhadas com significados distintos para europeus e africanos. Ver:ESTERMANN, Carlos. *Etnografia do Sul e Sudoeste de Angola*. Vol 3- *O Grupo Étnico Herero.* Lisboa: Junta de Investigações, 1961; CARVALHO, Ruy Duarte de. *Fontes, Correntes e Sujeitos.* In: *Os kuvale na história, nas guerras e nas crises. Artigos e comunicações (1994– 2001)*. Luanda: Editorial Nzila, 2002. CABRAL, João de Pina. *Galvão na terra dos canibais: a constituição emocional do poder colonial*. C. Bastos, M de V. Almeida y B. Feldman-Bianco*, Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros*, Instituto de Ciências Sociais, Estudos e Investigações, n. 25, p. 93-116, 2002
49. CARVALHO, Ruy Duarte de. *Os kuvale na história, nas guerras e nas crises. Artigos e comunicações (1994– 2001)*. Luanda: Editorial Nzila, 2002

do que ao conceito de fronteira interna africana, cunhado pelo antropólogo Igor Kopytoff. Para Kopytoff, a constituição de novas unidades políticas africanas estava diretamente associada à grande disponibilidade de terras sobre as quais nenhuma sociedade exercia jurisdição formal. Desta forma, em virtude de conflitos internos às sociedades previamente consolidadas, contingentes populacionais se deslocavam para novos territórios, configurando ali formações sociais cujos vínculos com as sociedades originais poderiam ser de ordem diversa.[50]

Esta noção de fronteira autoriza Duarte de Carvalho a compreender a situação colonial do sul de Angola como a " de uma região, de uma área politicamente aberta, uma 'no mans land' onde populações acorridas do exterior podem aspirar a estabelecer-se porque se lhes deparam vazias ou quase de habitantes"[51]. A partir de meados do século XIX, portanto, populações herero- entre as quais se incluíam os kuvale- acorrem à região sudoeste de Angola em função da expansão ovinbumdo no planalto de Benguela e de conflitos com autoridades portuguesas, buscando os vales dos rios de enxurrada propícios à pastorícia. A região constituía, então, uma "área de expansão possível" aos pastores. Por outro lado, os próprios portugueses vindos do Brasil se encontravam engajados em um processo migratório e visavam a ocupação de uma região que, à época, era ainda pouco conhecida e muitíssimo pouco explorada pelos colonizadores. Ainda segundo Ruy Duarte, o processo de interação entre as populações eminentemente pastoris e os colonizadores brancos é, desde o início, caracterizada por uma "incompatibilidade fundamental entre duas modalidades de aproveitamento de um meio ecológico bem específico."[52]

Enquanto as sociedades africanas mobilizavam um sistema social baseado sobretudo no equilíbrio precário entre as demandas da produção pastoril e a disponibilidade de recursos, o projeto colonial europeu pressupunha a expansão da produção articulada às diretrizes do comércio capitalista. Duarte de Carvalho assim apresenta os termos basilares desta incompatibilidade:

> " A mobilidade que a pastorícia pressupõe, porque a impõe o gado que a constituí; as expressões sociais e culturais que a estruturam e a integram e fazem com que o processo histórico desencadeado pela instalação europeia (...) venha a saldar-se num 'enredo' de francas incompatibilidades e obstruções a qualquer assimilação ou integração por parte de certas populações. Os grupos pastoris donde provém os kuvale de hoje são avessos, furtam-se e resistem ao trabalho nas fazendas agrícolas, detém gado e, dado econômico culturalmente sancionado, raziam-no. A contra partida colonial vai traduzir-se, como já referi, em imposições, perseguições, repressões e abundantes operações de contra-razia institucionalizada até pelo menos o fim da década

50. KOPYTOFF, Igor. *The Internal African Frontier: the making of African political culture*. In: I. Kopytoff (ed.), *The African Frontier: the reproduction of African societies*. Bloomington: Indiana University Press, 1987, p. 170

51. CARVALHO, Ruy Duarte de. *Os kuvale na história, nas guerras e nas crises. Artigos e comunicações (1994– 2001)*. Luanda: Editorial Nzila, 2002, p.99

52. CARVALHO, Ruy Duarte de . *Vou lá visitar pastores: percurso angolano em território kuvale*. Lisboa: Cotovia, 1999

de 30, princípio da década de 40 do século XX." [53]

Acreditamos que a perspectiva desenvolvida por Ruy Duarte de Carvalho nos permite trabalhar de maneira mais complexa com a aguçada percepção de Clarence-Smith, segundo a qual, em finais do século XIX, se configura no sul de Angola uma situação marcada pela "economia da razia"[54]. Esta noção se refere ao fato apontado por Duarte de Carvalho de que as populações pastoris tem como instituição ou prática fundamental a apropriação de gado pertencente a outros grupos, supondo uma tal apropriação uma ação de natureza análoga, ou seja, uma contra- razia por parte daqueles que foram anteriormente lesados. Não obstante a aparente articulação entre as propostas dos dois autores, é cabível assumir que o termo "economia da razia" assinala uma perspectiva marcadamente europeia em relação ao fenômeno que busca descrever, uma vez que, se do ponto de vista dos agentes europeus no terreno a apropriação de gado tinha uma finalidade marcadamente econômica, o mesmo não se verificava em relação às populações pastoris, no seio das quais, como veremos, esta prática assumia uma dimensão deveras mais complexa, não se podendo falar numa autonomia das ações econômicas em relação a outras demandas de ordem cultural.

Além disso, enquanto Clarence- Smith limita esta percepção a um momento particular da colonização, ou seja, ao período no qual o domínio colonial não havia ainda se consolidado, anterior a 1926, acreditamos que a centralidade das diversas modalidades que a razia integra, quais sejam, apropriação e redistribuição de gado, continuam dando o tom das relações sociais estabelecidas no sul de Angola durante a década de 1930, ainda que assumam características particulares no processo.

Talvez seja aqui interessante nuançar a ideia proposta por Duarte de Carvalho, segundo a qual existiria uma incompatibilidade irredutível entre dois sistemas de exploração dos recursos disponíveis. O antropólogo, apesar de sua inestimável contribuição para o estudo da história das populações kuvale, tem como base, em seus trabalhos, os dados de sua pesquisa de campo junto aos pastores na década de 1990. A despeito de mobilizar documentos referentes à década de 1930, é provável que não tenha consultado- ou, se consultou, não cita- fontes que assinalam, por exemplo, a presença de mucubais que trabalhavam para os colonos como pastores, de acordo com um sistema que se assemelhava em grande medida a formas particularmente pastoris de concessão, manejo, posse e uso dos recursos provenientes dos animais.[55] Desta forma, buscamos compreender a dinâmica do processo histórico no qual a situação colonial do sul de Angola passa a ser marcada pela chamada "Questão Mucubal", a qual não se apresenta como um problema claramente definido, mas como um constructo que articula as demandas econômicas do Estado colonial

53. Idem, p.106

54. CLARENCE-SMITH, William Gervase. Mossamedes and its hinterland, 1875 - 1915. Londres, 1975, pp.173- 174

55. PRATAS, Abel. *Posto Zootécnico do Cunene- Breves considerações sobre a sua montagem e funcionamento.* In: *Pecuária: Anais dos Serviços Pecuários da Colônia de Angola, Luanda: Luanda. Imprensa Nacional* , 193- 35, p. 78

a imperativos de controle político sobre o território, sobre o gado e sobre outras populações africanas da região, bem como expressa angústias e inseguranças dos agentes coloniais em relação ao projeto que tratavam de implementar. Assim, a despeito de assumirmos que sim, existia uma tensão latente entre as características da sociedade kuvale- notadamente, a mobilidade e a razia- e o projeto colonial português, acreditamos que a resolução da "Questão Mucubal" por meio da violência era apenas um dos desdobramentos possíveis e se ancorou concretamente nas particularidades do período histórico no qual se processou. Outrossim, argumentamos que a atuação das populações africanas da região, sua posição politicamente estratégica e seus interesses foram constitutivos da dinâmica de interação entre agentes coloniais e os mucubais.

Desde os primeiros relatos sobre a presença de populações pastoris no sul de Angola, alguns traços distintivos se destacam e passam a compor o olhar colonial que passará a categorizar e elaborar políticas específicas no que respeita a estes africanos. Nomeadamente, começando por Lazlo Magyar em meados do século XIX, passando pelos colonos e funcionários administrativos sob o governo de Ferreira de Almeida entre 1878 e 1880, pelos relatos de Serra Frazão relativos a sua atuação como administrador de circunscrição na década de 1910, desembocando nas percepções de caráter mais etnográfico elaboradas a partir de 1920, os pastores- sobretudo os chamados mucubais- serão descritos como nômades, refratários à realização de qualquer tipo de trabalho não associado à criação de animais e ao pagamento de imposto, preguiçosos, insolentes e, fundamentalmente, ladrões de gado inveterados[56].

Da perspectiva dos agentes coloniais portugueses, os pastores africanos de forma geral, e os mucubais em particular, representavam simultaneamente um potencial a ser explorado e um entrave ao desenvolvimento da pecuária. Tecia-se uma visão que situava a relação com o gado nos quadros de uma irracionalidade primitiva, a qual exaltava, ao mesmo tempo, a posição civilizacional dos interventores, que se consideravam detentores de um conhecimento superior, capaz de tomar como objeto a pastorícia africana em sua totalidade e, através de ações específicas, transformá-la em uma atividade economicamente rentável. Podemos afirmar ainda que, do ponto de vista dos veterinários, a sua intervenção seria benéfica não só para a pecuária, como também para os próprios africanos, os quais estariam livres das amarras culturais que impunham a si e aos animais uma condição de vida árdua e miserável.

Em seu estudo sobre a intervenção internacional em Lesotho na década de 1980, o antropólogo James Fergusson elabora uma sofisticada análise sobre o desfecho eminentemente anti-político da intervenção junto às populações rurais da região. De acordo

---

56. MAGYAR, Lázlo. *Reisen in Sud-Afrika in den jahren 1849 bis 1857,* Nendeln Kraus Reprint, 1973; 1.ª edição: 1859; FRAZÃO, Serra. *Associações secretas entre os indígenas de Angola*, Lisboa, Editora Marítimo Colonial, 1946; SEQUEIRA, Frederico Bagorro. *O Povo Mucubal.* In: *Pecuária: Anais dos Serviços Pecuários da Colônia de Angola, Luanda: Luanda. Imprensa Nacional*, 1933.

com Ferguson, as agências de intervenção tinham como objeto de sua ação um constructo discursivo que não correspondia, ou mesmo contradizia, as formas de organização social, econômica e política das sociedades afetadas. Assim, pressupostos a respeito das possibilidades de desenvolvimento de um mercado livre, da transformação dos africanos em pequenos produtores, redundam num fracasso evidente, o qual só faz agudizar o autoritarismo político na região.[57] O antropólogo desenvolve seu argumento em um artigo anterior, no qual busca compreender, em Lesotho, a topografia cultural da riqueza. Aqui, Ferguson afirma que a associação entre riqueza e recursos financeiros é profundamente equivocada, uma vez que diferentes tipos de bens inscrevem-se em circuitos de circulação que definem as premissas de sua conversibilidade, ou não, em outras formas de riqueza.[58]

No caso das populações pastoris do sul de Angola, é imperativo que se compreenda o quanto a visão elaborada pelos agentes coloniais a respeito do caráter economicamente irracional da pastorícia e das práticas a ela associadas estavam eminentemente distorcidas, bem como o modo pelo qual as soluções adotadas tendo como base esta visão redundaram em situações de profunda violência. Aqui, como afirma John Galaty em artigo sobre as sociedades pastoris africanas, não se trata de desmistificar as imputações recorrentes dos agentes coloniais como meros equívocos que em nada correspondiam à realidade descrita, mas sim de interpretar quais eram os sentidos e a racionalidade da pastorícia a partir dos dados fornecidos pelos documentos.[59] De acordo com Galaty, a pastorícia africana pode ser definida como "a 'comitment', predicated on cultural assumptions embedded with diversse political, economic, religous and military institutions [...] pastoralism represents a political and idelogical as well as economic pratice."[60]

O arcabouço conceitual empregado por Galaty remete às teorias dos economistas ditos substantivistas, dentre os quais figura como expoente o húngaro Karl Polanyi. De acordo com Polanyi, a economia se encontrava sempre impregnada por diversas esferas da existência social dos indivíduos e dos grupos, de modo que o ideal de libertação completa do mercado se afigurava, no início do século XX, como uma perspectiva relativamente nova e potencialmente destrutiva, uma vez que produzia uma reação natural por parte da sociedade no sentido de preservar a inscrição desta instituição no seio das outras esferas.[61] Uma perspectiva semelhante será desenvolvida pelo historiador Edward Palmer Thompson, em seu célebre artigo sobre a economia moral da multidão inglesa, no qual descortina a existência de um código social, regido pelo costume, que impunha limites ao funcionamento do mercado de grãos e gêneros derivados, código este estritamente

57. FERGUSON, James. *The anti-politics machine: "development," depoliticization, and bureaucratic power in Lesotho*. Minneapolis: Univ. of Minnesota, 1994

58. FERGUSON, James. *The cultural topography of wealth: commodity paths and the structure of property in rural Lesotho.* American Anthropologist, v. 94, n. 1, p. 55-73, 1992.

59. GALATY, John. *Introduction*. In: GALATY, John G. et al. *Herders, warriors, and traders: pastoralism in Africa*. Westview Press, 1991, p. 6

60. Idem, *Preface, p. XIV*

61. POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*.. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2012

observado e reivindicado pela população rural da Inglaterra do século XVIII. De acordo com Thompson, este código se fundava na percepção sobre quais práticas eram moralmente aceitáveis ou condenáveis por parte dos diversos agentes envolvidos no processo, fossem eles agricultores, moleiros ou mesmo as próprias autoridades.[62]

A noção de economia moral cunhada por Thompson terá grande repercussão em estudos sobre sociedades rurais, a exemplo das obras do cientista político James Scott, em grande parte devotadas a compreender a linguagem através da qual as populações camponesas impunham limites ao funcionamento de uma forma de mercado que, extrapolando os códigos de relações sociais minimamente reconhecidos por todos os agentes, redundaria numa provável precarização de sua posição social, ou mesmo em uma ameaça à segurança alimentar.[63] Percebe-se, portanto, que a tentativa de estabelecer um mercado, enquanto instituição no seio da qual as relações entre os agentes fossem permeadas pela oferta e demanda de produtos diversos, encontrava obstáculos sociais substanciais para sua implementação, sobretudo porque ameaçava a existência de circuitos e instituições sociais que dependiam de determinados recursos que não necessariamente poderiam ser submetidos às leis de mercado sem prejuízos de ordem social, econômica ou simbólica.

Ainda de acordo com Galaty, a pastorícia corresponde a um sistema complexo e sofisticado de técnicas e estratégias sociais capazes de responder às condições ecológicas de regiões marcadas pela instabilidade de recursos. Em suas palavras,

> " The diffusion of livestock represented a cultural and historical as well as a technical process wich acted on and shaped as well as responded to an arid-land ecology.[...] Pastoralism represents a socio-technical rather than a 'natural' subisistence system, wich requires political, economic and cultural investment in land, social relations, regional security, animal capital, and labor, and competence ina animal behavior, enviromental knowledge, and the skllis and tastes of animal husbandry."[64]

Por outro lado, a pastorícia, segundo o antropólogo, constitui um universo de relações políticas marcado pela história e pela cultura, que se inscreve em- e se articula com- mercados, instituições do estado, etc. Ou seja, ao contrário do que afirmam os veterinários, não se limita a fornecer aos africanos o mínimo de leite necessário para a sobrevivência dos indivíduos:

> " Pastoral systems, imprinted by culture and shaped by history, serve aims and motives beyond the secondary extraction of protein from vegetal

62. THOMPSON, Edward Palmer. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In: THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1998

63. GALATY, John. *Introduction*. In: GALATY, John G. et al. *Herders, warriors, and traders: pastoralism in Africa*. Westview Press, 1991, p. 12-13

64. COMAROFF, Jean; COMAROFF, John L. How beasts lost their legs: Cattle in Tswana economy and society. In: GALATY, John G. et al. *Herders, warriors, and traders: pastoralism in Africa*. Westview Press, 1991

> biomass through the mediation of domestic ungulates. Among these aims are establishing social relations, exercising or evading political control, and creating or expanding wealth. African pastoralism occurs within a ***political*** ecology, of local power, state influence, markets, ideologial commitmments and ethnic values, as well as of arid land resources."[65]

Em seu estudo sobre o significado do gado entre os Tshidi Barilong, os antropólogos Jean e John Comaroff remetem à noção de "fato social total", de Marcel Mauss, definindo os animais como " the medium of transformation, in a *total* economy of signs and pratices, between a material economy of things and a moral economy of persons [...]things that contained all 'the treads of wich the social fabric is woven'".[66] Isto significa dizer que, para os Tshidi, a circulação do gado através de diversos circuitos era fundamental no estabelecimento de relações econômicas, relações de poder e prestígio, bem como facultava o acesso a recursos sociais como o casamento. Ou seja, ainda que o gado fosse considerado um recurso econômico, este estatuto não esgotava as prerrogativas e possibilidades que recaiam sobre os animais. É interessante notar, ainda, que tal como afirmam os agentes coloniais portugueses a respeito dos pastores africanos do sul de Angola, os Tshidi eram particularmente avessos à realização de trabalhos que não tivessem relação com a pastorícia. Para os Comaroffs, esta circunstância se devia ao fato de que

> " For Tshidi, work was not an abstract quality or a thing to be exchanged. It simply could not exist in the form of a commodity, as alienable 'labor power'. Even the energies of a serf were only available to his master by virtue of a total bond of interdepence. they could not be given over to another person unless the relationship itself was transferred. Work, rather, was the creative process inherent in al human existence, and was expressed in the making of self and others in the course of everyday life."[67]

Ou seja, existia um claro contraste entre a percepção europeia, segundo a qual uma força de trabalho poderia ser arregimentada caso as condições de oferta e demanda fossem razoáveis, ou ainda, caso se desenvolvesse nos africanos o gosto pelas produtos oferecidos pelos europeus. Em um sistema social acionado e dinamizado pelas diversas formas de posse e distribuição do gado, a adoção de práticas econômicas eminentemente matizadas pelo dinheiro, poderia representar uma ameaça no que tange à configuração das identidades sociais, relações de poder e capacidade de controle sobre a economia. De acordo com os antropólogos, os Tshidi caracterizavam o dinheiro como uma forma fugaz de riqueza, difícil de ser integrada e controlada, e lamentavam explicitamente a penetração incisiva das instituições do mercado :

> " Like a corrosive acid, it [dinheiro] 'burns' the pocket of those who try to hold on to it; like the unpredictable, dangerous fire of female fertility, it is

65. Idem
66. Idem, p. 34
67. Idem, p. 40

> explicitly opposed to the cool stability associated with the cattle and male political control. ' *Madi* runs through your pockets and leaves you hungry. Cattle always return to make you fat., we were often told. The point, rather, is that virtually all Tshidi, now at the mercy of the capricious coin, exist in the tate of subordination formely associated with femaleness. For these people, men and women alike, the beast remains a symbol of economic and cultural self-sufficiency. It represents the freedom from labor market of wich many Tswana dream."[68]

Ao tecerem suas considerações sobre os pastores africanos do sul de Angola, os veterinários dão particular atenção à importância do gado no seio destas formações sociais. Assim, Baptista Carneiro, na edição de 1930 da *Pecuária*, descreve a relação afetiva, "mística", dos pastores com os animais:

> "A todo o recém- nascido é ofertada a melhor vitela do rebanho e é a este animal que é entregue o destino do seu dono. Se este adoece, è à vitela que os seus pais recorrem, na arraigada convicção de que só ela pode curar o seu filho da doença má que o prostra. E são preces curiosas as que eles lhe dirigem , fazendo cavalgar o pequeno enfermo sobre o paciente animal que tudo permite. Se a doença é grave, é a pobre vaca que sofre as amputações que deveriam ser feitas ao doente; cortam-lhe retalhos do pavilhão das orelhas, em sangria doida, ficando em rendilhado exótico. Salvo o miúdo, tem a vaca operado mais um milagre, que se faz constar a todos os povos vizinhos para que o animal tenha deles a mística adoração que bem merece tão sobrenatural ser. É o boi sempre o pretexto para as suas danças. E os batuques, que demoram dias, tem como tema dos seus cânticos a história detalhada e curiosa de cada um dos bois.[...] E canta ligeiros episódios que ao boi sucedem; descreve-lhes as cores da sua pelagem; as suas qualidades e os seus vícios e procura dar aos braços erguidos a disposição dos chifres do boi de que se está ocupando. A este preto, outros e outros se sucedem em idêntica função. E assim estão dias e noites, esgotados, mas felizes, envaidecidos pela oportunidade que tiveram de tornar públicos os méritos dos seus rebanhos."[69]

Tudo se passa, nesta descrição, como se a esfera da cultura, o universo simbólico, no seio do qual o boi se inscreve, fosse o mero produto de aspirações místicas sem propósito, absolutamente irracionais, a exemplo das práticas de cura que envolviam os animais. O mesmo veterinário, em outro artigo publicado na mesma edição da revista, dedicado aos cuanhama, nos fornece valiosas informações sobre a importância do gado na organização da vida social desta população. Em primeiro lugar, tece uma relação entre as formas de ocupação do território praticadas por cuanhamas, mucubais e muchimbes, e a disponibilidade de recursos para a criação de gado:

68. Idem, p. 55

69. CARNEIRO, Carlos Baptista. *Delegação Sanitária de Mossâmedes.* In: *Pecuária: Anais dos ServiçosPecuários da Colônia de Angola, Luanda: Luanda. Imprensa Nacional* , 1930, p.178

" Concluir-se há que é o seu irriquetismo, a sua hiperexcitabilidade de homem voluntarioso e livre, a razão de ser deste isolamento? Nada disso. O cuanhama vive para o seu gado e um pouco para a sua família. Como não é possível construir aldeias de bois para não suceder aquilo que aos grilos do Padre Patagônia sucedeu um dia, o preto cuanhama vive onde pode viver o seu gado. Procura água, ou possibilidades de a ter desde que abra cacimbas; busca os melhores pastos, e, conseguindo esse ***desideratum***, organiza o seu chilongo. Foge sempre da aproximação doutro chilongo patrício, não porque receie a vida saljeira de intrigas e malquerenças, mas sim porque não quer que o seu gado vá comer e beber daquilo que ao outro pertença. Como seria curioso obrigar o gentio do Sul, especialmente o mucubal e o muchimbe, a reunir-se em aldeias , estes que nem cubatas possuem, nem arrimos agricultam ! Pois se eles se deslocam, permanentemente, e só é boa a região que dá pasto aos seus gados ! Duas árvores, cujos ramos se encontram, são os abrigos naturais desta gente primitiva. E a fogueira, se encontram, são os abrigos naturais desta gente primitiva. E a fogueira, o seu único cobertor, que os defende das asperezas do frio, das inclemências das chuvas e da ação perniciosa das cacimbadas, encontra-se em toda a parte, porque em toda a parte há lenha para queimar. mas o cuanhama fixa-se , sem vizinhos, é claro."[70]

Nos deparamos aqui com a exposição de umas das estratégias fundamentais, compartilhadas por diversos sistemas pastoris presentes em regiões marcadas pela escassez de recursos, qual seja, uma ocupação territorial baseada na dispersão populacional que busca preservar e rentabilizar as fontes de água e pasto disponíveis. Em segundo lugar, o veterinário apresenta o papel da circulação de gado no âmbito dos sistemas pastoris de resolução de conflito entre os cuanhama:

" São, de uma maneira geral, fiéis ao seu esposo. Raríssimos são os casos de adultério entre esta gente sã e, quando os há, não é a separação, o divórcio, que os resolve. Também não é o assassinato torpe que põe cobro a esta indignidade. Conhecido o fato e descoberto o sedutor, é este julgado em sumário processo pelo chefe da mucunda e condenado a entregar ao marido traído um determinado número de bois."[71]

Os bois são transferidos do perpetrador do crime à parte considerada lesada por meio de uma decisão tomada através de instância socialmente reconhecida. Em artigo de 1932 da *Pecuária*, Artur Pereira D'Eça, ao refletir sobre a relutância dos africanos em venderem o gado, fornece informações sobre as estratégias e práticas que regulavam circuitos distintos de circulação do gado, fosse sua comercialização, fosse sua distribuição enquanto parte integrante do sistema de resolução de conflitos:

" Normalmente, o indígena só vende o gado para pagar o imposto, desfazendo-se de algumas cabeças, Vende por necessidade. O seu comércio é restrito à região em que vive ; só excepcionalmente se afasta

70. CARNEIRO, Carlos Baptista. *Aspectos Cuanhama.* In: *Pecuária: Anais dos Serviços Pecuários da Colônia de Angola, Luanda: Luanda. Imprensa Nacional* , 1930, p. 349
71. Idem, p. 351

para vender ou comprar. Entretanto, há ainda hoje certa mutação na posse do gado, especialmente bovino, por virtude das ***macas*** ou questões. Mas, sob qualquer destes aspectos, é relativamente reduzido o número de animais que se movimentam. É de notar, porém, que estas transferências de posse tem tendências a aumentar, menos pela oferta- que só aparece acentuada na época do imposto, ou em ocasião de seca, e por isso de fome- e mais pela procura."[72]

Verifica-se que a inscrição do gado em circuitos comerciais era uma opção facultada aos pastores africanos no âmbito do sistema social que integravam, porém, esta estratégia era adotada em momentos específicos, ou seja, em face do constrangimento imposto por agentes do estado colonial- imposto- ou em virtude de situações de crise social- como a fome. É necessário pontuar aqui que a fome não pode ser reputada somente às circunstâncias variáveis da ecologia local, mas deve ser inscrita no seio de um complexo de relações sociais que inviabilizam a mobilização ou a eficácia de estratégias pastoris de combate à fome. De acordo com o antropólogo Douglas Johnson, em seu estudo sobre as populações pastoris do alto Nilo, os sistemas pastoris produziam respostas históricas e dinâmicas às crises ambientais:

" responses to environmental change have neither been static nor cyclical. Equilibrium with nature is achieved only through dynamic responses by each community, responses wich progressively alter their own internal composition and their social and economic relations with their neighbors."[73]

As relações entre as populações pastoris e seus vizinhos eram, portanto, fundamentais para a reorganização econômica em tempos de crise. Entretanto, durante o período colonial, as alianças entre portugueses e determinadas populações passam a influir diretamente no universo de relações entre os africanos, fato que por vezes inviabilizava a articulação de estratégias de combate à crise e à fome. No caso do sul de Angola, Ruy Duarte de Carvalho descreve um processo de paulatina insularização da população denominada mucubal, o que implicava na exclusão deste grupo de pastores de circuitos comerciais antes acessíveis, notadamente, as trocas com populações agro-pastoris produtoras de cereais.[74] Este processo agudizava situações de crise ecológica como secas ou inundações, bastante comuns na região, e, muito provavelmente, se encontrava na origem de fenômenos como o recrudescimento do roubo de gado. Afinal, como teremos oportunidade de discutir no capítulo seguinte, também a razia, forma de apropriação de gado alheio sancionada pelas instituições pastoris, constituía um dos recursos de distribuição de animais recorrente em

---

72. D'EÇA, Artur Almeida. *O aspecto econômico da intervenção do indígena no fomento pecuário de Angola.* In:*Pecuária: Anais dos Serviços Pecuários da Colônia de Angola, Luanda: Luanda. Imprensa Nacional* , 1932, p.12

73. JOHNSON, Douglas. *Political Ecology in the Upper Nile: The Twentieth Century Expansion of the Pastoral "Common Economy".* In: . In: GALATY, John G. et al. *Herders, warriors, and traders: pastoralism in Africa*. Westview Press, 1991, p. 115

74. CARVALHO, Ruy Duarte de. Produção historica de identidades colectivas diferenciadas no sudoeste litoral de Angola : a insularizacao e a integracao Kimbar. In: *Os kuvale na história, nas guerras e nas crises. Artigos e comunicações (1994– 2001).* Luanda: Editorial Nzila, 2002

universos marcados pela pastorícia.

É possível afirmar que, a medida em que avançava a década de 1930 e a situação dos mucubais passa a ser objeto de políticas específicas no seio do Estado colonial, a organização de diversas expedições punitivas, bem a tentativa de territorialização forçada desta população ameaçavam a existência dos pastores, na medida em que, cerceando suas possibilidades de contato com outros grupos, arregimentados para combatê-los, tendia a transformar uma situação de pobreza eventual em pobreza estrutural. Cabem aqui duas considerações. Em primeiro lugar, apresentaremos no capítulo seguinte a hipótese de que diversas populações pastoris passarão, ao longo da década de 1930, a integrar operações punitivas contra os mucubais, operações essas que guardavam muitas semelhanças com as razias. Neste sentido, é interessante notar que um processo parecido caracterizou a relação entre os britâncios e os Maasai, no Quênia. Segundo o historiador Richard Waller,

> " Up to the end of the First World War, the main opportunity for ***murran*** [jovens maasai] to accumulate came through raiding, latterly including service with colonial punitive expeditions on wath were perceived as government-sanctioned and organized raids against familiar targets."[75]

Em segundo lugar, ainda de acordo com Waller, os sistemas pastoris, ainda que relativamente vulneráveis às intempéries de ordem ecológica do meio no qual se inscreviam, eram capazes de encontrar e mobilizar recursos dentro de seu próprio sistema social, baseando-se numa rede de relações sociais e em um profundo conhecimento do território e seus recursos. Desta forma, como já foi apontado, a intervenção dos agentes coloniais ameaçava converter a pobreza circunstancial em pobreza estrutural, distinção eloquentemente definida por Waller:

> " (...) despite the dramatic and traumatic appearence of destitution in times of crisis, structural poverty may be far more insidious and far-reaching in its effects on pastoral society. Whlie conjuntural poverty may destroy pastoralists, it does not erode the basis of pastoralism, wich re-emerges as a viable option after crisis has passed. Indeed, the moral basis and rationale wealth and poverty is confirmed as the poor die and the rich suvive. The growth of structural poverty, however, may transform pastoralism itself by creating new exclusions wich chalenge the basis of wealth and poverty by suggesting alternative and even subversive definitions of both. This is wath has happened in pastoral societies." [76]

Assim, propomos que se pense o sul de Angola colonial como um espaço para o qual se projetavam distintos interesses, formas de concepção, ocupação e uso dos territórios, estratégias econômicas e políticas. Por vezes, estas diferentes facetas se interseccionavam circunstancialmente, dando origens a alianças e formas de cooperação

---

75. WALLER, Richard. *Pastoral Poverty in Historical Perspective*. In: ANDERSON, David M. et al. *The poor are not us: poverty and pastoralism in Eastern Africa*. James Currey Ltd, 2000, p. 35
76. Idem, p. 27

que podiam envolver agentes tão diversos como autoridades administrativas, colonos europeus engajados no comércio, autoridades militares, técnicos e populações pastoris. Entretanto, é necessário reter a ideia de que estas alianças situacionais não se davam *no seio* do Estado colonial no sul de Angola, elas *eram* o próprio estado colonial em funcionamento. Ou seja, não há como pensar a situação política no sul de Angola sem levar em consideração o fato de que as alianças e diversas formas de interação entre os agentes em presença atendiam também a um universo de interesses que não se orientava de acordo com os imperativos do colonialismo europeu. Não nos interessa aqui- pois as fontes não nos permitem, e antes, vetam- descrever os pormenores de um sistema organizado, coeso, em relação ao qual as estratégias e práticas sociais pastoris afiguram-se como um resíduo histórico, mera disfunção, mas sim um universo de relações, signos e práticas heterogêneo, contraditório, conflitivo e sujeito às crises periódicas das quais nos fala Balandier, em seu artigo de 1950.[77] No sul de Angola, estas crises terão, na década de 1930, como epicentro, a chamada Questão Mucubal, cuja resolução redundaria em uma tão violenta quanto silenciada campanha de extermínio, entre 1940 e 1941.

77. BALANDIER, Georges. *A SITUAÇÃO COLONIAL: ABORDAGEM TEÓRICA*. Cadernos CERU, v. 25, n. 1, 2014.

CAPÍTULO 2

A ZONA MUCUBAL, 1934- 1935

Este capítulo se dedica à análise da transformação operada nas relações entre a população pastoril mucubal e os agentes coloniais portugueses a partir de março de 1934, momento em que as autoridades civis e militares lusitanas decidem pela criação da Zona Mucubal. Acreditamos que este momento seja particularmente relevante, na medida em que assinala uma clara transição nas políticas coloniais devotadas à resolução das tensões existentes entre os pastores, a população europeia e outros africanos do sul de Angola. Até então, o engajamento dos mucubais em operações de razia- apropriação de gado pertencente fosse a africanos, fosse a portugueses- era objeto de ações de repressão denominadas Diligências Administrativas[1]. Entretanto, quando a Diligência iniciada em julho de 1933 não apresenta os resultados esperados, as autoridades coloniais se veem obrigadas a adotar uma nova abordagem, elaborando uma proposta de ocupação econômica e administrativa que deveria substituir o imperativo da repressão militar. Por outro lado, a documentação nos permite assinalar o fato de que a razia e o roubo de gado eram elementos constitutivos das relações estabelecidas entre os diversos agentes presentes no sul de Angola, fossem eles portugueses ou africanos, de tal forma que, do nosso ponto de vista, é possível afirmar que o gado africano se inscrevia num circuito complexo, que articulava relações econômicas, mas também relações de poder e prestígio, de acordo com uma linguagem de poder pastoril que perpassava todo o espectro das interações entre os agentes da região.

AS DILIGÊNCIAS ADMINISTRATIVAS

Ao mesmo tempo em que, em 12 de março 1934, o Chefe do Estado-Maior, Major Sebastião Nogueira Soares, propõe ao Governo geral a criação da Zona Mucubal[2], projeto que tinha como objetivo levar a cabo uma ocupação administrativa e econômica da região que se entendia ocupada pelos pastores, assistia-se no sul de Angola às consequências de uma Diligência Administrativa movida contra os mesmos mucubais, em 1933[3]. A documentação

1. As chamadas Diligências Administrativas não são explicitamente definidas na documentação. Porém, pode-se inferir que se tratava da mobilização de tropas regulares e auxiliares- estes últimos, tanto europeus quanto africanos- visando a repressão de roubos cometidos pelos- ou atribuídos aos- mucubais. Sabe-se também, por indicação do Major Joaquim Feliciano de Azevedo, Comandante da Zona Mucubal entre 1934 e 1935, que a adesão dos europeus ao grupo de auxiliares era voluntária, e que os voluntários africanos eram recrutados entre as populações da região.
2. *Informação.* AHM 2/2/65/14
3. *Cópia do Oficio n. 1/G.* AHM 2/2/65/12

que fundamenta as análises deste capítulo e daquele que o sucede, é majoritariamente composta de cartas, telegramas, despachos e relatórios de caráter militar. As autoridades civis também figuram, em muitos casos, como autores de documentos por nós escrutinados, porém, em 1934, pode-se afirmar que a resolução da chamada Questão Mucubal havia se tornado uma incumbência dos agentes militares. Os eventos que imediatamente precedem a criação da Zona e que, em grande medida, impactam diretamente as diretrizes que a caracterizam, podem ser traçados na documentação de maneira, por vezes, indiciária, pouco precisa. Porém, é certo que alguns dos militares diretamente implicados na criação e manutenção da Zona elaboraram narrativas que buscam dar conta, por um lado, do complexo tecido de relações conflitivas que envolvia colonos, autoridades civis, mucubais e outras populações africanas, e, por outro, dos fracassos das tentativas portuguesas em dar um fim definitivo às tensões assim estabelecidas.

Das narrativas produzidas pelos militares, a mais interessante é certamente o relatório de inquérito elaborado pelo Comandante da Zona Mucubal, Joaquim Feliciano de Azevedo, logo após assumir o seu posto por designação do Governador Geral. A ele retornaremos em breve, sendo antes necessário apresentar os antecedentes imediatos da criação desta nova solução política, denominada Zona Mucubal. Como já foi referido no capítulo I, a designação mucubais referia-se genericamente a uma população de pastores de gado cujas ações escapavam ao controle das autoridades administrativas, e cuja prática do roubo sistemático de gado representava um fator de profunda instabilidade social no sul de Angola. As referências à presença e atuação dos mucubais- por atuação, entenda-se, roubo de gado- estendiam-se por toda a região sul. As fontes mais antigas a que tivemos acesso no que respeita à criação da Zona Mucubal remontam a fevereiro de 1934.[4] Contudo, sabe-se pelas próprias indicações trazidas pelos autores destes textos que, desde julho 1933, movia-se uma Diligência Administrativa contra as populações mucubais.[5]

O fato é que estas Diligências, como será posteriormente apontado tanto pelo Tenente Joaquim Feliciano de Azevedo, quanto por figuras tão distintas como o veterinário Frederico Bagorro Sequeira e o missionário Espiritano Carlos Estermann, não surtiam o efeito esperado[6]. Este fato se evidencia em uma nota enviada ao Secretário do Distrito de Benguela pelo Administrador do Concelho de Benguela, Eurico da Cruz Pereira, em 27 de fevereiro de 1934, na qual se relata as “últimas proezas dos Mucubais na área desta circunscrição”[7]:

4. *Cópia da Nota- Reservada- n. 3/K.* AHM 2/2/65/12

5. *Relatório de inquérito sobre a região mucubal, sua administração e as relações entre funantes e mucubais.* AHM2/2/66/1, p.2

6. *Relatório de inquérito sobre a região mucubal, sua administração e as relações entre funantes e mucubais.* AHM 2/2/66/1. Para as considerações de Bagorro Sequeira e Estermann, ver, respectivamente, SEQUEIRA, Frederico Bagorro. *O Povo Mucubal.* In: *Pecuária: Anais dos Serviços Pecuários da Colônia de Angola, Luanda: Luanda. Imprensa Nacional*, 1933e ESTERMANN, Carlos. *Etnografia do Sul e Sudoeste de Angola*. Vol. 3 – *Grupo* étnico *Herero.* Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1961.

7. *Cópia da nota n. 385/1/46. AHM/2/2/65/12*

> "Na noite de 13 para 14 de janeiro, assaltaram uns currais de gado de gente do Dombe, que se tinham refugiado no plateau, área do Posto da Sede, a 45 quilômetros de Benguela, roubaram grande quantidade de gado, e feriram três indígenas (...) Na noite de 14 para 15 de Janeiro, roubaram nas Bimbas, a 10 quilômetros de Benguela, 40 bois pertencentes a José de Sousa (...) Na noite de 18 para dezenove do corrente, assaltaram uns currais de gado de gente do Dombe, refugiada no plateau, sensivelmente no mesmo ponto acima descrito, roubaram bastante gado, mataram 6 indígenas e feriram gravemente 3."[8]

Cruz Pereira narra, então, quais foram as providências tomadas pelas autoridades. Assim, afirma que, ao saber pelo chefe do Dombe Grande qual era o trajeto que seguiam as incursões dos mucubais, o Administrador de Quilengues, Tenente Samuel da Fonseca, organiza uma tropa de 30 soldados e os desloca para conter a movimentação dos pastores.[9] Aparentemente, entretanto, as tropas foram surpreendidas, uma vez que

> "Seguindo a sua marcha em 12 [de fevereiro] , pelas 7 horas foram atacados por um numeroso bando de Mucubais, armados, com armas,- mais de 200 segundo informação que do caso me deu o Snr. Chefe de Posto do Dombe,- que obrigou a força a retirar, seguindo-a durante mais de uma hora, fazendo sempre fogo."[10]

Por fim, o autor da nota reconhece a ineficácia das operações organizadas até então, propondo uma nova solução para a submissão dos mucubais:

> "Relatados, sucintamente, os últimos acontecimentos, conforme Sua Excelência determinou, (...) entendo que só uma ação conjunta de forças dos Distritos de Benguela e de Mossamedes, atuando, simultaneamente da periferia para o centro, acabaria com os Mucubais, que passou dos domínios da lenda para os da realidade, pois encerrados em um círculo de ferro e de fogo, não poderiam resistir, nem teriam para onde fugir."[11]

O ataque protagonizado pelos mucubais às tropas portuguesas em 12 de fevereiro é sintomático dos limites das chamadas Diligências Administrativas. Através da narrativa de Eurico da Cruz Pereira, podemos entrever somente o fato de que os soldados portugueses foram surpreendidos pelos mucubais, sem que saibamos exatamente de que maneira isso foi possível. Neste sentido, é fundamental que busquemos compreender quais os detalhes deste tipo de interação entre as tropas portuguesas e os mucubais, uma vez é justamente nestes momentos de crise e confusão manifestos por parte dos agentes coloniais que se explicitam os interesses e as experiências dos sujeitos africanos. Em nota de 19 de fevereiro, o Comandante da Diligência em Quilengues, tenente Alberto Pereira, fornece mais detalhes sobre o ataque mucubal de 12 do mesmo mês

8. Idem.
9. Idem.
10. Idem.
11. Idem.

> "(...) no dia 12 do corrente, uma força de 18 praças comandadas pelo 2 sargento, Antonio de Oliveira (...) foi atacada a tiro pelos MUCUBAIS no sítio do Joio, área do posto do CAMUCUIO, Circunscrição de Vila Arriaga, tendo-se visto obrigada a fazer alguns tiros para afugentar os atacantes que dispersaram em virtude da ação da força. Da parte da força comandada pelo 2 sargento Oliveira não houve baixas e, segundo informação deste os MUCUBAIS tiveram alguns feridos, tendo sido apreendidas a estes duas armas e muitas catanas e azagaias. Mais me informou o 2 sargento Oliveira que só depois de ter regressado soube que tinha sido atacado na área do CAMUCUIO o que é de acreditar por este sargento desconhecer a região e os pretos carregadores que consigo levava o não terem informado devidamente."[12]

É sintomático, neste trecho, o fato de que o mencionado sargento Oliveira, comandante das tropas fustigadas pelos mucubais, desconhecesse a região na qual atuava, bem como chama atenção a dependência das Diligências em relação às informações fornecidas por outros africanos, neste caso, os carregadores. O desconhecimento da geografia das regiões habitadas pelos mucubais será uma constante nos relatórios que fazem referência às operações contra eles movidas, de modo que acreditamos poder afirmar que as Diligências Administrativas constituíam ações de repressão que, em certa medida, dispensavam a obtenção de informações aparentemente imprescindíveis para a consecução de seus objetivos, os quais consistiriam, segundo o tenente Alberto Pereira, em "apenas desarmar e prender, como convém, os assaltantes, que certamente a esta data, conscios da impunidade, se preparam para renovar as suas façanhas."[13]

É interessante perceber em que medida a situação de tensão que se configurava no sul de Angola em torno da Questão Mucubal adquire neste momento progressiva importância no âmbito da política colonial. Assim, em 2 de março, o Governador do Distrito de Benguela se vê obrigado a contatar o Governador geral da colônia, a fim de relatar os acontecimentos e propor ele mesmo uma solução. Ao mesmo tempo, o ofício por ele redigido revela detalhes significativos sobre a complexa relação das Diligências Administrativas com as razias de gado perpetradas pelos mucubais, facultando-nos uma compreensão mais ampla do lugar que tais operações ocupavam na constelação das formas de poder e da dinâmica econômica da região. De acordo com o autor do ofício,

> "Pelas exposições conjuntas, - dos administradores de Quilengues e Benguela, - poderá V. Exa ver que a questão mucubal grangeia foros de realidade dolorosa, prometendo vir a dar que fazer e muito. Era de prever que, a seguir a desordenada investida por Mossamedes, que sofreu, essa tribo, apenas perturbada pela espoliação de alguns milheiros de bois seus e vacas, procuraria desforrar-se do prejuízo, logo que aliviasse a pressão, e iria buscar, onde calhasse, compensações ao esbulho.'[14]

---

12. *Copia da Nota- Reservada- n. 3/K. AHM 2/2/65/12*

13. Idem.

14. *Cópia do oficio n. 1/G. AHM 2/2/65/12*

O Governador do Distrito de Benguela assinala, portanto, o fato de que o recrudescimento das investidas mucubais está diretamente relacionado a uma “desordenada investida”, a qual resultou na espoliação de gado. Em sua tese de doutorado, o historiador Gervase Clarence-Smith afirma que vigorava no sul de Angola, sobretudo em finais do século XIX, uma “economia da razia”, ou seja, uma situação na qual o roubo de gado constituía uma situação endêmica que articulava as relações entre as populações europeias- à época, portugueses e bôers- e africanas. Portanto, infere que longe de ser prejudicial ao comércio, a situação de constante belicosidade característica do interior do sul de Angola na década de 1880 consistia no próprio elemento dinamizador da economia local, fornecendo a grande maioria dos animais exportados por Mossâmedes, bem como compondo parte das receitas públicas através de leilões de gado apreendido pelas razias. Ainda, segundo o historiador, a partir de finais da década de 1880, testemunha-se no sul de Angola o surgimento de uma economia largamente parasitária, dependente de razias e altos níveis de despesa pública. Enquanto muitos agentes como comerciantes de gado e auxiliares teriam lucrado, o Estado teria despendido somas colossais na mobilização de constantes operações militares.[15]

Contudo, como já expusemos no capítulo anterior, Clarence-Smith considera que esta situação teria se transformado a partir da pacificação das populações Cunhama em 1915, e sobretudo após a instauração do regime colonial do Estado Novo, cujo epítome jurídico era o Ato Colonial de 1930. Como já mencionamos, autor vai ainda mais longe, ao afirmar que, com o fim das campanhas de pacificação, o sul de Angola teria desaparecido das preocupações dos agentes coloniais portugueses pelos próximos cinquenta anos.[16]

Ora, o próprio ofício acima mencionado nos permite duvidar da tese de Clarence-Smith em pelo menos dois pontos: em primeiro lugar, o ofício do Governador do Distrito de Benguela, ao resumir as informações contidas nas exposições anteriormente mencionadas dos administradores de Quilengues e Benguela, exprime um circuito percorrido pela documentação no qual se entreve a crescente importância da Questão Mucubal no seio da política colonial portuguesa, questão essa que, aparentemente um problema local, se transforma em objeto de preocupação do Governador Geral da Colônia de Angola; em segundo lugar, a espoliação de gado mucubal por parte de uma Diligência Administrativa que se propunha somente prender e desarmar alguns pretensos ladrões de gado, Diligência esta que é descrita pelo próprio autor do ofício como desordenada, nos permite desconfiar não só do interesse de alguns dos protagonistas na posse do gado mucubal, mas da própria capacidade das autoridades coloniais em controlar as ações e decisões tomadas pelos indivíduos que compunham as tropas.

---

15. CLARENCE-SMITH, William Gervase. *Mossamedes and its hinterland, 1875 - 1915*. Londres, 1975, pp.173- 174
16. Idem, p. 409

ECONOMIA DA RAZIA: ECOS DE UM INQUÉRITO

A perenidade daquilo que Clarence-Smith acertadamente denomina economia da razia se afigura com clareza irretorquível no relatório de inquérito elaborado pelo então recém nomeado Comandante da Zona Mucubal, Joaquim Feliciano de Azevedo. O inquérito do qual este texto é o produto originou-se a partir de um despacho do Governador Geral da Colônia, em 7 de Dezembro de 1933. A exposição dos objetivos almejados pelo inquérito denunciam a existência de uma percepção, por parte do Governador, sobre os limites que se impunham ao êxito das Diligências Administrativas. De acordo com Feliciano de Azevedo,

> "Por despacho de Vossa Execelência, de 7 de Dezembro do ano findo, (...) tive a honra de ser nomeado Encarregado dum inquérito à região dos Mucubais e Quilengues, com o fim de focar e estudar os três seguintes assuntos concretamente indicados por Vossa Excelência: Primeiro - O modo como foram feitas as apreensões de gado aos mucubais pela ultima diligencia administrativa e a sua posterior distribuição; Segundo- O modo como se efetuam as relações comerciais entre os indígenas e os comerciantes que se dão ao comércio volante (*funantes*); Terceiro- A apresentação de alvitres tendentes a procurar resolver a chamada 'questão dos Mucubais'."[17]

Ao observarmos os três assuntos que estruturam o inquérito, fica evidente o esforço por parte do governo colonial no sentido de compreender de que modo as ações denominadas Diligências Administrativas se inscreviam num universo de relações sociais organizado em torno da apreensão e distribuição de gado e do comércio do interior mobilizado pelos europeus. Por fim, almeja-se uma resolução definitiva para a questão dos Mucubais. Dados os resultados incipientes, ou mesmo contraproduscentes da Diligência de 1933, uma vez que esta teria desencadeado novas operações de razia da parte dos mucubais, impôs-se o imperativo de reavaliar as possibilidades de ação do governo colonial e os recursos disponíveis para a execução das medidas sugeridas. Esta orientação política buscava, ainda, perceber os entraves colocados pelos próprios agentes europeus ao bom funcionamento das relações entre estes e as populações africanas. A comissão responsável pelo inquérito foi composta por Feliciano de Azevedo, pelo veterinário Frederico Bagorro Sequeira, pelo segundo Oficial da Repartição Distrital de Administração Civil de Mossamedes e por Alfredo Jorge de Macedo Bobela Mota. Ao longo do processo, foram ouvidas autoridades militares, civis e colonos, cujos depoimentos conformaram a base para as propostas elaboradas por Feliciano de Azevedo no sentido de resolver a questão mucubal.

O primeiro a comparecer perante a Comissão de Inquérito assim constituída foi o Comandante da Diligência Administrativa à região Mucubal de 1933, Tenente João Teixeira

17. *Relatório de inquérito sobre a região mucubal, sua administração e as relações entre funantes e mucubais.* AHM *2/2/66/1*, p.1

da Costa. Este declara que fora nomeado para o cargo de Administrador da Circunscrição da Bibala em razão da necessidade de, em 1930, se nomear para este cargo um oficial que conhecesse a região na qual viviam os mucubais, os quais estariam, ainda segundo o Tenente, à época, "em estado de insubmissão, desobedecendo às autoridades, não pagando imposto, recusando-se a trabalhar em serviços públicos ou particulares e roubando frequentes vezes os gados pertencentes a indígenas de outras raças vizinhas (...)."[18]Diante deste estado de coisas, o Teixeira da Costa teria logrado autorização do Governo do Distrito de Mossamedes para a realização de uma Diligência Administrativa, a qual, da sua perspectiva, resultou tão somente na fuga dos ditos insubmissos para fora da circunscrição, bem como na apreensão de cabeças de gado. A operação teria desencadeado, inclusive, um " regresso da parte dos mucubais à prática de actos criminosos ainda de maior monta, visto que (...) os rebeldes, finda a época das chuvas, voltaram às regiões de que tinham fugido, continuando a praticar roubos e inclusive estendendo a sua ação maléfica a outras regiões."[19]Em decorrência da diligência, relata, os pastores " começaram a roubar também o gado dos europeus".[20]

Se lembrarmos que o Governador do Distrito de Benguela também havia assinalado a relação entre as diligências, as apropriações de gado que delas derivavam, e a consequente ocorrência de novos roubos por parte dos mucubais, é possível entrever, neste relato de Teixeira da Costa, uma dinâmica relacional bastante precisa, ou seja, a espoliação promovida pelas operações militares movidas conta os mucubais produziam uma resposta equivalente por parte destes, a qual, não necessariamente, recaía sobre os seus expoliadores, tendo como alvo outras populações da região ou mesmo europeus. Na condição de historiadores, nos cabe buscar interpretar nesta ação dos mucubais algo que está para além daquilo que nos dão a ver os documentos produzidos pelas autoridades portuguesas. Assim, deve-se buscar responder a uma pergunta que, ainda que na aparência elementar, exige uma resposta profundamente complexa: qual era o sentido do roubo de gado praticado pelos mucubais ? Ainda, em que medida era essa prática uma excepcionalidade constitutiva desta população, ou seja, podemos acreditar na percepção colonial segundo o qual eram os mucubais os únicos responsáveis pelo roubo de gado, em virtude de uma disposição cultural quase atávica?

A julgar pelo parecer do Governador do Distrito de Benguela, manifesto no ofício mencionado acima, fazia-se "urgente e inadiável, pois, terminar esta troça afrontosa, por final nesta opereta burlesca ", de modo que seria imperativo nomear um comando militar, " o qual tomaria sobre si a limpeza dos coios e rapidamente." Do ponto de vista do Governador, a responsabilidade das práticas de roubo e violência recairiam, portanto, exclusivamente sobre os mucubais, postura que se evidencia no momento em que declara que o "ponto é

18. Idem, p.3
19. Idem, p.3
20. Idem, p.3

tomarmos por uma [solução], que traga resultados práticos e depressa, se queremos evitar dissabor irremediável, pois que de vidas humanas se trata, fixadas aqui e ali [...] e ainda por amor da seguridade de viadores brancos (...)".[21] Ou seja, uma vez realizada a "limpeza" dos mucubais criminosos, se garantiria a segurança tanto das outras populações africanas quanto dos viadores brancos, conhecidos pela alcunha de *funantes*.

Para que possamos nos imiscuir com mais propriedade na resposta às duas questões levantadas, precisamos imergir com maior rigor analítico nas informações obtidas pelo inquérito de Feliciano de Azevedo, o qual nos fornece indícios que permitem questionar, ou complexificar, a visão expressa pelo Governador do Distrito de Benguela. Teixeira da Costa procede em seu depoimento, dando a conhecer a existência de pelo menos três Diligências Administrativas anteriores à de 1933. De acordo com o Tenente, já em 1917 e em 1928, se haviam organizado duas outras operações constituídas por tropas regulares e auxiliares europeus e africanos, "cuja nulidade de efeito é ocioso frisar, visto se ter reconhecido a necessidade de organizar em 1931 a diligência a que atraz se faz referência".[22] Aqui o Major inscreve pela primeira vez, no texto do inquérito, a sua percepção pessoal a respeito das Diligências Administrativas:

> "É portanto com tais antecedente e depois de tais provas que se organiza mais uma diligência administrativa em 1933 que, como as anteriores, não consegue prender e castigar qualquer indígena logicamente suposto ladrão, visto que, nos casos em que a Diligência contatou com indígenas que detinham gados roubados, o resultado final foi sempre o mesmo: a fuga dos indígenas depois do abandono do gado e a apreensão em massa deste, sem haver, ao que parece, a grande preocupação de prender os ladrões, finalidade esta que, em nossa opinião, deveria principalmente interessar a Diligência. As únicas prisões efetuadas incidiram sobre indígenas que, muito naturalmente por não serem ladrões, esperavam a pé firme a Diligência, que lhes apreendia em massa o gado, no caso de entre eles existirem algumas cabeças reconhecidas como suas por outros indígenas, os quais, tendo-se declarado vítimas de roubos, acompanhavam a Diligência, sem haver a preocupação em indagar qual a proveniencia de tais cabeças de gado que, embora reconhecidas pelos roubados, podiam não ter sido roubadas pelos seus atuais detentores, mas sim recebidas por motivo de qualquer transação feita de boa fé com ladrões de fato."[23]

Esta consideração é reveladora não só da provável insuficiência das diligências administrativas para a consecução do objetivo a que se propunham, mas também indica que os próprios protagonistas destas operações se engajavam diretamente na espoliação de gado pertencente a africanos que, a princípio, não estavam diretamente implicados no roubo de gado. Ficamos sabendo, ainda, que as tropas mobilizadas eram acompanhadas por africanos que se declaravam vítimas dos roubos dos mucubais, razão pela qual recorriam

21. *Cópia do Ofício n. 1/G.* AHM *2/2/65/12*

22. *Relatório de inquérito sobre a região mucubal, sua administração e as relações entre funantes e mucubais.* AHM/2/2/66/1, p.4

23. Idem, p.5

às autoridades coloniais a fim de recuperar o gado perdido. Desta forma, evidencia-se que as diligencias administrativas facultavam, abriam espaço, tornavam viáveis duas modalidades de roubo de gado não previstas, ou não diretamente manifestas, na proposta que as animava, qual seja prender e desarmar mucubais, supostos responsáveis pelo roubo de gado: por um lado, a apreensão de gado pertencente a quaisquer africanos que possuíssem animais e se encontrassem no caminho das tropas e, por outro, a recuperação arbitrária de cabeças que, ainda que reclamadas por sujeitos que se diziam seus legítimos donos, não se encontravam em posse daqueles que as haviam roubado. Desvela-se aqui um hiato significativo entre a agenda inicial das operações e os resultados que a sua efetivação promovia.

Ora, este hiato nos faculta ao menos esboçar uma resposta para as indagações feitas há pouco: em primeiro lugar, a regularidade das operações militares deste tipo torna difícil discernir se os mucubais eram, de fato, naturalmente inclinados ao roubo de gado ou se o roubo não seria ele mesmo um produto da dinâmica social particular que se impunha aos diferentes grupos de interesse presentes na região; em segundo lugar, a julgar pela descrição crítica fornecida por Feliciano de Azevedo, é evidente que os mucubais não eram os únicos implicados no roubo de animais, ainda que a prática deste pelos membros da diligência fosse percebida como um desvio em relação ao objetivo estabelecido de antemão, e não como um elemento constitutivo. Porém, o inquérito prossegue, e nos revela mais sobre o contexto da presença portuguesa no sul de Angola, com todos os seus traços incoerentes e contraditórios.

Segundo a noção de economia da razia delineada por Clarence- Smith, a presença constante de tropas e a circulação de animais promovida por meio das apreensões de gado favorecia diretamente alguns setores da estrutura social segundo a qual se organizava a situação colonial. Evidentemente, quando se refere ao final do século XIX, o historiador inscreve entre os beneficiários populações africanas como os Kwanyama, os chamados Nyaneka do planalto, ou seja, a supracitada ideia de economia da razia não constituía, no esteio deste argumento, um apanágio dos europeus[24]. Pois bem, ao analisarmos o depoimento de Teixeira da Costa, nos podemos permitir duvidar de uma situação de benefício exclusivo dos europeus, uma vez que fica claro o fato de alguns africanos serem privilegiados em detrimento de outros, expondo-se uma situação pelo menos ambígua. Insistimos, portanto, na hipótese da existência de uma economia da razia, ou seja, em uma situação social organizada segundo uma miríade de modalidades de roubo de gado, fossem elas praticadas por africanos ou por europeus, ou mesmo em operações que os interesses de alguns grupos africanos se confundiam com os de certos europeus.

O fato é que as modalidades de roubo de gado perfaziam uma parcela substancial das atividades desempenhadas pelos agentes implicados na situação colonial do sul de

24. CLARENCE-SMITH, William Gervase. Mossamedes and its hinterland, 1875 - 1915. Londres, 1975, p. 245

Angola ainda na década de 1930, o que não equivale a dizer, é imperativo ponderar, que aquilo que é denotado no discurso e na legislação colonial como roubo, tivesse o mesmo significado para todos os envolvidos em alguma de suas modalidades. A noção de roubo, assim como qualquer noção ou instituição constituída em contextos coloniais, deve ser entendida, da nossa perspectiva, como um amálgama de possibilidades de significados latentes, historicamente construídos, que só adquirem sentido no âmbito da própria disputa pelo seu significado ao longo do tempo. Voltaremos a esta consideração em momento posterior do texto. Exploremos agora, ainda um pouco mais, o lugar da razia nas relações sociais da situação colonial no sul de Angola.

De acordo com a historiadora Isabel Castro Henriques, o comércio e o estabelecimento de entrepostos no interior de Angola teria servido de guia à posterior ocupação administrativa e militar, bem como operado um processo de modernização através da própria difusão da miríade de mercadorias que passam a afluir em direção às sociedades africanas.[25]É muito provável que, para contextos como os de Luanda, nos quais redes de comércio e comunicação, bem como um sistema de transportes relativamente orientado para a exportação e escoamento de produtos do interior já remontavam ao período de maior intensidade do tráfico de escravos, o argumento de Castro Henriques se mostre bastante perspicaz. Entretanto, no que diz respeito ao sul de Angola, devemos estabelecer ponderações ao procurar compreender a estrutura do comércio que ali se configurou, bem como os impactos que uma tal estrutura teve não só para as populações africanas, mas no seio da própria administração colonial.

A esse respeito, já argumentamos no capítulo anterior em que medida a atividade econômica do sul de Angola- a pecuária, em particular- se estruturava a partir das relações comerciais estabelecidas entre agentes que se infiltravam no interior e trocavam diretamente com os africanos, por um lado, e agentes dotados de maior capital, cujas firmas situadas nas principais cidades eram responsáveis pela exportação dos produtos obtidos.[26] Entretanto, a atividade comercial não estava dissociada de um conjunto de outros circuitos nos quais se inscreviam os produtos transacionados. Ou seja, no que respeita fundamentalmente à pecuária, é necessário assinalar dois pontos: primeiro, as populações pastoris atribuíam significados múltiplos aos seus animais, estando estes últimos situados em esferas sociais que não necessariamente se articulavam à esfera das trocas comerciais[27]; dois, o próprio regime de propriedade que regulava a posse e uso de animais entre os pastores não

25. HENRIQUES, Isabel Castro. *Comércio e organização do espaço em Angola (c. 1870- 1950).* In: *A Africa e a instalação do sistema colonial (c.1885-c.1930): III Reunião Internacional de Historia de Africa.* Direção de Maria Emilia Madeira Santos. Lisboa: Instituto de Investigação Cientifica e Tropical: Centro de Estudos de Historia e Cartografia Antiga, 2000.

26. MEDEIROS, Carlos Alberto. *A Colonização das Terras Altas da Huíla (Angola)*: *Estudo de Geografia Humana*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1976, p. 26

27. Tomamos esta perspectiva do estudo de James Fergusson para o contexto de Lesoto. Ver, FERGUSON, James. *The cultural topography of wealth: commodity paths and the structure of property in rural Lesotho.* American Anthropologist, v. 94, n. 1, p. 55-73, 1992.

podia ser reduzido, de forma alguma, ao regime de propriedade privada individual que caracterizava o regime jurídico da sociedade europeia.[28]

Portanto, ao analisarmos o desempenho das atividades econômicas que envolviam a circulação de gado, devemos estar conscientes de que as operações que viabilizavam esta circulação, os acordos travados, bem como a própria interpretação do que significava a transação, estavam sujeitas a processos distintos de significação e, portanto, a normas sociais talvez não congruentes. Se atentarmos para as descrições das populações pastoris elaboradas durante a década de 1930, e mesmo em períodos anteriores, encontraremos recorrentemente a percepção, por parte dos portugueses, de que os pastores africanos- sobretudo os mucubais- manifestavam profunda relutância em desfazer-se de seu gado, mesmo que fosse por meio de trocas comerciais.[29] Esta percepção é corroborada pelas constantes referências à circulação de gado na mobilização de sistemas relacionais tecidos no seio das sociedades pastoris, fossem eles prestações matrimoniais, litígios, funerais ou mesmo práticas rituais de toda a sorte.[30] Assim, referindo-se aos pastores africanos do sul de Angola em geral, ou seja, sem tomar diretamente como objeto uma ou outra sociedade em particular, o veterinário Carlos Batista Carneiro afirma que

> “Para o povo negro do distrito [de Mossâmedes] não o interessam a cubata onde, com um relativo conforto, se defenderiam das intempéries e onde lhes era possível um sono largo e despreocupado, o arimo onde procurariam e cultivar o que necessitariam para a sua rudimentar e frugal alimentação o local aprazível onde, à sombra das grandes árvores, poderiam ter a conversa amiga que tanto interessa outros povos. Preocupa-os o boi e atrás dele vivem, numa vida nômada, sem finalidade e sem outra aspiração que não seja a de ver o seu gado farto e dessedentado. [...] Não se vendem nem se abatem e, se a velhice ou uma imprevista doença os não vitimam, morrem quando o dono morre (...).”[31]

A descrição acima exposta evidencia a existência de um lugar social bastante particular ocupado pelo boi em sociedades pastoris. Nos indagamos, portanto, como logravam os comerciantes obter bois em quantidade suficiente para não somente justificar seu ofício, como também para alimentar uma atividade econômica de importância seminal para a região. Em um momento posterior do mesmo artigo, Baptista Carneiro nos fornece sua perspectiva a respeito da dinâmica comercial em vigor no sul de Angola, descrevendo com certa minúcia a atuação dos chamados *funantes*. Diz ele

---

28. KHAZANOV, Anatoly Michailovich; SCHLEE, Günther. *Who Owns the Stock?: Collective and Multiple Property Rights in Animals.* Berghahn Books, 2012

29. Ver ESTERMANN, Carlos. *Etnografia do Sul e Sudoeste de Angola*. Vol. 3 – *Grupo* étnico *Herero.* Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1961

30. Para uma descrição contemporânea, ver CARNEIRO, Carlos Baptista. *Aspectos Cuanhama.* In: *Pecuária: Anais dos Serviços Pecuários da Colônia de Angola, Luanda: Luanda. Imprensa Nacional* , 1930, pp. 341- 360

31. CARNEIRO, Carlos Baptista. *Delegação Sanitária de Mossâmedes.* In: *Pecuária: Anais dos Serviços Pecuários da Colônia de Angola, Luanda: Luanda. Imprensa Nacional* , 1930, pp. 178- 179

> "Esta [vida comercial] resume-se, pois, à compra ou permuta direta ao indígena dos bois de seus rebanhos. Mas [...] é o branco que tem de ir ao encontro dos rebanhos com a sua quitanda, e convidar os pretos à permuta dos bois pelas bugigangas que os interessam. [...] O funante aguarda, paciente, o exame detalhado e quando já é grande o número de pretos que o rodeia, traz junto de si um barril de vinho colonial, abre-o e, magnanimamente, oferece a cada um dos clientes, um copo do néctar convincente [...] Começa então o negócio. Àquele copo de vinho outros se seguem, mas já pagos pelo preto, enquanto a preta vai pondo de parte o pano, o cobertor , as missangas e o tabaco que a seduzem. E o preto... não discute o preço daquelas exigências. Um boi que se escolhe na manada tudo paga e assim vai o funante arrecadando um boi aqui, outro além, até que não mais aparecem fregueses. Anda assim meses, pelo mato, até que se esgote a mercadoria que levou (...)" [32]

Por um lado, os pastores africanos, seriam profundamente apegados a seus animais, recusando-se a vendê-los. Por outro, contudo, de acordo com a mesma fonte, seriam em certa medida vítimas do engodo dos *funantes*, os quais se valeriam da embriaguez dos pastores a fim de adquirir o gado a eles pertencente. Esta dinâmica social assinala já, do nosso ponto de vista, um tecido de relações potencialmente conflitivo, na medida em que os pastores não estariam dispostos, em circunstâncias normais, a se desfazer de seus animais, sendo levados a isso pelo ardil de comerciantes mal intencionados que logravam ludibriá-los. O quadro se complexifica ainda mais com as informações fornecidas pelo inquérito de Feliciano Azevedo, cujo um dos intuitos era justamente compreender as facetas da atuação dos funantes no sul de Angola. Se, da perspectiva do veterinário Baptista Carneiro, os *funantes* procediam desta forma por serem justamente sujeitos adaptados ao meio, tipos sociais de rara estirpe em meio à massa dos colonos portugueses,[33] o relatório de inquérito nos desvela uma inscrição muito mais profunda dos *funantes* e das modalidades de apropriação de gado no seio mesmo da situação colonial.

Encerrando a declaração do Tenente Teixeira da Costa, dedicada aos detalhes da Diligência Administrativa de 1933, Feliciano de Azevedo nos informa sobre os circuitos percorridos por parte do gado apreendido- lembre-se, não necessariamente à populações insubmissas ou diretamente implicadas em ações de roubo de gado:

> "E foi assim que a Diligência propriamente dita (visto que houve outras) apreendeu cinco mil quinhentos e setenta bovinos, oitocentos e trinta e seis ovinos e cento e dez caprinos, não contando aqui, por não ser de conhecimento do seu Comandante, as apreensões feitas pelos chefes de posto, que por seu turno, efetuaram diligências parciais. Refere ainda o Senhor Comandante da Diligência que [...] alguns pagamentos fez de fornecimentos em rações e rancho ao pessoal da Diligência, com couros de gado que morria, tendo sido também pago, embora sem sua autorização, segundo diz, com catorze vacas e cinco bois, um cavalo que mandou adquirir [...], despachou, porém, logo que soube do fato, no sentido de ser recuperado o gado entregue para tal fim, devendo o vendedor esperar que o cavalo lhe

32. idem, pp. 191- 193
33. Idem, p. 359

> fosse pago por forma a determinar oportunamente. É porém certo que até à data tal gado não foi restituído. Das declarações do Snr Tenente Costa, verifica-se ainda que este Snr. teve conhecimento de que o chefe (atualmente substituído) do Posto do Camucuio, Carlos Augusto da Costa, estava em determinada altura a fazer entregas de gado, ilegais e sem sua ordem, a europeus, o que o levou a determinar em nota que sustasse tais entregas, fazendo posteriormente identica determinação aos chefes de posto do Caitou, Capngombe e Cahinde."[34]

O gado apreendido aos africanos vilipendiados pelas operações que constituíram a Diligência Administrativa de 1933 fora, de acordo com esta descrição, mobilizado para o pagamento de fornecedores- provavelmente, comerciantes locais acionados quando da necessidade de arrecadar suprimentos. Fica-se também a par do fato de que os próprios chefes de posto, autoridades administrativas, se engajaram em operações ditas "parciais", as quais também redundaram na apreensão e distribuição ilegal de gado africano a europeus. A ordem de Teixeira da Costa, obrigando a que se encerrassem tais práticas, é indicativa, ainda, da desconfiança do Tenente em relação à conduta de outros chefes de posto da região. Este depoimento nos revela, desta forma, que as ditas Diligências Administrativas dinamizavam a vida comercial do sul de Angola, na medida em que o gado apreendido era, por um lado, apropriado por comerciantes europeus e, por outro, redistribuído pelas autoridades administrativas. Desta perspectiva, explicitam-se claramente os contornos do que Clarence- Smith designa, para o final do século XIX, como economia da razia, marcada por operações de apreensão de gado- visto que era disso que se tratava, uma vez que, lembremos, as prisões efetuadas pela Diligência recaiam sobre africanos inocentes- que abasteciam com commodities de importante valor comercial o mercado local.

Em se tratando o sul de Angola de um contexto social marcado pela presença de populações pastoris, é sintomático que uma ampla gama de relações tecidas entre os próprios europeus fossem estabelecidas e reatualizadas por meio da distribuição de gado. Se nos lembrarmos que, pelo menos desde 1929, ano no qual é elaborado o já mencionado *Relatório do Reconhecimento à Região dos Mucubais,* já se delineia um esforço, por parte do governo geral, em submeter os mucubais a uma situação de submissão através de uma estratégia baseada no mapeamento e reconhecimento do território e das características da população, chama atenção que ainda em 1933 não se tivesse obtido, da perspectiva de Feliciano de Azevedo, resultado algum. Podemos aventar aqui a hipótese de que as intenções que animavam as Diligências Administrativas- leia-se, a submissão dos mucubais à autoridade administrativa e a cessação dos roubos - eram sobejamente sabotadas pela própria tenacidade dos liames que sustentavam o tecido social no sul de Angola. Um tal tecido não se compunha, como teremos oportunidade de demonstrar, somente dos interesses articulados de agentes europeus, mas também das demandas e expectativas de

---

34. *Relatório de inquérito sobre a região mucubal, sua administração e as relações entre funantes e mucubais.* AHM/2/2/66/1, p. 8

populações pastoris que muito tinham a contribuir - e a ganhar- por meio da participação em Diligências Administrativas.

Emerge do inquérito de Feliciano de Azevedo a circunstância de que os africanos visados pelas Diligências não necessariamente estavam ligados à prática do roubo de gado. Ainda, revela que muitos dos africanos, acossados, fugiam à autoridade antes mesmo da chegada das tropas. Por outro lado, como pudemos perceber, uma miríade de agentes, de auxiliares africanos e europeus, passando por africanos que acompanhavam as tropas em busca de gado, e chegando a autoridades administrativas locais, se empenhava na criação de circuitos de apreensão e distribuição de gado que eram considerados ilegais do ponto de vista do próprio Tenente Teixeira da Costa. Desta forma, fica claro que a pecha de ladrões inveterados de gado atribuída aos mucubais servia, em certa medida, para criar uma espécie de bode expiatório, um inimigo, um outro fantasmagórico[35] que nunca era capturado, mas que, paradoxalmente, ocupava o cerne de operações desencadeadas com o fim de lhes dar cabo. Gostaríamos de demonstrar aqui que esta circunstância não trazia em si nada de insólito ou arbitrário, ou ainda, não se tratava de um conjunto de práticas e relações que desviavam à norma, mas sim assinala justamente a própria complexidade da estrutura das relações sociais travadas no terreno, estruturas estas impregnadas pela criação e mobilização de circuitos distintos de circulação de gado.

Em seu relatório de Inquérito, Feliciano de Azevedo parece se prestar a compreender de fato quais eram as circunstâncias que viabilizavam a situação de roubo de gado endêmica na região do sul de Angola. A exterioridade de sua perspectiva, ainda que esta não se desvinculasse de um repertório cultural marcado pelo imperativo da imposição de um sistema de dominação, se revela em momentos de ironia e desconforto perante as realidades com as quais se depara. Sua indignação denuncia a profundidade do hiato a que já nos referimos, entre as intenções que animavam as Diligências e as consequências a que eram conduzidas pela atuação dos agentes no terreno. Assim, ao referir-se ao depoimento do chefe do Posto do Caitou, Miguel da Conceição Valente Vidal, afirma ter este último feito

35. O antropólogo João de Pina Cabral se refere ao processo de *zumbificação* dos africanos promovido pela ideologia colonial portuguesa. Por meio deste processo, agregam-se à descrição e percepção dos africanos características e significados que denotam simultaneamente medo, estranhamento e alteridade radical. É sintomático que num contexto marcado pelas razias entre as próprias populações pastoris e entre estas e os brancos, as quais remontam a meados do século XIX, somente seja imputada aos mucubais, população que contava com quatro ou cinco mil indivíduos na década de 1930, toda a responsabilidade pela desordem social da região. Neste sentido, o inquérito de Feliciano de Azevedo se apresenta como uma peça que busca interpretar para além desta imputação simplista, através de um esforço de descrição e compreensão dos elementos relacionais implicados na perpetuação de uma situação marcada pelo roubo endêmico de gado. Ainda no relatório de reconhecimento de 1929, pode-se perceber a presença dos mucubais em sua faceta fantasmagorizada, prenhe de epítetos condenatórios que se reportam a características pretensamente "culturais" desta população. *Relatório do Reconhecimento à Região dos Mucubais.* AHM 2/2/63/6. Ver, CABRAL, João de Pina. *Galvão na terra dos canibais: a constituição emocional do poder colonial*. C. Bastos, M de V. Almeida y B. Feldman--Bianco*, Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros*, Instituto de Ciências Sociais, Estudos e Investigações, n. 25, p. 93-116, 2002.

> “(...) espontaneamente algumas apreensões de gado a indígenas, não com fim repressivo com que a Diligência o fez (o que afasta, ao que parece, a ideia da existência de ladrões de gado na área do seu posto) mas para compelir assim os indígenas ao pagamento do imposto, e para os fazer fixar em sítios onde a sua ação fiscalizadora se fizesse com mais facilidade. Vê-se ainda que não foram levantados autos de apreensão nem de entrega, pelo que o respectivo chefe não pode precisar a quantidade de gado que apreendeu e entregou. Vê-se mais que quando o atual chefe de Posto tomou posse do seu cargo, recebeu do seu antecessor, 1. cabo Celestino Soares Amaro, 1.717 bovinos dos quais 75 haviam sido apreendidos pelo referido 1. cabo; que encontrou também no Posto, na altura da sua posse 277 ovinos e 18 caprinos, mas que tal gado não lhe foi entregue pelo seu antecessor (Este gado apareceu por obra e graça do Senhor...); que atualmente tem à sua guarda 1. 860 bovinos, não incluindo as crias que não tem inventariadas e que calcula serem cerca de 600, 328 ovinos e 26 caprinos [...]. Diz mais que nenhuma entrega de gado fez para pagamento de qualquer fornecimento feito ao Posto ou à Diligência, mas que seu antecessor fez de fato alguns pagamentos por tal forma. Por esta exposição se vê a consciência com que este serviço decorreu, e facilidade com que, a qualquer pretexto, se fazem apreensões aos mucubais.”[36]

Todas as passagens sublinhadas neste trecho apresentam-se desta forma no original do documento, e parecem, do nosso ponto de vista, assinalar aqueles procedimentos, adotados pelo chefe de posto do Caitou e por seu antecessor, que rompem com a expectativa do Tenente Feliciano de Azevedo a respeito do que deveria nortear a prática administrativa. Chama a atenção do comandante do inquérito o fato de o chefe de posto ter deliberadamente se engajado em operações de apreensão de gado que claramente destoavam dos objetivos pretendidos pela Diligência. Em que medida, portanto, a atuação de uma Diligência Administrativa representava, no sul de Angola, menos o esforço de impedir a ocorrência de novos roubos de gado, ou seja, de atentados à propriedade de africanos e europeus, do que uma situação na qual as normas que regiam a prática administrativas eram temporariamente suspensas, em nome da suposta necessidade de cercear a ação dos pastores designados como mucubais?

A perspectiva mais interessante, acreditamos, é justamente aquela em que se articulam, de maneira complexa e evidentemente contraditória, tanto os imperativos propugnados pelos comandantes da Diligência, como a própria dinâmica que regia as relações sociais do sul de Angola, produzindo-se uma tensão no seio mesmo das medidas administrativas adotadas. Ainda que não visassem diretamente a criação ou a dinamização de circuitos ilegais de apreensão e distribuição de gado, na prática, a própria organização de uma operação militar contra os mucubais elegia os pastores como objeto privilegiado de espoliação, na medida em que já se estruturava em torno da concepção de que estes últimos eram necessariamente os únicos sujeitos engajados na apropriação ilegal de gado. Assim, num contexto marcado por relações sociais de diversas ordens cujo cerne eram circuitos

---

36. *Relatório de inquérito sobre a região mucubal, sua administração e as relações entre funantes e mucubais.* AHM/2/2/66/1, p. 10

de circulação de gado, a Diligência abria um precedente para que os agentes no terreno interpretassem a situação à sua maneira e de acordo com seus interesses, legitimando, de certa forma, a apreensão de gado àqueles que eram construídos como o modelo de desvio da norma social por excelência. Ousamos ir mais longe, argumentando que a sucessão de operações deste tipo fragilizava paulatinamente a posição dos mucubais, uma vez que estes passam a ser objeto não da própria norma da atuação administrativa, mas de uma circunstância na qual esta norma se via suspensa, facultando a diversos agentes o exercício de um poder arbitrário, mas de certa forma ancorado em uma percepção comum de que os mucubais eram uma ameaça. Esta proposição pode facilmente ser subsidiada pela consideração final da citação acima, na qual Feliciano de Azevedo atenta para a facilidade com que, a qualquer pretexto, se apreendia o gado aos mucubais.

As declarações do chefe do Posto do Camucuio complexificam ainda mais o cenário, na medida em que novamente fazem menção a outros africanos como beneficiários da redistribuição de gado apreendido. Assim,

> " Das declarações do atual chefe do Posto do Camucuio, Manuel de Souza Dantas, [...], constam também apreensões em massa de gado bovino, e bem assim que pelo seu antecessor, Carlos Augusto da Costa Annes, Foram de fato feitas algumas entregas de gado a europeus e a indígenas. Lê-se ainda nestas declarações que, contra o funante José Elisio de Figueiredo Sobrinho, existem algumas queixas de indígenas, as quais tem sido reduzidas a autos que estão correndo pelo Posto."[37]

No caso, então, do Posto do Camucuio, delineia-se novamente o intrincado tecido de relações que articulam autoridades locais, *funantes* e africanos. O gado apreendido - em massa- aos mucubais durante a Diligência foi pelo referido chefe redistribuído a europeus e africanos, sujeitos evidentemente favorecidos pelos resultados da operação. Ainda, as reclamações de africanos contra um *funante*, são aparentemente tratadas com descaso pelo chefe do Posto. É provável, portanto, que uma das atribuições tácitas, não normatizadas, do chefe do Posto fosse justamente a de mediar os interesses aparentemente divergentes de europeus em geral, *funantes* e africanos da região, interesses estes que, apesar de talvez conflitantes, tinham invariavelmente um denominador comum: o gado.

É necessário aqui reiterar que a atenção por nós devotada até o presente ao relatório de inquérito de Feliciano de Azevedo se relaciona diretamente à interpretação da criação da Zona Mucubal em 1934. Não só este militar fora designado como responsável por aquela Zona logo após ter concluído seu inquérito, como a própria natureza das motivações que levaram à produção do documento representa, em certa medida, o reconhecimento de uma disfuncionalidade no seio das atividades administrativas. O fato de um militar ter recebido do Governador geral a incumbência de colher declarações das autoridades administrativas no sul de Angola, buscando através de tais declarações compreender a situação do roubo

37. Idem, p. 12

de gado, o lugar dos mucubais no intrincado tecido de relações com que se deparava, bem como as irregularidades diretamente atreladas ao advento da Diligências Administrativas, inscreve no documento um alto grau de tensão entre expectativas e práticas, além de assinalar uma preocupação da parte de certos setores da administração colonial em reformular estratégias de exercício do poder através de uma compreensão mais profunda do contexto social que se alçava como objeto destas estratégias. O espanto manifesto em diversos momentos por Feliciano de Azevedo não pode senão assinalar que as rupturas e as irregularidades eram demasiado patentes, escandalosas. É interessante, novamente, tentar compreender nestas irregularidades compartilhadas e recorrentes justamente a existência de determinados padrões de desempenho social, de modo a descortinar uma estrutura de relações que, própria do contexto histórico do sul de Angola, atendia a demandas que extrapolavam ou não se enquadravam nas normas da prática administrativa.

Neste sentido, não pode deixar de chamar atenção a circunstância de que os mucubais, ainda que por vezes fantasmagorizados e estigmatizados, não gozavam da mesma reputação em todos os lugares. Podemos supor, então, que uma imagem eminentemente pejorativa destes pastores era mobilizada, em momentos oportunos, por agentes interessados em legitimar ações de espoliação de gado. Assim, observemos as declarações dos chefes do Posto da Lola e do Dinde. O primeiro, Antonio Gomes Carneiro, declara que nada sabe sobre o tema do inquérito, mas refere que tem levantado alguns autos fundados e queixas contra os mucubais. Evidentemente, ao supormos que a imagem dos mucubais como ladrões inveterados servia para justificar a espoliação, não estamos, de forma alguma, afirmando que tal imagem em nada correspondia à atuação dos mucubais.

Ou seja, assim como em diversos outros contextos nos quais se fazem presente sociedades pastoris em África, a apropriação de gado alheio é um dado incontornável, referido da África Ocidental à África Oriental, passando por distintas situações na África Austral.[38] Nosso argumento propõe somente que se compreenda a apropriação de gado como um dos circuitos que o gado perfazia por meio da atuação social de agentes interessados, bem como que o estabelecimento de circuitos ilegais ou extranormativos não eram um apanágio dos mucubais, mas se inscreviam como uma prática sistemática que organizava e mobilizava interesses diversos no âmbito da estrutura social do sul de Angola.

Há aqui, portanto, uma preocupação em compreender o fenômeno da criação de circuitos de circulação do gado no sul de Angola- apropriação, distribuição, concessão, empréstimo, prestação, etc.- como uma configuração historicamente constituída, ou seja, não nos importa simplesmente imputar a prática do roubo de gado ao repertório cultural de sociedades pastoris, mas sim compreender em que medida, no contexto estudado, esta prática passa a constituir uma dado que organiza os interesses de agentes cujos interesses necessariamente eram definidos pelas condições de possibilidade do momento

38. CARVALHO, Ruy Duarte de. *Vou lá visitar pastores: percurso angolano em território kuvale.* Lisboa: Cotovia, 1999.

em que viviam. A prática da apropriação de gado, portanto, a despeito de ser recorrente em contextos pastoris, varia de acordo com as circunstâncias históricas que determinam interesses, possibilidade de acesso a recursos, correlações de força, sistemas normativos, etc. distintos.

Voltemos aos depoimentos, agora atentando para a declaração do chefe de Posto do Dinde, Manuel Quintans de Lima Braga, que nos apresenta uma perspectiva diferente a respeito dos mucubais. Destas declarações, afirma Feliciano de Azevedo,

> "nada se concluí acerca das apreensões e distribuições de gado feitas pela Diligência Administrativa, mas refere um caso que de certo modo se liga com o assunto em questão e em que procura por em evidência a pouca ou nenhuma ferocidade dos indígenas mucubais, e antes considera digna de registro e admiração a sua conduta no caso citado."[39]

Infelizmente, não temos acesso aos autos de declaração originais, o que nos limita a interpretar as conclusões e inferências de Feliciano de Azevedo, por vezes mais vagas do que gostaríamos. Não sabemos, portanto, do que se trata o caso mencionado, mas é interessante perceber que, ainda que a declaração do chefe de Posto do Dinde ocupe, no corpo do relatório, um espaço muito menor do que outras de mesma natureza, o Tenente faz questão de mencionar o elogio tecido por Lima Braga ao comportamento dos mucubais. De fato, parece possível supor que Feliciano de Azevedo se esforçava por ir além do discurso compartilhado a respeito dos pastores.

Nas declarações prestadas por Filipe de Moura, chefe de Posto de Capangombe, se revelam novos pormenores sobre a atuação de autoridades administrativas, *funantes* e africanos. Das informações fornecidas por Moura,

> "(...) constam várias apreensões de gado, feitas umas pela Diligência propriamente dita e outras por si próprio, não explicando claramente em todos os casos as condições em que tais apreensões se produziram; que fez entrega de 6 cabeças de gado ao indígena Caçoada, reconhecido como dono do gado; que entregou, por ordem verbal do Exmo. Governador de Mossamedes à Direção dos Serviços de Fixação e Dunas e Delegação Agrícola, vinte e quatro bois e garrotes; que enviou ao Snr. Comandante da Diligência e entregou ao comerciante João Viana Barreiros vários couros de gado morto. Acerca das relações entre os ***funantes*** e os indígenas, declarou que lhe consta que há alguns ***funantes*** pouco escrupulosos, entre os quais cita o nome de Figueiredo Sobrinho, o qual, ao que lhe consta, costuma entrar nos currais dos indígenas de pistola empunhada e acompanhado de serviçais indígenas armados, a fim de escolher o gado que os donos dos currais, por meio da força, se vêem obrigados a entregar, para pagamento duma conta hipotética e cuja liquidação parece eternizar-se."[40]

39. *Relatório de inquérito sobre a região mucubal, sua administração e as relações entre funantes e mucubais.* AHM/2/2/66/1, p. 13
40. Idem, p. 15

Comecemos por interpretar a entrega de 6 cabeças de gado ao africano de nome Caçoada. Como nos refere Feliciano de Azevedo no início de seu relatório, a entrega a africanos de gado apreendido seguia um procedimento relativamente padrão, baseado na escolha de testemunhas que pudessem atestar pertencer ou não o gado reclamado ao africano que se declarava seu legítimo dono.[41] Ora, era de se supor, sobretudo nos postos onde os próprios chefes se engajavam em apreensões de gado, que os mucubais dificilmente se apresentassem voluntariamente como testemunhas ou mesmo como reclamantes de gado apreendido. Que, portanto, é provável que os africanos que recebiam gado por meio da entrega promovida pelas autoridades administrativas pertenciam a outros grupos, os quais, no sul de Angola, estavam necessariamente implicados na prática da pastorícia. Não é difícil imaginar, portanto, que boa parte dos reclamantes e das testemunhas provinham de sociedades pastoris que não os mucubais, o que torna questionável a legitimidade das declarações de posse do gado apreendido. O que é importante perceber aqui é o fato de que existia um canal institucionalizado através do qual africanos poderiam obter acesso ao gado apreendido aos mucubais, fazendo com que, talvez, encontrassem na eclosão de Diligências , oportunidades para inscrever seus interesses pelos animais.

No que concerne à atuação do *funante* Figueiredo Sobrinho, pode-se entrever a estreita correlação entre comércio com os africanos e a mobilização de estratégias ancoradas na violência para a obtenção de animais. A referência a dívidas tidas pelo próprio tenente como "hipotéticas" e eternas indica a existência de laços sociais profundamente conflituosos, que extrapolam uma qualquer concepção de comércio enquanto exercício de trocas entre partes mutuamente interessadas. Neste sentido, se faz necessário complexificar a noção de que os *funantes* seriam agentes do comércio adaptados ao meio. Pela descrição apresentada, parecemos estar diante de figuras com relativa autonomia para o exercício de formas violentas de extorsão, implicadas, portanto, num circuito também ele ilegal de circulação de gado africano. Não parece demasiado ousado supor, portanto, que formas diversas de apreensão ilegal de gado perfaziam parte do cotidiano das relações sociais no sul de Angola, de modo que, ao examinarmos a imputação de ladrões de gado aos mucubais, devemos nos perguntar em que medida as ações destes pastores não se inscreviam justamente num contexto cujas interações passavam pelo roubo, apreensão e distribuição de animais.

De acordo com o antropólogo Ruy Duarte de Carvalho, a razia constitui, no seio das formações sociais pastoris, uma prática culturalmente sancionada e regulada de apropriação de gado alheio, a qual sempre toma como objeto sujeitos considerados "outros", externos ao universo de relações de parentesco ao qual pertencem os raziadores. Para o antropólogo, a razia se articula a um tecido de estratégias mobilizadas por sociedades inscritas num meio ecológico profundamente instável- como é o caso do sul de Angola, com chuvas escassas

41. Idem, p. 2

e de periodicidade irregular- , o qual impõe aos sujeitos nele situados o imperativo de estabelecer um espécie de “equilíbrio precário” entre os animais, as demandas alimentares e simbólicas dos indivíduos, e os recursos naturais disponíveis. Desta forma, tal como a transumância- o deslocamento constante de grande contingente de animais em busca de regiões melhor abastecidas de pastos e água- a razia promove a circulação de gado. Se, no caso dos deslocamentos de gado, são os pastores e seus animais que se projetam para os locais de maior disponibilidade de recursos, a razia segue uma lógica inversa, ou seja, a escassez de recursos em uma dada região, ao promover a morte de muitos animais, anima os sujeitos afetados a se engajarem em apropriações de gado que tem como objeto populações que gozam de maior abundância. A razia, entretanto, supõe sempre uma reação de igual natureza, ou seja, a circunstância de que, num momento em aqueles que apropriaram gado gozem de maior prosperidade, serão objeto de operações de razia por parte dos que foram anteriormente lesados ou ainda de outros grupos em situações de escassez. É importante frisar aqui a noção de “equilíbrio precário”, na medida em que não se trata de afirmar a existência de uma relação idílica e harmônica entre homem e meio, mas sim de apontar estratégias historicamente constituídas que respondem a um imperativo de manutenção da vida social e cultural das sociedades pastoris.[42]

Ao tomarmos novamente a noção de economia da razia, a qual remontaria a finais do século XIX, percebemos que esse universo de relações entre as sociedades pastoris passa a ter de comportar e se adaptar à presença de novos agentes, novas agendas e novos interesses na região sul de Angola. Desta forma, a atuação dos mucubais como ladrões de gado pode ser percebida como uma provável reação à espoliação promovida por *funantes* e Diligências Administrativas, estando estas últimas na origem, talvez, de uma série de novas razias mucubais que, por sua vez, eram respondidas com outras tantas Diligências. Por outro lado, a constante instabilidade normativa produzida pelas Diligências abria precedente para que outras populações pastoris da região auferissem rendimentos em gado. O que é importante ressaltar, de momento, é que o inquérito de Feliciano de Azevedo descortina, a partir da própria indignação que o estado de coisas que se apresenta produz no Tenente, um tecido de relações impregnado por uma miríade de circuitos de circulação de gado, os quais, arriscamos afirmar, constituíam provavelmente o cerne das relações sociais na região, uma vez que, devemos recordar, o chamado comércio de gado era a atividade econômica mais importante no interior do sul de Angola ao longo de todo o período examinado.

Prosseguindo o exame do relatório de inquérito, nos deparamos com uma situação que ilustra não só o claro engajamento de *funantes* em práticas violentas de extorsão

42. Esta interpretação sobre a razia é tematizada em diversas obras do antropólogo, sobretudo em CARVALHO, Ruy Duarte de. *Os kuvale na história, nas guerras e nas crises. Artigos e comunicações (1994– 2001)*. Luanda: Editorial Nzila, 2002, e CARVALHO, Ruy Duarte de. *Vou lá visitar pastores: percurso angolano em território kuvale*. Lisboa: Cotovia, 1999

de grandes quantidades de gado bovino, como o fato de que a Diligência Administrativa fornecia aos envolvidos- tanto os ditos *funantes* como outros africanos- um verniz de legitimidade para sua atuação. Ao tomar o depoimento do chefe de Posto do Cahinde, João de Sá Osório Faure da Rosa, o tenente informa que

> " (...) consta que algumas apreensões de gado foram feitas na área do seu Posto, ignorando porém a forma porque se procedeu a tais apreensões. Consta ainda que, tendo acompanhado uma fração da Diligência, esta apreendeu bastante gado que era abandonado pelos proprietários e detentores que fugiam; que entregou, por ordem do Snr. Comandante da Diligência algumas cabeças de gado a dois indígenas submissos que as reconheceram como suas; [...] Acerca das relações entre os ***funantes*** e os indígenas, julgo interessante reproduzir, aqui, na íntegra, o que a tal respeito refere o chefe do Posto do Cahinde: ' Que tem conhecimento, por disso ter recebido denúncia, que o comerciante Antônio José Fernandes Júnior [...] assaltou em fins de Setembro ou princípios de Outubro do ano findo um sambo sito na Chitangala [...]matando um indígena de nome Muatoquetache e roubando gado que o denunciante afirma ser para cima de oitenta cabeças de gado bovino, não incluindo as crias; que este assalto foi feito em virtude de haverem roubado ao pai dele, Fernandes Júnior, umas quarenta ou cinquenta cabeças de gado caprino, que ele foi encontrar no curral que depois assaltou; que este indivíduo, na altura em que assaltou o curral, alegou aos indígenas pertencer à Diligência Administrativa, apresentando-lhes uma fita branca que levava no chapéu e que era o distintivo dos auxiliares da Diligência."[43]

Apresenta-se aqui uma dinâmica semelhante a outras atuações das Diligências, ou seja, o gado é apreendido, os supostos criminosos fogem, e posteriormente, se distribuem animais aos africanos considerados submissos pelas autoridades. Por outro lado, Antônio Fernandes Júnior, comerciante, se vale da existência de uma Diligência Administrativa para sustentar a espoliação que promoveu atendendo meramente a interesses pessoais. Lembremos que as ditas operações tinham como objetivo por fim aos roubos de gado no sul de Angola, de modo que, se afigura paradoxal o fato de que eram estas próprias operações um dos catalisadores desta prática. Após citar extensamente a declaração do Chefe de Posto do Cahinde, Feliciano de Azevedo novamente nos fornece sua própria interpretação da situação, neste caso, reconhecendo, por trás das arbitrariedades, a existência de um "sistema" ancorado na "apreensão em massa dos gados abandonados".Preocupa-o o fato de que não se procurou "deter algum dos indígenas em fuga ou interrogar as mulheres[...] acerca do motivo porque os gados eram assim abandonados, sabido como é que os indígenas fogem sistematicamente, na frente à 'guerra'(...)".[44] Assim, o tenente admite que a fuga não necessariamente implicava em serem os africanos culpados de roubo, fato que é bastante plausível, caso consideremos o grau de violência e arbitrariedade com que o gado africano era apreendido no sul de Angola.

---

43. *Relatório de inquérito sobre a região mucubal, sua administração e as relações entre funantes e mucubais.* AHM/2/2/66/1, p.18
44. Idem, p. 21

Quanto à ação dos *funantes,* Feliciano de Azevedo também expressa sua contrariedade face a uma situação de conivência ativa das autoridades administrativas em relação ao sistema de apreensão de gado. Infere, portanto, que se pode entrever “ o modo e a sem cerimônia com que os comerciantes do mato fazem justiça (?) por suas próprias mãos, convictos como estão que as autoridades aceitam como absolutamente corrente este modo de proceder [...] embora tenham dele conhecimento (...)”[45]. É interessante que, ao assinalar o exercício de uma justiça que independia das autoridades administrativas- a não ser, talvez, no plano da conivência-, o tenente reconhece uma situação na qual vigoravam, de fato, procedimentos extranormativos, que operavam por meio da completa suspensão dos procedimentos administrativos. A justiça assim exercida, tinha como horizonte tão somente mobilizar os circuitos de circulação de gado em direção às manadas seja dos *funantes*, seja dos africanos ditos submissos, em detrimento daqueles que se convencionou definir como ladrões por excelência, ou seja, os mucubais.

Vale a pena incluir aqui uma outra perspectiva sobre a complexidade de relações que se produziam e condensavam através das Diligências Administrativas. É possível afirmar que o momento no qual estas diligências eclodiam desencadeava processos de negociação e reelaboração de relações de poder entre os diversos agentes envolvidos. Assim, tensões e conflitos até então latentes, se tornavam manifestos e as demandas aventadas eram cumpridas ou não de acordo com a posição social e o poder de barganha dos sujeitos. Ao tomar as declarações do chefe de Posto da Lucira, Augusto de Campos, o tenente apresenta justamente uma circunstância que ilustra hipótese acima, dando a conhecer que

> “(...) consta que pelo século Hamucongo foram entregues espontaneamente [...] ao auxiliar da Diligência Inácio Castelo Branco, 5 cabeças de gado que o referido século devia a seu irmão Antonio Castelo Branco. (É de notar que a espontaneidade da entrega do gado, só se produziu no momento em que a Diligência atuava).”[46]

Não nos esqueçamos que a adesão à Diligência era voluntária, de modo que não é difícil supor que, em vista do universo de relações até aqui delineado, alguns europeus se aproveitassem da contingência das operações para se alistar e, assim, lograrem obter mais recursos no sentido de fazer valer seus interesses em gado. O fato de ser Hamucongo um século, ou seja, uma figura com autoridade política, talvez impedisse que em circunstâncias normais uma pessoa como Castelo Branco pudesse obter gado a suas custas. Porém, em face de uma situação na qual a normatividade das relações se encontrava suspensa, estando os africanos em uma posição de relativa fragilidade mediante a ameaça de espoliação, Castelo Branco obtém sucesso em suplantar temporariamente o poder conferido a Hamucongo por sua posição de século.

45. Idem
46. Idem, p. 23

Após ter interrogado os Chefes de Posto da região, o inquérito prossegue à interpelação de comerciantes da região, imergindo ainda mais no intrincado tecido social do sul de Angola, e nos expondo, inclusive, os limites com que se deparou o próprio inquérito. Refere-se assim a declarações espontaneamente prestadas por agentes que " sem a intenção de elucidar a Comissão de Inquérito, antes criando-lhe dificuldades pelos enredos que tais declarações provocam, aproveitaram a ocasião para expandir todo o ódio, ou pelo menos o despeito que votam a segundas pessoas."[47] Vemos, portanto, que a própria presença da Comissão de Inquérito passa a se inscrever no universo das tensões do terreno, uma vez que as narrativas apresentadas voluntariamente por diversos indivíduos objetivavam instrumentalizar a Comissão em favor de seus próprios interesses, produzindo por isso relatos e informações contraditórias. Desta forma, prossegue o Comandante do Inquérito,

> " É assim que [...] se lêem as declarações do comerciante e industrial da Lola, Alfredo Martins Ferreira Corato, as quais constituem um verdadeiro libelo acusatório contra o comerciante Eduardo Paiva (seu irmão de ofício) e principalmente contra o Administrador da Bibala, Snr. Teixeira da Costa. Chamo a Eduardo Paiva irmão de ofício de Ferreira Corato, porque, ambos comerciantes, ambos tem processos pendentes pela sua irregular conduta [...]. A fobia de Ferreira Corato contra o Administrador da Circunscrição da Bibala está claramente explicada pela intervenção que este último senhor se viu obrigado a ter, por motivo de uma demarcação ilegal de terrenos [...]. Considerações semelhantes se podem fazer acerca das declarações dos comerciantes do Dindo, Antonio Ribeiro e Carlos Borges, em que o primeiro destes chega a considerar o segundo como um dos principais responsáveis pela insubmissão dos indígenas mucubais [...]. Em compensação o comerciante Carlos Borges [...] atribui ao Antônio Ribeiro a prática de vários crimes. De resto, a parcialidade e as afinidades pessoais mostraram-se claramente, e por várias vezes, ao espírito de todos os membros desta Comissão, que viu a quase impossibilidade de esclarecer nitidamente um ou outro fato aqui referido."[48]

As tensões entre os comerciantes e a autoridade da Bibala, que concentrava à época também o posto de Comandante da Diligência administrativa, explicitam portanto as dificuldades com que se deparavam aqueles que estavam incumbidos de mediar os interesses dos diversos agentes na região. Chamam atenção, ainda as acusações mútuas trocadas entre os dois últimos comerciantes mencionados, na medida em que, de maneira surpreendente, um deles é acusado de ser o principal responsável pela situação de pretensa insubmissão dos mucubais. Ou seja, fica evidente aqui o fato de que os agentes europeus envolvidos nos processos de apropriação de gado africano estavam conscientes de que os roubos perpetrados pelos mucubais derivavam, em grande medida, da atuação dos próprios comerciantes. Começamos a desconfiar que o problema do roubo de gado no

47. Idem, p. 24
48. Idem

sul de Angola excedia em muito a atuação dos próprios mucubais, ainda que estes tenham se tornado objeto privilegiado das acusações.

Necessário se faz, aqui, retomar o argumento de Bruce Berman e John Londsdale, segundo o qual o estado colonial atendia primordialmente ao imperativo de manutenção da ordem social, atuando como estrutura de mediação entre diversos interesses conflitantes, uma vez que os próprios desígnios do desenvolvimento do capitalismo colonial colocava em risco a estabilidade das relações entre europeus e africanos.[49] Para o contexto em questão, pode-se afirmar que certos setores do estado colonial, representados, neste caso, pelos membros da Comissão de Inquérito e até mesmo pelo próprio Governador Geral que a determinou, estavam ocupados com estratégias que tendessem à restauração da ordem social em meio a uma situação marcada por conflitos envolvendo o roubo de gado. Por outro lado, alguns dos chefes de Posto, agentes locais da administração, imergiam no tecido das relações sociais e buscavam organizar os circuitos de distribuição de gado ilegalmente apreendido. No centro destas relações, *funantes* e populações pastoris se valiam dos recursos políticos disponíveis para rentabilizar ao máximo as possibilidades de obtenção de gado. Portanto, parece ser plausível afirmar que, o que aparentemente se apresenta como uma contradição ou fraqueza da administração, revela justamente a própria natureza da presença do poder colonial. Neste sentido, africanistas como Martin Chanock e Mahmood Mamdani já nos alertaram para a constituição específica das instituições estabelecidas em contextos coloniais, ou seja, orientam nosso olhar para o fato de que estas não eram o produto da imposição de formas sociais estrangeiras, mas sim um amálgama que condensava as disputas e as tensões historicamente travadas pelos diversos agentes em presença.[50]

O que talvez espantasse Feliciano de Azevedo era justamente a percepção de que os circuitos de circulação do gado, muitas vezes acionados por operações violentas e arbitrárias, eram constitutivos da sociabilidade e do exercício do poder no sul de Angola. Para o Tenente, as espoliações de gado cometidas pelos auxiliares europeus durante a Diligência eram nada menos do que uma "imoralidade absoluta"[51], uma vez que deturpavam o " fim patriótico de auxiliar a nobre missão" da qual se investia a Diligência. Ao finalizar a análise dos depoimentos, o Comandante do Inquérito apresenta uma proposta para a resolução do problema, a qual, não surpreendemente, se articula com as perspectivas de ocupação e aproveitamento racional dos recursos manifestas pelos Serviços Pecuários. Ou seja, baseando- se na percepção de que as Diligências só faziam agudizar os conflitos locais,

---

49. LONDSDALE, John and BERMAN, Bruce. *Coping with the contradictions:The Development of Colonial State in Kenya, 1895-1914.* The Journal of African History, v.20, n.4, 1979

50. MAMDANI, Mahmood. *Citizen and subject: contemporary Africa and the legacy of late colonialism*. Princeton, NJ: Princeton Univ. Press, c1996; CHANOCK, Martin. *Law, custom and social order: the colonial experience in Malawi and Zambia*. Portsmouth: Heinemann, c1998.

51. *Relatório de inquérito sobre a região mucubal, sua administração e as relações entre funantes e mucubais.* AHM/2/2/66/1, p. 26

afirma que é possível “poder deduzir que tinha razão o Dr. Bagorro Sequeira [veterinário dos Serviços Pecuários] ao lançar o alarme [...]” , uma vez que, a despeito da probidade e das boas intenções do comandante da operação, esta “não correspondeu, como as anteriores, diligências, ao fim que se tinha em vista, e antes teve vários inconvenientes [...] entre os quais frisarei desde já a enorme despesa feita “ a qual, em sua opinião, caso aproveitada para uma “ocupação racional da região mucubal” seria muito mais profícua.[52]

Em seguida, Feliciano de Azevedo contrasta sua própria percepção a respeito dos mucubais com os estereótipos correntemente associados a estes pastores. Afirma, em primeiro lugar, ser completamente improcedente e “anti-política” a imputação aos mucubais de uma índole guerreira, uma vez que ao longo dos diversos encontros com agentes da diligência, os pastores se valiam majoritariamente da fuga como artifício de resistência, raramente respondendo aos ataques sofridos.[53] Ressalta que os mucubais, assim como qualquer outra população africana, padecem do defeito de se considerarem senhores absolutos de sua terra, fato que derivaria da própria deficiência da “ocupação política” da região.[54] Seria, portanto, contraproducente “ pretender dominá-lo [o mucubal] por atos de violência já demasiado desacreditados, por injustos, e altamente prejudiciais aos interesses econômicos da região mucubal, e, consequentemente aos interesses da Colônia.”[55] Exalta então as qualidades de criador de gado dos mucubais, afirmando ocuparem eles os melhores terrenos e possuírem o melhor gado de toda a Colônia, de modo que se fazia imperativo de “cultivar mais ainda no povo mucubal o instinto da pastorícia”.[56]

Feliciano de Azevedo propõe ainda que os mucubais, no que respeita ao roubo de gado, não diferem do que teriam sido as outras populações da região sul de Angola no passado. Assim, tanto num caso como no outro, o roubo de gado é percebido por seus praticantes como um desempenho social digno de honra e prestígio, que confere inclusive “emancipação política” aos indivíduos mais jovens, os quais, através do roubo de gado, obtêm o “direito de ter mulher”.Desta forma, grande parte da situação de instabilidade dos mucubais teria origem justamente na deficiente e perversa atuação dos agentes europeus, uma vez que as autoridades administrativas seriam negligentes, coniventes e muitas vezes beneficiárias das espoliações movidas contra os mucubais. Conclui, assim que é “a esse povo desmoralizado e espoliado que frequentemente se tem feito batidas, cuja finalidade tem sido o empobrecimento da região, sem que se tenha melhorado em nada a ocupação do território e a submissão dos indígenas.”[57]

Feitas estas considerações, o Comandante do Inquérito sumariza os motivos pelos quais pode ser considerada como fracassada a Diligência Administrativa de 1933.

52. Idem, p. 27
53. Idem, p. 28
54. Idem
55. Idem, p.29
56. Idem
57. Idem, p. 30

A partir daí, aventa a possibilidade de uma nova abordagem, afirmando ser necessário "enveredar decisivamente por caminhos diferentes, por caminho que conduza a uma eficaz e definitiva política de ocupação pacífica.[...]". As propostas apresentadas por Feliciano de Azevedo se sustentam na intensificação da presença de instituições administrativas e civis, criação de estradas de vias de comunicação, fomento a atuação de missões religiosas e, evidentemente, dos Serviços Pecuários, atribuindo a estes a incumbência de distribuir reprodutores europeus, abrir poços de água para o gado, instalar tanques carrapaticidas e se ocupar da profilaxia da criação. Prevê, ainda, que dada a necessidade premente de moralizar a atividade administrativa, seria recomendável que os postos administrativos fossem temporariamente ocupados por militares.[58]

O relatório de inquérito foi enviado ao Governador Geral em 23 de março de 1934, nove dias após a aprovação este último da criação da Zona Mucubal sob a superintendência de Joaquim Feliciano de Azevedo. É de se supor, portanto, que a atuação do então Comandante da Zona mucubal tenha tido com princípio norteador a experiência adquirida através da elaboração do inquérito. O processo de ocupação militar só se efetiva, contudo, em 29 de maio. A partir de então, constituem-se 8 postos de ocupação, de jurisdição civil ou militar, os quais perfazem um cerco à região que se considerava habitada pelos mucubais: ao norte, na região de Quilengues, próxima ao Distrito de Benguela, a leste, tendo como limite as escarpas que sobem ao planalto e a oeste tendo como limite o litoral, e ao sul junto ao rio Coroca, próximo à cidade de Mossâmedes.[59] Para isso, formam-se duas Diligências principais, a de Quilengues e a de Vila Arriaga, sob o comando respectivamente do Tenentes Samuel da Fonseca e João Teixeira da Costa.[60]

O propósito da Zona Mucubal era, portanto, criar as condições de possibilidade para uma ocupação administrativa da região, segundo os princípios delineados por Feliciano de Azevedo, servindo os postos de ocupação ao propósito de tão somente intervir para impedir a prática de novos roubos pelos mucubais ou por qualquer outros agentes, fossem europeus ou africanos.[61] Em 9 de abril, Feliciano de Azevedo se reúne com os dois Tenentes para discutir os pormenores da ocupação, bem como para se informar a respeito dos últimos acontecimentos concernindo a atuação dos mucubais. Como resultado desta conferência, o Comandante da Zona Mucubal apresenta conclusões que nos aproximam ainda mais de formas marcadamente pastoris de relações sociais. Nos dá a saber foram praticados dois roubos de gado em Vila Arriaga, um no dia 23 de março e outro no dia 27, tendo sido perpetrados

58. Idem,p. 31

59. *Relatório do Comandante da Zona Mucubal.* AHM 2/2/65/14

60. Idem

61. *Relatório de inquérito sobre a região mucubal, sua administração e as relações entre funantes e mucubais.* AHM/2/2/66/1, p. 30

> "um pelos Mucubais e outro, como represália, pelos Muquilengues [...]. Mais fiquei conhecendo, por informações que me deram os referidos Administradores, que os atos violentos ultimamente praticados pelos Mucubais, resultam unicamente da necessidade imposta ao seu espírito de quilibrarem as perdas sofridas no efetivo dos seus gados, por motivo de apreensões feitas pela última diligência administrativa. É portanto sob este aspecto moral que os Mucubais, inimigos de sempre dos Muquilengues (inimizade que aliás lhes é retribuída na mesma moeda por estes últimos) produziram os assaltos a currais ultimamente efetuados. Trata-se portanto fundamentalmente de uma questão entre Mucubais e Muquilengues, em que portanto nada há de alarmante sob o ponto de vista de uma possível revolta contra nossa soberania (...)"[62]

Infelizmente, não existem estudos que se debrucem sobre a história das sociedades pastoris do sul de Angola. Contudo, podemos empreender um esforço interpretativo à luz da vasta bibliografia devotada ao estudo de sociedades pastoris em outros contextos africanos, sobretudo na África Oriental. Já em 1926, o estudo clássico de Meville Herkovits buscava compreender a relação entre as diversas sociedades pastoris da África Oriental a partir da percepção da existência de um elemento comum a todas elas, qual seja, a centralidade social e cultural do gado, razão pela qual se poderia falar em um complexo do gado. Posteriormente, o antropólogo Edward Evans- Pritchard propõe, ao realizar um estudo sobre os Nuer, população pastoril do antigo Sudão Anglo-Egípcio, que se buscasse justamente compreender a função do gado na estrutura social daquela sociedade, aventando a famosa frase "cherchez la vache"[63].

Mais recentemente, estudos como os desenvolvidos por Michael Bollig, John Galaty, Katherine Homewood, e tantos outros têm buscado inscrever as sociedades pastoris no âmbito de processos históricos e contextos ecológicos particulares. Os estudos sobre as sociedades pastoris contemporaneamente se esforçam menos em descrever os dados culturais que determinam uma relação afetiva particular com os animais e mais em tentar compreender porque, em determinados contextos, formações sociais específicas mobilizam estratégias ecológicas, econômicas e sociais baseadas justamente na pastorícia.[64] Muitos trabalhos demonstraram, nas últimas décadas, que a pastorícia é, em determinados contextos, a estratégia mais eficaz no que respeita ao aproveitamento dos recursos circundantes, sejam eles recursos naturais ou recursos sociais. E a pastorícia, como já foi por nós mencionado, em contextos de escassez sazonal e instabilidade de acesso a recursos, implica, necessariamente, no engajamento em alguma forma de circulação do gado.

---

62. *Carta ao Chefe do Estado Maior das Forças do Exercito da Colonia de Angola*. AHM 2/2/65/14

63. HERSKOVITS, Melville J. *The cattle complex in East Africa.* American anthropologist, v. 28; EVANS- PRITCHARD, E. E. *Os nuer: uma descrição do modo de subsistencia e das instituições politicas de um povo nilota*. São Paulo, SP: Perspectiva, 2005

64. GALATY, John G. et al. *Herders, warriors, and traders: pastoralism in Africa*. Westview Press, 1991; BOLLIG, Michael; GEWALD, Jan-Bart. *People, cattle and land-transformations of pastoral society: an introduction.* Köppe, Köln, 2000; HOMEWOOD, Katherine. *Ecology of African Pastoralist Societies.* James Currey Oxford and Ohio U.P, 2008

RAZIA REDISTRIBUTIVA, RAZIA PREDATÓRIA

No caso particular do processo por nós analisado, no qual se configurava uma relação profundamente conflitiva em torno do gado, é interessante atentar para a rica produção bibliográfica que tem por objeto justamente as diversas modalidades de roubo de gado praticadas por populações pastoris. É assim que, ao analisar os Turkana, no Kenya, o antropólogo Dylan Hendrickson infere que dada a irregularidade das chuvas, estes pastores desenvolvem uma existência nômade. Entre as estratégias por eles mobilizadas estão a diversificação dos rebanhos, a divisão desses rebanhos ao longo de movimentações diárias ou sazonais, circulação de gado entre membros da família estendida e outros grupos relacionais, alianças com comunidades vizinhas visando obter acesso a recursos econômicos, bem como a razia de gado contra grupos vizinhos. Entretanto, Hendrickson atenta para o fato de que dentre todas estas estratégias, a razia foi sempre considerada por observadores externos como uma prática "primitiva", produto do baixo grau de civilização dos pastores, relegada assim ao patamar de uma faceta cultural a ser coibida e erradicada.[65]

Entretanto, de acordo com o antropólogo, a razia consiste em uma prática constitutiva do sistema pastoril, uma vez que viabiliza uma redistribuição de gado entre os diferentes grupos africanos que nela se engajam. Porém, como apontam os estudos de David Anderson para os Kalenjin, Michael Fleicher para o caso dos Kuria, Sandra Gray para os Karimojong e o próprio Hendrickson para os Turkana, a dinâmica da razia se modifica profundamente a partir do momento em que nela passam a se inscrever e atuar agentes europeus também eles interessados na obtenção de gado.[66] O fato é que a repressão da razia pastoril pelas autoridades coloniais ou nacionais, a organização de formas de roubo de gado massivas e impregnadas por recursos bélicos como armas de fogo, bem como a articulação entre os interesses em gado e os imperativos do capitalismo são responsáveis tanto pelo aumento da demanda por animais, quanto pela agudização do grau de violência envolvido mas operações. Face a estes processos históricos, a razia não deixa de ser praticada, mas adquire outros contornos, de consequências imprevisíveis e socialmente desagregadoras. De acordo com Hendrykson, assiste-se à transformação da razia distributiva em razia predatória, ou seja, as formações sociais pastoris passam a ter sua existência social e material ameaçada pela magnitude das operações de razia.[67]

Ao tomarmos contato com análises que se referem a contextos tão diversos entre

---

65. HENDRICKSON, Dylan; ARMON, Jeremy; MEARNS, Robin. *The changing nature of conflict and famine vulnerability: the case of livestock raiding in Turkana District, Kenya.* Disasters, v. 22, n. 3, 1998

66. ANDERSON, David. *Stock theft and moral economy in colonial Kenya.*Africa, v. 56, n. 04, p. 399-416, 1986; FLEISHER, Michael L. *Cattle raiding and its correlates: the cultural-ecological consequences of market- oriented cattle raiding among the Kuria of Tanzania.* Human Ecology, v. 26, n. 4, p. 547-572, 1998; GRAY, Sandra et al. *Cattle raiding, cultural survival, and adaptability of East African pastoralists. Current Anthropology,* v. 44, n. S5, p. S3-S30, 2003.

67. HENDRICKSON, Dylan; ARMON, Jeremy; MEARNS, Robin. *The changing nature of conflict and famine vulnerability: the case of livestock raiding in Turkana District, Kenya.* Disasters, v. 22, n. 3, 1998, p. 190

si, mas que, ao mesmo tempo, se ocupam do problema da transformação da razia de um processo de circulação de gado que viabiliza a existência pastoril em uma prática que passa a ameaçar esta viabilidade, podemos tentar compreender de maneira mais profunda o contexto histórico que se organizava no sul de Angola. Assim, retomando a passagem da carta enviada por Feliciano de Azevedo ao Chefe do Estado Maior das Forças do Exército, podemos perceber que a razia praticada pelos mucubais teve como objeto, no episódio narrado, as populações pastoris Quilengue, as quais responderam por meio de uma prática idêntica. O próprio Comandante da Zona Mucubal admite que, no fundo, tratava-se de relações entre as próprias sociedades pastoris da região, ou seja, que os mucubais não eram os únicos que praticavam a razia, mas que esta se inscrevia como um dado particular daquele universo social.

Por outro lado, a própria iniciativa de territorializar e ocupar a região mucubal já assinala que, de certa forma, existia um grau de incompreensão, por parte das autoridades coloniais, a respeito da complexidade da situação. Pelo que foi apresentado quando da análise do relatório de Inquérito, é possível afirmar que tanto o Comandante da Zona quanto o Governador Geral estavam a par do fato de que diversos agentes, europeus inclusive, estavam se engajando em práticas sistemáticas de roubo de gado. Contudo, ao isolar a razia como um aspecto condenável- a ser erradicado- no âmbito das práticas sociais das sociedades pastoris, todo o esforço da criação da Zona Mucubal se choca com a própria tenacidade das formações sociais pastoris, no seio das quais a apropriação de gado alheio era uma faceta constitutiva. Ou seja, por um lado, se lançava mão da crença no potencial civilizacional da colonização portuguesa, que seria capaz de converter pastores aparentemente insubmissos em criadores de gado que contribuiriam para a economia da colônia e, por outro, não se atentava para o fato de que, ainda que uma das modalidades da razia fosse coibida- nomeadamente aquela praticada pelos mucubais- o fenômeno não desapareceria, uma vez que, como demonstram os estudos acima coligidos, a razia não era um dado cultural rígido, mas uma forma de desempenho social profundamente plástica. Recordemos não só o fato de que os Muquilengues também raziavam gado, mas também as diversas menções anteriores a africanos que, durante a Diligência de 1933, se beneficiaram diretamente das apreensões.

Podemos assim aventar a hipótese de que as Diligências Administrativas representavam momentos em que se explicitava a transfiguração da razia distributiva em razia predatória, uma vez que tais operações não só suspendiam as normas que regiam a administração colonial, abrindo precedente para apreensões ilegais, como colocava nas mãos de determinados agentes recursos bélicos- armas de fogo- e recursos jurídicos- uma vez que era o próprio estado que sancionava tais ações. A instauração de uma diligência, portanto, implicava uma série de modalidades de razias que não eram necessariamente percebidas enquanto tais, e que tinham por objeto privilegiado uma única população de

pastores. É evidente que, uma vez lesados em razão destas operações, os mucubais respondiam através da organização de novas razias, na tentativa desesperada de recuperar a massa de gado a eles apreendida.

Ao intentar coibir este estado de coisas por meio da criação da Zona Mucubal, Feliciano de Azevedo opera justamente o contingenciamento dos mucubais, impedindo-os de lançar mão de um dos recursos constitutivos do sistema econômico e social do qual faziam parte. É evidente que, tal solução, ainda que apresentada como pretensamente pacífica no relatório de inquérito, teria que mobilizar um alto grau de violência para impedir que nova razias fossem organizadas pelos mucubais. A incapacidade das autoridades envolvidas na criação da Zona Mucubal em perceberem que aquilo que era visto como desordem social, na realidade, constituía um dos elementos constitutivos básicos do tecido social do sul de Angola, faz com que se dispenda vultuosas somas de dinheiro em uma grande operação logística e militar devotada a submeter ao julgo colonial uma população que não ultrapassava 5.000 indivíduos, dispersos em uma área maior a de Portugal. O fato é que a tentativa de resolução da Questão Mucubal implicou na criação da Zona Mucubal, que foi praticamente abstraída do contexto das relações sociais circundantes, como se o cerco e isolamento dos mucubais fosse redundar, necessariamente, na erradicação das causas da razia.

Já nas “Instruções Tendentes a Normalizar a Zona Mucubal”, produzidas pelo chefe do Estado Maior em 17 de março de 1934, lê-se que

> “Em virtude das areas das Circunscrições de Bengulea, Quilengues, Bibala e Mossamedes terem sido e estarem sendo teatro de violências dos mucubais, é criada uma Zona especial, que abrangerá atualmente as áreas supramencionadas e que se designará “ZONA MUCUBAL”[68]

Ou seja, os mucubais, enquanto protagonistas por excelência dos roubos de gado, são o significante que orienta a concepção e materialização da Zona Mucubal. A atuação de diversas autoridades militares e administrativas, portanto, teria como consequência a ocupação pacífica da região, de modo submeter os mucubais, de uma vez por todas, à autoridade colonial. Neste sentido, é interessante notar que a perspectiva de alguns pastores africanos sobre as razões do roubo de gado se afiguravam completamente distintas daquela manifesta pelos idealizadores da Zona. Ainda que, em muitos casos, as autoridades administrativas fossem acionadas por africanos roubados pelos mucubais, era difundida entre os pastores a percepção de que era justamente o estado o responsável pelas espoliações.

Inferimos a existência desta percepção pelo próprio cuidado com que os oficiais do exército envolvidos nas operações buscavam dissociar a atuação do estado colonial do roubo de gado. Assim, em relatório de 27 de agosto, em um relatório enviado ao

---

68. *Relatório.* AHM *2/2/65/13*

Governador das colônias a respeito da distribuição do gado apreendido pela Diligência de 1933, Feliciano de Azevedo afirma que empregou acurada meticulosidade no processo de averiguação da legitimidade das reivindicações de gado por parte de africanos e europeus, com o objetivo de justamente “destruir a opinião, já quase lendária, de que o Estado o que quer é vacas, frase esta que eles atiram constantemente ao vento quando vem contatar com eles qualquer representante da autoridade, em solução de assuntos respeitantes a gado.”[69] Encontramos novamente indícios desta perspectiva em relação ao estado colonial nas instruções enviadas pelo Estado Maior do Exército aos sargentos responsáveis pela Diligência de Quilengues, responsável pela efetivação de parte da Zona Mucubal, nas quais se reitera que os

> “comandantes dos destacamentos darão instruções rigorosas às praças indígenas e auxiliares por forma a evitar por todos os meios ao seu alcance a pratica de violências sobre os povos da região devendo reprimir com toda a energia quaisquer faltas cometidas nesse sentido e mandando apresentar na sede da Diligencia indicando o motivo, as praças que pelo seu procedimento não convenham ao se serviço dos destacamentos. [...] Devem os senhores comandantes dos destacamentos mandar chamar os séculos e autoridades gentílicas que residem nas proximidades dos locais onde se encontram estabelecidos, fazendo-lhes ver que o governo não quer apoderar-se do seu gado, mas sim impedir por todos os meios a continuação de roubos e cometimento de crimes, dando-lhes assim a necessária garantia para si e seus haveres.”[70]

Em seu relatório de 6 de junho, o Tenente Samuel da Fonseca transcreve um discurso por ele proferido junto das populações com as quais toma contato na região ao norte da Zona, no qual esclarece que

> “ O Governo vai reprimir os Mucubais ou outros povos que teimem em matar e roubar os que são bons, os que cumprem com os seus deveres; não quer apoderar-se de gados de ninguém mas apenas manter a ordem e dar socorro e segurança aos povos da região que trabalham e sabem ser cumpridores. Todos os carregadores devem, quando voltarem a suas casas, dizer do que se passou aconselhando as suas famílias a virem novamente estabelecer-se nos locais que abandonaram devido a não se acharem em segurança. Agora o Governo promete, como vêem, interessar-se pelas suas vidas e haveres e portanto todos podem vir sossegados trazendo suas famílias e gado para as regiões que tiveram que abandonar.”[71]

O esforço que animava a criação da Zona Mucubal derivava, portanto, também do imperativo de construir laços sociais com populações pastoris as quais, até momento, nutriam profunda desconfiança em relação à todo tipo de autoridade colonial. Esta

---

69. *Relatório relativo ao Serviço de Reconhecimento e Entrega do Gado Apreendido pela* Última *Diligencia Administrativa à Região Mucubal.* AHM *2/2/66/4*

70. *Instruções Transmitidas aos Sargentos Comandantes dos Destacamentos Militares da Zona Mucubal. Diligencia de Quilengues.* AHM 2/2/66/2

71. *Relatório da Instalação dos Destacamentos da Zona Mucubal. Diligência Militar de Quilengues.* AHM 2/2/66/3

desconfiança era o provável resultado da manutenção de uma economia da razia na qual se articulavam e confundiam os interesses de manutenção da ordem social por parte das autoridades coloniais e a espoliação indiscriminada e arbitrária de gado africano. É interessante perceber que, ao situarem os agentes do estado como sujeitos meramente interessados na apreensão de animais, os pastores africanos explicitam uma perspectiva constituída tanto a partir de uma linguagem de poder pastoril, quanto de uma experiência histórica marcada pela perenidade de uma economia da razia. Dito de outra forma, as autoridades coloniais não passavam, para os pastores, de um grupo implicado nas práticas de razia e contra razia, tal como ocorria entre as próprias sociedades pastoris.

Pode-se perceber que, a partir de 1934, o Governo geral, associado ao Estado Maior das Forças do Exército, empreende um esforço de reformulação das políticas devotadas à coibição do roubo de gado no sul de Angola. Desde pelo menos 1917, as Diligências Administrativas constituíam o principal recurso mobilizado pelo Estado Colonial, acarretando como consequência o aumento das apreensões e distribuições ilegais de gado. A partir da nova orientação, o imperativo da repressão militar dá lugar a um projeto de ocupação racional e pacífica da região Mucubal, o qual se ancorava na possibilidade de tornar esta região, bem como a população a ela relacionada, parte produtiva da pecuária colonial. As operações na Zona Mucubal, entretanto, se estendem durante meses sem que os resultados pretendidos fossem atingidos. Períodos de calmaria se alternam com a eclosão de razias, de modo que, em 24 de novembro de 1934, diante da exortação do Governo geral para que se resolve-se com máxima rapidez a Questão Mucubal, Feliciano de Azevedo envia ao Governador da colônia uma carta na qual apresenta um plano de repressão aos mucubais. Apesar das críticas tecidas conta as Diligências Administrativas, a recorrência dos roubos de gado obrigam o Comandante da Zona a propor que

> "Devendo ter princípio de execução, no próximo de 26, a ação militar que julguei necessário efetuar contra a parte dos Mucubais que ainda se mostram insubmissos, e que, talvez por hábitos ancestrais, praticam o roubo e o assassinato de outros indígenas de raça diferente, principalmente dos Muquilengues, tenho a honra de apresentar a V. Exa. o resumo do plano que estabeleci, com o fim principal de procurar prender os principais responsáveis e orientadores de tais crimes, sem excluir no entanto a necessária repressão pelo fogo, se pelos rebeldes for posta qualquer resistência à marcha e ação da força."[72]

Passados então oito meses desde a concepção da Zona Mucubal e da elaboração de seu relatório de inquérito, Feliciano de Azevedo parece admitir que de fato eram os mucubais e seus "hábitos ancestrais" os responsáveis pela situação de roubos de gado endêmica que assolava o sul de Angola. Diferentemente do que consta de seu relatório de inquérito, no qual os pastores são descritos como populações não guerreiras, vítimas

72. *Relatório do Comando da Zona Mucubal.* AHM 2/2/65/14

das espoliações movidas por *funantes,* autoridades administrativas e outras populações africanas, os mucubais já emergem aqui na posição de rebeldes, contra os quais se cogita "repressão pelo fogo". Na mesma carta, o Comandante da Zona solicita um aumento substancial na verba destinada às operações, uma vez que mais soldados e obras públicas se fariam necessárias para a consecução dos objetivos propostos. Ocorre que o Governo geral julga não mais poder comprometer o orçamento da colônia com a Zona Mucubal, a qual vai sendo gradualmente desmantelada, acabando por ser extinta em 13 de abril de 1935.[73]

Em 14 de janeiro de 1936, Feliciano de Azevedo, em relatório enviado ao Quartel General das Forças do Exército, tece algumas considerações a respeito da sua atuação como Comandante da Zona Mucubal. Assim, afirma que

> "Julgo boa a ocasião para afirmar aqui a V. Exa que ainda não tive motivos para me arrepender da ocupação militar que fiz na chamada "ZONA MUCUBAL", por quanto se verifica que enquanto me foi possível manter os seis pontos por mim montados inicialmente, nenhuma atividade se verificou da parte dos mucubais, os quais só voltaram à prática dos seus crimes depois de terem sido desguarnecidos três daqueles postos, pela impossibilidade de fazer substituir por outros tantos sargentos, três dos quais me vi forçado a mandar recolher às suas unidades, por doença um, e por falta de energia dois. Mas bem ou mal feita a ocupação da ZONA, ela foi feita segundo o meu critério de Comandante e responsável pelo seu policiamento, e julgo que só o Q.G.F.E. teria competência para a analisar e alterar, se assim o entendesse."[74]

Do ponto de vista do ex- Comandante, a Zona Mucubal teria logrado seus objetivos de ocupação racional e pacificação caso tivesse recebido maior suporte da parte de outras instituições do estado colonial, ou seja, admite um sucesso inicial, o qual não teria sido sustentado pela falta de recursos disponíveis. É impossível, e mesmo irresponsável, ao historiador prontificar-se a aventar hipóteses sobre outros desfechos possíveis para os processos históricos analisáveis, de forma que não nos cabe tecer considerações sobre o ponto de vista de Feliciano de Azevedo.

Entretanto, nos arriscamos a dizer que a Zona Mucubal constituiu uma estratégia política que tinha por objeto uma imagem particular dos mucubais e de seu lugar no tecido social do sul de Angola. Acreditamos ter conseguido demonstrar que este contexto, no início da década de 1930, era ainda profundamente estruturado em torno de uma economia da razia, encontrando-se os atores sociais mais diversos implicados em operações e circuitos ilegais de circulação do gado. Portanto, cabe questionar até que ponto o fracasso da Zona Mucubal não se deveu, em grande medida, à própria incapacidade de homens como Feliciano de Azevedo em perceber a razia como elemento constitutivo das relações sociais e econômicas do sul de Angola, antes compreendendo-a como uma excrescência primitiva,

---

73. *Carta do Governador Geral de Angola ao Ministro das Colônias.* AHM 2/2/65/14
74. *Informação.* AHM 2/2/65/14

que poderia ser rapidamente extirpada por meio de uma ocupação racional baseada nos princípios da missão civilizadora portuguesa. A razia, portanto, representava, na situação colonial do sul de Angola, uma faceta de um processo histórico marcado pela inscrição de agentes europeus no âmbito estratégias ecológicas, econômicas e sociais pastoris, e não um mero dado cultural capaz de ser encapsulado no âmbito de formações africanas particulares.

Não dispomos de documentos que nos permitam informar sobre os resultados obtidos pela Zona Mucubal. O próprio Feliciano de Azevedo admite que os sucessos foram temporários. Entretanto, é certo que a as razias continuaram a ser uma constante no sul de Angola, como nos mostra o telegrama enviado pelo Governador Geral ao Quartel General em 27 de outubro de 1936, no qual se relatam novos conflitos envolvendo mucubais e a apropriação de gado. O caso apresenta os contornos das relações sociais tecidas entre africanos e administração colonial, na medida em que se afirma que os mucubais teriam agido por vingança em relação a um cipaio que os havia denunciado às autoridades administrativas. Diante deste evento, o Governador Geral solicita “ imediata autorização destacamento militar vila Arriaga ser utilizado diligencia a fazer logo obtenha informações sobre local onde se refugia [...] e tenha a probabilidade conseguir captura.”[75] Inicia-se, assim, um novo ciclo de razias e Diligências Administrativas, cujos resultados nefastos serão examinados no próximo capítulo.

75. *Telegrama 211/G.* AHM 2/2/65/14

CAPÍTULO 3

KAKOMBOLA: SEGURANÇA E GENOCÍDIO

Narramos no capítulo anterior uma das medidas adotadas pelo governo colonial português para resolver a Questão Mucubal. Esta medida associava o controle sobre a população ao controle sobre o território. Pudemos, porém, constatar que a atuação das forças coloniais esbarrava em, ou mesmo se articulava a, uma situação que definimos como "economia da razia". Entre a criação da Zona Mucubal e o genocídio de 1940/1941, decorreram cinco anos, sobre os quais não conseguimos, infelizmente, encontrar nenhuma documentação referente aos mucubais, à pastorícia ou temas correlatos que nos pudessem informar sobre o estado de coisas e os processos em curso no período. Neste sentido, não nos sentimos capazes de interpretar esse lapso como indicativo de um arrefecimento das tensões, mas sim talvez como um problema situado na organização e disponibilidade das fontes. No Arquivo Histórico Militar, os mucubais desaparecem da documentação entre 1935 e 1940. É provável que estes tenham sido momentos em que a ansiedade, as expectativas e a atenção do exército tenham se projetado para a região sul de Angola, e para os mucubais, com mais vigor.

De qualquer forma, consideramos que a partir de setembro de 1940, tem início um processo que, ainda que formalmente semelhante às lógicas da razia predatória descritas anteriormente, acarreta a quase completa desarticulação social dos mucubais, bem como a morte de muitos deles, fosse em razão de operações militares, fosse em razão das doenças e das condições precárias dos campos de concentração. Este processo é por nós caracterizado como um genocídio. A terminologia pode não parecer adequada, uma vez que o termo genocídio surge fundamentalmente como uma categoria jurídica, fato que coloca em questão seu valor analítico. Entretanto, autores das mais diversas áreas das ciências humanas[1] tem revelado a viabilidade e a importância deste conceito na análise de situações particulares de violência. Hannah Arendt, em *As Origens do Totalitarismo*, faz referência à noção de "massacre administrativo", que pode ser entendido como uma prerrogativa não jurídica, ou extrajurídica, para o exercício da violência extrema enquanto parte das funções administrativas de um estado colonial, ou "totalitário".[2]

As definições conceituais para a noção de genocídio são múltiplas, e mesmo em obras coletivas para as quais convergem intelectuais dos *genocide studies*, encontramos

---

1. Ver, por exemplo, a coletânea em seis volumes, organizada pelo historiador Dirk Moses. MOSES, A. Dirk (ed.). *Genocide***.** Abingdon; New York, NY: Routledge, 2010.

2. ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo.* São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2000

acepções não necessariamente congruentes. Do nosso ponto de vista, faz sentido falar em genocídio na medida em que se está diante da prerrogativa do emprego da violência à revelia de qualquer disposição jurídica ou salvaguarda legal. Os grupos que se tornam objeto deste tipo de violência, no caso, os chamados mucubais, passam a gozar de um estatuto ambíguo, em relação ao qual não existem regras de conduta pré-definidas para os responsáveis pela repressão. Argumentaremos, a partir da documentação, que o que ocorre a partir de 1940 é justamente que os mucubais se tornam objeto não só de uma campanha militar profundamente violenta, mas de um processo de constante relaboração de seu estatuto social, processo este que também assinala o estatuto que os portugueses arrogavam a si mesmos e aos outros agentes presentes na região sul de Angola. É importante também referir aqui o fato de que nunca houve, no caso dos mucubais, uma diretriz que explicitamente reivindicasse ou propusesse o extermínio. No âmbito da linguagem da ideologia colonial portuguesa, noções como caça, estabelecimento da ordem, submissão e civilização eram os termos mais recorrentes no que se refere aos objetivos da campanha.

Entretanto, como argumenta o historiador Dirk Moses, muitos genocídios ocorrem em razão da conjunção de processos que estão além do controle ou da previsão dos agentes envolvidos, de modo que ainda que uma diretriz clara esteja ausente, a própria dinâmica dos eventos, as escolhas feitas e o curso das ações tomadas durante o processo podem redundar em profunda mortandade e desarticulação social de uma determinada coletividade.[3]

Este capítulo se organiza em três seções. A primeira se propõe a entender uma questão aparentemente banal, ou seja, por que os portugueses mobilizaram efetivos militares e recursos humanos e econômicos durante mais de um ano em uma campanha militar movida contra uma população de menos de cinco mil pastores, reconhecidamente não belicosos, sem exército constituído e sem que se pudesse afirmar existir um estado de rebelião aberta? Em seguida, na segunda sessão, analisamos os detalhes das operações militares decorridas entre setembro de 1940 e dezembro de 1941, as estratégias e a tecnologia empregada, apresentando e interpretando o uso de técnicas como bombardeio e campos de concentração. Por fim, a terceira sessão busca inscrever o conflito no universo social constituído pelas sociedades pastoris africanas, em suas relações políticas com os agentes presentes no sul de Angola, descrevendo as ambiguidades das alianças circunstanciais e do exercício do poder.

3. MOSES, A. Dirk. *An antipodean genocide? The origins of the genocidal moment in the colonization ofAustralia.* Journal of Genocide Research, v. 2, n. 1, p. 89-106, 2000.

SEGURANÇA, TERRITÓRIO E PARANOIA

Em 12 de setembro de 1941, o Comandante do Quartel em Forte Roçadas, Capitão Manuel Pedro Rodrigues Pardal, redige um documento que deveria servir de base para o treinamento de um grupo de recrutas pertencente à 3 Companhia Indígena de Caçadores. De acordo com Pardal, ainda que se destine aos recrutas, o exercício tinha também como fim “adestrar” os “graduados e os comandos”, abrangendo assim todo o corpo da companhia. O documento que registra a proposta de treinamento aludida é muito simples, consistindo em menos de duas páginas. Em primeiro lugar, introduz-se o denominado “tema”, seguindo-se então as “ordens de operação”.[4] Basicamente, apresenta-se uma situação simulada e propõe- se uma estratégia capaz de liquidá-la de maneira satisfatória. Ora, este tipo de documento, nos parece, possuí uma importância substancial, na medida em que explicita as expectativas, as angústias e os temores do exército português no que diz respeito à manutenção da segurança de seu território. A situação proposta, ainda que ficcional, se constitui a partir da elaboração de uma ameaça não talvez real, mas plausível no seio de uma dada estrutura de sentimentos e sensibilidades compartilhada.

Já nos referimos nos capítulos anteriores à insegurança representada pela fronteira sul e pelas populações que nela residiam, sobretudo em razão das derrotas militares ali sofridas pelos portugueses durante a primeira guerra mundial, bem como pela feroz resistência oposta por cuamatos e cuanhamas à autoridade colonial. Entretanto, os portugueses percebiam estas populações como relativamente submetidas à autoridade colonial. Tanto nos conflitos envolvendo a criação da zona mucubal, descritos anteriormente, como no que concerne ao genocídio de 1940/1941, os cuanhamas e cuamatos forneceram auxiliares ao exército português e participaram ativamente das operações contra os chamados mucubais. Ainda assim, não deixam de abundar na documentação por nós consultada, referências ao fluxo migratório de populações fronteiriças em direção ao Sudoeste Africano, bem como a necessidade de se exercer uma política de atração que contemple os interesses destas populações e promova sua identificação com o governo português. Aventamos aqui a hipótese de que, em 1940/1941, o cenário internacional conflituoso, associado a temores latentes no que se refere à fronteira sul e populações que ocupavam a região, conduziram, em grande medida, as iniciativas adotadas em relação aos mucubais em direção a um grau mais acentuado de violência. Vejamos então o tema do exercício proposto pelo Capitão Pardal à 3 C.I.C. :

> “a)-O comandante da 3a C.IC., aquartelada no Forte Roçadas pelas 16h00 do dia 11 de Setembro, foi informado de que indígenas cuanhamas, alguns cuamatos e muitos mucubais, que se lhes juntaram fortemente armados e dispondo de M.[?], enquadrados por agitadores estrangeiros que os aprovisionam e comandam, se acham insubordinados e em período de

---

4. *Colônia de Angola. Comando Militar de Angola. 3ª Inspeção de Infantaria. 3ª Companhia de IndígenasCaçadores. Escola de Recrutas de 1941. AHM 2/2/73/6*

concentração na região compreendida entre as cacimbas do Aissonga e as do Acaonde, com postos avançados na linha cacimbas de Ainssonga- estrada F. Roçadas-Mongua-desvio da estrada até a antiga estrada F.Roçadas-Mongua.

b)- A povoação e o posto Administrativo da Mongua já foram atacados e saqueados estando cortadas as comunicações com o interior da região.

c)- O Comandante da 3a. C.I.C. decide atacar os rebeldes com os meios de que dispõe a sua Unidade [...]"[5]

Evidencia-se aqui o temor por parte dos militares portugueses quanto à possibilidade de uma aliança entre as populações africanas do sul de Angola, notadamente, cuanhamas, cuamatos- responsáveis pelas mais significativas derrotas militares portuguesas na região- e mucubais- considerados insubmissos durante as primeiras décadas do século XX, e objeto de uma campanha de repressão brutal ainda em curso quando da produção do documento- e elementos estrangeiros que poderiam fornecer-lhes armas e suprimentos. Ainda que de maneiras distintas, o genocídio dos mucubais revela a estratégia mobilizada pelos portugueses para lidar com este temor, não obstante o destino de cuanhamas e cuamatos ter sido, na ocasião, muito distinto daquele reservado aos chamados mucubais.

Devemos ter em consideração o fato de que, no momento da proposição deste exercício, setembro de 1941, as operações de repressão contra os chamados mucubais estavam ainda em curso e, tanto cuanhamas quanto cuamatos forneceram auxiliares que estavam atuando junto ao exército português. Assim, este exercício pode ser um indicativo de que, a despeito da suposta autoridade exercida sobre populações consideradas submissas, havia sempre, por parte dos militares coloniais, a desconfiança em relação à extensão e perenidade desta autoridade. A menção a elementos estrangeiros é também bastante significativa. Ainda durante a primeira guerra mundial, a região sul de Angola havia sido objeto de interesses coloniais alemães, os quais ocupavam o então Sudoeste Alemão, e o fantasma de uma nova invasão ou sublevação não desapareceria tão rapidamente.

Ainda em outubro de 1940, logo no início das operações contra os mucubais, uma carta escrita por um cabo do exército português presente na fronteira sul informa que " O serviço que a gente vem cá fazer e de guerra mesmo contra os cuanhmas e cubais, porque eles não querem pagar o imposto mataram-lhe 7 cipaios por isso disse que os brancos é melhor lutar com eles se não eles vão ficar amigos de Alemão."[6] Ora, é muito curiosa esta referência aos alemães pelo menos 25 anos após a ocupação da autal Namíbia por tropas sul- africanas. Não possuímos muito mais informações sobre esse episódio, mas podemos depreender dele pelo menos duas hipóteses: em primeiro lugar, é possível que os africanos situados nas ilhas do Cunene, supostamente responsáveis pela ameaça mencionada, estivessem fazendo referência a um passado de aliança com os alemães,

5. *Colônia de Angola. Comando Militar de Angola. 3ª Inspeção de Infantaria. 3ª Companhia de IndígenasCaçadores. Escola de Recrutas de 1941. AHM 2/2/73/6*

6. *Cópia da carta escrita pelo 1º Cabo I. Marcelino ao 1ºCabo Flávio de Amorim. AHM 2/2/69/19*

fato que é corroborado pelas descrições produzidas por outros agentes presentes no local, nas quais se pode ler que

> "nas ilhas do Cunene que começam Hano estão cerca de cem indigenas lado picada direção marcos 1 e 4 e ilhas entrada 3 lado Hano está também grande número de Muchimbas ali refugiados numero muito aumentado indigenas chefes Calaupa para ali fugiram para não depdendurarem pescoço certidão recenciamento; Que existe ali indigena Icanduo com tres filhos armado dizendo ser quem fez grande guerra lado Alemanha sendo muito perigoso."[7]

Ainda, segundo informações fornecidas pelo relatório do Alferes Abel Pereira do Vale, de 20 de outubro de 1940, estavam nas ilhas

> "4 pretos armados de espingardas (pai e 3 filhos) sendo o pai excelente atirador e possuindo uma LSE- ENFIELD que lhe foi emprestada pelo major Hans, autoridade da Donga- Sudoeste- para ele caçar leões, arma que nunca mais entregou a essa autoridade apesar dos esforços desta para a obter estando os filhos armados com duas Martini e uma Mauser. Deste preto (pai) se diz , que esteve em 1914 em Naulila com os alemães , é grande partidário da sua vinda e homem tão corajoso e resoluto que na sua juventude mandou um dia desafiar o célebre Ortoyy [Oorlog?], chefe indigena que tão bons serviços prestou à nossa ocupação, mas este receando não aceitou o desafio. Também o século Pete afirma que é um inimigo seu capaz de lhe tirar a vida, razão pincipal porque deseja imenso sua expulsão das ilhas."[8]

Percebe-se que é bastante plausível supor que os africanos presentes nas ilhas neste momento estivessem invocando uma antiga hostilidade como forma de estabelecer uma posição política mais segura, uma vez que, como nos diz o primeiro relato, estes exigiam que os brancos- no caso, seus interlocutores, os portugueses- lutassem ao seu lado. Entretanto, pode-se ainda conjecturar uma segunda situação, na qual estes indivíduos estivessem justamente invocando a possibilidade de se aliarem, no presente, com os brancos presentes no território antigamente controlado pelos alemães. Não sabemos exatamente quais foram os termos empregados e os relatos abrem espaço para grande ambiguidade intepretativa, porém, parece certo de fato estes africanos estavam estabelecendo um tipo de negociação com o governo português, invocando para isso a ameaça, passada ou presente, de uma invasão pelo sul.

O episódio acima descrito precede a proposta de exercício militar em quase um ano. Ambos, apesar de natureza distinta, representam situações nas quais se explicita, por um lado, a ameaça concreta por parte de africanos situados na fronteira sul à soberania portuguesa e, por outro, a elaboração da ansiedade dos portugueses na forma de uma expectativa de invasão concreta, na qual os seus aliados africanos figuram como inimigos a serviço de interesses estrangeiros. Não é possível dissociar as operações militares

---

7. *Carta da 3ª Companhia de Indígenas Caçadores para o Chefe do Estado Maior do Exército. AHM 2/2/69/19*

8. *Relatório do Comandante do Destacamento do Chitado, Alferes Abel Pereira do Vale 3ª Companhia deIndígenas Caçadores. AHM 2/2/69/19*

que levaram ao genocídio dos mucubais deste contexto de percepção de uma ameaça latente por parte dos portugueses. Neste sentido, devemos ser cautelosos antes de atribuir posições rígidas numa cadeia de causas e consequências demasiado simplista, ou seja, certamente o ambiente de ameaça latente contribuiu para o aprofundamento da violência contra os mucubais, das mesma maneira que os próprios desdobramentos das operações devem ter tido grande impacto na produção de um sentimento de insegurança entre os portugueses. Os dois processos acabam por se confundir. Assim, em uma carta ao Governador da Província da Huíla, logo no início das operações contra os mucubais, o Governador Geral da Colônia de Angola afirma:

> "peço Vexa avaliar justo valor reação que possa provocar nossa repressão a fim de calcular bem força necessária esmagar essa reação. De contrário operações seriam contraproducentes. Comando Militar está posto disposição Vexa fim reconhecimento e guerra. Será desde já munido granadas morteiro e seguir metralhadoras especial para instalar avião. Despesas serão feitas por forças crédito extraordinário aberto fins segurança militar e civil Orçamento Geral. Fazenda dará ordens necessárias. Operações devem decorrer cuidadosa reserva nada devendo ser publicado. Final operações texto pequena notícia sóbria simples operação polícia será autorizada por mim diretamente. Vexa tomará todas as decisões que forem necessárias não retirando sem ter certeza absoluta mesmo fatos se não poderão repetir durante atual guerra europeia. "[9]

Pode-se perceber aqui que a própria linguagem empregada pelo Governador Geral sugere uma situação de violência considerável, uma vez que a suposta reação dos mucubais deveria ser "esmagada", de modo a se ter " certeza absoluta" de que as ações dos mucubais não se repetiriam. Por outro lado, o pedido de discrição indica uma preocupação com a opinião pública, talvez não a portuguesa, mas internacional. Ou seja, a deflagração de uma campanha militar no sul de Angola colocava em cheque a capacidade do próprio governo português em exercer autoridade sobre suas colônias.

Diante do que já foi exposto no capítulo anterior e dos documentos apresentados nesta sessão, acreditamos que a relação dos portugueses com uma diminuta população de pastores denominados mucubais adquiria, tanto na época da criação da zona mucubal como durante o genocídio de 1940/1941, traços de Paranoia. Este termo é empregado pelo historiador Dirk Moses para se referir a situações nas quais um determinado grupo é percebido por outra coletividade como uma ameaça a sua segurança, a partir de uma imagem que articula percepções reais a invenções fantasiosas e exageradas. Analisando o caso da associação entre judeus e bolcheviques tecida pelos propagandistas nazistas, Moses afirma que

9. *Telegrama do Governo Geral. AHM 2/2/70/16*

> "What does this political dynamic tell us about how paranoia works? All too often, minority groups are held collectively guilty and are punished for the actions of some of its members. The group as a whole is seen as a potential security risk and so it can be interned, deported or otherwise destroyed in toto for reasons of state."[10]

Teremos oportunidade de observar em que medida esta afirmação ilumina a experiência dos próprios mucubais, uma vez que a generalização da punição que sobre eles recaia se baseava, como tivemos ocasião de observar no capítulo anterior, em acusações de práticas de apropriação de gado praticadas por uma miríade de diferentes agentes presentes na região, fossem eles africanos ou europeus.

É possível, porém, tentar compreender a razão pela qual os portugueses manifestavam tanto temor em relação às populações africanas presentes no sul de Angola? Neste sentido, é elucidativo o relatório do produzido pelo Governador da Província da Huíla referente ao ano de 1940. Esta peça apresenta uma visão global das diversas facetas que constituíam a presença e a atuação portuguesa na região. Dirigidos ao Ministro das Colônias, estes documentos expressavam a pretensão de seus redatores em descrever o estado de coisas do projeto colonial na região, tecer críticas e propor transformações. Uma vez que circulavam somente entre os funcionários coloniais, tais documentos são atravessados por um olhar muito incisivo e crítico, diferindo dos textos divulgados para consumo da opinião pública. Desta forma, logo nas primeiras páginas o autor do relatório de 1940 esclarece:

> " O que se segue, neste desluzido trabalho, é o fruto da observação que me foi dado fazer , por dever do cargo, a todos os setores da atividade pública e privada desta Província que poderia ser a pérola da Colônia, se já tivesse sido devidamente apetrechada e ocupada com obras de fomento e população. Abandonada, porém, quase exclusivamente à iniciativa particular de colonos sem grandes recursos, e limitando-se as despesas do estado, por largo tempo, a pouco mais do que à estrita manutenção dos Serviços e pagamento dos vencimentos dos funcionários, não será de estranhar que das palavras que se vão ler ressalte a conclusão de que, aqui, está quase tudo por fazer."[11]

Chama atenção o fato de que muito do que está contido neste resumido trecho faz eco às perspectivas de desenvolvimento propostas pelos veterinários e pelos funcionários coloniais envolvidos nos processos estudados nos dois capítulos anteriores. Assim, o Governador apresenta um quadro de escassez de investimentos e contrasta as possibilidades latentes da região com uma situação de precariedade generalizada das estruturas da colonização.

Desde a promulgação da Reforma Administrativa do Ultramar, em 1934, a Província da Huíla passou a congregar também o território antes pertencente a Mossâmedes, passando

10. MOSES, Dirk. *PARANOIA AND PARTISANSHIP: GENOCIDE STUDIES, HOLOCAUST HISTORIOGRAPHY, AND THE 'APOCALYPTIC CONJUNCTURE'.* The Historical Journal, v. 54, n. 02, 2011 p. 572

11. *Relatório de Governo da Província da Huíla. Ano de 1940. AHU 1667 1B MU ISAU MÇ 1938- 1942 2cx. p.2*

a compor um espaço definido pelo rio Cubango a Leste, pela Província de Benguela ao Norte, o Atlântico a Oeste e o Sudoeste Africano ao sul. A sede da administração era a cidade de Sá da Bandeira. A Província era composta de 5 conselhos, 6 circunscrições e 48 postos administrativos. A função do Governador da Província previa seu deslocamento ao longo do território, facultando-lhe observar diretamente o estado da estrutura administrativa sob sua responsabilidade. É interessante notar, no que diz respeito às atribuições do cargo, que o Governador e questão afirma não ter tido acesso aos relatórios elaborados pelos seus predecessores.[12] Isso parece indicar que suas impressões devem ter se baseado na experiência obtida a partir do contato direto com as pessoas e as paisagens da região.

Em grande medida, o teor do relatório, em quase todos os assuntos abordados, segue a nota crítica adotada no trecho acima citado. Percebe-se que, a crer nos relatos apresentados pelo Governador, que a existência material da administração portuguesa na região era marcada pela precariedade. De acordo com Eurico Eduardo Rodrigues Nogueira, no que diz respeito às instalações públicas:

> " Já porque, depois das construções provisórias, , à medida que se foi efetuando a ocupação militar seguida da ocupação administrativa,, se não cuidou em as substituir por outras definitivas em obediência a qualquer plano devidamente organizado e apoiado pelas necessárias dotações orçamentais, já porque , vasta região onde se não tem realizado obras de fomento de grande envergadura propulsoras do desenvolvimento de sua riqueza estática, cujo valor só na mão do preto e segundo elementos estatísticos apresentados em princípios de 1934 pelas extinta Direção dos Serviços e Negócios Indígenas representava cerca de metade de toda a riqueza indígena da colônia, os orçamentos dos Corpos Administrativos e das circunscrições nunca tem obtido rendimentos que se aproximem sequer dos das restantes áreas administrativas da Colônia e, designadamente, das da Província de Benguela, para poderem encarar o problema, e já ainda porque, certamente e de uma maneira geral nem ao menos se tem procurado conservar e melhorar um pouco o que existia, com esses mesmos escassos recursos,- hoje, quer as habitações, quer as secretarias, quer as dependências indispensáveis , quer os seus recheios, oferecem um aspecto verdadeiramente confrangedor. Quase todas as instalações são tristes ruínas que portanto não podem conceder aos serviços do Estado o mínimo de conforto que se lhes não deve recusar, nem o mínimo ambiente mantenedor da dignidade da função de que está investido, sendo por isso um espetáculo vergonhoso [...]"[13]

A situação se apresenta de maneira mais concreta na descrição das instalações correspondentes à circunscrição do Baixo Cunene, localizada no limite da fronteira entre Angola e Sudoeste Africano. Sendo esta uma região militar e politicamente estratégica, espanta o estado de quase abandono que desponta do texto do relatório. Diz o Governador, após discorrer sobre cada uma das circunscrições:

---

12. *Relatório de Governo da Província da Huíla. Ano de 1940. AHU 1667 1B MU ISAU MÇ 1938- 1942 2cx. p.4*
13. Idem, p.32

> " Mas de todas estas faltas, a mais notável foi a que se verificou na circunscrição do Baixo Cunene, cujo lugar de Administrador esteve vago durante quase dezessete meses. Circunscrição de fronteira, em permanente contato com as autoridades estrangeiras vizinhas e contendo adentro dos seus limites importantíssimos problemas de ordem econômica, de ordem social, e de ordem política, por um lado, falha de dois chefes de posto- Nauilla e Nelunga- e servida- que melhor se diria desservida- por funcionários, na sua maioria, viciados por uma longa permanência na região e libertos de uma fiscalização aturada e rigorosa, por outro, deve em grande parte e na minha opinião, o estado desagradável em que a encontrei àquela circunstância. [...] Há um fato que me surpreende extraordinariamente. Se as condições de vida e deficiência de meios de ação são consideráveis em muitos pontos desta Província, em poucos talvez elas assumam a acuidade das do Cuanhama. As instalações, velhos pardieiros dos tempos da ocupação, sofrendo das mais variadas faltas de conforto; a penúria de água, não só para beber, e confeccionar alimentos, como para a lavagem do corpo e das coisas; a dificuldade de comunicações, que por largos espaços de tempo se chegam a interromper completamente ou quase; a falta de rancho e a carestia porque o mesmo ali chega, onerado por fretes muito pesados, não podem criar certamente em ninguém um espírito de apego para permanência por largo tempo naquelas terras."[14]

Estas impressões, fundamentadas em visitas e na experiência administrativa de Nogueira ao longo do ano de 1940, revelam uma circunstância marcada pelo abandono e pelo desinteresse de parte do poder público no que respeita a ocupação da região sul. As condições apresentadas pelo Governador explicitam a carestia daquilo que era percebido como condições elementares para manutenção da atividade administrativa e mesmo de uma existência digna.

No que respeita à atividade econômica, o Governador é claro ao afirmar que ainda há muito que fazer. Em grande medida, um dos problemas mais latentes enfrentados pelos diversos grupos presentes no sul de Angola era o abastecimento regular de - ou ainda, o acesso regular a- fontes de água. Já apresentamos esta questão no capítulo anterior, mas a circunstância parece se impor de maneira sensível ainda em 1940. Parece-nos que existia a expectativa, por parte de Nogueira, certamente, mas também compartilhada por agentes como os veterinários e funcionários dos serviços pecuários, de que o sul de Angola se tornasse um expoente na exportação de gêneros primários e derivados da indústria animal. Entretanto, esta expectativa esbarrava na experiência concreta de uma aparente precariedade do setor produtivo e comercial da região, reputada por Nogueira à exiguidade dos investimentos por parte do Estado. Sua atuação como parte da estrutura administrativa do Estado Colonial era, portanto, cerceada pelos limites orçamentários e pela falta de interesse no desenvolvimento da região. Em suas palavras:

14. *Relatório de Governo da Província da Huíla. Ano de 1940. AHU 1667 1B MU ISAU MÇ 1938- 1942 2cx. p.15*

> “O que existe realmente neste sentido [abastecimento de água] é pouco mais do que nada, obra de esforços isolados destes humildes colonos que se agarraram à terra com uma persistência, com uma tenacidade e com um espírito de sacrifício nunca por ninguém excedidos, e evidentemente insuficientes para as necessidades do consumo local. A imperiosa necessidade de importar quase todos os anos avultadas quantidades de cereais para abastecer uma região que, em relação a toda a Colônia, é o solar das culturas do trigo e do milho, quando se poderiam exportar, sem receio de exagerar, centenas de milhares de toneladas em grão ou em farinha, é o índice mais claro e mais comprovativo da afirmação que acima fica registrada.”[15]

É necessário situar Nogueira, a partir daquilo que nos dá a ver em seu relatório, simultaneamente como agente do, e no, Estado Colonial. Ou seja, ao produzir esta peça documental, o Governador busca elaborar sua experiência enquanto agente, ao mesmo tempo em que se arroga distância suficiente para tecer críticas ao estado de implementação do projeto do qual julga fazer parte. É interessante, neste sentido, perceber no relatório os momentos em que o Nogueira age, ou seja, nos quais abandona sua posição de observador crítico e nos dá a perceber seu engajamento em situações concretas. Enquanto parte constitutiva da estrutura administrativa, Nogueira nos possibilita pensar, a partir da sua atuação, quais eram as possibilidades de intervenção concreta dos funcionários administrativos. Ou seja, para além das expectativas e críticas tecidas, o que podiam de fato fazer funcionários como Nogueira? Numa situação marcada pela letargia, precariedade e desinteresse generalizados, quais circunstâncias chamavam a atenção e mobilizavam os recursos econômicos e administrativos a disposição do Estado colonial?

Arriscamos afirmar que, em 1940, foram justamente as operações de repressão aos mucubais que acarretaram uma mobilização considerável por parte de diversos setores do estado colonial. Pelas descrições apresentadas por Nogueira, bem como pelo panorama social por nós delineado nos primeiros dois capítulos, é possível conceber que o esforço de exercer jurisdição sobre o território fosse causa de grande ansiedade no seio da administração. A presença e atuação de populações consideradas insubmissas representava, como já foi analisado, uma ameaça à segurança e ao prestígio das autoridades portuguesas. Entretanto, é difícil compreender porque, justamente em 1940, os mucubais passaram a ser objeto de uma campanha que levaria até as últimas consequências o imperativo de restabelecimento de uma suposta ordem social na região sul de Angola.

Podemos supor que a situação por nós designada, na esteira de Clarence-Smith, como “economia da razia”, permaneceu relativamente inalterada. As críticas apresentadas pelo Governador da Huíla em seu relatório também tornam plausível a hipótese de que a situação material da administração pouco se alterou desde o início da década de 1930, quando os veterinários e o relatório de inquérito do Tenente Joaquim Feliciano de Azevedo foram produzidos. De acordo com Nogueira, no que respeita à organização do comércio

15. *Relatório de Governo da Província da Huíla. Ano de 1940. AHU 1667 1B MU ISAU MÇ 1938- 1942 2cx.p.*256

em 1940, na Província da Huíla:

> " As firmas servidas por reduzidos capitais, que completam o conjunto dos principais centros de população, vivem uma existência arrastada, porque essa mesma população também possuí um baixo nível de vida. As casas comerciais que se acham dispersas ou isoladas são na generalidade postos avançados das da cidade ou simplesmente seus 'aviados'. Nenhum estabelecimento comercial se acha instalado em edifícios de notável valor, e a maioria das casas em que se exerce o comércio, tanto nos principais centros, como por esses matos fora, é de construção provisória, ou pouco mais do que isso. [...] As regiões dos gambos, pare ou quase todo o Alto Cunene e o Cuanhama são servidas por um comércio parasitário, digamos assim, que vive do negócio com o indígena, vendendo-lhe umas bugigangas, umas nangas ou uns panos da costa e aumentando as suas manadas ou enchendo os seus currais. Ano de sede e fome, e portanto de mortandade em massa dos gados, é ano de fartura para o comércio, vendendo mantimentos a altos preços e comprando milhares e milhares de peles a preço vil."[16]

É patente que a organização das relações comerciais descrita acima corresponde à atuação dos *funantes*, analisada no capítulo II. A contradição, entretanto, se mantém, na medida em que, ao mesmo tempo que funcionários como Nogueira e tantos outros que sobre os *funantes* discorreram, ressaltam a desestruturação e o potencial conflituoso dessa forma de comércio, fica evidente que não havia outra alternativa, outro circuito comercial em vigor, que fosse capaz de suprir as demandas do mercado para produtos pecuários servido pelos portugueses. Em todas as sessões do relatório, tem-se a impressão de que o texto busca dar conta de uma tensão profunda entre, por um lado, as expectativas de ocupação administrativa baseada em mecanismos como controle populacional- censos, impostos-, territorial, redes de comércio, transporte e produção integradas e previsíveis, disponibilidade de mão de obra africana, etc., e, por outro, um estado de coisas que operava segundo relações sociais que passavam ao largo do controle do estado, como eram a atuação dos *funantes*, das autoridades administrativas e dos próprios africanos. Esse argumento pode se torna mais claro quando da proposta do Governador para a criação de "mercados indígenas":

> "Não funcionam nesta Província nenhum mercado indígena, e, todavia, o estabelecimento dos mesmos parece-me que seria uma medida de grandes efeitos benéficos, como já tenho exposto em relatórios anteriores. A criação de mercados para funcionarem periodicamente em épocas devidamente escolhidas faria certamente com que o indígena viesse a encarar a indústria da criação de gados, especialmente, e que tem um valor importantíssimo, por um prisma bem diferente do atual. Em lugar de criar para conservar ou aumentar as manadas que possuí e de tempos a tempos enfiar no braço mais um nó no cordel que o cinge- símbolos do inventário dos seus bens pecuários- , e para depois vender as peles dos que não resistem as calamidades da sede, da fome e do carbúnculo, - passaria a criar para melhorar a espécie e fazer das

16. *Relatório de Governo da Província da Huíla. Ano de 1940. AHU 1667 1B MU ISAU MÇ 1938- 1942 2cx.p.*301

suas manadas uma fonte considerável de rendimento econômico, quer para si, quer para a balança comercial da Colônia. Deixaria de ser um detentor de uma massa enorme de riqueza estática, para se converter num criador cada vez mais racional. Por outro lado, a reunião dos povos das mais diversas regiões, tomando contato recíproco novos usos [...] nova ideias, novas terras e novos sistemas de agricultura seria um fator de inestimável importância para o progresso desses mesmos povos (...)"[17]

De acordo com Frederick Cooper, o colonialismo tinha como imperativo estabelecer o controle, normatizar, formas de concepção de tempo e espaço de acordo com categorias conhecidas. O autor admite, ainda, que nem sempre estas imposições tinham como resultado o aumento da produtividade, mas serviam ao propósito de atenuar a ansiedade das autoridades face a formas de organização que lhes pareciam relativamente incompreensíveis.[18] Ora, na proposta acima apresentada, Nogueira claramente manifesta um incômodo com as práticas associadas à pastorícia africana e à articulação entre esta e o comércio, parecendo sugerir que a criação de mercados seria não somente benéfica para a economia da colônia, mas também para os próprios africanos, supondo uma relação direta entre a normatização de um espaço de interação, o controle sobre sua periodicidade, e um processo de "progressão" civilizacional. Por outro lado, essa proposta explicita a ansiedade que o desconhecimento e o estranhamento das relações sociais produzia nas autoridades. Nogueira, de certa forma, pretende, através dos "mercados indígenas", ser capaz não só de controlar o tempo, o espaço e a forma das interações comerciais, mas também os próprios efeitos das condições naturais, como as secas. Esse sentimento de ausência de controle, característico de uma região na qual o exercício da jurisdição era mais objeto de contestação do que de conservação, provavelmente despertava, nas autoridades portuguesas, profundas inquietações num período de instabilidade internacional. Neste sentido, pode-se dizer que a fantasmagoria ou a Paranoia associada aos mucubais despertava ou potencializava a sensibilidade para esta questão central no colonialismo. Já vimos no capítulo anterior que o projeto de territorialização dos mucubais, materializado na criação da Zona Mucubal em 1934, tinha como propósito justamente articular o domínio sobre pessoas e território. É possível estender essa análise e afirmar que o que as operações de repressão aos mucubais buscavam era também produzir um efeito de segurança, transmitido por práticas que de alguma forma assinalavam ou simbolizavam o exercício e a preponderância da autoridade colonial. Uma vez que toda a paranoia referente à dominação estrangeira, ao controle da movimentação populacional, pudesse ser reduzida a uma única questão, que a fonte do problema pudesse ser relativamente condensada, a gestão da insegurança e da ansiedade se tornava muito mais eficaz e seus efeitos, talvez, mais expressivos.

Pode-se pensar que a ocupação da Zona Mucubal, tanto em 1934/35 quanto em

17. *Relatório de Governo da Província da Huíla. Ano de 1940. AHU 1667 1B MU ISAU MÇ 1938- 1942 2cx.p.322-323*
18. COOPER, Frederick. Colonizing time: Work rhythms and labor conflict in colonial Mombasa.In: DIRKS,Nicholas. *Colonialism and culture*, 1992

1940/41, representava uma reencenação do próprio processo de colonização iniciado em 1890 com as campanhas militares, e que a consecução deste objetivo teria como efeito redimir, em alguma medida, a percepção de que até então não se havia, ao menos no sul, logrado estabelecer uma estrutura social satisfatória do ponto de vista dos administradores coloniais. A zona à qual era referida a presença desta população era considerada um vazio administrativo, comercial e populacional. Em seu relatório, Nogueira descreve a situação da região durante as operações de repressão, afirmando que

> " Infelizmente, hoje a região está quase desabitada, mas nem por isso deixa de ser menos urgente a efetivação da sua ocupação, tal como se a antiga população existisse, porque, se da gente pacífica e insubmissa pouca lá ficou, dos quadrilheiros alguns conseguiram escapar-se , e ainda porque, liberta a região da quantidade de mucubais que naturalmente a defendiam para seu próprio usufruto, ela agora é campo relativamente livre e sedutor para relapsos e vadios que das outras áreas limítrofes se queiram furtar à fiscalização e atuação das respectivas autoridades. E ontem falava-se de ' mucubais'; amanhã falar-se-á de quaisquer outros ali instalados."[19]

Segue-se a esta afirmação a proposta de criação de postos administrativos, instalações dos serviços pecuários, missões religiosas, estradas, etc, ou seja, todo o aparato de colonização que definia a presença e a jurisdição portuguesa. O genocídio dos mucubais proporcionava a oportunidade de realizar uma colonização dentro da situação colonial, na medida em que abria espaço para a exaltação do poder de intervenção e manipulação das categorias elementares que definiam as relações sociais dentro de um espaço circunscrito. Podemos compreender, desta forma, porque, como afirmamos acima, a única ação propositiva descrita no relatório de Nogueira se refere justamente às operações de repressão aos mucubais. Em virtude das imposições de uma política orçamentária baseada na contenção de gastos, sobretudo no que respeita a uma região relativamente pobre em recursos naturais como era a Província da Huíla, as operações contra os mucubais representavam um interstício no seio de uma estrutura administrativa que parecia engessada, cujas possibilidades de transformação eram profundamente restritas. Por outro lado, como argumentamos, a "Questão Mucubal", ao condensar diversas das fontes de ansiedade administrativa, constituía um problema cuja solução produzia uma sensação de segurança e controle.

CAÇA AOS MUCUBAIS

Preâmbulo sobre o conceito de" caça"

Elegemos o termo *caça* para descrever, nesta sessão, a natureza das operações militares movidas contra os chamados mucubais. Uma vez que se trata de uma categoria

19. *Relatório de Governo da Província da Huíla. Ano de 1940. AHU 1667 1B MU ISAU MÇ 1938- 1942 2cx. p.26*

derivada da documentação portuguesa, ou seja, da própria linguagem empregada pela "prosa da contrainsurgência"[20], faz-se necessária uma justificativa introdutória sobre sua pertinência e valor analítico. Antes de mais nada, é preciso dizer, portanto, que em muitos dos documentos relativos ao genocídio dos mucubais, a ação dos sujeitos envolvidos no processo é descrita como *caça*. Assim, quando, em 19 de setembro de 1940, o Governador da Huíla informa o Governador Geral da Colônia sobre eventos que deram início à repressão, estabelece o caráter particular que as mesmas deveriam tomar:

> " é preciso evitar, não porque já o tenha sentido, mas para que tal se não dê, que uma errada convicção de que estamos em presença de uma campanha regular, leve o Quartel General a pretender intrometer-se e orientar a conduta das operações. Isso só poderia prejudicar a própria marcha das mesmas. Como já tive ocasião de dizer a V. Exa. não há resistência armada; poderá haver apenas traições e emboscadas. Não há, portanto, situações táticas de envergadura a resolver; há apenas, como já referi, uma batida, uma caçada. É uma guerra ***suis generis***, em que valerá mais uma iluminada decisão de natureza militar, uma boa informação, de um sertanejo levando atrás de si uma matilha de auxiliares negros surpreenda no covil boa peça de caça alarpadada."[21]

Acreditamos que uma atenção detida para a noção de caça seja profundamente reveladora não só das intenções e percepções dos portugueses, como também das formas de organização social dos pastores que foram objeto da campanha. Aludimos no capítulo II ao fato de que a insubmissão dos mucubais era compreendida também como um atentado ao que os portugueses definiam como "prestígio". Ora, de acordo com Diego Ferreira Marques, a prática da caça no contexto colonial angolano, estava diretamente associada à noção de prestígio.[22] Enquanto que no caso dos animais, abordado pelo antropólogo, a caça se constitui como uma forma de consumo, estando portanto o prestígio diretamente associado aos processos de diferenciação social derivados do acesso e mobilização de produtos específicos[23], no caso da caça a seres humanos, o prestígio servia como motor do estabelecimento de distinções políticas no seio de uma situação colonial marcada pela presença de sociedades distintas. Ou seja, se a caça aos animais era um dos rituais sociais capazes de promover e dinamizar hierarquias sociais e solidariedades situacionais entre sujeitos pertencentes ao universo do humano, em contraposição ao universo não -humano - animal-, a caça aos mucubais permitia a criação ou o reforço de laços políticos e sociais através da contraposição entre aliados submissos e inimigos insubmissos.

Se os tipos de animais caçados serviam como marcadores da diferença no

---

20. GUHA, Ranajit. *The prose of counter-insurgency*. Culture/power/history: A reader in contemporary social theory, 1994

21. *Oficio extra Confidencial do Governo da Provincia da Huila dirigido a sua Exa. o Senhor Governador Geral. AHM 2/2/69/19*

22. MARQUES, Diego Ferreira. *O Carvalho e a Mulemba: Angola na narrativa colonial portuguesa.* São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 174

23. Idem, p. 174

primeiro caso, no segundo os marcadores consistiam nas recompensas distribuídas pelas autoridades portuguesas a todos os agentes que tomaram parte no genocídio. Não à toa, o único indivíduo recompensado nominalmente pelo governo português- com uma relíquia personalizada, diga- se de passagem- foi um caçador responsável pelo comando de tropas africanas, o boer Dixon Ferreira. Ferreira, ao terminar sua atuação nas campanhas, tendo sido o responsável por perseguir e prender o mucubal Thcinducuto, visto pelas autoridades portuguesas como o principal dos líderes da suposta insurreição em curso, recebeu " como prêmio pelos serviços prestados [...] uma boa espingarda de caça e 200 cartuchos; a espingarda tinha uma placa de prata com a inscrição: Mucubais- 1941."[24] Portanto, a caça bem sucedida a Thcinducuto rendeu ao caçador Dixon Ferreira um produto capaz de lhe conferir prestígio social através de seu uso, bem como a inscrição cristalizava tanto a proeza alcançada quanto as presas humanas que conferiam o prestígio que deu ao objeto existência concreta.

É evidente que a relação estabelecida entre caça a animais e caça a seres humanos é obscena, perturbadora. Porém, talvez esta metáfora empregada pelas autoridades coloniais nos ajude a compreender o grau de violência empregado contra os mucubais. Lembremos, antes de mais nada, que os pastores perfaziam uma comunidade que não ultrapassava, segundos os documentos, cinco mil indivíduos. Durante a repressão foram mobilizados mais de mil soldados, entre tropas regulares e auxiliares, um avião equipado com bombas e metralhadora e um campo de concentração, ao longo de um período de quase um ano e meio. Em muitas das diretrizes das operações, encontramos termos como "limpeza" e "solução radical".

Como argumenta Marques, a caça era caracterizada pela criação de um distanciamento em relação ao objeto, ou ainda, pela transformação simbólica de seres vivos em objetos disponíveis para a morte.[25] Neste sentido, pode-se afirmar que, durante o genocídio, os mucubais estavam submetidos a uma suspensão da norma, ou seja, não se tratando de uma guerra, como esclarece o Governador da Huíla, nem tampouco de operações de polícia ordinárias, mas sim de uma operação "*suis generis"*, o estatuto destes sujeitos padece da mesma ambiguidade. Não combatiam, ainda assim eram presos, homens, mulheres e crianças, torturados, concentrados e executados. Pode-se dizer que, entre setembro de 1940 e dezembro de 1941, os mucubais se converteram em figuras de cuja vida as tropas podiam dispor sem nenhum tipo de constrangimento. Perseguidos sistematicamente por um território que correspondia a 2/3 da área de Portugal, foram, de fato acometidos por operações de caça. O termo caça não será repetidamente empregado, mas gostaríamos que o leitor tivesse em mente as implicações analíticas e descritivas

---

24. SOTTO-MAYOR, Abel de Abreu. *Operações de Polícia para Repressão das Tribos Mucubais Insubmissas.1943, p. 16 BSGL Reservados Caixa 116, n.11-A*

25. MARQUES, Diego Ferreira. *O Carvalho e a Mulemba: Angola na narrativa colonial portuguesa.* São Paulo:Cultura Acadêmica, 2014. p. 174

acima expostas.

Percurso Material do Genocídio: primeira fase, setembro a dezembro de 1940

Comecemos esta análise da primeira fase atentando para um documento que, de certa forma, apresenta uma perspectiva retroativa sobre seus efeitos. Em 15 de janeiro de 1941, o Major José da Cunha Amaral Pinto Fernandes informa que os resultados até então obtidos pelas campanhas de repressão, apesar de aparentemente satisfatórios, tendiam a ser temporários. Em suas palavras

> " Várias informações havia eu recebido afirmando que muitos indígenas das tribos insubmissas, acossados pelas tropas, se refugiavam em Mossâmedes e suas proximidades, depois de terem verificado que adquiriam a impunidade pelo pagamento do imposto relativo ao último ano, mesmo que mais outros atrasados devessem. Parece á primeira vista que se obteve por atração um resultado apreciável e um aumento de receita do imposto indígena, assim de cobrança tão fácil: Mas não se refletiu que já não estamos no período de ocupação e que temos de os [Mucubais] considerar não rebeldes armados com a mística de defenderem as suas prerrogativas primitivas, mas como simples salteadores que passada a borrasca, voltarão à prática dos mesmos atos, praticados pelos mais audazes e em regra, são estes os que mais rapidamente se veêm acolher onde sentem que são recebidos sem mais averiguações.[...] A manter-se esta situação, não teria valido a pena tanto sacrifício e tanto dinheiro gasto; e assim voltaremos a ter outra 'guerra mucubal' daqui a quatro ou cinco anos, ciclo evolutivo destas velhas manifestações de latrocínio."[26]

Esta carta parece ter sido produzida durante o desfecho de uma série de operações de repressão, apontando os avanços logrados, a situação tal qual se encontra no momento de sua elaboração e uma análise que se volta para soluções futuras. É interessante notar que a percepção temporal manifesta pelo major aposta na ocorrência cíclica das tensões envolvendo os mucubais. Se pensarmos que já em 1878 o então Governador de Angola, José Bento Ferreira de Almeida, fazia referência a conflitos envolvendo mucubais, descrevendo situações muito semelhantes de roubo de gado, resistência ao trabalho, etc., a afirmação do Major adquire certo respaldo empírico. De fato, como pudemos verificar quando das operações que resultaram na criação da Zona Mucubal, as chamadas diligências administrativas se inscreviam num universo social marcado por circuitos de circulação de gado e de relações sociais que tendiam a reproduzir situações de violência. Assim, a solução buscada e tacitamente proposta pelo Major deveria ter um caráter permanente, estabelecendo um processo de dominação e ocupação que pudesse ser percebido como parte de uma percepção linear e progressiva do tempo, da insubmissão à submissão, à civilização, portanto.

É provável que, dada a dinâmica funcionalmente cíclica da pastorícia, profundamente

26. *Carta do Comandante das Forças em Operação no Distrito de Mossâmedes, José da Cunha Amaral Pinto Fernandes, ao Chefe do Estado Maior. AHM 2/2/69/19*

articulada com a disponibilidade de recursos em um universo geomorfológico sujeito a profunda imprevisibilidade, e sendo a apropriação de gado alheio um recurso social à disposição dos pastores em períodos ou espaços situacionalmente acometidos pela escassez, as ações dos mucubais, que tanto perturbavam as autoridades e os colonos, voltassem a se repetir. Ao menos, enquanto existissem os mucubais, seu gado, a pastorícia e o clima semidesértico da região por eles ocupada. A compreensão de que os conflitos em torno do gado eram cíclicos expõe o fato de que, para os portugueses, era possível dissociar a apropriação de gado alheio do sistema socioeconômico do qual era elemento constitutivo. Em verdade, todas as características destacadas pelas autoridades como perturbadoras da ordem social, referentes aos mucubais, se associavam de maneira ubíqua à criação de gado praticada pelos últimos, no meio ecológico em que se encontravam: a transumância, necessária para obtenção de fontes de água, alimento e manutenção da saúde dos animais através da dispersão que evitava propagação de doenças; a resistência ao trabalho assalariado- o que indica, também, mas não somente, a necessidade de uma grande disponibilidade de mão de obra capaz de se deslocar periodicamente; a apropriação de gado alheio, já referida; a resistência em relação aos recenseamentos populacionais e aos recenseamentos de animais, ambos procedimentos que implicavam imposição de impostos e fixação em áreas administrativas específicas.

Esta montado, portanto, um cenário de crise latente no seio da situação colonial do sul de Angola. Segundo os registros dos quais dispomos, a mobilização das autoridades tem início em setembro de 1940. De acordo com o relatório produzido pelo Major José Alfredo do Amaral Esteves Pereira, responsável pelo comando das tropas entre setembro e dezembro de 1940,

> "No dia 4 de Setembro, o Chefe de Posto Administrativo do Pocolo dirigiu-se ao local Otchico, a SW do Pocolo, a fim de proceder às operações do censo. Como já houvesse indícios de que havia um estado latente de indisciplina entre os 'muacahonas', habitantes da região, não querendo reconhecer a soberania das autoridades, mandou à frente um cipaio e auxiliares prevenir o século de Otchico, de nome Mongonga, para que reunisse o seu pessoal e que ia fazer o censo. Quando se dirigia para lá soube que o século tinha armado uma guerrilha atacando o cipaio e auxiliares, tendo havido cinco mortos, entre eles o cipaio, 15 feridos ligeiros e 3 feridos graves, entre rebeldes e auxiliares. Ele próprio, na resfrega, ficou sem a sua carabina. Então, foi em perseguição dos revoltosos e procurou a sua carabina, assaltando a 'sanzala' do século Ombuta, chefe mucubal, que , presumivelmente tinha sido um dos instigadores da rebelião, tendo feito alguns prisioneiros. Regressou ao Pocolo e dai anunciou à administração dos Gambos, pelo telefone, o sucedido que logo foi transmitido a Sexa Governador da Província, que assim no próprio dia 4 teve conhecimento destes fatos. Era novamente a questão mucubal que surgia, depois de algum tempo de acalmia. Soube-se mais tarde que o século Tchinducuto, um dos principais chefes da rebelião tinha estado dias antes na senzala do Mongonga, e que talvez, de combinação com este, provocasse também a rebelião."[27]

27. *Relatório da Campanha de Repressão Contra os Mucubais. AHM 2/2/70/16, p. 4*

Como já tivemos oportunidade de expor, o censo populacional era provavelmente uma circunstância particularmente desagradável para as populações pastoris. Entretanto, a exposição apresentada pelo Major parece opor um procedimento de ordem administrativa, corriqueiro, como o censo, a uma reação belicosa desproporcional por parte dos pastores, talvez com o intuito de contrastar o exercício cotidiano da autoridade com uma suposta ruptura inesperada e ilegítima. Deve-se atentar, contudo, ao fato de que, presumindo um estado de rebelião, o Chefe de Posto do Pocolo envia um cipaio e auxiliares para estabelecer o primeiro contato com os sujeitos a serem recenseados. Ora, cipaios e auxiliares compunham as forças de polícia a serviço da administração colonial, de modo que não é difícil imaginar que sua aproximação fosse interpretada pelos pastores como um sinal de violência. As descrições do ocorrido não nos permitem saber detalhes mais pormenorizados sobre a dinâmica de interações que caracterizou este conflito, porém, parece-nos plausível afirmar que, como no caso das diligências administrativas estudadas no capítulo anterior, a violência ou sua insinuação, era um dado constante nas relações entre agentes coloniais e mucubais.

A própria linguagem empregada pelo Major quando da descrição das motivações dos pastores denota a natureza fragmentária e imprecisa das informações com base nas quais a situação foi interpretada: havia "indícios" de um estado "latente de indisciplina", o século Ombuta, que teve sua habitação invadida era "presumivelmente" um dos instigadores da resistência, Thcinducuto "talvez" estivesse de combinação com o século Mongonga. Tem-se a impressão de que, ao final do texto, é justamente o repertório conceitual compartilhado pelas autoridades coloniais, ou seja, a presunção inconteste de um estado de insubmissão permanente por parte dos mucubais, que organiza e dá sentido a uma narrativa baseada em dados de observação e dedução deveras arbitrários. A existência da Questão Mucubal, enquanto um dado perene do tecido conceitual que articulava a leitura situacional realizada pelo Major, se reportava a um passado de incidentes -sempre iguais a si mesmos- que remontava ao início do processo de ocupação, constituindo-se assim em um dispositivo narrativo que prescindia de qualquer análise conjuntural. A Questão Mucubal determinava o comportamento dos mucubais aos olhos das autoridades, e tais comportamentos, subjugados a este arcabouço de sentidos cristalizado, reforçavam sua validade analítica.

É também digna de nota a menção a figuras que supostamente exerciam o papel de lideranças no seio de um movimento de "rebelião" organizada e coerente. Lemos então que o mucubal Tchinducuto era um dos principais expoentes do processo. Ficamos com uma tensão mal resolvida entre as imagens apresentadas pelas autoridades portuguesas, marcadas ora pela afirmação de que os mucubais, enquanto tais, eram salteadores inveterados, porém não belicosos, ora pelo detecção de lideranças no seio de um movimento caracterizado como rebelião. Esta contradição não retira em nada a força da Questão Mucubal enquanto veículo para a projeção das ansiedades das autoridades

coloniais, uma vez que qualquer que fosse a caracterização adotada, os mucubais eram coletivamente responsabilizados. Entretanto, tal contradição nos chama a atenção para dois fatos importantes: em primeiro lugar, para o recurso narrativo à apresentação de imagens situacionalmente pertinentes, ainda que contraditórias entre si; em segundo lugar, para a precariedade do conhecimento obtido pela autoridades em relação às populações africanas, sobretudo os mucubais, com as quais contatavam.

O relatório do Major Esteves Pereira data de 3 de maio de 1941, e tem como objetivo prestar contas da sua atuação durante as campanhas de repressão. É provável, portanto, que a caracterização dos eventos de 4 setembro de 1940 como rebelião fosse mais apropriada no contexto de operações militares. Isso porque, segundo as disposições da Reforma Administrativa do Ultramar, os casos de ruptura da ordem social estavam sob a jurisdição do Governador da Província, e deveriam ser objeto de atuação das forças de polícia. De acordo com o próprio Governador da Província, o caso se inscrevia no quadro das suas prerrogativas, tanto que, ao se deslocar para a região do Pocolo, envia um telegrama ao Governador Geral, mas não ao Quartel General ou a qualquer outra instituição militar. Sua descrição do incidente, assim, nos parece muito menos alarmista:

> " Conhecedor das imprecisas e limitadas informações que o Administrador tinha podido colher e me transmitiu, imediatamente as fiz seguir, telegraficamente, para o Governador Geral, partindo sem demora para o local do incidente, seguido de uma pequena força militar do comando de um subalterno, embora informara para Luanda considerasse o caso como de natureza vulgar. [...]"[28]

Algumas linhas abaixo, referindo-se ao conflito, afirma tratar-se de um "desacato".[29]As operações que constituíram o Genocídio dos mucubais dividiram-se em duas fases. Em tese, primeira delas esteve sob a direção do Governador da Huíla, entre setembro e dezembro de 1940. Entretanto, como nos revela o relatório do Major Esteves Pereira, bem como as considerações do Governador, na prática, a autoridade civil se limitava a organizar o suprimento necessário às tropas e a dar o devido tratamento ao gado apreendido. Aparentemente, as diretrizes do próprio Governador Geral indicavam a necessidade, ou ainda, a premência da resolução da Questão Mucubal, sendo por isso vista como necessária a intervenção direta do Quartel General, a qual se inicia logo nos primeiros dias após o incidente do Pocolo.

Desde o início das operações, chama atenção o empenho das autoridades envolvidas em avançar uma solução definitiva para a questão. Já citamos na sessão anterior a diretriz do Governador Geral, que incitava o Governador da Huíla a "esmagar" a reação mucubal. A primeira resposta da autoridade máxima da colônia, ao ser informado dos eventos de 4 de setembro, é do seguinte teor:

---

28. Relatório de Governo da Província da Huíla. Ano de 1940. AHU 1667 1B MU ISAU MÇ 1938- 1942 2cx. p.342
29. Idem, p. 342.

> “ Agradeço sua diligência e notícias relativas fronteira Sul e também relativa mucubais. Vexa resolverá situação de forma que fique definitivamente. É preciso que durante a guerra todo o risco de alteração grave da ordem pública seja suprimido radicalmente e para isso Vexa procederá com a máxima energia pondo de parte qualquer contemporização seja ela de que natureza for ponto final”[30]

A Questão Mucubal transcendia, portanto, a dimensão de uma querela local e adquiria contornos de uma ameaça situada em um contexto internacional. Apresenta-se portanto o precedente, por um lado, para a angariação de recursos econômicos e militares e, por outro, para uma ação que deveria se desenrolar ao abrigo de qualquer tipo de constrangimento.

A primeira fase das operações consistiu na elaboração de um cerco à região ocupada pelos mucubais, de acordo com o que autoridades civis e militares compreendiam como sendo o padrão de reação dos pastores, muito mais afeitos à fuga eficaz do que ao combate direto. Assim, segundo o plano operações elaborado pelo Major Esteves Pereira:

> “ A região a bater é extraordinariamente grande, visto que vai do DOMBE GRANDE ao norte até ao CUNENE a S. da SERRA DA CHELA a E. até ao mar a W. Em virtude de tão grande extensão de terreno e da extrema dispersão e mobilidade dos elementos mucubais e raças aliadas, e além disso pela perfeitíssima rede de informações de qe dispõe estas raças, que não estando revoltadas na acepção pura da palavra mas que constituem um problema latente de insubmissão e indisciplina, só se pode tentar um cerco à região mucubal pela atuação conjunta e simultânea de elementos partindo de N.,W., e S. e pela colmatagem das passagens a E. pela Serra da Chela e das portelas que dão acesso para o planalto da Huíla”[31]

O plano esboça uma operação de cerco, na qual a movimentação das colunas convergiria e, ao mesmo tempo, impediria a fuga dos mucubais através da ocupação de pontos estratégicos. Tal plano, como salienta o próprio autor, não podia se não ser altamente genérico, em virtude da dispersão dos mucubais em um território extenso. A natureza genérica das diretrizes centrais, portanto, conferia ao teatro das repressões um caráter bastante particular. De acordo com Esteves Pereira,

> “ (...) não quero deixar de me referir à iniciativa dada aos comandantes das colunas (comandantes das companhias e destacamentos), que eu, logo de princípio, achei imprescindível para poderem atuar num terreno tão vasto sem poderem comunicar com o posto de comando facilmente, nem por T.S.F, recebendo as informações de guias e auxiliares e espiões, no próprio local das operações e tendo portanto, que ter fatalmente uma certa autonomia de atuação para, não deixando de manter a ligação necessária entre as unidades

30. *Relatório de Governo da Província da Huíla. Ano de 1940. AHU 1667 1B MU ISAU MÇ 1938- 1942 2cx. p.343*

31. *Carta do Comandante Militar Major José Alfredo do Amaral Esteves Pereira ao Comandante Militar daZona Sul. AHM 2/2/69/19*

e frações, poderem orientar os seus eixos de marcha e os raios de ação das suas patrulhas de exploração, conforme as condições locais e de momento fizessem condicionar. "[32]

Neste contexto, a autonomia conferida aos destacamentos implicava em que as tropas recebiam instruções sobre sua posição e possível movimentação, estando relativamente livres para atuar da forma como seus comandantes julgasse necessária. O Major comandava as tropas através da emissão de Ordens Particulares dirigidas aos comandantes dos diversos destacamentos. Estas ordens continham diretrizes gerais, como podemos notar na Ordem Particular enviada a um destacamento responsável pela região leste:

> " O destacamento sob o seu comando tem por missão ir explorar o terreno nas direções E, NE e N até as abas da serra que se avista deste bivaque, procurando saber o número de "CHILONGOS" [uma das designações empregadas para se referir às habitações mucubais] que existem, o mantimento que neles existem, rastos de indígenas, assistência dos mesmos e seus gados e, no caso de encontro de rebeldes, aprisioná-los, se for necessário a força e se for atacado reduzi-los a impotência pelo fogo."[33]

Verifica-se que o encontro com africanos considerados rebeldes seria necessariamente marcado pela violência, uma vez que não se tratava de operações que visavam núcleos militarmente constituídos, mas sim os próprios espaços domésticos no qual os pastores residiam com suas famílias. É interessante notar, ainda, que o processo empregado pelas tropas para determinar quem eram os mucubais- ou ainda, se eram ou não mucubais os africanos que encontravam- era bastante impreciso. Em 7 de outubro de 1940, o Alferes Antônio Patrício Calado envia ao Major Esteves Pereira um relatório referente à batida realizada pelo destacamento sob se comando, na região Taca. Nele, afirma que

> " Esta diligência encontrou na encosta da serra, dentro das espinheiras, um sambo com gado e cerca de 9 pastores os quais ao pressentirem a aproximação das forças, se puseram em fuga, abandonando o gado que foi apreendido. Foram feitos alguns tiros para intimidar os fugitivos ou causar-lhe ferimentos, com o fim de serem capturados, para, por seu intermédio, conseguir obter informações. Nada se conseguiu a não ser a apreensão de 125 cabeças de gado [...] As populações da região da TACA considero-as rebeldes, pois caso contrário não teriam abandonado o gado ao pressentirem a aproximação das forças."[34]

O princípio de definição empregado para distinguir os rebeldes, neste caso, é explicitamente tautológico: aqueles que fugiam à aparição das tropas de repressão eram considerados rebeldes justamente por temerem a presença inusitada de homens armados

32. *Relatório da Campanha de Repressão Contra os Mucubais. AHM 2/2/70/16, p.13*
33. *Ordem Particular n. 13. AHM 2/2/70/16*
34. *Relatório de Reconhecimento* à *Região da Taca. AHM 2/2/70/16*

cujas intenções desconheciam, e cuja atuação, se lembrarmos do episódio da Zona Mucubal, não era das mais amistosas.

A ação dos destacamentos militares dependia, em grande medida, tanto para o reconhecimento dos supostos rebeldes a serem reprimidos, quanto dos pormenores do terreno, das informações concedidas por guias africanos. O relatório do Alferes João de Oliveira Marques, do destacamento do Virei, de 28 de Dezembro de 1940, fornece informações interessantes sobre a composição das colunas responsáveis pelas operações:

> " Para dar cumprimento ao determinado nas Ordens citadas organizei uma coluna com a seguinte constituição:
>
> Pessoal-
>
> Europeus e boers...6
>
> Guias, condutores e tratadores..................................34
>
> Auxiliares Cuanhamas..85
>
> Material-
>
> Carabinas 6,5m/m M/96...6
>
> Espingardas 8m/m K M/86...75
>
> -"- M.H...44
>
> Animal-
>
> Cavalos..14
>
> Burros..7"[35]

Este relatório é particularmente esclarecedor, uma vez que narra diversos episódios de contato violento entre a coluna e os supostos rebeldes, de modo que podemos, a partir dele, conjecturar as condições de possibilidade que envolviam estas interações no que tange às outras colunas. O primeiro encontro entre o grupo comando pelo Alferes e os mucubais é curioso, pois revela o fato de que um dos guias que o compunha era justamente um mucubal de nome Carpinteiro, o qual, entretanto, abrigava em sua habitação um mucubal de nome Banana. Segundo o Alferes, Banana foi preso " visto ter-me sido indicado como um dos responsáveis senão deste, pelo menos de anteriores motins."[36] Nota-se novamente a imprecisão e a precariedade das redes de informação mobilizadas pelos oficiais, uma vez que o próprio guia mucubal abrigava em sua residência alguém que foi indicado- não se sabe por quem- como um dos responsáveis por algum motim em algum momento indefinido.

No dia seguinte à prisão de Banana, se dá um evento de maior vulto:

> " Encontramos uma grande concentração de pretos mucubais e muacaonas e alguns sambos de gado. Fomos pressentidos, mas da perseguição que

35. *Relatório. AHM 2/2/70/16, p.1*
36. *Relatório. AHM 2/2/70/16, p.2*

> sofreram resultou serem duramente castigados, não havendo facilidade em face da natureza do terreno e da fadiga do pessoal, avaliar seguramente as baixas provocadas. Na Otchitiva, lugar de água próxima da Pambala, havia também um sambo mais pequeno cujos pretos estavam resolvidos a defenderem-se pela força; foram dominados e o gado apreendido."[37]

O episódio acima mencionado segue um encadeamento muito similar ao descrito pelo Alferes Antônio Patrício Calado. A fuga dos supostos rebeldes era considerada o próprio signo de sua culpa, e por fugirem eram exterminados. Mesmo no caso daqueles que resolveram resistir, não se sabe em que consistia essa resistência. A única informação pertinente, neste sentido, é a menção a tentativas desesperadas destes últimos no sentido de, durante a fuga, tentarem matar parte do gado com azagaias.[38] Para além das baixas apresentadas, podemos supor que parte destes africanos foi de fato morta tanto em virtude da linguagem empregada pelo Alferes- "duramente castigados", "dominados"- quanto pelo fato de o relatório não fazer nenhuma menção a prisioneiros feitos durante estes conflitos.

A ambiguidade da responsabilização imputada a alguns grupos pastoris se explicita em circunstâncias nas quais os próprios efeitos das repressões levavam determinados grupos a assumir uma posição, perante as autoridades, que não podia deixar de ser interpretada como uma sorte de confissão ou arrependimento. Assim, o Alferes Oliveira Marques narra um episódio significativo, informando que "chegaram a este acampamento informações que diziam ter-se apresentado no Bafué cerca de três centenas de pretos muacaonas, que justificavam a sua apresentação pelo duro castigo que tinham sofrido e pela fome que começavam a sentir."[39]A brutalidade da violência, a provável desarticulação de circuitos de troca e transumância, bem como a apreensão sistemática de gado inscreveu estas três centenas de indivíduos em uma situação de medo e fome, de modo que, talvez, tivessem sido premidos pela escolha desesperada entre a miséria orgânica e a submissão às autoridades. Isto não implica, evidentemente, que estes muacaonas fossem rebeldes, ou estivessem engajados em qualquer tipo de atividade percebida pelas autoridades como signo de insubmissão.

Já aludimos no capítulo II ao processo de *zombificação* do outro, proposto pelo antropólogo João de Pina Cabral, através do qual são imputadas a determinados grupos características intrínsecas e perturbadoras. Pode-se pensar que esta imputação, dirigida aos pastores visados pela repressão, não era o simples produto de uma estrutura de sentimentos gestada e compartilhada no seio de uma cultura colonial, mas guardava uma certa relação com a realidade observada pelos agentes portugueses que tomaram parte na ação. De acordo com Dirk Moses, a Paranoia características de muitos processos genocidas, se ancora sempre em conjecturas e imagens sobre o outro que, por mais exageradas e idealizadas que sejam, respondem a situações e fatos que as tornam minimamente

37. Idem, p. 2
38. Idem, p.3
39. *Relatório. AHM 2/2/70/16, p.3*

plausíveis.[40] No caso dos mucubais, como pudemos perceber no processo de criação da Zona Mucubal, a integração das autoridades e colonos nos meandros de uma economia da razia tendia a produzir reações, por parte dos pastores, que correspondiam a uma linguagem social baseada, entre outras coisas, na apropriação de gado alheio. Ou seja, a própria tentativa de coibir o que era percebido como roubo sistemático de gado, acabava por fomentar e dinamizar o fenômeno, produzindo efeitos profundamente contraditórios. Daí, provavelmente, a percepção da ocorrência cíclica da Questão Mucubal. No caso das operações de repressão que redundaram no genocídio dos mucubais, o que se verifica é um processo através do qual a própria repressão, em sua magnitude e severidade, acabava por produzir comportamentos, entre os pastores, que poderiam ser facilmente interpretados como assunção de culpa ou responsabilidade pela suposta rebelião em curso, alimentando assim a fantasia da rebelião e dinamizando as operações.

Esta circunstância, na qual a repressão tendia a produzir seu objeto, associada à disposição das autoridades em resolver definitivamente, e a qualquer custo, a Questão Mucubal, abria precedente para um ciclo que só seria definitivamente encerrado com a erradicação dos mucubais enquanto organização social. Observemos, por exemplo, a obtenção de informações sobre supostos rebeldes a partir de interrogatório feito a mulheres mucubais prisioneiras, situação que não deixa de incutir a insinuação de tortura:

> “ Neste dia foram surpreendidas nas Cacimbas do Ioela algumas mulheres mucubais que, feitas prisioneiras, confessaram existirem próximo sambo com 4 prestos e muito gado. De fato, conduzida uma coluna por elas fez-se a apreensão de cerca de duas centenas de cabeças de gado bovino e caprino; os quatro homens conseguiram fugir. Retomada a marcha para Tombiombia, encontram-se mais sambos com gado e [rasurado no original] prisioneiras. Interrogadas, as duas mulheres confessaram fazer parte do grupo da Pembande, tendo os maridos recusado a entregar-se. Confessaram também que o gado já apreendido não era ainda a totalidade do existente, na sua maioiria propriedade dos autores dos motins do Otchico. [ ] Por esse motivo gasto o dia seguinte na limpeza da região, o que originou a apreensão de mais duas manadas.”[41]

Não é difícil imaginar que estas mulheres dificilmente revelariam de bom grado o paradeiro de seus companheiros e de suas manadas. As mulheres são mencionadas, ao longo de toda a documentação referente ao genocídio, somente na condição de prisioneiras, nunca como tendo tomado parte em qualquer ação de roubo de gado. Ainda assim, foram objeto de repressão. As autoridades mobilizavam, aqui, um dispositivo perverso, através do qual todo um grupo era responsabilizado pela atuação de alguns de seus membros. Por outro lado, essas mesmas autoridades não pareciam demonstrar nenhum tipo de preocupação a respeito dos pormenores da atuação das tropas sob seu comando, contanto

40. MOSES, Dirk. *PARANOIA AND PARTISANSHIP: GENOCIDE STUDIES, HOLOCAUST HISTORIOGRAPHY, AND THE ‘APOCALYPTIC CONJUNCTURE’*. The Historical Journal, v. 54, n. 02

41. *Relatório. AHM 2/2/70/16, p.4*

que as diretrizes de limpeza, repressão e apreensão de gado fossem cumpridas. De acordo com o Major Esteves Pereira, em 6 de outubro,

> "uma nova diligência, só de auxiliares comandada por cipaios, trouxe para o acampamento 43 cabeças de gado de várias espécies. Não fizeram prisioneiros, mas devem ter morto ou ferido alguns, pelo sangue que traziam nas armas. Contudo não o confessaram porque parece que tem medo que sejam castigados. No mesmo dia outro grupo de auxiliares, que tinha saído com o primeiro, trouxe 11 mulheres, entre as quais uma mulher do soba Ombuta, chefe mucubal importante, e 7 crianças. Trouxeram mais 70 cabras e crias. Por estas prisões se vê claramente que os mucubais e seus aliados muacahonas, muximbas, etc, andam fugidos e já abandonam as mulheres e crianças e muito gado, sua principal riqueza."[42]

O saldo de mortos e feridos entre os mucubais não era, assim, uma questão de grande relevância. Nem era um problema, aparentemente, o fato de os subordinados não reportarem a seus superiores os detalhes das operações. O sucesso das mesmas era mensurado pela quantidade de gado apreendida e pelos prisioneiros feitos, ainda que estes fossem mulheres e crianças. Quando ao fato de que mulheres e crianças haviam sido abandonadas, é interessante notar que as autoridades não faziam distinção entre as diferentes configurações demográficas dos núcleos mucubais encontrados, ou seja, o fato de haverem em determinado lugar somente mulheres e crianças era interpretado como produto da fuga dos homens, e não como uma característica daquele tipo de ocupação em particular. Segundo Ruy Duarte de Carvalho, os pastores possuíam ao menos três modelos distintos e integrados de ocupação do espaço, sendo os mais permanentes justamente aqueles nos quais se encontravam mulheres e crianças, à diferença dos agrupamentos muito mais móveis e eminentemente masculinos, que realizavam os maiores deslocamentos com as manadas em busca de alimento e água. É possível que, no caso descrito, a ação das tropas tenha incidido justamente sobre aqueles espaços domésticos habitados e controlados pelas mulheres, ou seja, sobre as configurações sociais menos aptas a se deslocar e resistir.

A expectativa das autoridades era de que, através do aprofundamento da repressão, as populações consideradas rebeldes se entregassem voluntariamente e se submetessem aos desígnios da administração colonial. Neste sentido, as operações tinham como objetivo não somente prender ou exterminar os mucubais, como também infundir-lhes um sentimento de terror. Prova disso foi o emprego, até então inédito em campanhas militares no sul de Angola, de um avião equipado com bombas e metralhadora. De acordo com o Adjunto de Aeronáutica, em seu relatório de 20 de novembro de 1940:

> " Foram executados os reconhecimentos pedidos exceto sobre o Km 152 em virtude de pairar sobe a região uma grande trovoada. Foi encontrado um "Sambo" habitado, em redor do qual pastavam rebanhos de gado

42. *Relatório da Campanha de Repressão Contra os Mucubais. AHM 2/2/70/16, p. 28*

> bovino em Tchiluca, das faldas da Chela. Esta concentração foi metralhada e bombardeada. [...]É Sua Exa. [Governador da Província] de opinião que seria conveniente que o avião de carreira da D.T.A nos dias em que tenha de permanecer em Mossamedes realize voos sobre as regiões dos povos desobedientes a fim de manter o terror do avião, neles arraigado, e que muito tem contribuído para os trazer à obediência. "[43]

Entretanto, a despeito do clima de terror produzido pelo avião, não se logrou obter a subordinação esperada. É curioso que a responsabilização coletiva dos mucubais no âmbito da Paranoia colonial tinha como corolário a expectativa de uma rendição também coletiva, evidenciando-se a suposição, por parte das autoridades coloniais, de que os mucubais fossem de fato uma organização dotada de formas institucionais que viabilizassem uma tomada de decisão centralizada e acatável por todos os membros do grupo.

Esta expectativa contrariava os próprios dados conhecidos pelos agentes da repressão, ou seja, que se tratava de uma população de menos de cinco mil indivíduos dispersa por um território que correspondia a 2/3 da área de Portugal; que os mucubais se organizavam em núcleos populacionais de baixa densidade demográfica, distantes uns dos outros; ainda, os diversos destacamentos afirmavam ter recebido informações sobre, ou mesmo prendido, muitos indivíduos caracterizados como séculos ou sobas mucubais, títulos empregados pela administração para designar as lideranças africanas, de modo que não seria difícil deduzir que não se tratava de uma sociedade politicamente centralizada; e, por fim, que os deslocamentos e a comunicação entre estes núcleos estavam, provavelmente, severamente comprometidos em razão das sistemáticas e brutais ações das tropas.

De certa forma, tem-se a impressão de que os agentes responsáveis pela repressão supunham estar diante de um movimento de revolta coerente contra a autoridade portuguesa. Não foram capazes, nem mesmo após o relatório de Feliciano de Azevedo de expôr claramente os contornos de um sistema social baseado em circuitos de circulação de gado não regulados pelas normas oficiais, de perceber que as ações dos mucubais nada tinham a ver com uma revolta contra o estado colonial. Pelo contrário, a responsabilização dos mucubais por uma prática generalizada que integrava os mais diversos agentes, africanos e europeus, era um sintoma da incapacidade da administração colonial em perceber que o roubo de gado era um dos dispositivos relacionais constitutivos do próprio estado, uma vez que viabilizava o abastecimento do comércio garantia a existência material- ou o lucro- de diversos grupos populacionais. Os mucubais, neste sentido, eram somente o bode expiatório, cuja inflação desproporcional, através da Paranoia colonial, transfigurava um problema sistêmico em uma situação de desobediência coletiva facilmente identificável.

Tanto assim que a própria atuação das tropas deixava transparecer a lógica da razia e da sua modalidade predatória, quando mobilizada por figuras ou grupos que passam a auferir autoridade administrativa ou militar. Assim, diversas foram as queixas formais de

---

43. *Relatório Adjunto de Aeronáutica. AHM 2/2/69/19*

colonos europeus e associações civis em relação à arbitrariedade com que as colunas violavam propriedades e realizavam prisões e apreensões. Por ora, basta mencionar que a atuação das tropas passa a ser objeto de preocupação por parte dos próprios colonos. A documentação referente a estas denúncias será analisada a seguir.

A repressão aos mucubais, como já aventamos acima, organizou-se em duas fases: a primeira, que vai de 4 de setembro a janeiro de 1941, sob o comando do Major Esteves Pereira e do Governador da Huíla, consistiu na movimentação das tropas em uma operação de cerco, impedindo ao mesmo tempo a fuga dos pastores em pontos estratégicos no sul e no leste, fosse em direção à fronteira, fosse no sentido das serra da Chela que dava acesso ao planalto. A segunda fase caracterizou-se pelo aprofundamento da ocupação e vigilância de posições estratégicas, a partir das quais as colunas eram destacadas para perseguir os remanescentes, bem como pelo novo aporte de recursos econômicos e militares, tendo sido dirigida diretamente pelo Comandante Militar das Colônias, Coronel Abel Abreu de Sotto- Mayor. Os resultados da primeira fase não foram, no entanto, aqueles esperados pelas autoridades, uma vez que, segundo Esteves Pereira "pena era que as populações rebeldes se não apresentassem à obediência, em face de toda esta pressão, o que abreviaria consideravelmente o final das operações."[44]

Finda a etapa inicial, haviam sido feitos 771 prisioneiros, sendo 350 homens adultos, 224 mulheres adultas e 197 crianças.[45] É importante reiterar que o alto número de mulheres e crianças aprisionadas revela muito sobre a natureza das operações de repressão, as quais recaíam indiscriminadamente fosse sobre grupos masculinos armados, fosse sobre espaços domésticos devotados fundamentalmente à produção e reprodução da vida material e simbólica. Não se estava, portanto, à caça de grupos cuja implicação direta em operações de roubo de gado ou em fugas face a procedimentos administrativos facultasse sua caracterização como rebeldes: a repressão incidia sobre o conjunto dos mucubais enquanto grupo social, percebido pelos portugueses como ameaça à segurança e ao prestígio da colônia.

O número de pastores mortos não pode ser calculado em virtude da liberdade de atuação com que as colunas operavam, fato que, como demonstrado acima, se articulava à indiferença dos oficiais quanto às baixas entre os mucubais. Os relatórios são absolutamente lacônicos neste sentido. Por outro lado, pouquíssimas são as narrativas que apresentam embate direto entre as tropas e os mucubais, sendo a fuga o instrumento privilegiado de reação por parte destes. Assim, no que concerne aos soldados regulares e auxiliares, não há menção a nenhuma baixa durante a primeira fase. Segundo informações do Mapa dos Serviços de Saúde da Coluna de Repressão aos Mucubais, até 20 de dezembro de 1940, os feridos nas tropas oficiais eram apenas 3: um soldado português com uma flecha

44. *Relatório da Campanha de Repressão Contra os Mucubais. AHM 2/2/70/16, p.48*
45. *Relatório da Campanha de Repressão Contra os Mucubais. Apêndices. AHM 2/2/70/16*

no pulso, um auxiliar africano com uma catanada na cabeça, e um segundo com uma azagaiada no braço.[46]

Retomamos aqui o nosso argumento de que as operações de repressão, de maneira similar ao que se verificou em 1934/35, ao privar os mucubais de grande parte de suas manadas, acabaram por desencadear intensos esforços, da parte destes, no sentido de recuperar os recursos perdidos. Assim, em 12 de dezembro, o Governador da Huíla notifica o Governador Geral sobre os entraves ao sucesso da campanha, dando a ver a eclosão de um cenário marcado intensas e violentas razias:

> "Confirmando minhas apreensões e pontos de vista vinquei junto de Vexa sobre importância problema mucubal impossibilidade fixar prazo operações riscos e surpresas necessidade larga ocupação etc. transcrevo conhecimento Vexa telegramas 73 e 75 Circunscrição de Quilengues acabados de receber: ' 73- Comunico Vexa conhecimento Sexa Governador dia oito mucubais uso zagaias lanças e catanas não armas fogo assaltaram região Vandome posto chingoroi roubaram cerca 500 cabeças gado mataram 15 indígenas causaram graves ferimentos 18. Impulo comunica cerca cinquenta mucubais atravessaram área posto direção Calahanga devendo ser estes assaltaram Chongoroi.' [...]população postos sede e Chongoroi alarmada fugindo direção sede postos e extremos leste vindo durante a noite passada bastante acolher-se sede. Acaba de chegar meu conhecimento região oeste posto seguinte mucubais esta noite roubaram quatro curais causando morte uma mulher. Logo receba instruções sigo região promover já perseguição assaltantes. Tomei imediatas providências seguindo força região muito à retaguarda região já tinha sido batida caçadores norte."[47]

No capítulo anterior, analisamos o fato de que a de apropriação de gado era praticada tanto pelos mucubais quanto por outros povos pastoris da região da Província da Huíla, como os chamados muquilengues. O posto do Chongoroi, no qual se deram os incidentes narrados, situa-se exatamente na região habitada por estes últimos, e as razias levadas a cabo pelos mucubais, portanto, parecem constituir uma resposta socialmente sancionada a uma circunstância de profunda perturbação do equilíbrio precário que caracterizava a pastorícia.[48] Entretanto, enquanto em 1934/35, o Comandante da Zona Mucubal tinha plena consciência da dinâmica relacional da razia, ou seja, do fato que de que esta envolvia sociedades pastoris em interação, durante a repressão de 1940/41, as autoridades pareciam empenhadas em atuar somente no sentido de responsabilizar e coibir as ações dos mucubais. Durante o genocídio, inclusive, eram empregados auxiliares africanos muquilengues, de forma que não é difícil imaginar que, uma vez que as operações implicavam apreensão de gado, os mucubais as compreendessem segundo os imperativos da razia e contra-razia.

---

46. *Relatório da Campanha de Repressão Contra os Mucubais. Apêndices. AHM 2/2/70/16*

47. *Telegrama do* Governador *da* Província *da Huíla ao Governador Geral. AHM 2/2/70/10*

48. CARVALHO, Ruy Duarte de. *Os kuvale na história, nas guerras e nas crises. Artigos e comunicações(1994–2001).* Luanda: Editorial Nzila, 2002

Vale a pena, neste momento, atentar para a análise do Major Feliciano de Azevedo, em 1934, a respeito das relações entre mucubais e muquilengues. Segundo ele, “afinal há apenas a dirimir um pleito entre mucubais e muquilengues”[49], sendo portanto necessário atuar no sentido de que ficassem “os mucubais e muquilengues impossibilitados de se deslocarem com facilidade, e portanto inibidos, segundo julgo, de continuarem os atos de mútua represália que há muito vêm exercendo.”[50] Em 1940, ao recrutarem auxiliares muquilengues, os portugueses acabam por desencadear novas razias, ignorando o fato de as próprias operações passam a integrar e reorganizar a prática da razia em termos muito mais violentos: por um lado, as tropas compostas de pastores acostumados a apropriar-se de gado mucubal passam a possuir legitimidade e poder de fogo superiores e, por outro, os mucubais se vêem, provavelmente, em uma situação de espoliação absolutamente desesperadora. Enquanto as autoridades premiam por uma rendição incondicional, os pastores mobilizavam os recursos sociais de que dispunham no esforço de sustentar a viabilidade de seu sistema social e, por que não, de sua existência material e simbólica.

“Mil novi sub sole”: segunda fase, 1941

Em 17 de dezembro de 1940, em virtude das informações recebidas pelo Governador da Huíla a respeito das operações de repressão aos mucubais, o Governador Geral decide solicitar a intervenção do Comandante Militar da Colônia. Em despacho oficial, notifica:

> “ Concluo que seria vantajoso o exame direto do problema por Vexa, com o objetivo de fazer terminar o mais rápida e energicamente que seja possível a situação estabelecida entre aqueles indígenas [mucubais]. Vexa poderá julga necessária empregar mais forças, organizar diferentemente os comandos diretos, modificar os planos de ação, enfim, tomar todas as providências necessárias à obtenção daqueles objetivos; e isto determino.”[51]

Em virtude desta orientação, o Coronel Abel Abreu de Sotto-Mayor, agora encarregado das forças de repressão, elabora no mesmo dia, uma proposta, a qual é em seguida aprovada pelo Governador Geral. Desta, constava, dentre outras, as seguintes disposições:

> “Para cumprimento da missão que foi atribuída a este Comando no Despacho-confidencial de V.Excia., de hoje, tenho a honra de propor:
>
> a)- Que alem das forças atualmente empregadas na ação policial de repressão das Tribus mucubaes que alteraram a ordem pública em todo o Distrito de Mossâmedes, sejam deslocados elementos da 7°, 10°, 11° e 12°. C.I.C. e da 2°. C.I.E, que constituirão um Comando de destacamento (Destacamento Norte) e duas Companhias, devendo perfazer um efetivo aproximado de 500 homens (oficiais, sargentos e soldados); Este Destacamento, com outro Destacamento constituído com as atuais forças empregadas (Destacamento

49. *Carta ao Chefe do Estado Maior das Forças do Exercito da Colonia de Angola. AHM 2/2/65/14*
50. Idem.
51. *Despacho do Governador Geral da Colônia ao Comandante Militar da Colônia. AHM 2/2/70/10*

do Sul) formarão, no seu conjunto, as ‘Forças em Operações no Distrito de Mossâmedes’(F.O.D.M.);

[...]

d)- Que as autoridades administrativas das Províncias de Huíla e de Benguela recebam instruções especiais para satisfazer sem demora as requisições militares que lhes sejam apresentadas (viaturas, gêneros e pessoal), e para prestarem toda a cooperação necessária ao êxito das operações;”[52]

Constituem-se, portanto, sob a direção de Sotto-Mayor, as F.O.D.M., formadas por dois destacamentos: o destacamento norte, comandado pelo Major José da Cunha Amaral Pinto Fernandes, composto pelas novas tropas mobilizadas; o destacamento sul, sob o comando do Major José Alfredo do Amaral Esteves Pereira, responsável pelas tropas já então em atuação desde setembro de 1940. O Comandante do Destacamento Norte se torna o Comandante das F.O.D.M., com ingerência sobre as operações do Destacamento Sul. No dia 18 de dezembro, Sotto-Mayor expede uma “Ordem Especial” aos dois comandantes, esclarecendo que: “Por despacho de S.Excia o Governador Geral de Angola, de 17 do corrente, foi determinado a este Comando Militar que fizesse terminar o mais rápida e energicamente que seja possível a situação estabelecida entre os indígenas mucubais”[53]. Novamente, se nota o empenho do Governo Geral em aprofundar a repressão aos pastores, a despeito da precariedade dos resultados obtidos até então.

Em 1943, o então já Brigadeiro Sotto- Mayor produz um relatório no qual explicita os principais objetivos desta segunda fase das operações. Realizaremos, inicialmente, uma leitura crítica desta narrativa, de modo a fornecer ao leitor um panorama geral no qual se inscrevem as situações posteriormente analisadas. É necessário reter, a princípio, o fato de que este relatório foi produzido em virtude de denúncias realizadas contra a brutalidade da atuação das tropas. Assim, Sotto-Mayor busca enfatizar o rigor e a eficácia de seu papel enquanto superintendente da segunda fase da repressão.

Em um trecho bastante ilustrativo, apresenta suas considerações sobre os mucubais, sobre a natureza da repressão e sobre a importância do emprego dos chamados “auxiliares indígenas”. Em suas palavras:

“ As operações contra os mucubais insubmissos deviam ter uma característica muito especial; não eram propriamente operações de guerra. Era uma repressão a salteadores dispersos em núcleos de pequeno efetivo, dotados de grande mobilidade, procurando servir-se mais dessa mobilidade e do acidentado do terreno em que viviam, do que propriamente das armas: fugiriam a qualquer combate. Era uma ‘caça’, necessário seria portanto atuar por forma idêntica: muita mobilidade, muitos batedores. Para isso, as tropas indígenas eram pela sua natureza, as convenientes; especialmente aptas numa região onde o pior inimigo é a falta de água; mas exigia-se o emprego de

52. SOTTO-MAYOR, Abel de Abreu. *Operações de Polícia para Repressão das Tribos Mucubais Insubmissas.1943, p.4. BSGL Reservados Caixa 116, n.11-A*

53. Idem, p. 6

numerosas patrulhas, a maior parte das quais tinham de ser comandadas por praças indígenas, por ser muito reduzido o número de graduados europeus das unidades da Colônia."[54]

Sotto- Mayor reforça aqui o fato de que não se tratava de uma contra- insurgência, mas sim, novamente, de uma "caça". Já discutimos anteriormente as possíveis implicações advindas do uso deste designativo. Entretanto, cabe reforçar aqui o fato de que o objeto da caça, neste caso, os mucubais enquanto grupo, não era capaz de interferir no seu estatuto, ou seja, a despeito das atitudes ou ações que tomasse, seria perseguido. Isto fica evidente quando o Comandante Militar das Colônias afirma que os mucubais se furtavam ao combate e se organizavam em núcleos de pequeno efetivo. Esta descrição nos remete a uma imagem obscena, traçada pelo imperativo de uma perseguição sistemática e irrestrita a estes pastores que raramente correspondiam à representação de ameaça a ordem social que estava na gênese das operações militares. Pelo contrário, é provável, como afirmamos algumas páginas acima, que o próprio emprego generalizado de auxiliares africanos, um dos eixos centrais da repressão segundo Sotto-Mayor, tenha constituído um dos fatores mais contundentes de desestabilização social na região.

Não estamos, com isso, afirmando que os africanos eram particularmente mais violentos do que as tropas regulares. Entretanto, em primeiro lugar, eram oriundos de sociedades pastoris ou agro-pastoris interessadas em gado e implicadas em ciclos de razias com os mucubais. Em segundo, possuíam agora autoridade, legitimidade e recursos militares suficientes para subjugar seus adversários. Além disso, como afirma Sotto-Mayor, as características do terreno e a indisponibilidade de oficiais facultava a estes auxiliares uma grande margem de autonomia em sua atuação. Por fim, as ordens recebidas de seus superiores propugnavam uma solução imediata e irreversível da situação, custasse o que custasse.

De acordo com o Comandante Militar da Colônia, " as tropas tinham que exercer uma ação de limpeza; todo o preto no qual se reconhecesse um mucubal insubmisso, tinha de ser preso e conduzido para determinada zona de concentração de prisioneiros."[55]Aparentemente, as colunas de auxiliares tomaram ao pé da letra esta diretriz, tendo com isso provocado a indignação por parte de diversos colonos brancos da Província da Huíla. Antes de examinarmos diretamente estas queixas, atentemos para a seguinte inferência presente no relatório do Comandante da 11ª Companhia de Indígenas Caçadores, de 23 de janeiro de 1941, na qual podemos perceber a que ponto se estendia a Paranoia portuguesa, talvez agravada pelo insucesso da primeira fase das operações:

" A firma Santos & Ca. mantém ao seu serviço, entre dez a quinze mucubais,

54. SOTTO-MAYOR, Abel de Abreu. *Operações de Polícia para Repressão das Tribos Mucubais Insubmissas.1943, p. 14. BSGL Reservados Caixa 116, n.11-A*

55. SOTTO-MAYOR, Abel de Abreu. *Operações de Polícia para Repressão das Tribos Mucubais Insubmissas.1943, p. 15. Grifos no original. BSGL Reservados Caixa 116, n.11-A*

que não foram capturados por se encontrarem a uma distância superior a cinquenta quilômetros, tendo-se tomado as medidas necessárias para a sua caputra por intermédio do Posto da Lola, não sabendo contudo, se o foram já ou não. Em Lola sucede também que foram capturadas 9 mulheres mucubais, com os homens já presos, que também andavam a prestar serviço a Figueiredo e Sobrinho, do Dinde. Uma conclusão temos que tirar, que os mucubais mantém relações com indígenas que os auxiliam, mas tenho a impressão que também existem brancos que os auxiliam."[56]

Esta desconfiança em relação à existência de redes compostas fosse por brancos ou por africanos, responsáveis por fornecer algum tipo de suporte aos mucubais, é reveladora da força adquirida pela associação esses pastores e insubmissão. Ora, caso fosse verdade que as companhias mencionadas empregassem mucubais, estes sujeitos ocupariam uma posição perfeitamente aceitável no seio do sistema colonial, inseridas no sistema de trabalho para os colonos. Entretanto, seu pertencimento ao grupo visado pelas autoridades revertia completamente a análise: ou seja, facultava a elaboração de uma perspectiva que situava os colonos empregadores como infratores em potencial, ao invés de supor a existência de mucubais que de fato não fossem insubmissos. A situação atinge proporções muito mais graves quando esta desconfiança paranóica começa a orientar a atuação das tropas.

Em 28 de janeiro, o Intendente do Distrito de Mossâmedes, autoridade civil, envia um ofício ao Governador da Província da Huíla, cujo teor deixa transparecer o sentimento de revolta face à arbitrariedade e violência das operações militares:

"(...) venho prestar a V.Exa. mais informes sobre a comunicada prisão, em massa, de indígenas que se encontravam prestando mão d'obra em trabalhos públicos a cargo da Administração. É inacreditável, Exmo. Senhor Governador, o que está sucedendo a coberto das necessidade de se libertar a região dos conhecidos ladrões e bandoleiros da raça 'mucubal'. Não se coaduna com qualquer critério de cérebro equilibrado a diretriz imprimida às operações militares que descambam para um autentico atropelo dos mais comezinhos princípios de política econômica e indígena, e, até, de justiça e humanidade, relegando para plano de menos valia o prestígio de funções de autoridade (...)"[57]

De acordo com o Intendente, ainda que os pressupostos que animavam a intervenção das tropas fossem legítimos e benéficos, a execução tal qual se apresentava, corria o risco de produzir o efeito inverso do esperado. Em suas palavras, o Ofício visava contribuir para a necessidade de

" reunir responsabilidades que hão de surgir fatalmente, quando se preceder ao apuramento ou se conhecerem os resultados de uma ação que se empreendeu na benéfica intenção de trazer à região sossego e segurança, mas que, no mais natural corolário dos acontecimentos, vai produzir efeitos

56. *Relatório do Comandante da 11a Companhia de Indígenas Caçadores. AHM 2/2/71/9*
57. *Ofício Confidencial do Intendente do Distrito de Mossâmedes ao Governador da Província da Huíla. AHM2/2/71/9*

> contrários;”[58]

Muitos dos prisioneiros capturados pelas tropas eram enviados, de navio, para as colônias de São Tomé e Príncipe. A autoridade administrativa, neste Ofício, entretanto, nos confronta com um cenário absolutamente estarrecedor. Nos desculpamos, agora, pela extensão da citação que se segue, mas o detalhamento das imagens e a relevância das informações nela presentes tornam-na, de certa, inescapável. No seguinte trecho, o Intendente descreve horrorizado a cena do embarque de prisioneiros africanos no navio Cabo Verde, a partir do porto de Mossâmedes:

> “O embarque dos presos no ‘Cabo Verde’ foi um espetáculo confrangedor, produzindo, entre a multidão que o presenciou, o sentimento de unânime desaprovação manifestada por comentários que me dispenso reproduzir. Umas escassas dezenas de miseráveis pretos, homens, mulheres e crianças, que mais pareciam esqueletos cobertos de pergaminho negro-entre os quais dez mucubais, se tanto, quase nus, arrastando-se amarrados como animais, atravessaram a cidade , no meio duma numerosa guarda de baioneta calada, perante a população que, na certeza de que ali se encontrava uma grande maioria de indígenas submissos e cumpridores, arrancados às suas casas e núcleos populacionais já com muitos anos de sossegada existência, olhava com pasmo a execução duma medida de ordem que, não tendo podido alcançar os desordeiros, armava em vítimas os primeiros a que, fácil e comodamente, pode deitar a mão. Pretos bem conhecidos de numerosos europeus aqui residentes há anos, como homens inofensivos; outros que se encontravam, também desde há muitos anos, servindo proprietários dos arredores desta cidade; mulheres e crianças mal podendo andar ainda, de tudo foi composta a leva- ‘ mucubais’, porém, conhecidos como delinquentes... nenhum! Um proprietário, o srn. Bernardino Nunes, prontificava-se a prestar uma fiança de vinte contos por um indígena que com ele trabalhava havia 14 anos! e na ponte, segundo me informaram, lá estava o chefe do cabo submarino- que eu creio ser um agente informado do Consulado Britânico- ouvindo os comentários e tomando notas... Mas... consideração alguma pode modificar o critério que há de conduzir ao despovoamento da região da qual os poucos que puderam furtar-se à prisão, se ausentaram já, espavoridos e incertos da sua segurança, mesmo em face da apresentação dos seus títulos de indentificação- a caderneta perfeitamente em ordem- porque a soldadesca os rasga desprezadoramente.”[59]

Os africanos embarcados neste dia, segundo a autoridade, encontravam-se, em sua maioria, em perfeito acordo com as normas estabelecidas pelo próprio sistema jurídico colonial. Estavam com suas cadernetas de impostos em dia e trabalhavam fosse nos serviços públicos, fosse para particulares portugueses. Os próprios residentes brancos da cidade, aparentemente, se encontravam profundamente sensibilizados com o sofrimento injustificável imposto aos africanos embarcados. Evidentemente, não podemos fazer grandes concessões ao sentimento de compaixão dos brancos pelos pastores

58. Idem.

59. *Ofício Confidencial do Intendente do Distrito de Mossâmedes ao Governador da Província da Huíla. AHM2/2/71/9*

aprisionados, sendo muito legítimo supor que muitos daqueles estivessem preocupados com o fato de que os seus trabalhadores, fundamentais sobretudo no que diz respeito à indústria pecuária, estivessem sujeitos a prisões arbitrárias.

Por outro lado, muitos destes africanos eram, provavelmente, funcionários de longa data, como fica explícito pelo pleito de Bernardino Nunes em favor de seu antigo trabalhador. Uma vez que alguns dentre os prisioneiros foram identificados como mucubais- mas não como "delinquentes"-, é possível supor que vigorassem entre estes e alguns colonos relações mais complexas do que a simples tensão em torno das razias de gado. Portanto, o mencionado desespero que passa a acometer os pastores da região ocupada pelos mucubais, em virtude da violência irrestrita que sobre eles recaía, o qual tendia a produzir o despovoamento, não era certamente visto com bons olhos pelos colonos que dependiam da mão de obra africana, tão escassa na região sul de Angola. De acordo com o Intendente, o caráter da repressão teve efeitos econômicos nefastos:

> "A região, Exmo Snr. Governador, que já era francamente deficitária em população indígena, ficou agora, pode dizer-se, deserta de núcleos que se encontravam fixados nos vales do Giraul, Bero, São Nicolau, Carunjamba, Inhamangando, etc., e que constituíam as únicas possibilidades da mão de obra, não só para trabalhos públicos, como para o arroteamento de fazenda e outros trabalhos de interesse particular, é certo, mas enquadrada na economia geral do distrito. A prisão desses indígenas, feita sem cuidados de identificação veio perturbar, naturalmente, o arrolamento e cobrança de impostos, em cifra que não é para desprezar. A elevada riqueza pecuária sofre um rufe golpe, pois são milhares de as cabeças de gado apreendidas- das quais morreu já uma boa percentagem- que , conduzias para fora do seu habitat não resistiram à mudança de condições a que estavam aclimatadas. Estes os resultados de ordem econômica"[60]

É também bastante significativa a menção ao fato de que os soldados rasgavam as cadernetas de imposto dos africanos que a apresentavam, ainda que esta evidenciasse que seus portadores estavam em dia com o Estado. Aqui se percebe em que medida as repressões militares tendiam, como já foi argumentado a partir de outras referências, a produzir o próprio objeto de sua ação. Não havendo, por um lado, uma correspondência clara entre os sujeitos designados mucubais e ações de perturbação da ordem social, nem, por outro, evidências da eclosão de uma revolta organizada, as diretrizes superiores e a sua encenação pelas tropas acabam por ter de conformar a realidade encontrada aos pressupostos que davam sentido e justificavam a existência das operações.

Todas as descrições de encontros concretos com mucubais são unânimes em atestar a prontidão destes em fugir, se possível levando consigo seu gado. A fuga, entretanto, em todos os casos, é interpretada, como já dissemos, como uma estratégia mobilizada pelos rebeldes, e não como produto do medo face à presença de grandes contingentes

60. Idem.

de homens armados, muitos dos quais pertencentes a outras sociedades africanas que por séculos raziavam e eram raziadas pelos mucubais. As informações concedidas pelo Intendente nos permitem pensar, ainda, que mesmo os signos sancionados pelo poder colonial, como as cadernetas de imposto devidamente quitadas, eram incapazes de comprovar a inocência ou idoneidade daqueles que eram considerados rebeldes de antemão. O corolário desta circunstância era justamente o fomento a novas situações de fuga por parte daqueles que se vêem completamente desmunidos, inscritos numa situação de completa suspensão normativa. Não é difícil imaginar que estes mucubais fugissem em direção aos núcleos populacionais mais afastados do poder colonial, justamente aqueles visados pelas operações militares, ou seja, em direção ao seio da chamada Zona Mucubal. De acordo com a hipótese de Kopytoff, os vazios populacionais e jurídicos eram os espaços privilegiados de fuga para sujeitos que, por alguma razão, se viam socialmente fragilizados no seio das formações políticas de origem.

A relativa e situacional empatia manifesta pelo Intendente, e, se acreditarmos minimamente na plausibilidade da sua descrição, pelos colonos brancos que assistiram horrorizados o embarque de prisioneiros, descortina a completa falta de empatia das tropas em relação aos mucubais. Para o historiador Dirk Moses, os genocídios caracterizam-se justamente por essa "desconexão empática". Em suas palavras, "This empathetic disconnection means that enemies are represented as absolutely evil, thereby licensing their destruction in self-defense and with a clean conscience"[61]. Ora, algumas páginas acima, fomos confrontados com uma declaração do Governador Geral que exortava os militares a não fazerem contemporizações, independentemente das circunstâncias. Desta forma, elabora- se entre os responsáveis pelas operações militares a ideia de toda a ameaça a uma suposta ordem social- também ela existente somente no plano ideal, como pudemos observar quando da análise da "economia da razia"- provinha dos mucubais e de suas disposições culturais intrínsecas.

Entretanto, Moses atenta para o fato de que as interações com este inimigo absoluto são, até certo ponto, reais. No caso, de fato, os militares interagiam com mucubais durante as operações. A Paranoia política, no sentido aqui empregado, envolvia justamente o exagero ou a distorção dos eventos, e não a mera invenção. Porém, verifica-se uma tendência de que os sujeitos visados pela repressão, à revelia de sua vontade, se identificassem com a imagem que os perpetradores deles faziam, produzindo uma espécie de "profecia auto-realizada"[62]. A fuga, as contra-razias, e mesmo as relações sociais juridicamente legítimas tecidas com colonos brancos eram inscritas, pelos oficiais, no âmbito da existência de uma grande insubmissão que permeava todo o tecido social da região. Ser mucubal, ou melhor, ser designado e classificado como mucubal segundo critérios arbitrários, implicava

61. MOSES, Dirk. *PARANOIA AND PARTISANSHIP: GENOCIDE STUDIES, HOLOCAUST HISTORIOGRAPHY, AND THE 'APOCALYPTIC CONJUNCTURE'*. The Historical Journal, v. 54, n. 02, p. 576
62. Idem.

necessariamente em responsabilização e criminalização.

Assim, o Intendente de Mossâmedes, após narrar a prisão violenta de trabalhadores africanos que trabalhavam para a administração local em um aeródromo, à revelia dos protestos do funcionário responsável pelas obras, informa- nos da forma pela qual eram classificados e presos africanos na região:

> " Quase ao mesmo tempo, em que eram efetuadas estas prisões, outros destacamentos percorriam a cidade e os arredores, prendendo todos os indígenas encontrados com falta... de dois dentes, sinal, dizia-se, que caracteriza o 'mucubal', mas que não deixa de ser característica doutras raças e até, possivelmente, dos que possuem má ou defeituosa dentição. Mas,sem dentes ou com eles, lá foram arrebanhados mais umas dezenas de homens, mulheres e crianças, pela tropa que se conduziam em caminhonetes. Gritos, correrias, protestos, pretos que fugiam espavoridos, crianças cujos pais ou mães foram presos e que ficavam ao abandono, tudo isso pôs na cidade- que não é positivamente uma 'tabanca' de pretos- uma triste nota de indignação."[63]

Neste episódio, bastava a detecção de um sinal físico, a ausência de dois dentes, para que os africanos fossem enquadrados na categoria de mucubais e, portanto, sujeitos à prisão. De acordo com esta autoridade, os prejuízos de uma tal operação não seriam somente de ordem econômica, como também de ordem política:

> "Mas há a considerar os [prejuízos] de natureza política, não menos importante, entre os quais ressalta a falta de confiança que há de ferir o sentir do indígena nos nossos sentimentos de colonização que tem como lema a justiça e proteção humanitária de raças que se convencionou apodar inferiores. Em contrapartida destes inconvenientes, o que se oferece ao interesse nacional? A limpeza da região dos elementos que provocaram as operações? Não, porque esses e seus sequazes encontram-se ainda em liberdade, segundo creio, pois nada constou encontrar, e ainda se mostram, por esse interior a fora, em atitudes rebeldes. A detenção duma pequena minoria de indígenas 'mucubais'- nem todos insubmissos ou criminosos? Essa será, porventura, compensação suficiente para justificar a aceitação dos inconvenientes apontados? Para encerrar esta informação , devo, ainda, reproduzir aqui o que ouço constantemente a velhos conhecedores dos 'mucubais': a insegurança do trânsito de europeus por determinadas regiões, que há de seguir-se, como 'révanhce' logo que o território seja abandonado pelos destacamentos militares."[64]

Evidentemente, o Intendente não aventa nenhuma solução possível para o problema. Reconhece, por um lado, que ação de determinados indivíduos responsáveis pelo roubo de gado e de fato prejudicial. Entretanto, parece se opor à responsabilização dos mucubais enquanto grupo social. Este impasse revela, talvez, o fato de que, numa região marcada pela precariedade da autoridade colonial, da ocupação econômica e da imposição de normas

---

63. *Ofício Confidencial do Intendente do Distrito de Mossâmedes ao Governador da Província da Huíla. AHM2/2/71/9*
64. *Ofício Confidencial do Intendente do Distrito de Mossâmedes ao Governador da Província da Huíla. AHM2/2/71/9*

de sociabilidade reguladas pelo poder público, a que escolhemos designar “economia da razia”, o roubo de gado era um dado profundamente integrado na lógica das interações sociais. Mesmo uma solução radical, para a qual foram canalizados recursos econômicos e humanos substanciais, acabava por produzir efeitos completamente contraditórios.

Para Frederick Cooper, o poder colonial era” mais arterial do que capilar, concentrado espacial e socialmente, e não muito frutífero para além de tais domínios, necessitando de um motor para impulsioná-lo a cada momento, e de lugar em lugar”.[65] De acordo com o que analisamos até aqui, acreditamos ser possível sustentar a hipótese de que a região sul de Angola caracterizava-se pela inscrição cotidiana do exercício do poder e da regulação dos circuitos econômicos e sociais no seio da chamada “economia da razia”. Esta situação, por vezes, despertava grandes incômodos entre autoridades coloniais, sendo então organizadas estratégias de repressão que buscavam, através da operações militares intensificadas e violentas, normalizar o universo de interações da região. Entretanto, esta dinâmica “arterial” do exercício do poder acaba tão somente por facultar a reatualização das relações sociais baseadas na espoliação e na violência, uma vez que responsabilizavam alguns setores da sociedade por uma prática sistêmica e generalizada.

Os efeitos das campanhas de repressão abriam, evidentemente, precedente não só para novas operações de razia de gado, mas também para o engajamento de pastores africanos que percebiam sua participação nas operações como um recurso social importante, capaz de lhes auferir algum tipo de rentabilização. Em primeiro de fevereiro, o colono Joaquim Silvério da Silva, representante da empresa pecuarista Santos & Companhia, presta queixa junto à Direção Provincial da Huíla. Após apresentar suas declarações, Silvério da Silva pondera:

> “Depois deste inquérito, desejamos chamar a atenção de Sua Excelência o Governador Geral se será justo e moral que homens pertencentes ao grupo do nosso honroso quadro de Oficiais do Exército, tenham admitido com auxiliares homens de cor, ex-empregados de nossa criação que tivemos de despedir por os considerar piores do que os piores dos mucubais, os tenham tido como seus informadores dando-se estes casos curiosos. A primeira patrulha que apareceu na Muhonguera foi comandada por Angelo Coimbra, homem de cor, compondo-se de soldados indígenas, auxiliares da Iola, e o ex-século Hita, este com um passado de roubos, crimes e outras proezas, como sejam o de queimar vivos muitíssimos mucubais a quem lhe roubou o gado e que deu origem ao ódio de morte existente hoje entre a raça muquilengue, que é a do Hita e a mucubal. [...]Este senhor Coimbra, matreiro, deixou-se ficar no fito dezoito quilômetros da residência do encarregado da seção e mandou operar o Hita, que em pilhagem, lembrando-se dos tempos antigos, cometeu toda a série de arbitrariedades e chegando a aconselhar os soldados indígenas que o acompanhavam que deviam também ser presos os nossos empregados europeus. Este homem, aos nossos pastores, fez ciente que os prendia por

65. COOPER, Frederick. *Conflito e Conexão: Repensando a História Colonial na* África. Anos 90, v. 15, n. 27,2008, p.42

> serem nossos pastores e que tinha de ajustar contas conosco, por ter deixado de ser século da Muhonguera, destituído do lugar pelo Excelentíssimo Senhor Batista Ramos, por nossa influencia, o que não é verdade. A segunda patrulha que operou na Muhonguera composta de soldados e auxiliares indígenas limitou-se, como a primeira, a prender os pastores da nossa firma e as respectivas mulheres, matando um garoto de dez anos e não lhe interessando os rebeldes das próximas serras."[66]

Este depoimento é interessante pois apresenta e situa socialmente alguns dos indivíduos que compunham as tropas. Não se pode fiar completamente nas imagens impactantes fornecidas pelo colono, também ele uma parte interessada em defender as prerrogativas da empresa que representava. Porém, é interessante perceber em que medida o engajamento de africanos nas tropas de repressão poderia estar diretamente relacionado a antigas querelas envolvendo razias e tensões entre sociedades pastoris. Aqui é citado o caso de Hita, muquilengue, acusado de praticar atos de extrema violência contra mucubais e, inclusive, de ter dado origem ao conflito entre estes e o grupo do qual provinha. Assim, ao tomar parte nas operações, Hita talvez se visse livre de constrangimentos e amparado pela autoridade colonial, podendo então operar segundo os seus interesses pessoais contra sujeitos que supostamente o teriam prejudicado material e politicamente. Sua atuação não necessariamente coincidiu com os interesses dos oficiais responsáveis pelas operações, uma vez que recaiu sobre indivíduos devidamente empregados, sobre mulheres e crianças, e não sobre os supostos rebeldes que estariam na própria origem do genocídio. Fica claro, portanto, que os estereótipos associados aos mucubais- ladrões de gado, insubordinados, violentos- se encontravam materializados nos próprios auxiliares que lutavam pelo poder colonial.

Isto não implica, evidentemente, argumentar que os mucubais eram vítimas passivas diante de outras populações pastoris violentas e cruéis. Ao contrário, o olhar colonial que determinava e organizava as estratégias de controle social, ao ignorar a centralidade da "economia da razia" no sul de Angola, era incapaz de perceber em que medida os indivíduos e grupos inscritos nesta dinâmica sistêmica estavam empenhados em reconfigurar e ressignificar os próprios dispositivos de poder à disposição das autoridades. Assim, em grande medida, uma operação que se concebia enquanto veículo de combate à razia, acabava por viabilizar e instigar formas de interação social profundamente marcadas pelas práticas pastoris de roubo de gado, aprofundando suas características violentas. As razias, a despeito de nosso argumento a respeito da "razia redistributiva", eram necessariamente operações violentas. Ainda que perpetradas por indivíduos munidos de flechas, catanas e azagaias, acarretavam mortes, mutilações, etc. A razia, em sua modalidade redistributiva, deve ser entendida como um dispositivo que transfigura o prejuízo particular- de pastores específicos, que perdem gado, parentes, ou mesmo a própria vida- em benefícios coletivos,

---

66. *Auto de declarações prestadas por Joaquim Silvério da Silva junto* à *Direção Provincial de AdministraçãoCivil da Huíla. AHM 2/2/71/9*

seja para o grupo que momentaneamente aumentou suas manadas, seja para o grupo lesado, que poderá recorrer ao mesmo dispositivo em situações futuras de escassez.

Parece pueril, mas nos vemos no dever de afirmar que, mesmo no âmbito da história social, reconhecer a agência de indivíduos submetidos a sistemas de dominação não implica, e não pode implicar, a idealização ou vitimização dos mesmos. O sul de Angola era caracterizado por formas de relação social pastoris profundamente complexas, que envolviam necessariamente animosidade entre diferentes grupos sociais. Neste contexto, é compreensível que sujeitos como Hita, muquilengue, pessoalmente lesado pelos mucubais e pelos colonos, tenha encontrado na função de auxiliar uma posição que lhe permitia resolver pendências de sua própria trajetória. O advento da suspensão da norma jurídica em decorrência das operações tão somente permitiu-lhe instrumentalizar sua função sem grandes constrangimentos.

A responsabilização coletiva dos mucubais, ao dar vazão a esta suspensão normativa, fez com que a repressão recaísse mesmo sobre pastores pertencentes a outros grupos. Observemos o conteúdo da carta enviada pela empresa Torres & Irmão Ltda. ao Governador Geral:

> "Excelência, a fazenda 'SENHORA DA CONCEIÇÃO' é uma propriedade murada, e não constava à reclamante que tivessem sido suspensas as garantias o que se houvesse decretado o estado de sítio, mas, apesar disso, um dos gerentes da firma, encarregado da administração da fazenda, ainda perguntou a uma das praças se trazia algum mandado judicial ou administrativo, sendo-lhe por ele respondido 'que vinham apenas com ordem do seu comandante para prender mucubais, mucuissos, mucuandos e outros petos que não estivessem bem vestidos'. Há mais de trinta anos, Senhor Governador Geral, que a fazenda reclamante tem empregado ao seu serviço indígenas mucuissos, mondombes e outros, segura, como sempre esteve, de que não era proibido ter a trabalhar em fazendas agrícolas pessoal daquelas raças. Mas o cabo que acompanhou o sargento na primeira invasão fez sentir ao empregado europeu em serviço na propriedade o risco por que estava a passar a firma tendo ao seu serviço tal gente, pois que podia ser-lhe aplicada, por isso, uma pesadíssima multa. Pelo que ouviu, o administrador da fazenda dirigiu-se, imediatamente,à Intendência do Distrito, onde expôs de viva voz os fatos que se tinham passado, sendo logo esclarecido pelo senhor Intendente não haver proibição legal de serviçais daquelas raças ocupados em trabalhos agrícolas. "[67]

Além de evidenciar a prisão de pastores mondombes, mucuíssos e mucuandos a seu serviço, a carta desta empresa faz alusão, logo no início, à existência de um estado de exceção, ainda que não oficialmente declarado. Não só estes trabalhadores foram presos como, ainda, o foram em uma operação que violava a ingerência da empresa sobre o espaço explorado. Por fim, ficamos sabendo que, a crer nos dizeres acima, as prisões teriam afetado todos aqueles que "não estivessem bem vestidos". Esta declaração é

67. *Carta da sociedade comercial TORRES & IRMÂO, LIMITADA ao Governador Geral de Angola. AHM2/2/71/9*

muito elucidativa, pois revela novamente os critérios absolutamente superficiais segundo os quais se definia quem seria molestado pelas colunas. Podemos também imaginar, seguindo as inferências feitas acima pelo Intendente de Mossâmedes, o prejuízo real de tais situações em um contexto no qual a pecuária dependia diretamente do emprego de pastores africanos, os quais constituíam os principais alvos das tropas.

Em 3 de fevereiro, o pecuarista Fernandes dos Santos envia ao Governador Geral um telegrama dando conta dos prejuízos sofridos pela empresa de seu pai em virtude da ação de uma coluna. Este telegrama se encontra transcrito numa carta enviada pelo Governador ao Quartel General, antecedido da seguinte apreciação: "parece realmente que se deve começar a crer que há exagero. Deveria ser bom ir ali alguém."[68] É de se supor que os casos de colonos afetados fossem, portanto, substanciais. Em seu telegrama, dos Santos nos informa sobre seus prejuízos e sobre a atuação de outros pastores, não mucubais, também engajados no roubo de gado, tecendo uma relação direta entre as duas circunstâncias:

> " Soldados indígenas sem comando europeu prenderam pastores meu pai exercendo violências originando fuga todos abandono 4000 cabeças de gado contingência desaparecerem maior parte virgula já comidas feras já roubadas mucuisses muilas vadios criminosos escondidos serras próximas onde nunca foram incomodados PONTO Solicito Vexa providencias inquérito nomeação entidade oficial assista apanha gado conferência (...) constate faltas PONTO Pastores não mais apareceram por convencidos tratar-se perseguição devido diligencias militares dentro criação pessoal legalizado a alguns anos."[69]

Percebe-se através destes diversos relatos que, provavelmente, um grande número de grupos pastoris estavam implicados na prática da razia. Por outro lado, muitos indivíduos referidos pelos próprios portugueses a estes grupos também se encontravam a serviço dos colonos envolvidos com a pecuária. É difícil interpretar esta informação, na medida em que não podemos supor que a capacidade de distinção e classificação dos colonos fosse muito superior à dos militares. Porém, pode-se pensar que a razia constituía apenas uma das estratégias de sobrevivência possível à disposição dos pastores. Em 1933, em artigo intitulado *Balanço Oportuno*, publicado na *Pecuária*, o veterinário Frederico Bagorro Sequeira, ao enumerar os empecilhos ao desenvolvimento satisfatória da pecuária, afirma que " a maior parte do gado de Angola na posse dos pretos e na de europeus" se encontra "no mais absoluto regime pastoril."[70] Isto indica que a realização de trabalhos para os colonos fosse, talvez, uma alternativa de sobrevivência aberta aos pastores. Muitos são os relatos que indicam alguma associação entre pastores a serviço dos brancos e indivíduos acusados de tomar parte no roubo de gado- lembremos do caso do mucubal Banana,

---

68. *Telegrama enviado ao Governador Geral de Angola por Fernandes dos Santos. AHM 2/2/71/9*
69. Idem.
70. SEQUEIRA, Frederico Bagorro. *Balanço Oportuno.* In: *Pecuária: Anais dos Serviços Pecuários da Colôniade Angola, Luanda: Luanda. Imprensa Nacional,* 1933

encontrado na habitação de um dos guias das colunas de repressão.

Delineia-se, portanto, um tecido social profundamente impregnado fosse por formas pastoris de interação, fosse pela presença de pastores africanos que aparentemente atuavam tanto no âmbito da pecuária quanto da pastorícia. Desta forma, a caracterização dos mucubais, por um lado, como ladrões inveterados e, por outro, como os únicos responsáveis pelas razias, constituía uma inegável simplificação. Se, de fato, eram os roubos de gado o problema que se buscava solucionar, a construção discursiva dos mucubais como objeto privilegiado da ação em nada contribuiria para saná-lo. Esperamos ter demonstrado o quanto esta construção discursiva derivava de uma interação objetiva com as populações visadas- os pastores, de fato, raziavam gado sistematicamente, levavam uma existência baseada na transumância e desempenhavam um sistema econômico que entrava em contradição com imperativos coloniais de controle populacional e territorial- inscrita em um ambiente ideológico potencialmente paranóico, em virtude da manifesta precariedade da presença e da autoridade colonial na região sul de Angola em um momento de acirramento das tensões internacionais. Nasce então um bode expiatório que dinamiza uma ação completamente disfuncional, incapaz de controlar os próprios agentes e de prever seus efeitos no seio das relações sociais e econômicas estabelecidas a região.

A carta do administrador do Conselho da Chíbia ao Comandante do Destacamento Sul, de 29 de janeiro, explicita contradições produzidas pelas operações militares. Ao discorrer sobre o destino de indivíduos que, acossados pelo terror e pela violência da repressão, se apresentaram voluntariamente às autoridades, afirma que, em Mossâmedes e na Bibala,

> "as instruções transmitidas à autoridade administrativa não puderam ser cumpridas, porquanto, segundo consta neste Governo, os Núcleos de apresentados e concentrados foram na sua totalidade, sem qualquer seleção, capturados e embarcados, o que significa o despovoamento das regiões na parte das suas populações submissas e o total desaparecimento da única riqueza que as valoriza."[71]

Portanto, aparentemente, nem mesmo aqueles africanos que se entregaram e estavam isentos de qualquer responsabilidade no que diz respeito às ações imputadas aos mucubais, lograram se eximir dos castigos impostos, como a concentração e a deportação. Não precisamos falar novamente dos prováveis efeitos nefastos do despovoamento, aqui reiterados pelo administrador.

Os prejuízos materiais causados durante o genocídio se aprofundavam na medida em que desestabilizavam o sistema econômico pastoril, relegando muitos grupos à situação de fome e miséria. Em telegrama de 3 de fevereiro, o Administrador do Conselho de Porto Alexandre solicita ao Governador da Huíla que tome

71. *Carta do Administrador do Conselho da Chíbiaao Comandante do Destacamento Sul. AHM*

> "providência coluna contra mucubais destacada Pediva e Virei não continue apreender gado indígena região Cambeno e Iona visto ser este sua única riqueza e leite base alimentação falta terrenos próprios impossibilidade fazerem agricultura além inconveniência passarem com seus gados Sudoeste Africano ponto Este telegrama foi motivado além da carta de João Maria Pimentel Teixeira, de que junto copia, por diversos indígenas, entre eles Antonio Quingalangala, natural e residente no rio Coroca, terem vindo informar que a coluna destacada na Pediva estava a levar todo o gado dos indígenas daquelas regiões, pedindo-me por isso providencias, porquanto, o gado, além de ser a sua única riqueza, os povos da região do Cambeno e Iona é do leite que fazem a base da sua alimentação, visto que a aridez do terreno, cmo V.Exa muito bem sabe, não lhes permitir fazerem espécie alguma de agricultura, vivendo pois do leite azedo e da carne do gado miúdo, que vão abatendo periodicamente."[72]

A apreensão em massa de gado era um dos procedimentos corriqueiros da ação das tropas. Ora, de fato, no âmbito de sistemas pastoris, a destituição do acesso a estes animais implicava na perda de seu principal meio de produção e reprodução material e simbólica. O administrador, inclusive, prevê os possíveis revezes destas apreensões para as relações políticas com os pastores, dando conta dos seus esforços para evitar que os africanos cruzassem a fronteira sul:

> "A maioria destes indígenas só não passarão com os seus gados para a União Sul Africana, por, atualmente, o Rio Cunene levar muita água, mas, uma vez que se lhes tire o gado, de que são donos, morrerão a míngua de recursos, porquanto, naquela vasta região, não há comerciantes, nem quaisquer outras pessoas a que possam recorrer até que a situação se normalize. Nesta data, já despachei para ali um cipaio com a incumbência de avisar aqueles povos para virem à Administração munirem-se de guias, onde conste, além da sua identificação, o número de cabeças de gado que pastoreiam e de que são donos, solicitando de V. Exa providencias urgentes, para que a referida coluna, uma vez que os indígenas se apresentem munidos daqueles documentos, deixem ficar os gados na posse dos seus donos."[73]

Neste momento das operações, contudo, é possível afirmar que as autoridades civis, como este administrador ou o Intendente de Mossâmedes, já se encontrassem em grande medida desacreditadas, uma vez que seus relatos explicitam a impotência diante de situações claras de violação de suas prerrogativas. Um Auto de Ocorrência elaborado pelo Administrador da Circunscrição da Bibala, em 13 de fevereiro, nos permite perceber qual era a percepção de alguns dos integrantes das tropas em relação à sua própria posição no seio da situação colonial. Neste documento, faz-se referência às declarações prestadas por Egídio Simões, capataz de um estabelecimento agrícola do Estado:

> "(...) no dia onze do corrente, pelas dezoito horas, estando, ele declarante, em sua casa, apareceu-lhe o indígena Mundandavala a gritar que vinha a guerra. pouco depois chegaram cerca de dez soldados e vinte auxiliares

---

72. *Ofício do Administrador do Concelho de Porto Alexandreao Governador da Província da Huíla. AHM2/2/71/9*
73. Idem.

indígenas, todos armados os quais pretendiam, impondo a sua autoridade, invadir o recinto vedado, com o fim de prender todos os indígenas que ali estavam. O Declarante explicou aos soldados que todos aqueles indígenas estavam prestando serviço nesta Fazenda que pertence ao Estado, e nesta conformidade pediu-lhes que não prendessem ninguém sem vir resposta a um bilhete que mandara ao Senhor Alferes sobre o assunto. Os soldados continuaram insistindo em levar os indígenas presos, dizendo, um deles, que o Estado eram eles e portanto haviam de levar os presos."[74]

O estado eram eles. Esta proposição, proferida por um dos soldados, deixa clara a confusão entre as prerrogativas que se estabelece com o advento da repressão aos mucubais. No caso acima, tratava-se de uma fazenda administrada pelo Estado colonial. Entretanto, da perspectiva do soldado, as operações militares passaram situacionalmente a se confundir com o próprio Estado, sendo por isso invalidadas todas as prerrogativas oficiais que, em alguma medida, questionassem a atuação das tropas. As operações, pode-se supor, haviam se tornado um fenômeno relativamente autônomo, inscrito no âmbito das instituições coloniais.

Em 18 de fevereiro de 1941, o Comandante Militar das Colônias assume que a segunda das operações de repressão deveria ser encerrada, mantendo-se na região habitada pelos mucubais postos de ocupação militar. Em sua acepção, os mucubais já haviam sido "severamente castigados".[75] Quanto ao efeito das diversas denúncias aventadas pelos colonos e autoridades administrativas, nada podemos avançar, uma vez que os documentos produzidos pelos militares a elas não se referem, nem mesmo para refutá-las. Sabemos, entretanto, que segundo Abel Abreu Sotto- Mayor, a "tropa cumpriu bem o seu dever."[76] Tanto assim que o "C.M.C desejando que sem demora fosse dado ao Comandante das Forças público testemunho do apreço pela rapidez e acerto como as operações foram conduzidas, numa extensa área, em terreno difícil, em época imprópria e com reduzidos meios"[77], propôs ao Governador Geral da Colônia que se publicasse um louvor ao referido Comandante. Tal louvor exaltava a "inteligência, atividade e desembaraço" que levaram ao pleno êxito das operações, no prazo previsto.[78]

Começava, então, a fase de ocupação do território. Foram estabelecidos inicialmente 25 postos militares. Segundo Sotto- Mayor,

" os destacamentos de ocupação, tendo por missão manter a ordem nas áreas dos respectivos postos, e completar a ação de repressão dos mucubais insubmissos, faziam sair patrulhas para vigiar e conter os que, tendo escapado ao cerco, continuasse a cometer atos de rebeldia e rapina."[79]

---

74. *Auto de Ocorrência, enviado pela Administração da Circunscrição da Bibala. AHM 2/2/71/9*

75. *Carta do Comandante Militar da Colônia ao Governador Geral de Angola. AHM 2/2/161/23*

76. SOTTO-MAYOR, Abel de Abreu. *Operações de Polícia para Repressão das Tribos Mucubais Insubmissas.1943, p. 16. BSGL Reservados Caixa 116, n.11-A*

77. Idem

78. Idem

79. SOTTO-MAYOR, Abel de Abreu. *Operações de Polícia para Repressão das Tribos Mucubais Insubmissas. 1943,*

É interessante, neste sentido, contrastar a narrativa sumarizada da ação das tropas, contida no relatório de Sotto- Mayor, com os diversos relatos produzidos durante o período de ocupação. De acordo com o Comandante Militar das Colônias, aconteceram alguns incidentes durante as patrulhas, nos quais foram feridos muitos soldados africanos, tendo sido mortos um cabo português e dois auxiliares. No entanto, completa, "o número de mucubais mortos ou feridos foi muito superior".[80] Ao justificar o êxito das operações por ele dirigidas, afirma que foram feitos " muitos prisioneiros e consequentemente foram apreendidos os respectivos gados"; por outro lado, o " principal Chefe Mucubal Xinducuto, foi preso por uma patrulha chefiada pelo auxiliar europeu Dixon Ferreira [...] Dos outros dois Chefes, o Nene foi morto e o Mussurucuto, tendo sido ferido [...] conseguiu fugir."[81] Percebemos aqui que os critérios que definiam o sucesso da empreitada eram instituídos a partir puramente dos efeitos socialmente desestabilizadores a que foram expostos os mucubais, ou seja, prisões, apreensão de gado e morte. Por fim, Sotto-Mayor revela o sentimento por nós apontado quando discorremos sobre a relação entre a noção de "caça" aos mucubais e o prestígio do próprio empreendimento colonial, afirmando que:

> " Aos Serviços Militares da Colônia se deve esse progresso, e ainda mais, o termo de uma situação vexatória para os Portugueses, qual era, a de, em pleno século XX, termos mantido ainda insubmissos e fora da nossa ação civilizadora, povos indígenas de uma raça altiva e inteligente, habitantes de uma vasta e importante zona da Colônia de Angola, mesmo às portas do Oceano."[82]

As operações contra os mucubais restituíram, deste ponto de vista, ao Império Colonial Português, sua dinamicidade histórica, viabilizando o exercício de uma ação civilizadora sobre pessoas e território, reintegrando a região habitada pelos mucubais na senda do desenvolvimento progressivo que a mitologia colonial arrogava aos portugueses. O sucesso da caça, portanto, devolve à colônia o prestígio supostamente perdido ou ameaçado em virtude da insubmissão mucubal. Entretanto, como pudemos observar a partir das análises até aqui realizadas, a percepção de que os circuitos não normatizados de circulação de gado, como as razias, eram uma prerrogativa mucubal, mascarava o fato de que tais circuitos eram fundamentais para o funcionamento da administração e da economia da região. Sob esta perspectiva, somos levados a concordar em parte com os dizeres finais do relatório de Sotto- Mayor, *mill novi sub sole,* nada de novo sob o sol. A particularidade deste processo, entretanto, reside justamente no fato de que culminou na quase completa desarticulação social e institucional da sociedade mucubal.

Na próxima sessão, analisaremos em que medida as operações militares que redundaram no genocídio dos mucubais apenas reconfiguraram a correlação de forças

---

p. 16. BSGL Reservados Caixa 116, n.11-A

80. Idem.

81. Idem.

82. Idem, p. 23

envolvidas nos processos de razia. Ou ainda, aventaremos a hipótese de que, tal qual as diligências administrativas durante a criação da Zona Mucubal, estas operações podem ser elas mesmas entendidas como uma modalidade de "razia predatória".

KAKOMBOLA: " PORQUE É QUE A GUERRA NOS ANDA A PERSEGUIR POR TODA A PARTE E NÃO NOS DEIXA SOSSEGADOS?"

A frieza e o distanciamento com que as operações foram descritas pelos militares são rompidos em um raro esforço de transcrição das últimas palavras proferidas por um mucubal à beira da morte. Em 10 de março de 1941, o comandante do destacamento do Saihona, reporta os detalhes de uma batida:

> "Patrulha abre fogo contra grupo de mucubais. Um sobrevivente avança em direção a um auxiliar com uma catana em punho. " Em face desta atitude, o cabo comandante da patrulha que se encontrava perto, fez uso de sua espingarda, evitando assim que o auxiliar fosse atingido. Este mucubal, antes de morrer, fez as seguintes perguntas: porque é que a guerra nos anda a perseguir por toda a parte e não nos deixa sossegados? Nós devemos nada ao Governo. Já prenderam as nossas mulheres e os nossos gados, o que querem mais?"[83]

Não se segue a este relato nenhuma consideração da parte de quem o redige. Entretanto, não pode nos deixar de chamar atenção o fato de que os indivíduos visados pelas campanhas militares talvez desconhecessem o propósito da repressão que sobre eles se projetava. Esta consideração, aparentemente redundante, deve ser explorada, na medida em que revela o hiato entre as expectativas dos oficiais responsáveis pelas operações e a experiência dos agentes no terreno. Lembremos que, ao final da primeira fase, o Major Esteves Pereiria lamenta o fato de que os mucubais não se entregavam às autoridades. Ora, a partir do que pudemos vir a conhecer sobre os métodos empregados pelos soldados e auxiliares, não parece surpreendente que muitos mucubais relutassem em se aproximar fosse das tropas, fosse das autoridades administrativas. Uma vez que mesmo aqueles que apresentavam seus documentos em ordem eram maltratados, aprisionados e deportados, não é de se admirar que, para os mucubais, as intenções da repressão não fossem claras.

Não à toa, Ruy Duarte de Carvalho revela que os kuvale[84], na década de 1990, se referiam a este genocídio como *Kakombola*, termo que, segundo o antropólogo, significa "arrancar", "arrancar tudo", "não deixar nada".[85] De certa forma, essa percepção é

83. *Relatório do Comandante do Destacamento do Saihona da 10ª Companhia de Indígenas Caçadores. AHM 2/2/72/19*

84. Ver nota 55

85. CARVALHO, Ruy Duarte de Carvalho. *Vou lá visitar pastores: percurso angolano em território kuvale*. Lisboa: Cotovia, 1999,p. 81

expressa na fala do mucubal mencionado acima, que aponta para a completa destituição material e social resultante das operações. Encontramos, na perplexidade deste africano, uma possibilidade de descrição analítica muito mais pertinente do que aquela manifesta pelas narrativas militares. Isto porque o assombro, a incompreensão e a indignação eram sentimentos que, de uma forma ou de outra, permeavam a experiência de todos aqueles que, objetos ou espectadores da guerra, se viam completamente incapazes de compreender seu sentido e seus objetivos. Enquanto as narrativas militares apresentam um cenário que, apesar de alguns percalços, progride coerentemente em direção à pacificação da região e submissão dos mucubais, outros sujeitos se mostram completamente céticos, uma vez que sensibilizados por todas as contradições fomentadas durante o processo.

Para os mucubais, aparentemente, não havia saída possível, não podiam compreender o que deles se exigia. A pretensão de transcrição direta da fala dos mucubais só aparece mais uma única vez nos documentos por nós consultados e, surpreendentemente, o contexto descrito é sugestivamente semelhante. Em relatório de 12 de março, o Comandante do Destacamento da Tampa relata a perseguição que resulta na morte de um dos supostos líderes da insurgência mucubal:

> "Estabeleceu-se então tiroteio, sendo um daqueles rebeldes atingido pelo que caiu no chão. Seguiram então para ali os homens mais avançados da força, e não encontrando já ali o ferido, seguiram o rasto do sangue, tendo a distância de alguns metros encontrado o referido rebelde que procurava, com a faca de mato acabar com a sua própria existência, para não cair vivo nas mãos da força. Então um auxiliar perguntou-lhe quem ele era, ao que aquele lhe respondeu: para que foi que me deram os tiros? Declarou em seguida chamar-se NENE, tendo em seguida falecido em virtude de uma bala que lhe havia entrado pelas costas, partindo-lhe duas costelas e saindo-lhe por debaixo do mamilo direito. E assim acabou os seus dias um dos maiores bandidos desta região!"[86]

Nene, portanto, tal como o outro mucubal, se mostra perplexo diante da atuação das tropas. Suas palavras não parecem expressar revolta ou indignação, mas assombro, incompreensão. Esse sentimento era partilhado por muitos dos mucubais capturados pelos militares. Alguns dias antes da morte de Nene, em 22 de fevereiro, o Comandante do Destacamento de Mossâmedes dá sua opinião a respeito do terror infundido aos africanos pelas tropas:

> " julgo todavia interessante que, 'sobre o terror dos indigenas' eu diga a minha opinião. Notei realmente 'pavor' em algumas expressões dos presos e, procurando esclarecê-las, declaravam que nunca esperaram ser presos, pois estavam em Mossamedes há tempos e ninguém os procurou ou perseguiu. Alguns mesmos declararam ter chegado a vender gado na cidade. Mas perguntei, já alguma vez os Mucubais tinham ido vender gado a Mossamedes ? Declaravam que não mas que agora o fizeram para ver se pagavam os

86. *Relatório do Comandante do Destacamento Militar da Tampa. AHM 2/2/72/25*

impostos e ficar assim sob a proteção das autoridades administrativa. Como, apesar de tudo isto, foram presos, talvez este fato explique o 'terror' a que se refere o informador."[87]

Aparentemente, o redator destas palavras supõe que os mucubais acreditavam poder permanecer impunes, ou seja, que a despeito de suas ações, nunca imaginaram que seriam capturados. Entretanto, podemos sustentar a hipótese plausível de que estes sujeitos, de fato, não compreendiam a razão de estarem sendo molestados. Segundo Duarte de Carvalho, a *Kakombola* representava, para os kuvales da década de 1990, o desfecho brutal de uma série de razias e contra-razias que acabavam por envolver as populações pastoris da região e, muito provavelmente, autoridades administrativas, ao longo dos séculos XIX e XX.[88] Ou seja, podemos contrastar esta perspectiva com as narrativa militares, que buscam definir as campanhas como uma operação de caça, limpeza e pacificação.

Por um lado, a necessidade de reafirmar o prestígio e a soberania nacional impulsionavam as autoridades portuguesas a prosseguirem com as operações custasse o que custasse, sem contemporizações, uma vez que do desfecho da repressão dependia o sentimento de segurança que as circunstâncias internacionais e a miséria material da Província da Huíla insistiam em desafiar. Daí a noção de caça, a objetificação paranóica dos mucubais e a necessidade de neutralizar o que aparentava ser o último obstáculo à efetivação da missão civilizadora portuguesa. Por outro, os próprios mucubais não conseguiam dissociar a violência generalizada de que eram objeto dos processos de roubo de gado tão cotidianos na região. Nos encontramos, portanto, diante de uma tensão entre duas descrições aparentemente incompatíveis sobre um mesmo processo. Entretanto, acreditamos que a estrutura de sentimentos que determinavam a perspectiva e as ações dos portugueses já foram minimamente esclarecidas.

Cabe aqui, através do exame da percepção dos kuvale, tentar compreender de que modo a noção de *Kakombola* pode nos aproximar da experiência dos africanos envolvidos diretamente no genocídio de 1940/41. Aqui, nos referimos tanto aos sujeitos violentados quanto àqueles que colaboraram com as operações. Gostaríamos somente de ressaltar que, ao longo de todo o texto, buscamos imprimir um movimento que tencionasse as narrativas europeias, tentando inscrever no seio da análise a nossa interpretação sobre as horizontes sociais e culturais dos africanos. Esperamos, com isso, não ter incorrido no equívoco de simplesmente deixar uma nota final sobre a experiência africana, a título de reconhecimento. Acreditamos, sim, que o genocídio de 1940/41, assim como os processos anteriormente analisados, só podem ser compreendidos a partir da tensão entre as descrições, a partir

87. *Relatório do Comandante do Destacamento da 9ª Companhia de Indígenas Caçadores em Mossamedes.AHM 2/2/71/9*

88. CARVALHO, Ruy Duarte de Carvalho. *Vou lá visitar pastores: percurso angolano em território kuvale.* Lisboa: Cotovia, 1999

das contradições e convergências entre a multiplicidade das experiências. Assim, a noção de *Kakombola* parece nos indicar um signo, um conceito culturalmente elaborado a partir da experiência dos mucubais.[89]

Como afirmamos algumas páginas acima, não surpreende que alguns mucubais tenham recorrido à razia, durante o genocídio, em virtude da calamitosa expropriação de que foram objeto. Desta forma, mesmo após o fim da segunda fase das operações militares, abundavam os relatos de roubos de gado atribuídos àqueles pastores. Em 24 de fevereiro, o Governador da Província recebe uma carta assinada pelos Habitantes dos Arredores da Vila da Chíbia, na qual são apresentados diversos casos de razia:

> "Os habitantes dos arredores da Vila da Chibia, vem perante Vossa Excelência pedir o seu auxilio e proteção, para os fatos que se tem dado há já algum tempo a esta data, dos ataques 'Mucubais' nas áreas onde residimos, e que se provam pelos habitantes, digo pelos indígenas Mumuílas que para a Vila da Chibia tem vindo mortos. Esclarecendo passamos a relatar os fatos e os locais onde se tem dado: No local de Nompaue, mataram três indígenas e roubaram trinta e cinco cabeças de gado. No local do Maóle, como não tivessem encontrado gado por os indigenas com medo deles já o tivessem de ali retirado, roubaram tudo quanto encontraram nas cubatas dos pretos, como fossem os, cobertores, mantas e mantimentos. Deste local seguiram para a casa do indígena Munongo roubando-lhe o seu gado e às mulheres roubaram-lhes os panos, pandes tec. Seguiram depois para a libara do indígena Tchiroa onde roubaram todo o gado bovino, caprino e ovino e roubando a ele e às mulheres todos os seus haveres. No local da Tchapanfa na libara do indígena Tchipeta roubaram-lhe o gado todo. No local da Tchecachéca, na libata do indígena Muena Muquete roubaram o gado todo. No local do Nompaué ao indígena Cassana roubaram-lhe o gado todo e todos os mais haveres que tinha e a suas mulheres deixando-os nus e sem comida. Após cometerem estes roubos, bateram em retirada para irem por o gado e os restantes roubos a resguardo, tendo novamente voltado para exerce a sua ação no local da Tchima, tendo na libata do indígena Cantemo, roubado as cabras, panos das pretas e missangas uma vaca com uma cria e mais gado que ali se encontrava do indígena Condo. Seguiram de ali para Papalela, e na libata do indígena Muena Munquine, roubaram mantimentos, machados e tabaco o mesmo fazendo nas mais libatas em redor, seguindo então para o Nombe; tentando roubar o gado aos indígenas deste local os quais se reuniram e ofereceram resistência, tendo estes disparado ainda alguns tiros, fazendo-os fugir."[90]

Em 25 de março, em Comunicação de Serviço do Comandante das F.O.D.M. ao Comandante do Destacamento Sul, o primeiro autoriza a concessão de armas de fogo à firma Venâncio Guimarães & Cia. , uma vez que "um grupo de mucubais assaltou indígenas pacíficos na região do TCHIFITO (próximo da Cova do Leão) roubou gados, matou um indígena, alarmando assim os pastores dos gados naquela região onde mantém uma

---

89. THOMPSON, E. P. *A formação da classe operaria inglesa*. Rio de Janeiro ; São Paulo: Paz e Terra. v.1:1988

90. *Carta de Comissão dos Habitantes dos Arredores da Vila da Chibia ao Governador da Província da Huíla.AHM 2/2/71/9*

instalação para aproveitamento de leite."[91] Não eram somente os colonos, entretanto, que recorriam às autoridades para se queixar das razias dos mucubais. Outros africanos também se valiam deste recurso, não se sabe se para recuperar ou para se apropriar de gado mucubal. Este fato indica que o estado de suspensão normativa e a presença das tropas facultava a outras populações a mobilização dos recursos militares coloniais para a realização de suas contra razias. Assim, em 12 de maio, o Comandante do Destacamento de Vila Arriaga, relata os seguinte episódio:

> " Em 2 do corrente apresentou-se neste Destacamento o Século 'SAPATO' queixando-se de que um grupo de Mucubais lhe havia roubado algum gado. Como aquele tivesse declarado que estava pronto a servir de guia para a perseguição, modifiquei o itinerário da patrulha que estava para sair em direção a CAPAMGOMBE e ordenei que a mesma seguisse com o 'SAPATO' dando-lhe instruções para segui o rasto do gado roubado, procurando ao mesmo tempo capturar os ladrões. Encontrado o rastro do gado e dos seus condutores em CAHANDA, no dia 4, foi este seguido e assim, na tarde de 5 e no local denominado 'BIBAA' na Serra do GANDARENGO, avistaram o gado e um grupo de 6 ou 7 Mucubais. Estes, ao pressentirem a patrulha, puseram-se em fuga abandonando o gado; junto este por alguns auxiliares seguiu restante pessoal da patrulha, na madrugada de 6, por naquele dia já ser muito tarde, na perseguição dos fugitivos. Vistos novamente pela patrulha, mas não os podendo alcançar, fez esta uso das armas, abatendo 4, no que gastou 48 cartuchos 8mm k.; os restantes componentes do grupo conseguiram fugir, escapando às vistas da patrulha, pelo que não foi possível capturar nenhum, embora tenha sido batida uma boa parte da Serra, regressando em 11."[92]

A experiência do século Sapato ilustra a existência de um canal através do qual os interesses de pastores africanos da região poderiam ser atendidos. Podemos supor que muitos outros talvez tivessem mobilizado este recurso. É interessante, aqui, retomarmos a ideia de "working missunderstanding". Aparentemente, os auxiliares africanos, bem como aqueles que, como Sapato, eventualmente contribuíam com a ação dos militares portugueses, estavam pouco preocupados em estabelecer a ordem social e por cobro às razias. Pelo que pudemos até aqui analisar, é muito mais plausível argumentar que, dada a responsabilização coletiva dos mucubais e a possibilidade de angariar recursos humanos e materiais para realizar apreensões de gado, bem como resolver antigas desavenças, muitos africanos tenham tão simplesmente colaborado com os portugueses em virtude de suas aspirações pessoais ou coletivas, completamente imersas num universo de experiências e expectativas pastoril. Enquanto os militares portugueses acreditavam estar promovendo o fim das razias e a civilização de pastores primitivos através da erradicação de práticas vistas como inaceitáveis, os africanos por eles mobilizados atuavam justamente no sentido de reatualizar e reproduzir o mesmo ambiente conflitivo e sistêmico que estava, afinal, na

---

91. *Comunicação de Serviço do Comandante das F.O.D.M. ao Comandante do Destacamento Sul AHM 2/2/72/9*

92. R*elatório do Comandante do Destacamento de Vila Arriaga da 11ª Companhia de Indígenas Caçadores AHM 2/2/72/20.*

origem da economia da razia.

Ainda em 24 de setembro, passados sete meses do fim da segunda fase das operações, nos deparamos com uma nova queixa da firma Venâncio Guimarães & Cia.. Este documento reforça a ideia de que a ação dos militares, provavelmente, não foi capaz de eliminar a prática da razia, tendo inclusive fomentado a sua incidência em regiões antes pacíficas. Neste requerimento, o representante da firma solicita

> "(...) ao Governador da huila providências em relação roubos ocorridos recentemente em sua propriedade, Fazenda da Pupa. " A Pupa, cujos trabalhos foram iniciados em 1917, nunca foi vítima da má vontade dos indígenas da região, muito menos dos seus ataques. O nosso sócio Francisco Alves, que fez aquela propriedade e ali permaneceu muito tempo- tendo uma etape de 13 anos, seguidos- sempre lá viveu tranquilamente, estimado por pretos e brancos. Os povos da região- mucubais, mucuíssos e mundombes- sempre nos respeitaram, nunca tendo conosco qualquer desavença, vindo livremente prestar os seus serviços à pupa, dando-nos a melhor prova da sua confiança e amizade com a entrega das suas mulheres e filhos, que empregávamos em serviços leves, principalmente na colheita de algodão. Desde, porém, que se iniciaram as operações conta os mucubais há poucos anos, desapareceu a tranquilidade que usufruíamos na Pupa, passando a ser vítimas de assaltos que vem aumentando de intensidade, estando presentemente a tomar tão grave caráter que nos forçarão a abandonar aquela propriedade, se enérgicas e eficazes medidas não forem tomadas, digo, imediatamente tomadas no sentido de proteger a vida dos nossos empregados, as dos nossos trabalhadores indígenas e os haveres da propriedade, que representam uma avultada importância em capital e sacrifícios de toda a ordem."[93]

O requerente apresenta aqui um claro processo de transformação na natureza das relações sociais estabelecidas entre os proprietários e os pastores africanos da região, inclusive mucubais. De acordo com ele, este processo foi desencadeado pelas próprias operações militares destinadas a coibi-lo.

Outro dado impressionante a respeito destas campanhas diz respeito ao destino do gado apreendido aos mucubais. A distribuição dos animais constitui um ponto privilegiado para a análise dos diferentes signos e interesses envolvidos e viabilizados pelo genocídio dos mucubais. Segundo consta dos registros oficiais, "84% da riqueza pecuária apreendida" foi distribuída entre os africanos que tomaram parte nas campanhas ao lado dos portugueses.[94] Da perspectiva das autoridades militares, esta escolha quanto ao destino do gado representava uma estratégia importante no estabelecimento de relações políticas com as populações pastoris da região. De acordo com Comandante das F.O.D.M., assim procedendo, o Estado pratica "ato de isenção que profundamente deve calar no espírito de todas as tribos interessadas sem exclusão dos próprios insubmissos."[95]

---

93. *Requerimento da Firma Venâncio Guimarães, dirigido ao Senhor Governador da Província da Huíla AHM2/2/71/9*
94. *Carta do Comandante das F.O.D.M. ao Chefe do Estado Maior das Forças do Exército. AHM 2/2/71/9*
95. *Carta do Comandante das F.O.D.M ao Chefe do Estado Maior das Forças do Exército. AHM 2/2/71/1*

Entretanto, de acordo com os estudos de Edward Palmer Thompson e James Scott, podemos argumentar que o que era percebido pelas autoridades como uma dádiva, um beneplácito que representava a benevolência do Estado português ao mesmo tempo em que reafirmava sua autoridade, adquiria um significado distinto para as populações beneficiadas.[96] Ora, através das diversas situações em que a ação dos auxiliares foi apresentada, pudemos perceber que estes africanos não estavam interessados no cumprimento das ordens proferidas pelos oficiais portugueses, a não ser na medida em que estas se harmonizavam com seus próprios interesses. Além disso, somos informados de que um dos grupos beneficiados foi o dos muquilengues, os quais, segundo Ruy Duarte de Carvalho, mas também de acordo com diversos relatos apresentados, mantinham uma relação de permanente hostilidade em relação aos mucubais.[97] Devemos, ainda, levar em consideração o fato de que as diligências administrativas contra os mucubais não eram um fenômeno novo na região, ou seja, é provável que a experiência das outras populações pastoris as informasse sobre as possibilidades de aquisição de gado facultadas pelo advento de operações deste tipo.

Concluímos esta sessão, portanto, argumentando que, o genocídio dos mucubais não resultou no fim da economia da razia na região sul de Angola. Representou, pelo contrário, um momento de singular aprofundamento e dinamização de um sistema social permeado pela mobilização de circuitos não oficialmente normatizados de circulação de gado. De setembro 1940 ao final do ano de 1941, assistiu-se na região a uma generalização da violência, ancorada na suspensão normativa estabelecida pelos militares, testemunhada e relatada inclusive pelos próprios colonos e autoridades administrativas. A responsabilização dos mucubais, portanto, serviu como dispositivo capaz de fornecer às autoridades interessadas um sentimento de segurança, a atestar as prerrogativas de exercício do poder sobre pessoas e território. Entretanto, ao objetificar e simplificar um problema eminentemente sistêmico- a economia da razia-, projetando-o como resultado das ações de um diminuto e demograficamente inexpressivo grupo de pastores, as autoridades estavam longe de fornecer uma resposta razoável ao descalabro material e administrativo tantas vezes atestado e referido à Província da Huíla.

O genocídio dos mucubais implicou em um número expressivo de mortes, difícil de ser calculado devido à imprecisão dos registros neste sentido. Entretanto, podemos supor que este número se eleve às centenas, se considerarmos que, segundo os relatórios do período de ocupação, somente entre fevereiro e junho de 1941, foram mortos 185 mucubais.[98] De acordo com o relatório de Sotto-Mayor, foram feitos, durante as operações,

---

96. THOMPSON, Edward Palmer. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In: THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1998. SCOTT, James C. *Domination and the arts of resistence: hidden transcripts*. New York ; London: Yale University Press, c1990.

97. CARVALHO, Ruy Duarte de Carvalho. *Vou lá visitar pastores: percurso angolano em território kuvale*. Lisboa: Cotovia, 1999, p.79

98. *Relatório do Serviço de Ocupação da Zona Mucubal por Destacamentos Militares AHM 2/2/71/9*

3529 prisioneiros, dos quais 600 foram enviados a São Tomé e Príncipe, “algumas centanas” à Diamang, e outras centenas, também não especificadas, à Colônia Correcional de Damba. Outros foram cedidos a propriedades agrícolas localizadas em Mossâmedes e Vila Arriaga. Cerca de 70, cedidos à Câmara Municipal de Mossâmedes. Segundo pudemos calcular, a partir de telegramas enviados da Damba ao Quartel General, entre junho e novembro de 1941, 26 % dos mucubais enviados àquela colônia penal havia morrido.[99] Se considerarmos que, segundo as estimativas dos próprios militares, não passavam de 5.000 indivíduos, podemos ter a dimensão do impacto social devastador das campanhas militares, acarretando a quase inviabilização da existência dos mucubais enquanto sociedade. Não podemos nos referir, portanto, a tal processo, senão como genocídio.

---

99. SOTTO-MAYOR, Abel de Abreu. *Operações de Polícia para Repressão das Tribos Mucubais Insubmissas. 1943, p. 17. BSGL Reservados Caixa 116, n.11-A*

CONCLUSÃO

Não cremos que haja tarefa mais árdua, para um pesquisador, do que a de interpor as exatas palavras entre a última linha de seu trabalho e a palavra que vem, acima, em negrito. Neste caso, acredito que, sendo esta uma reflexão preocupada sobretudo com a experiência das populações africanas do sul de Angola inscritas em uma dada situação colonial, seria interessante atentar para a história de sujeitos específicos, passíveis de serem resgatadas das gavetas, maços e caixas dos arquivos. Não são, podemos assegurar ao leitor, histórias heróicas, muito menos aspiramos a uma qualquer idealização dos sujeitos que as protagonizam. Concernem, portanto, homens e mulheres sujeitos às possibilidades que lhes foram facultadas pelo seu tempo, seu espaço, seus contemporâneos, sua cultura, na história. Na história, portanto...

NENE

Nene, de quem já falamos, Mussurucuto e Chinducuto, foram considerados, pelos militares empenhados em extirpar a ameaça mucubal, como os principais líderes de uma suposta insurreição. As trajetórias desses sujeitos, traçáveis somente a partir de mais ou menos parcos relatos e alusões, acabam por nos informar sobre o universo social que insistia em determinar-lhes os horizontes. Ou, para sermos mais honestos, sugerir-lhes horizontes possíveis. Nossa intenção, nesta conclusão, é justamente observar em que medida a trajetória destes sujeitos podem nos informar e, ao mesmo tempo, intrigar, sobre os argumentos acima aventados. Para além disso, acreditamos que, ainda que tenhamos nos esforçado por apresentar de maneira coerente e historicamente fundamentada nosso ponto de vista sobre a história dos mucubais, a escassez de registros sobre sujeitos específicos nos impede completamente de desprezar as circunstâncias- raras, é certo- nas quais a oportunidade se apresenta.

O primeiro registro documental a respeito de Nene é justamente aquele que, acima citado, descreve os pormenores da perplexidade que antecede a sua morte. Nene teve, assim, sua voz, em alguma medida, preservada. Não há, neste sentido, situação mais paradoxal do que esta. O historiador encontra as bases mais contundentes para seu argumento nos dizeres proferidos por alguém à beira da morte, vítima de uma violência atroz. Após a morte de Nene, as forças portuguesas continuaram sua perseguição, tendo feito como prisioneira a africana Irieco, a qual, após ser interrogada pelo sargento Custódio Tavares, declarou ser a mulher de Nene. Irieco revela que havia trabalhado na fazenda de um europeu, na região do Muninho. Por fim, afirma ter perdido todo seu gado, bem como declara estar há pelo menos três dias sem acender fogo, para evitar ser capturada. É recorrente, na história do genocídio dos mucubais, o expediente ao interrogatório de mulheres feitas prisioneiras. No caso de Irieco, durante o interrogatório, esta acaba por

revelar os nomes de diversos companheiros seus e de seu companheiro morto.[1] Não podemos deixar de refletir em que medida estes processos, descritos como “interrgatórios”, envolviam situações de tortura.

As mulheres mucubais, habitando privilegiadamente formas de ocupação do espaço mais fixas, eram alvos constantes das operações militares.[2] Diversos são os casos de mulheres capturadas pelas tropas e submetidas a interrogatório. Ainda, como pudemos perceber a partir dos dados fornecidos pelo Major Esteves Pereira com relação à primeira fase das operações militares de 1940/41, grande parte dos prisioneiros eram mulheres e crianças. Os militares não pareciam, entretanto, se sensibilizar para o fato de que estes sujeitos não estavam diretamente implicados em nenhum tipo de operação de roubo de gado. As mulheres eram consideradas como recursos estratégicos disponíveis, na medida em que podiam ser interrogadas a respeito do paradeiro de supostos rebeldes. Infelizmente, as fontes de que dispomos relatam sobretudo a experiência de homens pastores.

Entretanto, sabemos através pela bibliografia, que as razias eram protagonizadas eminentemente por homens. Inclusive, a riqueza em gado auferida através de tais operações era de interesse masculino. Segundo grande parte dos estudos sobre sociedades pastoris africanas, a razia constituía um dos recursos privilegiados a disposição de pastores jovens que, não possuindo nenhum gado, desejassem contrair matrimônio.[3] O gado assim obtido circulava do jovem possuidor ao tio da mulher que desejasse desposar, de modo que, nesse caso, nada se sabe a respeito da opinião das mulheres a respeito do significado do gado. De acordo com James Fergusson, em seu estudo sobre Lesotho, as mulheres manifestavam pouco interesse no gado, uma vez que o acesso aos animais lhes era culturalmente vetado.[4] Não temos informações suficientes para o caso das mulheres mucubais, mas acreditamos ser possível argumentar que muitas delas, aprisionadas, possivelmente torturadas, enviadas a campos de trabalho forçado junto com suas crianças, e mesmo assassinadas pelas tropas, sofreram profundamente sem nunca ter tomado parte nas operações de roubo de gado. Dos 52 prisioneiros enviados a Mossâmedes pelo Comandante do Destacamento do Cuto, em 16 de janeiro de 1941, 13 eram mulheres acompanhadas de filhos menores.[5]

O caso de Nene nos fornece outro dado interessante. Irieco, sua esposa, trabalhava na fazenda de um colono. É importante notar que o tecido das relações sociais no sul de Angola associava indivíduos integrados no sistema de trabalho colonial àqueles que

1. *Relatório do Comandante do Destacamento Militar da Tampa AHM 2/2/72/25*

2. CARVALHO, Ruy Duarte de Carvalho. *Vou lá visitar pastores: percurso angolano em território kuvale*. Lisboa: Cotovia, 1999

3. Ver GALATY, John G., e BONTE, Pierre. *Herders, warriors, and traders: pastoralism in Africa*. Westview Press, 1991

4. FERGUSON, James. *The anti-politics machine: “development,” depoliticization, and bureaucratic power in Lesotho*. Minneapolis: Univ. of Minnesota, 1994

5. *Forças em Operação no Distrito de Mossâmedes, 9ª Companhia de Indígenas Caçadores AHM 2/2/71/9*

aparentemente resistiam à inserção neste mesmo sistema. Isto não implica sustentar a Paranoia oficial de que todos os mucubais estavam de alguma forma implicados em ações subversivas, mas assinala o fato de que estes pastores tinham um horizonte de expectativas e possibilidades de interação social que não se enquadrava nas expectativas dos responsáveis pela administração colonial. As razias, assim como o trabalho para os colonos, eram estratégias de sobrevivência econômica disponíveis para os pastores.

MUSSURUCUTO

Mussurucuto, por sua vez, era não só reputado pelas autoridades como uma das principais lideranças mucubais, como também era apresentado como "feitiçeiro". [6] Não sabemos muitos detalhes a respeito de sua posição social no seio da sociedade mucubal, entretanto, a história de sua prisão e fuga, em estado convalescente, do hospital civil de Sá da Bandeira, se afigura elucidativa. Sabemos que, no início do mês de abril de 1941, Mussurucuto havia sido preso pelo Destacamento Militar da Chíbia, em estado grave, tendo sido em seguida enviado ao hospital de Sá da Bandeira. Um dos aspectos interessantes deste caso é fato de o suposto líder rebelde ter sido ferido e preso pelo africano Lombe, pastor a serviço do agricultor Antônio José Alves de Jesus, tendo sido mantido preso na residência deste último até a chegada das autoridades. Os pastores a serviço dos colonos, portanto, também estavam, provavelmente, inscritos na dinâmica da razia e contra-razia, uma vez que Mussurucuto fora supostamente alvejado durante uma tentativa de roubo de gado.[7] Entretanto, pode-se pensar que a razia, ou a denúncia de razia, constituía também um léxico que permitia a sujeitos interessados legitimar ações de violência. No caso de Mussurucuto, a versão oficial deve ser interpretada de maneira mais detida.

O paradeiro do grupo de mucubais no qual se encontrava Mussurucuto foi desvelado através do interrogatório do africano de nome Caínde, fato que mais uma vez nos leva a suspeitar do emprego de formas de tortura na obtenção de informações dos prisioneirios. Após obterem a localização do grupo, as tropas realizam uma batida, na qual são mortos um homem e uma mulher, e aprisionadas outras três. É de se supor que tal grupo talvez não constituísse exatamente um núcleo de guerreiros ou raziadores, visto que impõe nenhuma resistência direta à coluna, recorrendo à fuga. É somente após a realização desta operação repressiva que o dito mucubal aparece enquanto prisioneiro de Alves de Jesus. É possível supor, portanto, que a própria batida realizada pelas tropas, ao desmantelar uma unidade doméstica e lançar seus membros em fuga, tenha propiciado a aproximação de Mussurucuto da fazenda na qual foi capturado. Ainda, o Comandante das F.O.D.M., afirma que o africano Lombe possuía uma arma de pistão, entretanto, "o ferimento [de Mussurucuto] era de tal

6. *Relatório do Serviço de Ocupação da Zona Mucubal por Destacamentos Militares durante o mês de Abril. AHM 2/2/71/9*

7. *Relatório do Serviço de Ocupação da Zona Mucubal por Destacamentos Militares durante o mês de abril. AHM 2/2/71/9*

gravidade que não parecia possível para espingarda de pistão carregada em pólvora preta ordinária."[8] Deduz-se que, talvez, Mussurucuto já estivesse gravemente ferido, em virtude da ação das tropas, no momento em que é capturado pelo colono. Neste caso, é difícil imaginar que, com um ferimento que " atravessa a parede toráxica, face anterior, tendo fraturado uma costela, pleura, pulmão, parede toráxica posterior e omoplata"[9], este sujeito fosse capaz de perpetrar uma ação de roubo de gado.

Em nota dos Serviços de Saúde e Higiene somos informados de que, na noite de 22 junho, Mussurucuto fugiu do hospital no qual se encontrava internado.[10] Esta evasão é reveladora da precariedade das operações militares no que diz respeito à instalações médicas e cuidados com a saúde dos prisioneiros. No caso de Mussurucuto, parecia existir uma evidente preocupação em promover a sua recuperação, sobretudo em virtude das informações que, presumivelmente, este poderia fornecer. Entretanto, de acordo com o próprio Comandante das F.O.D.M., a fuga foi facilitada pela falta de segurança do hospital de Sá da Bandeira. Ora, se uma das supostas lideranças mucubais, cuja recuperação interessava aos militares, teve de ser enviado para tratamento a um hospital incapaz de impedir sua fuga, é de se supor que a estrutura das operações não era capaz de fornecer aos prisioneiros atendimento de saúde satisfatório. Este fato é atestado pela declaração do comandante da Colônia Correcional da Damba, de 8 de juhno de 1941, na qual informa o Chefe do Estado da Maior das Forças do Exército de que "quanto aos presos, [...] duma maneira geral, o seu estado de saúde era precário em virtude de lesões pulmonares e disentéricas."[11]

TCHINDUCUTO, CHINDUCUTO, TYINDUKUTU

Tchinducuto foi talvez o indivíduo que mais atraiu a atenção dos militares durante o genocídio. Ainda durante o processo de criação da Zona Mucubal, é referido como "o célebre Chinducuto, cuja fama determinou a organização" de uma diligência administrativa.[12] Em nota de 6 de abril de 1934, expedida da Circunscrição Civil de Benguela, alerta-se que

> "Se providencias não forem tomadas brevemente teremos o mucubal Chinducuto com a sua troupe, com novas proezas, por causa não só dos mucubais que morreram como também para ver se consegue levar mais gado. Julgo que se deviam tomar providencias no sentido de se conseguir a captura do Chinducuto [...]; um indígena, que com a sua troupe , já matou treze mondombes e feriu 11, é justo que se lhe de a devida recompensa."[13]

---

8. Idem
9. Idem
10. *Nota da Repartição Provincial de Saúde da Huíla. AHM 2/2/71/9*
11. *Nota do Comandante da Colônia Correcional da Damba. AHM 2/2/71/9*
12. *Relatório de inquérito sobre a região mucubal, sua administração e as relações entre funantes e mucubais. AHM 2/2/66/1*
13. *Not, da Circunscrição Civil de Benguela AHM 2/2/65/14*

Durante as operações de 1940/41, as autoridades portuguesas, preocupadas em prender rapidamente este suposto líder mucubal, recrutam como auxiliar o caçador bôer Dixon Ferreira. Este passa a liderar uma coluna composta de 12 bôeres e centenas de auxiliares africanos. O documento que mais nos informa sobre a atuação deste caçador é, por sua própria natureza particular, digno de nota. Consiste em um questionário apresentado a Dixon Ferreira a respeito de sua atuação na campanha contra os mucubais. Não se sabe o que motivou a produção deste questionário, mas é possível supor que os pormenores de seu recrutamento fugissem aos padrões estabelecidos pelos oficiais. Uma das perguntas colocadas a Ferreira é justamente "que instruções (verbais ou escritas) tinha recebido e quem lhas deu?". Após afirmar ter recebido instruções verbais do Governador da Huíla e do Alferes Oliveira, é indagado a respeito da prisão de Tchinducuto.[14]

Registros da caça ao Tchinducuto revelam, dessa vez de maneira mais explícita, o expediente da tortura quando dos interrogatórios dos prisioneiros:

> "Há dias tinham sido trazidos ao acampamento e aprisionados, pelo auxiliar Dikson, 7 prisioneiros, entre eles uma das mulheres do chefe mucubal Tchinducuto e um sobrinho deste. Interrogatórios apertados, a que foram sujeitos e acareações, com o século Monjongua, que parecia tinha auxiliado a fuga de Tchinducuto a quando do incidente do Pocolo, e que estava preso no campo, não deram o menor resultado, pretendia-se saber do paradeiro do Tchinducuto mas não o denunciavam. É notável a firmeza com que esta gente se coloca na negativa ou emudece, não se importando com ameaças nem promessas de recompensas. Não denunciam os seus e muito menos os seus chefes."[15]

Ferreira se engaja numa minuciosa perseguição a Thcinducuto. Em dezembro de 1940, o boer Guilherme Hayes faz prisioneiro o filho de Tchinducuto, o qual, após interrogatório, revela a provável localização do pai. Além disso, o prisioneiro revela que o pai calçava uma sandália de couro de boi, e outra de couro de rinoceronte. De acordo com o texto do questionário:

> " Esta informação de num par de sandálias haver uma de couro de boi e outra de rinoceronte, aparecendo à primeira vista não ter importância de maior, não é para ser desprezada por quem, andando em procura de um determinado indivíduo e não dispondo de esclarecimentos ou informações em abundância, tem a maior parte das vezes, senão sempre, de seguir como elemento principal de pesquisa uns rastros deixados pelo indivíduo procurado. E a demonstrar que assim é está o fato de ser precisamente a circunstância de as sandálias serem diferentes , ter levado o declarante ao local onde CHINDUCUTO se encontrava."[16]

14. *Questionário apresentado ao europeu DIXON FERREIRA, sobre a sua ação desde o início das operações contra MUCUBAIS. AHM 2/2/161/23*

15. Idem.

16. Idem.

O método “indiciário”[17] empregado por Ferreira indica o papel fundamental de suas habilidades como caçador na captura do temido mucubal. Após seguir para a região indicada pelo filho de Tchinducuto, encontra diversas pegadas e, nelas, reconhece as pegadas do mucubal, uma vez que, enquanto a sandália de couro de rinoceronte “ deixa assinalado um tracejado e uma mais acentuada pegada pela rigidez do couro”, a de couro de boi “ deixa um sinal liso e menos profundo.” A habilidade de Ferreira pode, ainda, nos levar a pensar que talvez estivesse habituado a perseguir pastores africanos, residindo aí uma das razões de seu recrutamento. Chegando à habitação do pastor, o grupo liderado pelo caçador acaba por prendê-lo, junto com um número desconhecido de mulheres mucubais. Ao ser indagado sobre se sabia da existência de prêmio pecuniário pela captura de Tchinducuto, Ferreira respondeu que ouviu, “ não sabe a quem, dizer que havia um prêmio para quem prendesse o CHINDUCUTO.” Entretanto, afirmou que não almejava ser recompensado, bastando-lhe “ a consolação de o haver prendido”. A perseguição a Tchinducuto resultou na prisão deste, do mucubal denominado Upangombe, de outro pastor não designado, bem como de 15 mulheres e 13 crianças.[18]

Para os portugueses, a prisão de Thciducuto significava o triunfo sobre um dos principais líderes da insurreição mucubal. Entretanto, de acordo com Ruy Duarte de Carvalho, baseando-se nas informações concedidas pelos kuvale, em 1990, “Tyindukutu não foi um general liderando insubmissões nem rebeldias, que de fato não existiram, mas um *dyai*.”[19] Assim, “ a um *dyai* não lhe interessam essas guerras gerais. O serviço do *dyai* é ir agarrar os bois que o espírito dele, o *ohande* que recebeu de algum mais- velho da sua família antepassada, lhe está a mandar ir roubar.”[20]A função social deste célebre mucubal estava, a crermos no argumento do antropólogo, associada ao universo das prestações culturais relacionadas aos ancestrais. Era, assim, especialista no roubo de gado, mas não de qualquer animal, e sim daqueles que lhe eram designados em situações muito precisas. O caso de Tchinducuto ilustra em que medida a responsabilização coletiva dos mucubais pelos roubos de gado na região se configurava a partir de uma elaboração ideológica baseada em dados e informações absolutamente precários.

O principal líder da insurreição a ser reprimida, muito possivelmente, não estava nem um pouco preocupado em sublevar a sociedade da qual provinha, uma vez que comprometido com as demandas a si atribuídas pelos seus ancestrais. Esclarece ainda mais o medo e a perplexidade de muitos dos africanos aprisionados, dado que a sua experiência culturalmente elaborada, seus horizontes e sua visão de mundo não guardavam nenhum

17. GINZBURG, Carlo. *Sinais: raízes de um paradigma indiciário.* In: GINZBURG, Carlos. *Mitos, emblemas, sinais*: *morfologia e historia*. 2. ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2002

18. *Questionário apresentado ao europeu DIXON FERREIRA, sobre a sua ação desde o início das operações contra MUCUBAIS. AHM 2/2/161/23*

19. CARVALHO, Ruy Duarte de Carvalho. *Vou lá visitar pastores: percurso angolano em território kuvale*. Lisboa: Cotovia, 1999,p. 81

20. Idem, p. 85

ponto de intersecção com a perspectiva ideológica paranóica que animava a ação dos portugueses. Neste caso, a prosa da contrainsurgência[21] acabou por inventar a própria insurgência. Os mucubais eram agentes de uma insurreição que ocorria e era combatida à revelia de seu engajamento, uma insurreição sem insurretos, rebelião sem rebeldes, portanto.

PECUÁRIA, TERRITORIALIZAÇÃO, GENOCÍDIO

Qual a relação, por fim, entre os projetos de ocupação pecuária, a criação da Zona Mucubal e o genocídio de 1940/41? Admitimos, de início, que a coerência entre estes processos é produto unicamente da perspectiva analítica de quem agora escreve, ancorada, certamente, na documentação consultada e na bibliografia sobre os temas tratados. Acreditamos que a chave para a interpretação destes fenômenos reside justamente na noção de "economia da razia". O projeto de ocupação pecuária elaborado pelos veterinários se baseava na percepção de que havia, no sul de Angola, uma imensa riqueza pecuária sub-explorada, de modo que se fazia premente empregar estratégias e técnicas capazes de rentabilizar a indústria animal. Os indivíduos responsáveis por elaborar um tal projeto não deixam de se referir aos entraves impostos por um contexto de miséria material, marcado pelo estabelecimento de relações sociais e circuitos de circulação do gado que, ao mesmo tempo em que definiam o caráter da exploração animal, fomentavam situações contraditórias, marcadas pela informalidade e pela violência. Não podemos nos esquecer que a produção do relatório de inquérito de Feliciano de Azevedo, que dá origem à Zona Mucubal, foi acompanhada pelo veterinário Frederico Bagorro Sequeira.

A Zona Mucubal foi uma iniciativa que, tanto quanto o projeto de ocupação pecuária, buscou estabelecer um tipo particular de ordem social, bem como promover a viabilidade da exploração econômica no sul de Angola. O processo de territorialização e repressão, entretanto, apesar de revelar para o historiador a existência de um sistema social consolidado, baseado na razia, já esboçava a percepção de que alguns agentes específicos, como *funantes* e mucubais, eram os responsáveis pelo estado de coisas calamitoso explicitado no relatório de inquérito. Buscamos argumentar que as estratégias empregadas pelas autoridades portuguesas, longe de acabar com as razias, acabavam por impor-lhes contornos profundamente violentos e socialmente destrutivos, na medida em que, na prática, abriam espaço para que agentes diversos se engajassem em roubos e extorsões.

O genocídio de 1940/41, por sua vez, associa os imperativos paranóicos de segurança e controle sobre território e população- já presentes, talvez em menor escala, em 1934/35- a um conjunto de operações militares que produz uma suspensão normativa. Por outro lado,

21. GUHA, Ranajit. *The prose of counter-insurgency*. Culture/power/history: A reader in contemporary social theory, 1994

procuramos demonstrar como estas próprias operações engajavam sujeitos profundamente interessados em auferir ganhos individuais ou coletivos que em nada se articulavam ao propósito de restabelecimento da ordem social e do prestígio nacional, propugnado pelos oficiais. Cria-se um bode expiatório ao qual se atribuí toda a responsabilidade por um estado de coisas que durava décadas e estava entranhado no tecido das relações sociais urdidos na região. A perplexidade dos diversos depoimentos analisados nos permite inferir que as operações militares foram responsáveis pelo aprofundamento e difusão da violência, da desordem social e da arbitrariedade. Podemos argumentar, talvez, que tais operações longe de combaterem a economia da razia, acabavam por integrá-la e dinamizá-la.

Procuramos, ao longo de todo o texto, perceber nos interstícios, estranhamentos e contradições da documentação portuguesa o papel dos próprios africanos na configuração deste complexo contexto social. Evidentemente, a tarefa que nos impusemos é profundamente inglória e, seus resultados, fragmentários e lacunares. Nos esforçamos por tentar dar sentido à experiência dos diversos africanos envolvidos nos processos descritos, buscando situar, na medida do possível, seus horizontes de expectativa, suas possibilidades de ação e sua interpretação sobre a situação. Da nossa perspectiva, a centralidade da razia e, por sua vez, do gado, enquanto motor das relações sociais, políticas e econômicas no sul de Angola constitui um dado inescapável para o pesquisador que se dedique à história da região. Ali, o estado e a economia da razia se confundiam, eram indissociáveis. Porém, acreditamos ter demonstrado que esta prática integrava, o próprio universo de interações entre as sociedades pastoris, sendo uma das estratégias de circulação de gado que viabilizava a existência material e simbólica de milhares de indivíduos num território sujeito a profunda instabilidade climática. A economia da razia, portanto, era o próprio campo no seio do qual hierarquias e relações de poder eram definidas, jurisdições precariamente instituídas, urdindo desta maneira uma situação na qual o gado era o signo das negociações a todos os níveis.

REFERÊNCIAS

ARQUIVOS CONSULTADOS

- Arquivo Histórico Militar (AHM), Lisboa

-Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Lisboa

- Biblioteca da Sociedade de Geografia (BSGL) de Lisboa

-Biblioteca Nacional (BN), Lisboa

DOCUMENTOS

AHM- PT/AHM Divisão 2 Colônias/Ultramar 2 Angola: Caixa 63, Maço 6; Caixa 65, Maços 12,13,14; Caixa 66, Maço 1,2,3,4,5,15; Caixa 69, Maço 19; Caixa 70, Maços 5,10,16,18,19,20;Caixa,71,Maços,1,9,12;Caixa,72,Maços,10,15,19,20,21,22,24,25,,26,27,29; Caixa 73, Maços 3,6,13,15; Caixa 74, Maço 3; Caixa 161, Maço 23.

AHU- 1B MU ISAU, Caixas: 1661, 1667, 1705,1725, 1730,1731, 2243; 1B MU AGC, Caixa, 2336; 1A MU GM, Caixa 2872; 2G MU DGAPC MÇ, Caixa 1376; 2G MU GM, Caixa 527; 1C MU DGCOcd, Caixa 535; 1F MU ISAC, Caixa 546; 1H MU DGAPC, Caixa 590; 1D MU ' LV, Caixa 592, 593, 595; 1I SEMU_MU DGOPC, Caixa 743.

BSGL- SOTTO-MAIOR, Abel. *Operações militares de polícia para repressão das tribos mucubais insubmissas na colônia de Angola em 1940-41*, 1943. 24 p. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa

BN- *Pecuária: Anais dos Serviços Pecuários da Colônia de Angola, Luanda: Luanda. Imprensa Nacional, 1930- 1964*

FONTES IMPRESSAS

ESTERMANN, Carlos. *Etnografia de Angola. Sudoeste e Centro*. 2 Vol. Lisboa: IICT, 1983.

___. *Etnografia do Sul e Sudoeste de Angola*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar. Vol. 1 – *Os povos não-bantu e o grupo étnico dos ambós*, 1960a; Vol. 2 – *Grupo* étnico *Nhaneca-Humbe*, 1960b; Vol. 3 – *Grupo étnico Herero*, 1961.

Boletim da Agência Gera das Colônias. Lisboa: AGC/AGU [1924-1935; 1936-1951- Boletim Geral das Colônias; 1952- 1969- Boletim Geral do Ultramar]

FRAZÃO, Serra. *Associações secretas entre os indígenas de Angola*, Lisboa, Editora Marítimo Colonial, 1946

GALVÃO, Henrique. *Huíla (relatório de Govêrno)*. VN de Famalicão, 1929

ALMEIDA, José Bento Ferreira de. *Mossâmedes* Lisboa, 1880

BIBLIOGRAFIA

ALEXANDRE, Valentim. (ed.). *O Império Africano (séculos XIX e XX),* Lisboa, 2000.

______. *Velho Brasil, Novas Africas: Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto, 2000.

______. ‘*A* África *no imaginário político português (séculos XIX e XX)’*. Penélope, 15 (1995), 39-52.

______. *‘Acto Colonial’*. In António Barreto and M. Filomena Mónica (eds).

Dicionário da História de Portugal, Porto, 1999, VII, 43-5.

______. *‘Administração colonial’*. In António Barreto and M. Filomena Mónica (eds). *Dicionário da História de Portugal*, Porto, 1999, VII, 45-9.

______.. *‘Ideologia, economia e política: a questão colonial na implantação do Estado Novo’*. Análise Social, 123-124 (1993), 1117-36.

______.. *‘Nação e império’*. In F. Bethencourt and K. Chaudhuri (eds). *História da Expansão Portuguesa.* Lisboa, 1998, IV, 90-142.

______. *‘O império e a ideia de raça (séculos XIX e XX)’*, Jorge Vala (ed.),

Novos Racismos: Perspectivas Comparativas. Oeiras, 1999, 133-44.

______. *Os Sentidos do Império. Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português*. Porto, 1993.

______. *‘Portugal em* África: *uma perspectiva global (1825-1974)’*. Penélope, 11 (1993), 53-66.

______.. *‘Ruptura e estruturação de um novo império’.* In F. Bethencourt and K. Chaudhuri (eds). *História da Expansão Portuguesa.* Lisboa, 1998

______.. *‘Situações Coloniais: II - O Ponto de Viragem: As Campanhas de Ocupação (1890-1930)’*. In F. Bethencourt and K. Chaudhuri (eds). *História da Expansão Portuguesa.* Lisboa, 1998

ANDERSON, David M. et al. *The poor are not us: poverty and pastoralism in Eastern Africa*. James Currey Ltd, 2000

______. *Stock theft and moral economy in colonial Kenya.*Africa, v. 56, n. 04, p. 399-416, 1986

APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai: a Africa na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 1997

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro***.** 6. ed. São Paulo, SP: Perspectiva, 2009

______. *Origens do totalitarismo***.** São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2000. APPADURAI, Arjun (ed.). *The social life of things: commodities in cultural perspective.*

Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

BALANDIER, Georges. *A SITUAÇÃO COLONIAL: ABORDAGEM TEÓRICA*. Cadernos CERU, v. 25, n. 1, 2014.

BEINART, William and MCGREGOR, Joann. *Social History and African Environments.*

Oxford: James Currey, 2003

BENDER, Gerald. *Angola sob Domínio Português*. Lisboa: Sá da Costa, 1980

BOHANAN, Paul. *"The Differing Realms of the Law."* American Anthropologist 67, no. 6: 3342., 1965

BOLLIG, Michael & GEWALD, Jan-Bart. *People, cattle and land. Transformations of a Pastoral Society in Southwestern Africa*. Köln: Köppe, 2000

______. SCHNEGG, Michael & WOTZKA, Hans-Peter. *Pastorialism in Africa: past, present and future.* New York: Berghahn, 2013

______. & BUBENZER, Olaf. *African Landscapes: Interdisciplinary Approaches.*

Vol. 4, Springer, 2009

BRITO, Raquel Soeiro de. *Nótula acerca dos povos pastores e agro-pastores do districto de Moçâmedes*. In: *Finisterra*. vol. 5. no. 9. Lisboa: 1970.

CABRAL, João de Pina. *Galvão na terra dos canibais: a constituição emocional do poder colonial*. In: BASTOS, Cristiana. VALE DE ALMEIDA, Miguel. FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). *Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002

CARVALHO, Ruy Duarte de. *Aviso* à *navegação: olhar sucinto e preliminar sobre os pastores kuvale da* Província *do Namibe*. Luanda: INALD, 1997

______.*Vou lá visitar pastores: percurso angolano em território kuvale*. Lisboa: Cotovia, 1999

______.*Os kuvale na história, nas guerras e nas crises. Artigos e comunicações (1994– 2001)*. Luanda: Editorial Nzila, 2002

CARVALHO, Eduardo Cruz de. *"'Traditional' and 'Modern' Patterns of Cattle Raising in Southwestern Angola: A Critical Evaluation of Change from Pastoralism to Ranching."* In: *The Journal of Developing Areas*. vol. 8. no. 2, Jan., 1974

CASTELO, Claudia**.** *Passagens para África: o povoamento de Angola e Moçambique com naturais da metrópole (1920-1974)*. Porto: Afrontamento, 2007

CLARENCE-SMITH, Gervase. *O III imperio portugues: (1825-1975)*. Lisboa: Teorema, 1990.

______. *The Impact of the Spanish Civil War and the Second World War on Portuguese and Spanish Africa*. The Journal of African History, v. 26, n. 04, p. 309-326, 1985.

______. *Slaves, peasants and capitalists in southern Angola, 1840- 1926.*

Cambridge: Cambridge University Press, 1979

______. CLARENCE-SMITH, William Gervase. *Mossamedes and its hinterland, 1875 - 1915*. Londres, 1975

DIAS, Jill. *Famine and disease in the history of Angola c. 1830–1930*. The Journal of African History, 22, 1981

______. *Relações portuguesas com as sociedades africanas em Angola no século XIX.* In: ALEXANDRE, Valentim. *O Império Africano: Séculos XIX e XX.* Lisboa: Colibri: Instituto de Historia Contemporânea, Universidade Nova de Lisboa, 2000

CHAKRABARTY, Dipesh. *Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference*. Princeton, NJ; Oxford: Princeton University Press, c2000

COOPER, Frederick. *Confronting historical paradigms:* peasants, labor, and the capitalist world system in Africa and Latin America. Madison, Wis.: University of Wisconsin Press, c1993.

______. and STOLER, Laura. *Tensions of Empire*. Berkeley, CA: University of California Press, 1997

______*. Africa's Pasts and Africa's Historians.* Canadian Journal of African Studies/La Revue canadienne des études africaines, v. 34, n. 2, 2000

______. *Colonialism in question*: *theory, knowledge, history*. Berkeley: Univ. of California Press, c2005

______. *Conflito e conexão: repensando a História Colonial da* África. Revista Anos 90. Porto Alegre, v. 15, n.27, jul. 2008

DIRK, Nicholas. *Colonialism and Culture.* Ann Arbor: Univ. of Michigan, c1992

DULLEY, Iracema. *Deus* é *feiticeiro: prática e disputa nas missões católicas em Angola colonial* São Paulo, SP: Annablume: FAPESP, 2010

______. *A historiografia sobre a "conversão" nas colônias portuguesas na* áfrica *e a trajetória de jesse chiula chipenda,* 2014. No prelo

FEIERMAN,Steven. "African Histories and the dissolution of world history". In: Bates, R.H., Mudinbe, V.Y. and O´Barr, Jean. *Africa and the disciplines*. *The contributions of researche in Africa to the Social Sciencies and Humanities*. Chicago: The University of Chicago Press, 1993

FERGUSON, James. *The anti-politics machine: "development," depoliticization, and bureaucratic power in Lesotho*. Minneapolis: Univ. of Minnesota, 1994

______. *The cultural topography of wealth: commodity paths and the structure of property in rural Lesotho.* American Anthropologist, v. 94, n. 1, p. 55-73, 1992.

FLEISHER, Michael L. *Cattle raiding and its correlates: the cultural-ecological consequences of market-oriented cattle raiding among the Kuria of Tanzania.* Human Ecology, v. 26, n. 4, p. 547-572, 1998

FREUDENTHAL, Ainda Faria. "Angola". In: MARQUES, António Henrique Rodrigo*. O Império Africano (1890- 1930)*. Lisboa: Editorial Estampa

GALATY, John G. et al. *Herders, warriors, and traders: pastoralism in Africa*. Westview Press, 1991

GINZBURG, Carlo. *Sinais: Raízes de um Paradigma Indiciário. In: Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991

______.. *Historia noturna: decifrando o saba.* São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1991

GRAY, Sandra et al. *Cattle raiding, cultural survival, and adaptability of East African pastoralists. Current Anthropology,* v. 44, n. S5, p. S3-S30, 2003.

GUHA, Ranajit. *The prose of counter-insurgency*. Culture/power/history: A reader in contemporary social theory, 1994

HARTOG, François. *Evidência da história: o que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Authentica Editora, 2011

______. *Time, History and the writing of History : the order of time.*

KVHAA, Konferenser 37:95 - 113, Stockholm 1996

HAYES, Patricia (ed.). *Namibia under South African rule: mobility and containment.* Oxford; Athens: James Currey: Ohio State Univ. Press, 1998

HENRIQUES, Isabel Castro. *Percursos da modernidade em Angola: dinamicas comerciais e transformacoes sociais no seculo XIX*. Lisboa: [s.n.], 1997

______. *Comércio e organização do espaço em Angola (c. 1870- 1950).* In: *A Africa e a instalação do sistema colonial (c.1885-c.1930): III Reunião Internacional de Historia de Africa.* Direção de Maria Emilia Madeira Santos. Lisboa: Instituto de Investigação Cientifica e Tropical: Centro de Estudos de Historia e Cartografia Antiga, 2000

______. *A Sociedade Colonial em África. Ideologias, hierarquias e cotidianos.* In: BETTHENCOURT, Francisco, CHAUDHURI, Kirti. *História da Expansão Portuguesa.* Vol. 5- O Ultimo Império e Recentramento (1930- 1998). Lisboa: Circulo de Leitores, 2000

______. *Território e Identidade: o desmantelamento da terra africana e a construção da Angola Colonial (c. 1872-c. 1926).* Lisboa, 2003

______*.Os pilares da diferença*. Relações Portugal-África. Séculos XV-XX. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2004.

HENDRICKSON, Dylan; ARMON, Jeremy; MEARNS, Robin. *The changing nature of conflict and famine vulnerability: the case of livestock raiding in Turkana District, Kenya.* Disasters, v. 22, n. 3

HERSKOVITS, Melville J. *The cattle complex in East Africa.* American anthropologist, v. 28, n. 3, p. 494-528

KHAZANOV, Anatoly Michailovich; SCHLEE, Günther. *Who Owns the Stock?: Collective and Multiple Property Rights in Animals.* Berghahn Books, 2012

KOPYTOFF, Igor (Ed.). *The African frontier: the reproduction of traditional African societies.* Indiana University Press, 1987.

LONDSDALE, John and BERMAN, Bruce. *Coping with the contradictions:The Development of Colonial State in Kenya, 1895-1914.* The Journal of African History, v.20, n.4, 1979

MAMDANI, Mahmood. *Citizen and subject: contemporary Africa and the legacy of late colonialism*. Princeton, NJ: Princeton Univ. Press, c1996

______. *When victims become killers: colonialism, nativism, and the genocide in Rwanda*. Princeton, NJ: Princeton Univ. Press, 2002

MARQUES, Diego Ferreira. *O Carvalho e a Mulemba: Angola na narrativa colonial portuguesa.* São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014

MOSES, A. Dirk. *An antipodean genocide? The origins of the genocidal moment in the colonization of Australia.* Journal of Genocide Research, v. 2, n. 1, p. 89-106, 2000.

______. *Hayden White, traumatic nationalism, and the public role of history*. History and Theory, v. 44, n. 3 2005

______. *The public relevance of historical studies: a rejoinder to Hayden White*. History and Theory, v. 44, n. 3, 2005

______. (ed.). *Empire, colony, genocide: conquest, occupation, and subaltern resistance in world history*. New York, NY: Berghahn Books, c2008

______. (ed.). *Genocide***.** Abingdon; New York, NY: Routledge, 2010

______. *PARANOIA AND PARTISANSHIP: GENOCIDE STUDIES, HOLOCAUST HISTORIOGRAPHY, AND THE 'APOCALYPTIC CONJUNCTURE'.* The Historical Journal, v. 54, n. 02

MEDEIROS, Carlos Alberto. *A Colonização das Terras Altas da Huíla (Angola*): *Estudo de Geografia Humana*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1976

______. *Le phénomène de la colonisation et quelques problèmes de la mise en valeur du sud-ouest de l'Angola.* Canadian Journal of African Studies, v.11, n.1, 1977

NORA, Pierre, *L'histoire au péril de la politique.* Versão editada do discurso de encerramento proferido quando da conferência "Rendez-Vous de l'Histoire" , que teve lugar em Blois, entre 13 e 16 de outubro de 2011

NETO, Maria da Conceição. *Angola no Século XX (Até 1974).* In :ALEXANDRE, Valentim. *O Império Africano: Séculos XIX e XX*. Lisboa: Colibri: Instituto de Historia Contemporânea, Universidade Nova de Lisboa, 2000

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época.*. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2012

PÉLISSIER, René. *As Campanhas coloniais de Portugal: 1844-1941*. Lisboa: Estampa, 2006

______. *Historia das campanhas de Angola: resistencia e revoltas (1845-1941)*. Lisboa: Estampa, 1986

SANCHES, Manuela Ribeiro (org.). *Deslocalizar a Europa: antropologia, arte, literatura e história na pós-colonialidade*. Lisboa: Cotovia, c2005.

______. *Malhas que os Impérios tecem – Textos Anticoloniais Contextos Pós- coloniais*, Lisboa, Edições 70, 2011

SARAIVA, Tiago. *Mimetismo colonial e reprodução animal: carneiros caracul no Sudoeste angolano* , *Etnográfica*, vol. 18 (1) | 2014, 209-227.

SCOTT, James C. *Domination and the arts of resistence: hidden transcripts*. New York ; London: Yale University Press, c1990.

THOMAZ, Omar Ribeiro. *Ecos do Atlântico Sul: representações sobre o terceiro império português*. Rio de Janeiro, RJ; São Paulo, SP: Editora UFRJ: FAPESP, 2002

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1998

______. *A formação da classe operaria inglesa***.** Rio de Janeiro ; São Paulo: Paz e Terra. v.1: 1988

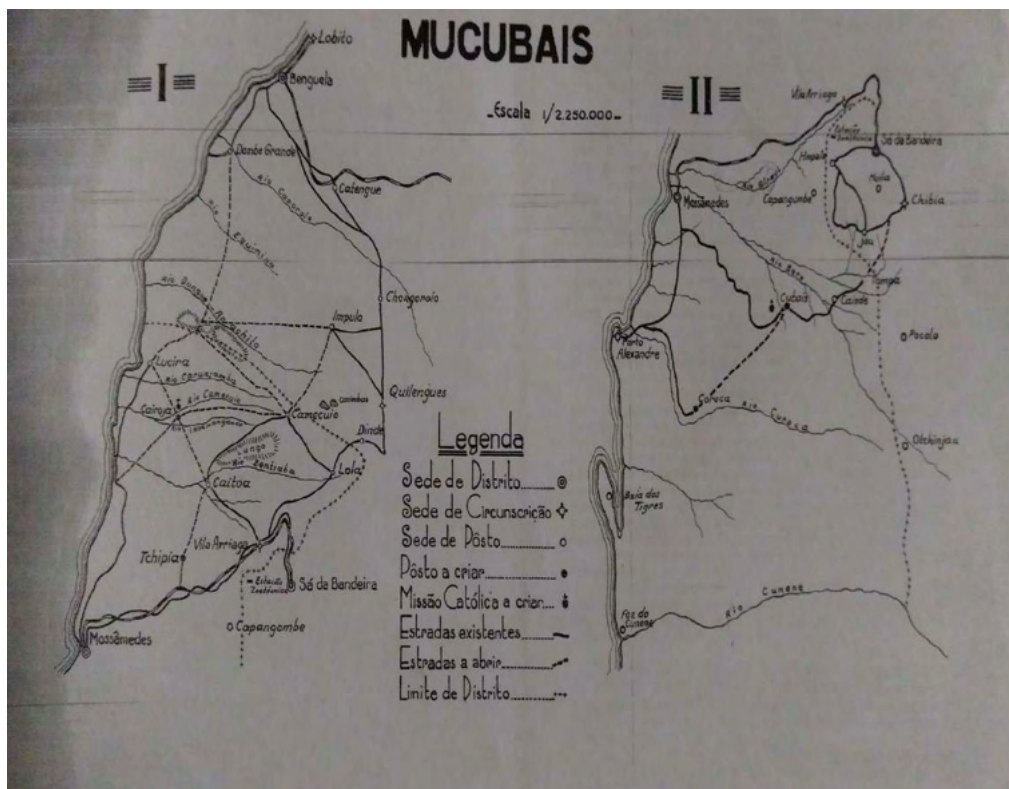
TORRES, Adelino. *O Império Português entre o Real e o Imaginário.* Lisboa: Escher, 1991

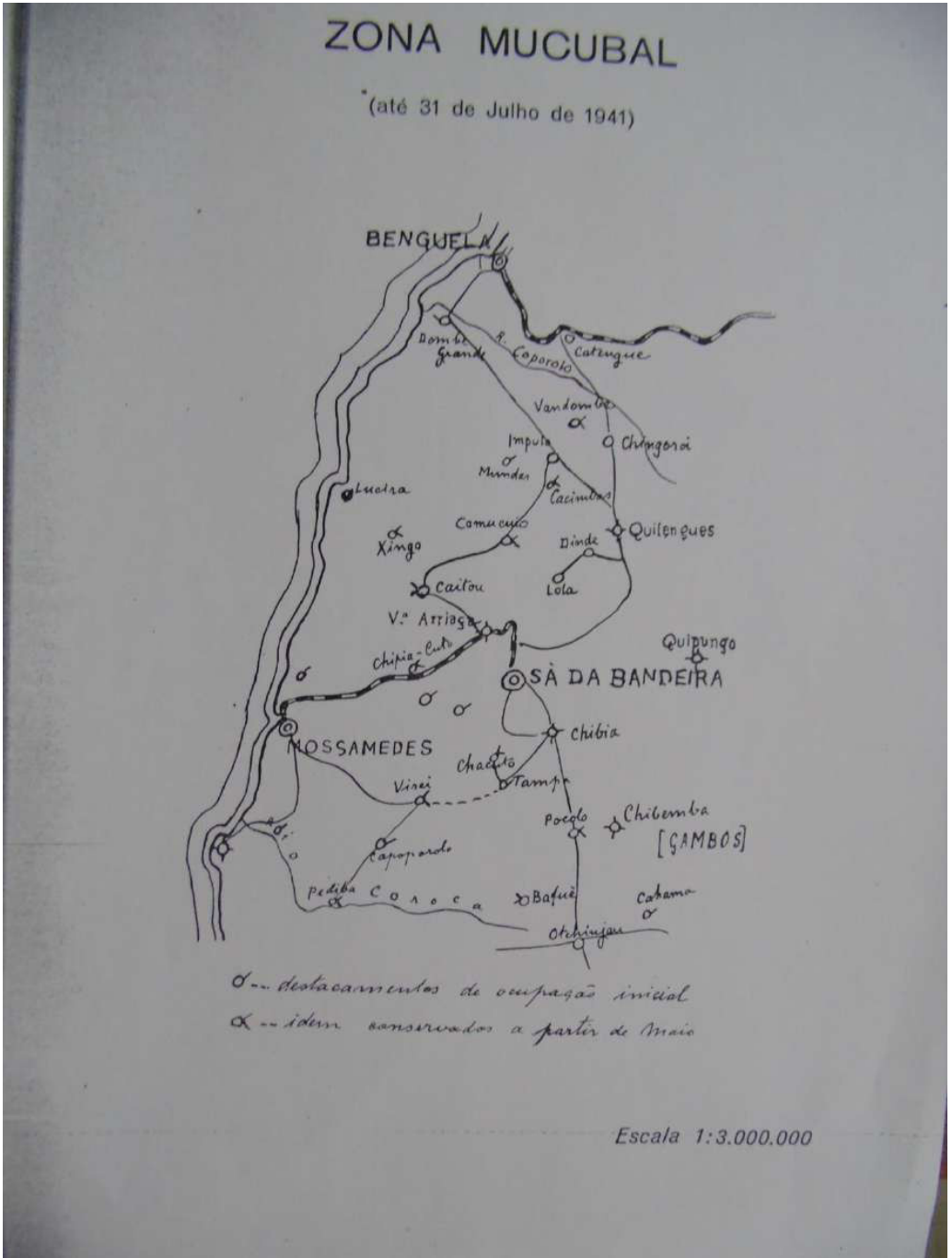
VAIL, Leroy (org). *The creation of tribalism in Southern Africa.* Berkley: University California Press, 1991

VERA CRUZ, Elisabeth Ceita. *O estatuto do indigenato e a legislação da discriminação portuguesa: o caso de Angola*. Coimbra: Novo Imbondeiro, 2005

WHITE, Hayden. 2. *The public relevance of historical studies: A reply to Dirk Moses*. History and Theory, v. 44, n. 3, 2005

ANEXOS

MAPA I [1]

1. SEQUEIRA, Frederico Bagorro. *O Povo Mucubal*. In: *Pecuária: Anais dos Serviços Pecuários da Colônia deAngola, Luanda: Luanda. Imprensa Nacional, 1933.*

MAPA II[2]

2. SOTTO-MAYOR, Abel de Abreu. *Operações de Polícia para Repressão das Tribos Mucubais Insubmissas. 1943. BSGL Reservados Caixa 116, n.11-A*

SOBRE O AUTOR

RAFAEL COCA DE CAMPOS - possui graduação (2013) e mestrado (2017) em História pela Unicamp. Atualmente, desenvolve uma pesquisa de Doutorado sobre a história das políticas territoriais e fronteiriças na região Sudoeste da África.

contato@atenaeditora.com.br
@atenaeditora
www.facebook.com/atenaeditora.com.br

KAKOMBOLA:

O genocídio dos Mucubais na Angola Colonial, 1930- 1943

Atena
Editora
Ano 2021